

Trabalho Democracia & Direitos

Clarice Gontarski Speranza
Micaele Scheer (Orgs.)

Volume 4

Projetos políticos, movimentos organizados
e debates contemporâneos



Esta publicação, em quatro volumes, reúne as comunicações científicas apresentadas durante o V Seminário Internacional Mundos do Trabalho, ocorrido em setembro de 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob o tema geral "Trabalho, democracia e direitos". Paralelo ao evento internacional, foram realizadas também a IX Jornada Nacional de História do Trabalho e a IX Jornada Regional do GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH), seção Rio Grande do Sul. Os eventos foram promovidos pelo GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e pelo Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, com financiamento Capes e CNPq e apoio de diversas entidades e instituições. O GT Mundos do Trabalho é um coletivo de historiadores cujo foco de pesquisa é a história social do trabalho no Brasil. O grupo está organizado em diversos estados do país, entre eles Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Amazonas e Pará.



Trabalho, Democracia e Direitos



V Seminário Internacional Mundos do Trabalho

Comitê Científico

Prof. Dr. Aldrin Castellucci (UNEB)
Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (UFBA)
Profa. Dra. Beatriz Mamigonian (UFSC)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Cesar Queiroz (UFAM)
Prof. Dr. Claudio Batalha (UNICAMP)
Profa. Dra. Clarice Speranza (UFRGS)
Profa. Dra. Fabiane Popinigis (UFRRJ)
Prof. Dr. Fernando Teixeira Da Silva (UNICAMP)
Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues (UFSC)
Profa. Dra. Iacy Mata (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaro Mattos (UFF)
Prof. Dr. Paulo Fontes (UFRJ)
Prof. Dr. Roberio Santos Souza (UNEB)
Profa. Dra. Silvia Petersen (UFRGS)

Comissão Organizadora

Profa. Dra. Clarice Speranza (UFRGS)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad (UFSM)
Profa. Dra. Isabel Bilhao (UNISINOS)
Profa. Dra. Silvia Petersen (UFRGS)
Prof. Dr. Alisson Droppa (UNICAMP)
Prof. Dr. Frederico Duarte Bartz (UFRGS)
Profa. Dra. Regina Celia Lima Xavier (UFRGS)
Profa. Dra. Helen Osorio (UFRGS)
Profa. Dra. Regina Weber (UFRGS)
Profa. Dra. Claudia Mauch (UFRGS)
Profa. Dra. Melina Perussatto (UFFS)
Profa. Msa. Heliene Nagasava (FGV-CPDOC)
Profa. Msa. Micaele Irene Scheer (UFRGS)
Prof. Ms. Guilherme Nunes (UFRGS/IFC)
Bolsista: Graduando João Henrique Jung (UFRGS)

Trabalho, Democracia e Direitos

Volume 4

**Projetos políticos, movimentos organizados
e debates contemporâneos**

Organizadoras:

Clarice Gontarski Speranza

Micaele Scheer



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

Arte de Capa: John Salvino / Unsplash

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Orgs.)

Trabalho, democracia e direitos, volume 4: projetos políticos, movimentos organizados e debates contemporâneos [recurso eletrônico] / Clarice Gontarski Speranza; Micaele Scheer (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

399 p.

ISBN - 978-85-5696-531-8

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Trabalho; 2. Democracia; 3. Direito; 4. Ética; 5. Sociedade; I. Título.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade 177

Sumário

Apresentação	11
---------------------------	-----------

Clarice Gontarski Speranza; Micaele Scheer

Projetos políticos

1.....	17
---------------	-----------

O nacional e o regional no movimento operário brasileiro da Primeira República

Frederico Duarte Bartz

2.....	39
---------------	-----------

Pontes de liberdade: internacionalismo e imaginário nacional no Brasil (1890-1937)

Kauan Willian dos Santos

3.....	59
---------------	-----------

Flechas vermelhas: trabalhadores, ANL e a tentativa de levante em novembro de 1935 no estado do Amazonas

Davi Monteiro Abreu

4.....	95
---------------	-----------

O fascismo a partir dos trotskistas nos anos 1930

Roberto Borges Lisboa

5.....	121
---------------	------------

Estruturas transnacionais do comunismo internacional e o PCB no mundo do trabalho (1924-1943)

Erick Fishuk

6.....	145
---------------	------------

Clubes de gravura e revistas culturais ligadas ao PCB (1947-1956): arte social, realismo socialista e regionalismo popular

Andréia Carolina Duarte Duprat

Greves e sindicatos

- 7171
‘Quando velhos personagens voltaram à cena’: o Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo e o enquadramento da memória
Evandro Machado Luciano
- 8187
A luta de classes no Brasil: ou como o fortalecimento sindical pode atenuar desigualdades socioeconômicas
Breno Hermes Gonçalves Vargas
- 9 211
O problema da relação partido-sindicato no caso de CUT e PT
Antonio Guedes Gonçalves de Canha
- 10 245
A greve nacional dos caminhoneiros de maio de 2018 como manifestação da disputa internacional da geopolítica do petróleo
Illyushin Zaak Saraiva; Maurício Tavares Pereira
- 11 265
Não tem arrego: uma análise da greve dos garis do Rio de Janeiro
Simone Kawakami Gonçalves Costa

Debates sobre o contemporâneo

- 12.....291
A economia e o trabalho nos anos 1990: o paradigma neoliberal no Brasil
Márcia Naiar Cerdote Pedroso

13.....	317
O trabalho imigrante e a escravidão contemporânea na indústria têxtil paulista (2010-2017): notas de pesquisa	
Lorena Fernanda de Oliveira Silva	
14	337
“Realidade voraz”: trabalhadores e trabalhadoras bancárias e terceirizadas frente a reestruturação produtiva e a flexibilização de direitos trabalhistas (Florianópolis, década de 1990)	
Conrado de Oliveira e Silva	
15.....	377
A centralidade do trabalho na vida de profissionais de saúde com ensino superior na cidade de Santa Cruz do Sul	
Caroline Maria Nunes; Karine Vanessa Perez	
Sobre o V Seminário Internacional Mundos do Trabalho	399

Apresentação

Clarice Gontarski Speranza

Micaele Scheer

O campo de estudos da história do trabalho tem alcançado grande expansão nas últimas décadas, tanto pela adesão de novos pesquisadores, como especialmente pelo alargamento dos seus objetos. Temas como o cotidiano dos trabalhadores, culturas de classe, e, mais recentemente, as relações entre trabalho livre e escravizado, e as experiências de exploração e dominação relacionadas ao gênero foram incorporadas às preocupações do meio acadêmico de forma incontornável. Este movimento contínuo de renovação não significa, porém, que temas tradicionais como movimentos políticos, sindicatos e greves tenham sido deixados de lado. Pelo contrário. Novas perspectivas teóricas e metodológicas têm emprestado dinamismo à historiografia do trabalho e também atuam no sentido de revigorar os objetos já clássicos dos estudos sobre trabalhadores e trabalhadoras.

Neste último volume da coletânea *Trabalho, democracia e direitos*, apresentamos uma série de artigos de pesquisas recentes (em andamento ou já consolidadas) relacionados a alguns destes temas clássicos, porém entendidos aqui em perspectiva renovada. Projetos políticos, greves e movimentos de trabalhadores são estudados a partir de fontes e recortes inovadores, em diálogo constante com outros campos da historiografia. Destaca-se alguns dos objetos de estudo dessas investigações: o anarquismo, o Partido Comunista do Brasil, a Aliança Nacional Libertadora, o “novo sindicalismo”, o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros.

A coletânea encerra apresentando debates sobre conjunturas contemporâneas e os desafios que estas representam tanto para os trabalhadores e trabalhadoras como para os próprios pesquisadores da área. Mais que história do presente, temos aqui uma série de artigos em história imediata, ainda em construção, momentos nos quais o historiador aproxima e dialoga de forma mais intensa tanto com o sociólogo quanto com o jornalista.

Esta publicação finaliza a coletânea que reuniu comunicações científicas apresentadas durante o V Seminário Internacional Mundos do Trabalho, ocorrido em setembro de 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob o tema geral “Trabalho, democracia e direitos”. Paralelamente, foram realizadas também a IX Jornada Nacional de História do Trabalho e a IX Jornada Regional do GT Mundos do Trabalho da ANPUH/RS, contemplando no total 41 seções de comunicações com 181 apresentadores nacionais e de fora do Brasil. Além disso, os eventos contaram com duas conferências e quatro mesas-redondas, num total de 18 palestrantes convidados. A promoção foi do GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH), pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pelo PPG em História da UFRGS, com financiamento Capes e CNPq.

O GT Mundos do Trabalho é um coletivo de historiadores cujo foco de pesquisa é a história social do trabalho no Brasil. O grupo está organizado em diversos estados do país, entre eles Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Amazonas e Pará, entre outras, contando com cerca de 200 membros e um site próprio (<https://gtmundosdotrabalho.org/>). Desde sua criação, no início dos anos 2000, o GT vem promovendo simpósios temáticos no interior de todos os encontros nacionais da ANPUH, e Jornadas envolvendo pesquisadores ligados ao tema em anos alternados. O GT também edita desde 2009 um periódico científico, a Revista Mundos do Trabalho (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>). O

evento que promovemos e essa publicação é uma amostra da fertilidade do campo de estudos.

Apesar de evento já consolidado no meio acadêmico historiográfico, esta é a primeira vez que as comunicações do Seminário Internacional Mundos do Trabalho e das Jornadas Nacionais de História do Trabalho são publicadas, podendo assim serem acessadas por um público acadêmico e leigo mais amplo. Como pesquisadores, entendemos este esforço como uma contraprestação para a sociedade de nosso trabalho e também como forma de divulgar ainda mais a história do trabalho no Brasil. Na busca constante, e, infelizmente ainda distante, de uma sociedade mais justa e igualitária.

Vida longa à história do trabalho!

Projetos políticos

O nacional e o regional no movimento operário brasileiro da Primeira República

Frederico Duarte Bartz¹

Introdução

A história do movimento operário brasileiro teve um notável desenvolvimento durante os anos 1980 e 1990, especialmente a partir de estudos sobre a atuação dos militantes anarquistas nos sindicatos, da organização de greves e da vida cotidiana dos trabalhadores. A profusão de estudos sobre as lutas operárias acompanhou uma especialização e fragmentação dos temas, que muitas vezes perderam a perspectiva nacional dos processos de conflito social e organização de classe. Por esta razão, minha proposta de trabalho é discutir a questão nacional e a questão regional no movimento operário durante a Primeira República, momento marcado por um forte federalismo e autonomia entre os estados, mas também por projetos políticos que pretendiam romper com esta lógica.

Minha intenção é partir de 1917, no contexto das Grandes Greves, quando as organizações operárias tomam fôlego e passam a discutir abertamente as possibilidades da derrubada da sociedade burguesa. Este momento é marcado pela integração de diversos

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: duarte_frederico@hotmail.com

núcleos de militância a partir de uma grande onda grevista, em um momento em que se mesclam lutas por melhorias particulares com debates sobre a libertação da classe trabalhadora a partir de uma perspectiva universal, o que coloca em tela a questão das dinâmicas nacionais e regionais dentro do movimento operário brasileiro.

O nacional e o regional na historiografia sobre o movimento operário brasileiro da Primeira República

A questão que desejo discutir neste artigo é a da possibilidade dos projetos políticos articulados pelo movimento operário irem além do âmbito regional. Esta discussão é necessária, já que estudos locais foram tendência predominante nas pesquisas sobre os trabalhadores organizados durante a Primeira República. Devido a esta tendência dos estudos históricos se faz necessária uma pequena exposição historiográfica para colocar em tela a problemática da articulação espacial dos trabalhadores organizados.

Em um período inicial dos estudos sobre o movimento operário brasileiro, o recorte nacional não era algo incomum. O grande problema é que tal recorte levava aqueles que escreviam a tomar uma parte pelo todo: analisando os grandes centros formadores de sentido, como Rio de Janeiro e São Paulo, se depreendia a partir daí algumas características que eram em seguida generalizadas para todo o país. Por um lado, estes centros eram tidos como geradores de tendências que seriam seguidas por centros menores; por outro lado, estes centros menores, pelo seu isolamento ou número menos significativo de militantes, não eram levados em consideração e isto porque supostamente não interfeririam nas lógicas das praças principais. Deste modo, a história do movimento operário brasileiro, apesar de ter uma pretensão totalizadora, não passava de generalização de algumas histórias regionais, com a única diferença que estas regiões eram econômica e politicamente dominantes.

Tome-se como exemplo um dos livros fundadores da história do movimento operário brasileiro, *História das Lutas Sociais no Brasil* de Everardo Dias. Apesar do título indicar uma abordagem que deveria ter como objeto um fenômeno nacional, o autor (que baseia-se em parte na própria experiência como militante para escrever o livro), enfoca preferencialmente o estado de São Paulo². Neste sentido também é exemplar a atitude do historiador americano Leslie Sheldon Maran, na introdução de seu livro “*Anarquistas, imigrantes e movimento operário no Brasil*”, quando afirma explicitamente que iria centrar sua análise em dados de São Paulo e do Rio de Janeiro (Capital Federal), pois esta análise seria suficiente para dar conta do cenário nacional. Conforme Maran, até poderiam existir algumas expressões significativas do movimento operário fora do centro do país, mas estas não teriam força suficiente para direcionar nacionalmente o movimento, ficando sua importância restrita apenas ao âmbito regional³.

Depois que a história dos trabalhadores ganhou espaço no meio acadêmico e as pesquisas se multiplicaram, estes novos trabalhos se concentraram em analisar experiências locais. Pela complexidade mesma das pesquisas acadêmicas, se tornou muito difícil levar adiante estudos de um movimento operário “brasileiro” para este período da Primeira República. Depois da década de 1980, também se verificou uma multiplicação nos objetos de interesses dos historiadores, que não se restringiam mais somente a vida dos partidos políticos e ao movimento sindical. Em alguns casos, isto ajudou a restringir o alcance espacial dos estudos, como pode ser visto no mergulho feito no

² DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edagli., 1962.

³ MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1889-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 11.

cotidiano dos trabalhadores cariocas realizado por Sidney Chalhoub em “*Trabalho, lar e botequim*”⁴.

A partir dos anos 1990 e dos anos 2000, com a expansão dos Programas de Pós-Graduação em História em diversos pontos do país, esta tendência em direção ao local se combinou com outro movimento: o aparecimento de pesquisas sobre locais que eram ignorados pela história do trabalho mais tradicional. Beatriz Loner, por exemplo, vai fazer um minucioso estudo sobre a formação da classe trabalhadora na cidade de Pelotas, na zona sul do estado do Rio Grande do Sul⁵. Osvaldo Acioly Maciel, em outro ponto do país, vai estudar o papel dos tipógrafos na construção da identidade da classe trabalhadora de Maceió⁶. Aldrin Castelucci, também estudando a Primeira República, analisou em sua tese a ação dos grupos socialistas e operários de Salvador no jogo político e eleitoral do período⁷.

Estes são apenas alguns exemplos, do qual poderiam ser citados outros, como estudos que enfocaram espaços tão diferentes como Minas Gerais, Paraíba, Ceará e Mato Grosso. A partir deste momento, porém, surge também uma tendência contrária a esta pulverização, aparecendo uma preocupação com a ligação destas mesmas histórias regionais em relação a um panorama mais geral, especialmente quando relacionados à centros definidores de sentido. Sílvia Petersen toca neste ponto ao alertar para a dificuldade de se falar de uma história regional do movimento operário, quando este tratava de temas que não se restringiam a este marco: “[...] em vários aspectos parece não ser possível

⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Epoque*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁵ LONER, Ana Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. Porto Alegre: PPG em Sociologia da UFRGS, 1999.

⁶ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió*. Recife: PPG em História da UFPE, 2004.

⁷ CASTELUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Salvador: PPG em História da UFBA, 2008 (Tese de Doutorado).

conceber a história operária como uma “história regional”, pois há processos e acontecimentos que, circunscritos à dimensão regional, não conseguem receber significado pelos pesquisadores⁸.”

Este alerta tem sido seguido por alguns historiadores. Tiago Bernardon de Oliveira, ao fazer sua tese sobre o anarquismo e os sindicatos no Brasil, procurou cruzar informações de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul em uma mesma análise articulada⁹. Diorge Konrad também compartilhou desta preocupação ao estudar o processo de repressão aos movimentos políticos de esquerda durante os anos 1930, nos mesmos estados enfocados por Oliveira. Tratando do problema da articulação regional, o autor afirma que: “buscar estas múltiplas determinações pode ser o trajeto mais difícil, mas ainda é o mais seguro para que realmente possamos passar do simples para o complexo”¹⁰.

No que se refere a este artigo, pretendo orientar minha análise nesta mesma direção, através de uma interpretação que extrapole o limite regional. Não se trata é claro de tentar abarcar tudo o que ocorreu com os trabalhadores organizados dentro do território nacional em determinado período (no caso deste texto, o das Greves de 1917). Ao se propor realizar um recorte nacional, o pesquisador sempre vai fazer escolhas que vão deixar de fora alguns centros menos representativos do objeto que se pretende estudar. Pode-se argumentar então que se a escolha por Rio de Janeiro e São Paulo era arbitrária, porque a simples adição de mais alguns centros corrigiria esta arbitrariedade? Porque minha pesquisa se arroga o direito de focar o movimento operário

⁸ PETERSEN, S. R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997. p. 89.

⁹ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937)*. Niterói: PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado).

¹⁰ KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 2004. (Tese de Doutorado). p.8.

brasileiro, se deixa de fora estados tão importante como Minas Gerais e Bahia?

Apesar de me propor a estudar as Greves Gerais a partir de uma perspectiva que extrapole o recorte regional, não desejo estudar o país como um todo e neste sentido, a escolha dos centros terá, sim, um caráter limitador. Por outro lado, ao estudar a eclosão dos movimentos grevistas, vou me ater aos centros onde este processo foi mais intenso e onde tais eventos conseguiram certa projeção. Assim, ao estudar estes temas no movimento operário “no Brasil”, minha pesquisa vai se deter nos lugares onde aquele processo foi mais significativo. Existe um sentido no tema analisado que objetiva ir além da lógica regional, não apenas pela adição de mais regiões à lista de pesquisa, mas pelo desejo de observar as trocas entre os diversos centros e o que foi projetado para além destes espaços pulverizados.

Não desejo pesquisar os movimentos operários gaúcho, pernambucano, carioca e paulista como se fossem histórias separadas e paralelas. Também não se trata de uma história comparativa de quatro centros diferentes, mas sim uma pesquisa que busca preferencialmente as confluências entre os diversos centros. Um bom exemplo de quando isso ocorre são os momento de grande agitação noticiados pelos jornais operários. *A Plebe*, quando estourou a onda grevista de 1917, publicava em suas páginas notícias de vários estados do Brasil e do interior de São Paulo de forma simultânea, mostrando que a agitação dos trabalhadores não estava restrita apenas aos habitantes da capital¹¹. A ideia de um movimento que se espalha irresistivelmente, como um rastilho de pólvora, é uma imagem comum nas agitações populares, fato que ainda se verifica nos dias de hoje. Esta propaganda da agitação que se espalha ajuda a coesionar o movimento, mostrando que os trabalhadores do lugar

¹¹ Exemplo disto é a chamada de página inteira “*O imponente despertar do movimento do operariado no país*”, de 4 de agosto, que tratava de paralisações e mobilizações operárias no Rio Grande do Sul, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, além do interior de São Paulo. *A Plebe*. São Paulo. p.3, 4, ago, 1917.

não estavam sozinhos em suas lutas; mas também ajuda a criar uma noção mais alta de solidariedade, uma consciência que sua luta não era apenas “paulistana”, mas podia ser também brasileira.

Na verdade, este fenômeno de troca de informações não está restrito somente à 1917, nem somente à conjunturas de greve. Ainda tomando os jornais como exemplo, uma rápida passada de olhos no *Spartacus* do Rio de Janeiro, durante o ano de 1919, vai mostrar uma preocupação em debater temas que não se voltavam apenas ao operariado carioca. Prestando um pouco mais de atenção o pesquisador pode chegar à seção de “pacotes” e “correspondência” do jornal, observando que o envio de exemplares para regiões tão distantes quanto Rio Grande e Belém do Pará fazia com que o periódico tivesse um impacto que ia muito além de sua dimensão local. Um exercício interessante, a partir desta observação, seria fazer uma busca nos grandes jornais dos diferentes centros para analisar a circulação das notícias entre os lugares: certamente se chegaria a um movimento muito intenso de troca de informações ou mesmo à construção coletiva de propostas.

Para além deste aspecto de trocas de informações, também era muito importante a circulação física dos militantes. Levando em consideração que muitos trabalhadores envolvidos na ação organizativa tinham como missão viajar para outras cidades, para divulgar ideias e ajudar na construção de associações, seu campo de ação não ficava restrito a um único lugar. Da mesma forma, as constantes perseguições policiais obrigavam os militantes a uma vida transumante, fazendo com que estes sujeitos carreassem suas experiências de um ponto a outro do território nacional. Sob esta perspectiva que o caráter regional perde muito de sua força. Se o estudo se volta à construção da classe em seu cotidiano ou à vida dos sindicatos, buscar informações com alcance local tem sentido; mas no caso de movimentos mais amplos tal recorte é um

limitador. Em meu estudo, o local se torna estreito para o tema estudado, por isso um recorte mais amplo deve ser privilegiado¹².

As greves de 1917 como um exemplo da necessidade de articulação entre o nacional e o regional nos estudos sobre o movimento operário

A principal greve do ano de 1917 ocorreu na cidade de São Paulo: em finais de junho daquele ano, os trabalhadores do Cotonifício Crespi declararam uma grande paralisação, no que foram reprimidos pela Força Pública paulista. O incidente aumentou a adesão dos operários à greve e ajudou a espalhar o conflito para outras fábricas. A greve generalizou-se depois do assassinato do sapateiro Antônio Martinez pela polícia, fazendo com que mais de quarenta mil trabalhadores cruzassem o braços. A Greve Geral, no entanto, não foi “gerida” por algum sindicato ou federação sindical, mas por um Comitê de Defesa Proletária (CDP), criado em 9 de julho, composto principalmente por lideranças anarquistas e por alguns militantes socialistas.

Os proletários paralisaram a capital paulista de forma tão completa que os empresários e o Governador Altino Arantes tiveram de negociar os termos para o fim da greve. Na proposta de negociação enviada pela CDP, haviam reivindicações voltadas especificamente para a classe operária, como proibição do trabalho para menores de 14 anos e aumento de salários entre 25% e 35%; mas também haviam reivindicações mais amplas, voltadas às classes populares como um todo, como o barateamento dos itens básicos de alimentação e a diminuição no preço dos aluguéis. Pode-

¹²Sobre a circulação da imprensa militante no Brasil daquele período, ver PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. A circulação da imprensa operária brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX. In: QUEIROS, Cesar de. (Org.). *Cultura operária: trabalho e resistências*. Guarapari: Ex-Libris, 2010. Sobre a mobilidade fruto das perseguições durante a Primeira República, ver PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Fugitivos ou deportados: percursos e efeitos da circulação de agitadores indesejados no movimento operário brasileiro. *Anais Eletrônicos do XII Simpósio Nacional de História - ANPUH*. João Pessoa, 2003.

se dizer, neste caso, que o Comitê “falava” em nome de toda a população paulistana como interlocutor direto com o governo. Neste caso, o governo e os empresários aceitaram parcialmente as reivindicações da CDP, fazendo com que o movimento se encerrasse, e, pelo menos em parte, fosse percebido como vitorioso¹³.

Em Porto Alegre, a Greve Geral eclodiu no final de julho e princípios de agosto. A exemplo da capital paulista, também se formou um comitê *ad hoc*, por fora da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Na capital gaúcha formou-se a Liga de Defesa Popular (LDP), composta por anarquistas experimentados na luta sindical e por alguns militantes com pouca experiência de luta. A Liga lançou um manifesto ao “povo” e aos “trabalhadores”, com uma pauta de reivindicações específicas, como o aumento dos salários dos operários, e gerais para toda a população, como a diminuição no preço dos alimentos, das passagens de bonde e a instalação de um matadouro municipal.

Assim como em São Paulo, os operários porto-alegrenses promoveram uma mobilização massiva que paralisou a vida da cidade entre 31 de julho a 4 de agosto de 1917. Mas, neste caso, o Presidente do Estado, Borges de Medeiros, foi mais longe que seu colega Altino Arantes, recebendo uma comissão da LDP no Palácio do Governo, se comprometendo a adotar medidas para controlar os preços dos alimentos e aumentar o soldo dos operários a serviço do Estado (no que esperava ser seguido pelos empresários). Com isto, o movimento perdeu força e a greve acabou sendo encerrada¹⁴. Ainda no estado do Rio Grande do Sul, um padrão

¹³ LOPREATTO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000. e PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: Documentos (1889-1930) – Vol. I – O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

¹⁴ SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *“Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário. (Estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado em História, UFRGS, 1994 e QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da primeira república em Porto Alegre (1917/1919)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História, UFRGS, 2012.

similar se repete na cidade de Pelotas, com a paralisação ocorrida entre os dias 9 e 17 de agosto. Nesta cidade, houve a formação de uma Comissão de Defesa Popular, com episódios que rapidamente evoluíram para confrontos violentos, fazendo com que o Governo Estadual enviasse o Chefe de Polícia para mediar o conflito, tendo a paralisação se encerrado com um saldo positivo para os operários¹⁵.

Outra paralisação importante, ocorreu em Recife a partir de 14 de agosto, quando são apresentadas uma série de reivindicações em um comício chamado pelo Sindicato de Ofícios Vários (SOV). Entre as reivindicações, encontravam-se pedidos pelo estabelecimento da jornada de 8 horas, a equiparação dos salários entre homens e mulheres, medidas de higiene nos locais de trabalho. Da mesma forma que nos casos anteriormente citados, também haviam pedidos que beneficiariam toda a população, como a diminuição dos alugueis, dos preços dos gêneros alimentícios e das taxas de transportes terrestres e fluviais. A greve se alastrou, inclusive pela ação da Comissão de Greve criada a partir das reuniões do SOV, que eram coordenadas por militantes ligados ao sindicalismo de resistência.

O Governo do Estado, na pessoa do Presidente Manoel Borba, criticou duramente o movimento, provocando um recrudescimento da perseguição policial. Nesta conjuntura e com a prisão de várias lideranças, o Chefe de Polícia iniciou negociações com a Confederação Operária de Pernambuco (COP), que era adepta de um sindicalismo colaboracionista e era aliada ao Governo Estadual. Como mediador do conflito, entrou em cena o Congresso Acadêmico, representante dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife. O resultado destas negociações foi o

¹⁵ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Unitrabalho/EdUPPel, 2001.

encerramento da greve, sem ganhos para os operários, em 15 de setembro de 1917¹⁶.

No Rio de Janeiro, havia sido fundado em janeiro de 1917, um Comitê Central de Agitação e Propaganda Contra a Carestia e o Aumento de Impostos (CCAPCCAI), promovido pela Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e pelo Centro Libertário. Em julho, quando ocorreu um grave acidente em um hotel que resultou na morte de 38 trabalhadores, muitos operários paralisaram seus serviços, ocorrendo choques entre membros do CCAPCCAI e a polícia.

De qualquer forma, por resistência de sindicalistas reformistas que colaboravam com o Governo, não foi possível deflagrar uma Greve Geral, nem formar um comissão para gerir algum tipo de paralisação, podendo-se considerar o que ocorreu no Rio de Janeiro uma greve “apenas” generalizada¹⁷. Já em Maceió, mesmo sem a ocorrência de uma greve, formou-se em agosto um Comitê de Defesa Proletária (CDP), como havia ocorrido em São Paulo. Esta comissão foi organizada com a participação de representantes de diversas categorias de trabalhadores, elaborando um memorial destinado ao governo do estado, visando resolver os problemas dos altos preços aluguéis das casas, sugerindo também um maior controle sobre o comércio de alimentos. Tanto o governo estadual, quanto o municipal, se comprometeram em tomar medidas para combater a carestia de vida, mas não foi possível verificar se elas foram efetivadas¹⁸. Neste mesmo período, ocorriam paralisações similares em outros estado como Paraná, Bahia e o Pará. Levando em conta o padrão e a extensão destas mobilizações, o que se pode deduzir em relação aos projetos políticos dos militantes operários naquele momento?

¹⁶ MOREIRA, Aloísio Franco. A greve de 1917 em Recife. *Clio: revista de pesquisa histórica*, n.23, Recife, PPG em História da UFPE, 2007, p. 45-70.

¹⁷ VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Amarelo e Negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981. (Tese de Mestrado). p. 80-147.

¹⁸ *A Semana Social*. Maceió, 18, ago, 1917. p.3; 25, ago, 1917. p.4; 16, set, 1917. p.2.

Estas greves podem ser consideradas excepcionais pela massividade e pela abrangência que tiveram, mas também pela forma como foram conduzidas e pelas reivindicações que os militantes apresentaram. Neste sentido, a Greve Geral de São Paulo pode ser considerada paradigmática: ela iniciou-se com incidentes isolados, que se disseminaram com uma grande mobilização que atingiu toda a cidade, paralisando os serviços, fazendo com que os trabalhadores tomassem o controle do espaço público. Além disso, a forma como ela foi conduzida também lhe confere um caráter bastante diferente das greves anteriores: no lugar de representantes da federação local ou de uma comissão de greve, foi criado um Comitê de Defesa Proletária, com a participação das lideranças anarquistas e de militantes socialistas.

As propostas desta CDP não se restringiam às pautas levantadas pelos trabalhadores em greve ou ao cotidiano dos trabalhadores das fábricas, mas dirigiam-se também à população em geral, fazendo com que a Comissão “falasse” em nome da população. Além disso, o próprio Governo Estadual aceitou mediar as negociações com os patrões e ele mesmo se comprometeu a acatar algumas medidas que estavam sendo propostas pela CDP, o que legitimava ainda mais o papel deste organismo recém-criado.

A Greve de 1917 em São Paulo acabou se tornando quase mítica para a história do anarquismo no Brasil, o que pode ser compreendido pelas memórias de militantes como Edgar Leuenroth, que valorizou neste episódio, entre outras coisas, o caráter generalizado da adesão das massas¹⁹. Para além do campo da memória, trabalhos como o “*O espírito de revolta: a greve geral anarquista de 1917*”, de Christina Lopreato, enfatizaram o papel dos militantes libertários na eclosão do movimento, mostrando que sua ação através de associações de bairros e ligas de inquilinos nos meses anteriores à paralisação tiravam o caráter espontâneo da

¹⁹ LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro de libertação social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963.

greve, justificando seu papel de porta-voz de todo o povo da cidade de São Paulo²⁰.

Mesmo levando em conta estas características, parece claro que a ação da CDP era algo novo no movimento operário brasileiro. Além disso, a ação da Comissão junto ao Governo Estadual também podia ser visto como uma mudança de tática por parte dos militantes libertários, pois quebrava não só a tradição de não reconhecer o poder estatal como legítimo, mas também ia contra a ideia de representação política que sempre havia sido criticada pelos defensores do sindicalismo de ação direta, que só reconheciam esta prática nas associações de trabalhadores. Levando este fato em conta, se justificaria a dura análise de Cláudio Batalha em relação à Greve de 1917, que “Se havia elevado o patamar de combate da classe trabalhadora, também jogava uma sombra sobre o apoliticismo dos anarquistas²¹.”

Existem algumas características na Greve Geral de Porto Alegre que a aproximam do movimento paulistano, mas tanto esta “representação” dos interesses da população, quanto a intermediação do Governo no desenlace dos acontecimentos aparecem de forma muito mais explícita. Os militantes porto-alegrenses fundaram uma Liga de Defesa Popular (LDP), o que traz a mente um espectro da população muito mais amplo que o termo “proletário”, normalmente ligado aos operários industriais.

Como mostra Adhemar Lourenço da Silva Jr. em sua tese *“Povo! Trabalhadores!: tumultos e movimento operário (Porto Alegre, 1917)”*, a LDP clamava diretamente ao “povo”, para além dos próprios operários, quando lançou suas reivindicações²². Entre a pauta de negociações havia reivindicações muito amplas,

²⁰ LOPREATTO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2000.

²¹ BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

²² SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *“Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário. (Estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado em História, UFRGS, 1994.

algumas bem distantes do mundo das fábricas, como o estabelecimento de mercados municipais. A formação do Comitê de Defesa Proletária de Maceió também se guiava por esta lógica, o que pode ser observado em suas demandas quanto ao preço dos alugueis e à venda de alimentos. Neste último caso, o fato de ter sido criado fora de uma greve apenas acentuava seu caráter “popular”.

Tomando um terceiro exemplo de grande paralisação, o da Greve Geral de Recife, pode se ver que este padrão em parte também se repete, é um indício da forte ligação existente entre os vários centros de militância do país. No caso da capital pernambucana, não se criou uma organização *ad hoc* para gerir a greve, tendo se constituído uma Comissão de Greve dentro de Sindicato de Ofícios Vários, que passou a atuar junto a muitos outros sindicatos, não apenas entre os filiados ao SOV. Mesmo assim, as reivindicações da Comissão continham itens de interesse geral da população, o que faz crer que sua atuação também visava defender o “povo” do Recife, não somente os operários²³.

Talvez por esta dificuldade de organizar uma representação popular, a Comissão tenha alcançado menos legitimidade frente aos poderes públicos. De fato, o Governo Estadual não se propôs a dialogar com os grevistas, mas procurou, por intermédio do seu Chefe de Polícia, encontrar um intermediário “mais dócil” na Confederação Operária Pernambucana (COP). Da mesma forma, também buscou entre os estudantes universitários possíveis negociadores que pudessem ser mais sensíveis à causa operária diante dos patrões²⁴. O resultado é que os patrões não foram tão sensíveis às negociações, com piores resultados para os trabalhadores do Recife.

²³ MOREIRA, Alóísio Franco. A greve de 1917 em Recife. *Clio: revista de pesquisa histórica*, n.23, Recife, PPG em História da UFPE, 2007, p. 45-70.

²⁴ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *A Classe Operária em Pernambuco: cooptação e resistência – 1900-1922*. PPG em História da UNICAMP, 1981.

O que se pode dizer é que não foi somente pelo grau de mobilização que as Greves de 1917 se tornaram um marco importante para o movimento operário naquela conjuntura. Pelas características descritas acima, estas paralisações se constituíram em uma experiência importante para a percepção do potencial político, para além de simplesmente sindical ou cultural, que os trabalhadores teriam diante da sociedade. Existe aqui uma dupla ação que é proposta pelos militantes, especialmente de parte das lideranças anarquistas: para dentro do próprio movimento, com o intuito de unificar os diversos grupos em um propósito comum e para fora do movimento, com um fim de estender suas ações para o restante da sociedade²⁵. Não seria incorreto pensar que os líderes das diversas “frentes” de mobilização passassem a levar em conta o potencial político que o movimento operário poderia adquirir a partir daquele momento.

O surgimento do CDP e a força que este organismo adquiriu durante a greve paulistana, parecem sugerir um “modelo” que permitia exercer algum tipo de hegemonia sobre os trabalhadores e mesmo sobre o restante da população. Este modelo teve tanto sucesso que foi replicado em lugares tão distantes quanto Porto Alegre, Pelotas e Maceió. Isto mostra que as Greves de 1917 atestavam não só a capacidade mobilizatória dos militantes libertários, mas projetava para o futuro uma articulação mais orgânica para uma militância que agia, na maior parte das vezes, dispersa. Neste contexto que apareceu a primeira tentativa de constituir um organismo que permitisse uma mobilização mais articulada de todas as forças de vanguarda do país. A iniciativa partia justamente do Comitê de Defesa Proletária da cidade de São Paulo:

²⁵ Oliveira aponta em sua tese três frentes distintas nas quais as lideranças anarquistas atuavam a partir deste momento: dentro de seus próprios grupos libertários, através do sindicalismo, visando retomar seus trabalhos na COB e nas federações estaduais e em ações conjuntas para além do sindicalismo, em um campo político, com outros elementos “avançados” da sociedade. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Niterói: PPG em História da UFF, 2009. p.114.

Para uma ação conjunta.

Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil.

Preparem-se todas as associações obreiras e avançadas.

O grande movimento obreiro que está agitando o elemento proletário do Brasil, evidencia a necessidade de serem, com a máxima urgência, estabelecidas as bases de uma ação conjunta entre todas as associações operárias, agremiações libertárias, centros socialistas e de estudos sociais existentes no país.

Atendendo a essa premente necessidade, o Comitê de Defesa Proletária vai promover um congresso geral de toda a nossa vanguarda social.

Que todas as agremiações obreiras do país realizem imediatamente os trabalhos necessários para nele se fazerem representar²⁶.

No dia 18 de agosto, o mesmo jornal *A Plebe* anunciava que recebera de diversos pontos do país manifestações de interesse para a realização deste Congresso. Também anunciava um convênio com a Confederação Operária Brasileira (COB) para a organização do evento, que seria realizado na cidade do Rio de Janeiro em outubro daquele mesmo ano²⁷. Pode-se compreender que os militantes de São Paulo tenham procurado se ligar a uma organização com mais tradição e legitimidade dentro do movimento para executar esta ideia: a COB poderia oferecer, além de um espaço e recursos financeiros, uma grande rede de contatos que poderia ser utilizada para garantir uma ampla abrangência ao Congresso.

A tentativa não chegou a ser concretizada, mas esta foi o primeiro intento de dar um caráter mais orgânico a uma onda de mobilizações que estavam ocorrendo em várias pontos do país, mas que não era coordenada para um objetivo comum. É difícil afirmar, com tão poucas evidências, que este primeiro *projeto* que se levantava para além dos limites locais tivesse um caráter

²⁶A *Plebe*. São Paulo, 4, ago, 1917. p.2.

²⁷A *Plebe*. São Paulo, 18, ago, 1917. p.2.

revolucionário, mas é bem provável que as alternativas para fazer com que a Revolução Social se concretizasse fariam parte dos debates do Congresso, caso ele fosse realizado.

É muito provável que o Congresso Geral de Vanguarda Social do Brasil não tenha saído do papel pela hostilidade da repressão que se instalou depois das greves, agravado pelo clima nacionalista que se seguiu a entrada do Brasil na Guerra Mundial. De fato, apesar da grande mobilização e dos resultados favoráveis que marcaram algumas destas paralisações, muitas vezes estas conquistas não conseguiram ser mantidas de forma perene. No caso de São Paulo, as conquistas do Centro de Defesa Proletária (CDP) não sobreviveram ao caráter efêmero da própria organização: após o fim da greve, muitos membros do CDP foram perseguidos pela polícia e a jornada de oito horas, além do aumento dos salários foi revertida algum tempo depois que os trabalhadores se desmobilizaram²⁸.

No caso de Porto Alegre, a Liga de Defesa Popular sobreviveu e se fortaleceu, conseguindo inclusive certa legitimidade diante dos poderes públicos, que abraçaram (parcialmente) seu projeto de criar feiras livres pela cidade, além de abrir um espaço no *A Federação*, jornal do Partido Republicano Rio-Grandense, para que a LDP publicasse suas notícias. Isto foi acompanhado pelo crescimento da influência de lideranças socialistas, alinhadas aos republicanos, dentro da própria Liga, provocando a reação dos militantes anarquistas através de seu tradicional jornal *A Luta*, que ressurgiu em março de 1918. Por fim, os libertários também utilizaram a LDP (que era uma frente ampla de mobilização social) como arena de luta contra os reformistas, o que levou os anarquistas a retomar a hegemonia do movimento operário na capital gaúcha depois da Greve de 1918.

²⁸ LOPREATTO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

Pode-se dizer, com razão, que o fim do CDP em São Paulo explica-se pela situação adversa que os trabalhadores viveram ao final da greve, onde a repressão impôs condições adversas para que os militantes continuassem a atuar. Mas no caso de Porto Alegre, porque uma organização popular que se fortaleceu ao final da greve, servindo de campo de atuação tanto para os sindicalistas moderados, quanto para os anarquistas, desapareceu sem deixar rastros? O mais provável é que aquele tipo de organização, tão ampla e com um caráter político dúbio, não servisse mais aos propósitos dos libertários (podendo até se tornar um risco para eles) quando estes tomaram o controle da FORGS, em julho de 1918.

De qualquer forma, o “destino” destas duas organizações, que mobilizaram massivamente a população e conseguiram controlar dois dos maiores centros industriais do país, pode ter se tornado um exemplo de limitação de um projeto alicerçado sobre laços tão frouxos e preocupações tão imediatas. Os libertários de São Paulo, que coordenavam o Comitê de Defesa Proletária parecem ter tido indícios disto, quando tentaram convocar o Congresso de Vanguardas para o mês de outubro. A reversão das mobilizações depois da onda de paralisações, no entanto, parece ter frustrado qualquer plano de criar algum projeto conjunto a partir das organizações surgidas durante aquela greve.

Se o fim daquelas mobilizações podem ter aportado alguma experiência às lideranças do movimento operário, os debates que ocorriam sobre os caminhos da Revolução Social, também influenciaram estes militantes. Em um contexto marcado pela influência da Revolução Russa e por um interesse cada vez maior pela Revolução Social, as perspectivas locais iam cedendo espaço para projetos mais amplos. Foi neste contexto, partir do final do ano de 1917 (e durante o ano de 1918), que começaram a surgir os primeiros planos que propunham finalidades revolucionárias no movimento operário brasileiro e que eram fundados

deliberadamente para difundir os modelos de luta que estavam surgindo na Europa.

Conclusão

Como mostra a análise sobre as Greves de 1917, o processo de mobilização e articulação não se limitou aos contextos locais. Mais do que pensar apenas em um movimento que eclode e se espalha a partir de um exemplo, é necessário pensar como se constituem projetos a partir das experiências vividas por estes militantes. Neste caso, tais projetos extrapolam o horizonte da conjuntura local, apontando para um movimento extremamente articulado e solidário cujo estudo ganha muita riqueza ao ser colocado em perspectiva inter-regional.

Jornais

A Federação, Porto Alegre, 1917.

A Luta. Porto Alegre, 1918.

A Plebe. São Paulo, 1917.

A Semana Social. Maceió, 1917.

Spartacus, Rio de Janeiro, 1919.

Referência

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CASTELUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Salvador: PPG em História da UFBA, 2008 (Tese de Doutorado).

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Epoque*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 2004. (Tese de Doutorado).

LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro de libertação social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Unitrabalho/EdUFPEl, 2001.

LOPREATTO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió*. Recife: PPG em História da UFPE, 2004.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1889-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOREIRA, Aloísio Franco. A greve de 1917 em Recife. *Clio: revista de pesquisa histórica*, n.23, Recife, PPG em História da UFPE, 2007.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937)*. Niterói: PPG em História da UFF, 2009 (Tese de Doutorado).

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: Documentos (1889-1930) -Vol. I - O movimento operário*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. A circulação da imprensa operária brasileira no final do século XIX e primeiras décadas do XX. In: QUEIROS, Cesar de. (Org.). *Cultura operária: trabalho e resistências*. Guarapari: Ex-Libris, 2010.

- PETERSEN, S. R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Fugitivos ou deportados: percursos e efeitos da circulação de agitadores indesejados no movimento operário brasileiro. *Anais Eletrônicos do XII Simpósio Nacional de História - ANPUH*. João Pessoa, 2003.
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da primeira república em Porto Alegre (1917/1919)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História, UFRGS, 2012.
- REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *A Classe Operária em Pernambuco: cooptação e resistência - 1900-1922*. Campinas: PPG em História da UNICAMP, 1981.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *“Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário. (Estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado em História, UFRGS, 1994.
- VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Amarelo e Negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981. (Tese de Mestrado).

Pontes de liberdade: internacionalismo e imaginário nacional no Brasil (1890-1937)

Kauan Willian dos Santos¹

Por sua vez o romantismo, a democracia, o idealismo, o marxismo, o anarquismo e, eventualmente, até mesmo, o fascismo foram, de distintas maneiras, compreendidos em sua capacidade de se espalhar pelo mundo e interligar nações. O nacionalismo, esse elemento com a maior valência entre todos, combinou-se com todos os outros de diversas formas e em diversos momentos.²

A Pátria, a nacionalidade como individualidade é um fato natural e nacional, fisiológico e histórico simultaneamente e, por isso, não é um princípio abstrato e idealizado; não se pode chamar um princípio humano senão àquilo que é universal e, portanto, comum a todos os homens, mas, neste caso, a nacionalidade separa-os: a pátria não é portanto um princípio. O que é princípio é sim, por outro lado, o respeito que cada um deve ter pelos naturais, reais ou sociais; ora a nacionalidade, é um destes fatos, por ser individualidade e nós devemos respeitá-la.³

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, bolsista Capes. Email: kauanwillian@usp.br

² ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: Anarquismo e Imaginação anticolonial*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp; Fortaleza – Ceará: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014, p.19.

³ BAKUNIN, Mikhail. *Estado: Alienação e Natureza*. Belo Horizonte – Minas Gerais: Biblioteca Pública Independente, N/d, p.3.

É certo que o anarquismo, tanto a partir de sua teoria política quanto na própria execução, buscou construir e propor uma nova organização política, social e econômica. Os agentes que se diziam socialistas libertários eram contrários ao avanço do sistema capitalista de produção, das fronteiras nacionais, do centralismo estatista e do que entendiam como uma alienação religiosa e cultural que beneficiaria uma pequena parte da população.⁴ Nessa empreitada, para Benedict Anderson, “em seguida ao colapso da Primeira Internacional e à morte de Marx, em 1883, o anarquismo em suas formas tipicamente diversificadas, foi o elemento dominante na esquerda radical autoconsciente” e, até a Primeira Guerra Mundial, “o principal veículo de oposição global ao capitalismo industrial, à autocracia, ao latifundiarismo e ao imperialismo.”⁵

Os participantes das fileiras negras eram regidos por uma meta internacionalista, ou seja, acreditavam que suas resistências e os ganhos a serem conquistados não se restringiriam a uma unidade nacional ou ao um grupo étnico, devendo destituir os detentores dos meios de produção e os governantes a partir de uma revolução global. De fato, muito mais que uma teoria, os anarquistas tentaram exercer seu internacionalismo na prática. O anarquista Errico Malatesta, por exemplo, após uma intensa atividade na Itália, passou pela Suíça, Bélgica e Londres. E, como se não fosse suficiente suas atividades em diversos lugares da Europa, transitou pelo norte do continente africano e também na América do Sul, onde visitou e espalhou seu pensamento “durante quatro anos em Buenos Aires.”⁶ Assim como ele, muitos anarquistas, forçados por questões de fugas e exílios, emigrando por razões de necessidade ou mesmo almejando a disseminação de suas ideias

⁴ Para adentar a teoria anarquista ver CORRÊA, Felipe; SILVA, Alessandro Soares da; SILVA, Rafael Viana da (Orgs.) *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

⁵ ANDERSON. *Sob três bandeiras*, p.19-20.

⁶ *Idem*, p.2

pelo globo, atravessaram diversos países e continentes, levando e trazendo pensamentos e experiências diversas e construindo o anarquismo para além do atlântico norte ou da experiência europeia, discursando sobre a fraternidade universal. No caso brasileiro, esses foram os casos de Gigi Damiani (que transitou entre a Itália e Brasil), Angelo Bandoni (nascido numa ilha do território Francês e que transitou na Itália e também no Brasil) e Neno Vasco (militante luso-brasileiro atuando também numa experiência transnacional).⁷

O caráter internacionalista do anarquismo se evidencia desde sua estruturação, que pode ser situada na atuação da Aliança da Democracia Socialista (ADS). Neste órgão político, representantes como Mikhail Bakunin, Charles Perron e James Guillaume criaram contatos com organismos de caráter internacional como a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). A partir de 1868, tais militantes retomaram o federalismo dos mutualistas proudhonianos e, com base em experiências anteriores nas manifestações populares de diversas partes da Europa, extremaram seu caráter revolucionário de forma nunca avaliada anteriormente, figurando a entrada dos chamados coletivistas na associação – posteriormente se reconhecendo como anarquistas. A ADS possuía representantes na Inglaterra, Rússia, Itália, França, Espanha, Suécia, Noruega, Dinamarca, Bélgica e outras regiões.⁸ Além disso, em consonância com o trabalho mais sistemático e programático dos aliancistas, a passagem dos personagens anarquistas nestes lugares e da recepção e difusão das ideias libertárias nesse período em jornais, livros, folhetos e opúsculos faziam a bandeira negra se expandir em proporções avassaladoras.

⁷ Para adentrar a biografia dos personagens citados ver BIONDI, Luigi. “La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915.” (Tese de Laurea, Università di Studi di Roma “La Sapienza”, 1994) e SAMIS, Alexandre. “Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX.” (Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2009).

⁸ SAMIS, Alexandre. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011, p.33-60.

Em 1885, a Argentina presenciava o periódico militante *Questione Sociale*, que contava com articulações internacionais.⁹ Na década de 1890, os primeiros jornais contendo idéias libertárias no Brasil, *Gli Schiavi Bianchi*, *La Bestia Umana* e *L'Asino Umano*, *O Despertar*, *Il Diritto* e outros marcavam sua presença.¹⁰ Na Itália, na década de 1880, agentes relevantes como Errico Malatesta e Pietro Gori impulsionavam fortes movimentos contestatórios, disseminando o anarquismo entre os artesãos e os pequenos comerciantes subalternos e também sob a forma de associações com respaldo social.¹¹ Ademais, as idéias anarquistas chegavam nas regiões da África meridional e do sul desde o final do século XIX.¹² E desde esse período até as primeiras décadas do século XX, o anarquismo foi decisivo a partir de insurreições marcantes e do sindicalismo reivindicativo nos Estados Unidos da América.¹³ Em questão de décadas, organizações operárias de orientação libertária se formaram também no Pacífico e no continente asiático.¹⁴

A causa dessa difusão, além do empenho dos militantes anarquistas e de suas expectativas internacionalistas tinha um contexto latente. Desde fins do século XVIII até o XX a era contemporânea foi marcada pelos avanços das transformações econômicas que proporcionaram o desenvolvimento dos transportes

⁹ COLOMBO, Eduardo. “A FORA. O finalismo revolucionário”. In: COLOMBO, Eduardo et all (Orgs.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004, p.79.

¹⁰ Ver LEAL, Claudia. “Pensiero e Dinamite: Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos de 1890.” Tese (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2006), p.149-204.

¹¹ ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: Uma aventura anarquista*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2002, p. 29-30.

¹² Ver VAN DER WALT, Lucien. “Negro e Vermelho: anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880-1920.” *Revista Mundos do Trabalho*, Santa Catarina, vol. 2, n. 4, p. 174-218, 2010.

¹³ PORTIS, Larry. “Os IWW e o internacionalismo”. In: COLOMBO, Eduardo et all. (Orgs.). *História do Movimento Operário Revolucionário*, p.55-60.

¹⁴ HWANG, Dongyoun. “Korean Anarchism before 1945: a regional and transnational approach.” In: HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (Orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The praxis of national liberation, internationalism and social revolution*. Leiden, Brill, 2010, p.95-130.

e das comunicações de maneira inédita.¹⁵ O resultado disso foi um fluxo constante de panfletos, livros, opúsculos e periódicos criados a partir da intensificação dos contatos entre pessoas e países, somadas às conquistas coloniais e às migrações em massa. A criação das ferrovias, dos trens à vapor, das máquinas tipográficas e de outras invenções das revoluções industriais juntamente com os processos migratórios e o imperialismo, dessa maneira, deram subsídios para os anarquistas disseminarem suas ideias e práticas.¹⁶

Não obstante, outro fenômeno estava ocorrendo e se intensificando no qual os militantes libertários já haviam percebido e, por isso, eram justamente contrários em seus programas; o próprio Estado nacional. Os variados tipos de nacionalismos e ideários nacionais modelados na construção dos Estados nacionais e posteriormente do patriotismo, no qual esses personagens tanto embatiam, foram impulsionados desde o declínio de antigas formas de organização social, como a influência da religião e do absolutismo, que deixaram um vácuo para novos sentimentos e costumes que pudessem preencher essa lacuna. Através dos novos arranjos sociais sob o corpo do sistema capitalista de produção, suas tecnologias e a proliferação de discursos e símbolos enraizados culturalmente e modelados, houve a criação e a intensificação de ligações entre diversos grupos dentro de uma unidade territorial, formando possíveis ideários de pertencimentos de grupos em detrimento de outros, estabelecendo também outros tipos de agrupamentos políticos.¹⁷

O crescimento do sentimento nacional criava a necessidade da construção e expansão de Estados cada vez mais homogêneos em detrimento de minorias étnicas. De acordo com Eric

¹⁵ Ver ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁶ Para examinar os processos de difusão do anarquismo ver HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (Org.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World*.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p.27-69.

Hobsbawm, esta “formação de nação constituía o conteúdo essencial da evolução do século XIX”¹⁸ para os agentes envolvidos com o projeto político do liberalismo e para a classe burguesa ascendente. De maneira análoga, em alguns lugares, movimentos populares reivindicavam a unificação de seus países para se protegerem das dominações dinásticas e imperialistas, dos impérios rivais e da aristocracia, fazendo o republicanismo popular ser um alvo revolucionário.¹⁹ Por isso, Benedict Anderson afirma que o “final da era dos movimentos vitoriosos de libertação nacional nas Américas coincidiu em boa medida com o início da era do nacionalismo na Europa.”²⁰

A emergência de uma ideário nacional, utilizada desde a criação de Estados nacionais, mas também disseminada e latente para a libertação de minorias étnicas ou para a unificação de países dominados, foi tão constante e inevitável que não é a toa que muitos dos militantes anarquistas, antes de formularem e entrarem para as fileiras libertárias e internacionalistas tivessem participado de lutas anti-imperialistas ou de unificação. Na década de 1840, Mikhail Bakunin participou da luta pela independência dos eslavos no qual difundia uma união entre o povo russo e o polonês contra o imperialismo e a aristocracia. Para Felipe Corrêa, “Bakunin considerava a libertação nacional como o primeiro passo na luta por

¹⁸ Podemos ressaltar ainda que, para o historiador Eric Hobsbawm, a emergência dos Estados modernos, após as revoluções liberais oitocentistas, conformado pela classe burguesa, teve um peso muito maior do que qualquer outro fator para a construção dessa “consciência nacional”, já que essa nova classe instrumentalizava esses imaginários culturais, agora compartilhados e disseminados, para construir uma unidade no qual estendesse e regulasse seu poder econômico para a esfera política, garantindo seu poder e soberania. HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p.37.

¹⁹ Para Edilene Toledo “nos países como a Itália, que queriam conquistar a sua independência, portanto, a ideia de nação assumiu uma conotação revolucionária, tendia a ligar-se às ideologias liberais e democráticas e adquiria frequentemente um caráter supranacional: na história das revoluções do século XIX.” TOLEDO, Edilene. “O nacionalismo na formação e nas trajetórias de dois militantes sindicalistas italianos exilados no Brasil.” *ANAIIS DO XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO*, ANPUH/SP, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo, Editora Anpuh, 2008.

²⁰ ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras*, p.107.

uma revolução de bases democráticas, que deveria conduzir a uma república federativa dos países eslavos.”²¹ O jovem Malatesta, antes de sua participação na Comuna de Paris, aderiu aos ideais de Giuseppe Mazzini e sua visão de republicanismo radical e popular que atraiu muitos adeptos revolucionários antes da unificação italiana.²²

Com o passar dos anos, as lutas de libertação nacional ou pelas minorias étnicas continuaram sendo uma constante na construção do anarquismo. Os militantes libertários, principalmente fora da Europa ocidental e nas regiões afetadas, seja as colônias apoderadas desde o final do século XIX, quanto durante os efeitos das grandes guerras, participaram amplamente de uma posição anti-imperialista e anticolonialista, construindo táticas e estratégias que se enraizariam na construção do anarquismo. Os autores Lucien van der Walt e Steven Hirsh notam que a posição mais sofisticada e hegemônica anarquista “foi a de participar das lutas de libertação nacional buscando moldá-las, vencer a batalha de ideias e afastar o nacionalismo, promovendo uma política de libertação nacional por meio da luta de classes, e dando às lutas de libertação nacional um sentido revolucionário.” Não obstante, existiu

um tipo de abordagem anarquista e sindicalista [que] foi a de apoiar correntes nacionalistas acriticamente, considerando suas lutas como um passo na direção correta. Para alguns, isso significava apoiar a formação de pequenos Estados, que lhes eram preferíveis aos grandes, perspectiva rejeitada pela maioria dos anarquistas.²³

Assim, de acordo com os autores, de fato, alguns anarquistas participaram das lutas de libertação nacional apenas no intuito de destruírem os poderes dominantes no momento, não criticando,

²¹ CORRÊA, Felipe. “Introdução.” In: BAKUNIN, Mikhail. *Revolução e Liberdade: Cartas*. São Paulo: Hedra, 2010, p.15.

²² Ver AVELINO, Nildo. “Errico Malatesta – revolta e ética anarquista”. *Verve*, v. 4, p.228-263, 2003.

²³ HIRSH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (Orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World*, p.lxiii-lxiv. Tradução nossa.

no interior destas e de seus ativismos, qualquer crescimento ou formação de nacionalismos ou de políticas excludentes. Muitos militantes consideravam uma etapa necessária um tipo de libertação colonial e a formação de seus contornos culturais e políticos para depois a necessidade de sua desconstrução. Esse parece ser o caso das Filipinas e Cuba, estudadas por Benedict Anderson, nos quais o nacionalismo absorveu as demandas e influências socialistas e anarquistas, mas se sobressaindo com potencial emergência, com pouca tensão dos membros desses últimos, não só pelas suas convicções uma vez que existiam frentes antinacionalistas nesses países, mas também pelo tipo de aliança construída ou pelas dificuldades apresentadas diante do processo.²⁴

Portanto, imaginários étnicos poderiam se somar ao caráter revolucionário de movimentos como o socialismo e o anarquismo para enfrentarem seus interesses e vice-versa. Esse caráter fez com que as conexões entre anarquismo e nacionalismo fossem intrínsecas desde então e, longe de ser paradoxal, a imaginação nacional, com o passar do tempo, fazia parte da própria construção do transnacionalismo prático desses movimentos.²⁵

Outro fator para essa tendência é que as ideias anarquistas, devido a sua intensa circulação, começaram a aparecer e se tornarem comuns nos círculos letrados, onde se misturavam com as ideias republicanas, positivistas, anticlericais e anti-imperialistas, todas essas, em alguma medida, com alguma perspectiva ou mesmo de embate com o ideário nacional. Alguns anarquistas, também compartilhavam com estes movimentos uma noção de suposto

²⁴ ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras*.

²⁵ É preciso marcar as diferenças entre “internacionalismo” e “transnacionalismo” usados em muitas pesquisas de forma indiscriminada. O Internacionalismo se refere aos movimentos, aqui dentro dos debates socialistas, que consideraram a importância de participação de diferentes grupos em conjunto, nacionais e étnicos, para a construção da sociedade igualitária. Mas, como estamos defendendo na seguinte tese, esse intuito não descartou a influência do ideário étnico ou nacional na circulação de ideias e experiências revolucionárias. Em alguns casos, no processo transnacional, ou seja, no transito de ideias nacionais, pela imigração ou pela circulação de transcritos, o nacionalismo, por vezes, impregnava os discursos como anarquismo.

progresso rumo a uma civilização justa. A tese de vários autores socialistas como Karl Marx, Piotr Kropotkin e Louis Blanc, influenciados pelas concepções hegelianas de que haveria um sentido na história, era apropriada e reinterpretada pelos anarquistas, se justificando entre essas correntes de pensamento.²⁶ Parece sintomático também, como estamos investigando, a trajetória de alguns personagens como Neno Vasco, intelectual e advogado republicado que, ao ter contato com obras literárias e com o movimento operário adere ao anarquismo.²⁷ Benjamim Mota, advogado que se intitulava livre-pensador e anticlerical próximo aos círculos maçons também passa às fileiras anarquistas após sua intensa colaboração com os periódicos libertários da cidade.²⁸ O caso mais interessante talvez seja do militante Florentino de Carvalho, pseudônimo de Primitivo Raymundo Soares, que se tornou anarquista após sua trajetória como oficial na Força Pública do Estado e seu contato com a literatura libertária nas bibliotecas da cultura letrada que a própria instituição fomentava no período.²⁹

²⁶ Existiu uma discussão sobre o sentido de progresso no movimento anarquista. De fato, nos meios socialistas que se proclamavam científicos, como o marxismo, era comum discursarem em torno de um cientificismo, que se autoproclamava resultado do progresso e de um movimento histórico. Piotr Kropotkin, anarquista geógrafo, ao alocar o anarquismo dentro do socialismo científico também criou teorias que colocavam a sociedade anárquica em um horizonte de um suposto progresso do homem e da natureza, embora, como defendam Lucien Van der Walt, era mais flexível e não diretamente relacionado ao funcionalismo econômico. Outros anarquistas, defende Felipe Corrêa, como Malatesta, rebateram quaisquer dessas ideias ao propor o anarquismo como ideologia que depende das vontades e que não estava relacionado necessariamente ao um suposto progresso científico, discurso criado por uma classe social. Ver VAN DER WALT, Lucien. “Global Anarchism and Syndicalism: Theory, History, Resistance.” *Anarchist Studies*, vol.24, n.1, 2016 e CORRÊA, Felipe. “O pensamento político de Errico Malatesta.” In: MOARES, Wallace dos Santos; JOURDAN, Camilla (Orgs.). *Teoria política anarquista e libertária*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016, p.189-228.

²⁷ SAMIS, Alexandre. “*Minha pátria é o mundo inteiro*.”

²⁸ BRITO, Rose Dayane. “No rastro de Benjamin Mota: a defesa das leis sociais e direitos políticos na Primeira República (SP, 1901-1904).” (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016).

²⁹ SANTOS, Kauan Willian dos. “Paz entre nós, guerra aos senhores:” o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais dos periódicos e grupos Guerra Sociale e A Plebe na segunda década do século XX em São Paulo.” (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016), p.91-93.

O maior exemplo de uma simbiose entre o anarquismo e outras correntes ideológicas ou mesmo com os ideários nacionais no Brasil pode ser exemplificado na atuação e construção do grupo e periódico *La Battaglia*, na cidade de São Paulo. Alguns personagens em torno desse órgão, iniciado em 1904 e composto por personagens provindos de diversas regiões italianas, eram atuantes em vários tipos de mobilizações e puderam organizar ou impulsionar boicotes nos ambientes trabalhistas e subalternos na cidade, defendendo a destruição das condições que consideravam desiguais. Contudo, seu recosto nas uniões de tendências étnicas, derivadas de sua própria inserção em ambientes compostos por imigrantes deixavam suas claras marcas.³⁰ Os redatores do jornal, ao tentarem comparar, por vezes, os processos reivindicatórios dos lugares de origem para sua situação local, anexavam discursos de segregação, julgando a população nativa como passiva, assim como atrofiada ou retrógrada a rede política institucional do Brasil:

Deixemos de lado o proletariado nacional, está ainda em formação e com ele ninguém nunca pode contar. É um rebanho de eleitores a bom preço. Falta a preparação histórica, talvez também o próprio ambiente econômico com o qual possa se formar um proletariado indígena. Temos bons companheiros brasileiros, operários ou profissionais, mas, por favor, não vamos procurar o socialismo, o sindicalismo e o anarquismo nas sociedades operárias indígenas, organizadas com fins políticos, de vulgar política.³¹

³⁰ É necessário salientar que muitos imigrantes não vinham com essa identidade nacional definida. Como João Fábio Bertonha Salienta tais personagens “não se viam como compatriotas, mas como vênets, calabreses, lombardos ou sicilianos.” Nesse caso, a identidade italiana era formada nas próprias colônias, onde os mesmos necessitavam de certa união para desenvolver suas demandas de classe. Ver BERTONHA, João Fábio. “Trabalhadores Imigrantes entre Fascismo, Nacionalismo e Lutas de Classe: Os operários italianos em São Paulo entre as Duas Guerras Mundiais.” In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (Orgs.). *História do Trabalho e Histórias da Imigração: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2010, p.65-84.

³¹ *La Battaglia*, São Paulo, 21 jul. 1912, p.1.

Para o historiador Luigi Biondi, o grupo havia absorvido, além de sua cultura política explícita, a tradição do republicanismo mazziniano³², com seus ideais do nacionalismo radical e popular provindo do período da unificação italiana.³³ Alguns bairros, em São Paulo, por exemplo, possuíam uma presença marcante e até majoritária de imigrantes, que por sua vez, se viam isolados, com boa parte da população, da política institucional, e nesse sentido, tal tendência facilitava os processos de organização política e sindical, em um primeiro momento, embora apresentasse e potencializasse entraves com outros grupos, como os trabalhadores nascidos no país.

Não obstante, se as ligações étnicas e a disseminação de movimentos exteriores eram, de fato, inegáveis tendências, esse caráter não cancelou a recepção dessas ideologias por movimentos anteriormente existentes ou por embates entre posições sociais constituídos anos anteriores. O autor Marcelo Badaró Mattos, afirma, no caso específico do Rio de Janeiro, que não foram raros os casos de indivíduos, ligados anteriormente aos movimentos abolicionistas ou também republicanos que se juntaram na construção dos organismos trabalhistas de relevo, inclusive de intenção socialista e revolucionária. Para o autor,

os trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organizadamente pela sua libertação, demonstrando que este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação. Tipógrafos abolicionistas, tipógrafos republicanos, tipógrafos socialistas. [...] Tais trajetórias e seus cruzamentos foram possíveis porque

³² Ver BIONDI, Luigi. *La stampa anarchica in Brasile*.

³³ Edilene Toledo afirma: “Nos anos 1820, projetos republicanos unificados visando a independência tinham se iniciado nos ambientes de emigração política italiana. Entretanto, foi só a partir da década de 1830 que o ideal de uma unificação italiana a ser obtida através de uma luta popular autêntica, e não mediante conspirações e acordos com príncipes, difundiu-se entre os patriotas de tendência democrática, transformando-se em uma doutrina e programa de ação concretos devido, em grande parte, à obra de Giuseppe Mazzini que, preso em 1830 por participar da Carboneria e por suas ideias democráticas, exilou-se na França.” TOLEDO, Edilene. “O nacionalismo na formação e nas trajetórias de dois militantes sindicalistas italianos exilados no Brasil”, p.3.

trabalhadores escravizados e livres partilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe.³⁴

Tais sugestões podem evidenciar que o movimento sindical e suas respectivas orientações políticas não eram exógenos ou estanques da realidade dos movimentos sociais no Brasil. Esse caso, com certeza, estava relacionado com a construção de jornais e grupos anarquistas como *O Amigo do Povo* (1902) em São Paulo, *O Despertar* (1898) no Rio de Janeiro e *A Nova Era* (1906-1907) de Minas Gerais e *A Luta* (1906-1911) do Rio Grande do Sul que aglutinavam imigrantes e brasileiros em sua composição e realizavam esforços de adentrar os movimentos de respaldo popular, pois os redatores desse primeiro defendiam:

Devemos favorecer todas as lutas por liberdades parciais: na luta aprende-se a lutar e quem começa a saborear um pouco de liberdade acaba por querê-la toda. Estejamos sempre com o povo, procuremos ao menos que pretenda alguma coisa e que esse pouco ou muito que queira, o queira conquistar por si mesmo.(...) Contra o governo, que tem exércitos e polícias, não se faz guerra de argumentos, que o não convencem: a luta é toda física, material.(...)³⁵

Esses outros grupos anarquistas, portanto, usavam algumas das lutas já existentes no país, suas especificidades, tradições e ideias de pertencimento, mesmo que redimensionadas ou imaginadas, tentando agregar o maior número de pessoas, ao mesmo tempo em que infiltravam e legitimavam sua cultura política no país. Evidentemente, isso teve relação também com os aspectos migratórios e a composição da população, bem como as estratégias anarquistas em determinada região.

³⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. “Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro.”. *Revista Mundos do Trabalho*, Santa Catarina, vol.1, n. 1, 2009, p. 61-64.

³⁵ *O Amigo do Povo*, São Paulo, 7 de jun. 1902, p.2.

Interessante também foram as transformações do anarquismo quando já assentado em boa parte no país, como as observadas no contexto da Primeira Guerra Mundial, que rompeu o transnacionalismo de muitos movimentos ao fechar as fronteiras nacionais. Com a irrupção da imigração somada à grande migração das áreas rurais para os centros industriais resultou, nessas cidades, o surgimento de uma ideia de fixação. Para autores como Sheldon Maram, isso significou, mesmo com a continuação da instabilidade na vida dos residentes dos bairros operários, ater-se mais incisivamente à luta classista em sua região.³⁶ É interessante, como os anarquistas, mesmo de origem estrangeira, agora mais íntimos dos grupos libertários nascidos no país, faziam uma campanha visando à união de todos os esses, construindo ou alavancando órgãos nacionais a partir de suas existentes redes militantes federalistas.³⁷ Eles também realizavam intentonas visando agrupar o movimento operário brasileiro fazendo frente aos conflitos nacionais e às classes dirigentes:

Como é interessante tudo isso. Os governos contraem as dívidas? O povo que as pague! Os governantes declaram guerras? O povo que morra! E quando for preciso, que se forneçam também ao governo soldados e policiais para que espingardeiem o povo no dia em que achar que tudo isso vai mal. [...] Como hoje, no dia em que tiverem lugar acontecimentos graves, nós voltamos a dizer a dizer que, em vista de a luta ser fatal, inevitavelmente, saiba o povo enfrentá-la por conta própria, afim de conquistar para si a *pátria brasileira*, este rico pedaço do mundo que pode dar pão e felicidade a quantos não odeiam o trabalho. E nesse dia estaremos a seu lado. Ao lado dos politikeiros e dos comerciantes é que nós, os anarquistas, nunca marcharemos.³⁸

³⁶ MARAM, Sheldon. *Anarquismo, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.56-57.

³⁷ Um órgão para coordenar as entidades sindicais já estava em voga desde 1906, a Confederação Operária Brasileira. Nesse período, porém, nasce a primeira tentativa de junção nacional dos grupos políticos anarquistas, a Aliança Anarquista. Para mais ver SANTOS, Kauan Willian dos. “Paz entre nós, guerra aos senhores.”

³⁸ *Guerra Sociale*, São Paulo, 27 jan. 1917. Grifos do periódico.

É revelador perceber como os próprios anarquistas mobilizavam e instrumentalizavam os imaginários nacionalistas para fazer frente aos conflitos nacionais. Ao sublinharem “pátria brasileira”, os personagens reconheciam que, no momento, a evocação de uma visão de pertencimento estava crescendo, uma vez que estava nos discursos de intelectuais e até mesmo das campanhas políticas. Ao também destacarem que os reais ganhos dependiam das lutas “por conta própria”, evocavam e incentivavam a luta unida de cada indivíduo dentro da nação, mas sem o patriotismo, fora do ambiente parlamentar e do lado dos interesses da classe trabalhadora e subalterna, aspecto defendido por sua cultura política. O intuito, portanto, era usar uma imagem de nação para encorpar e garantir um embate efetivo, disputando tal nomenclatura e ideário num corpo socialista. O sucesso da nação e a felicidade dos seus habitantes, nessa visão, não deveria ser dada a partir de rivalidades nacionais, de povos explorados contra povos explorados, mas de fazer frente, de forma unida, internacionalmente mas também nacionalmente contra os supostos causadores dessas calamidades, os governantes, que também estavam ligados, nesse pensamento, a interesses econômicos e políticos. Um ideário nacional, de pertencimento ou de ligação, antes de ser ignorado ou apenas atacado pelos libertários, era usado como uma ponte de liberdade entre a população e os militantes, tática que será acompanhada na segunda e terceira década do século XX pelos agentes libertários, como veremos.

Após uma grande efervescência de movimentos e remodelações da década de 1920, o nacionalismo brasileiro oficial e estatista foi ampliado e fortificado, sendo utilizado em favor dos grupos de interesses de grupos mais abastados que, passando também para o corporativismo da década de 1930. Nesse processo, não só o sindicalismo revolucionário (com a presença de muitos anarquistas) foi danificado, como muitos militantes desse instrumento e vetor social também passaram espontaneamente a apoiar o novo governo. Todavia, outros libertários, mesmo

reprimidos, tentavam reconstruir um movimento operário que unia seus objetivos militantes e políticos, como o federalismo e ação direta, a partir de uma densidade e agrupamento nacional:

Urge que os trabalhadores que já tem associações de suas profissões a eles se unam com entusiasmo, comparecendo às suas reuniões e assembleias, tomando parte ativa em todos os trabalhos associativos, e que eles, que ainda estão desorganizados tratem imediatamente de construir as suas sociedades de resistência. [...] Que as organizações de uma mesma localidade se reúnam em federações locais, reunindo-se estas em federações estaduais e todas reunidas, com as federações das uniões de industriais, reconstituir-se a Confederação Operária do Brasil – que há de ser o baluarte poderoso de nossa causa – a causa da redenção dos trabalhadores do domínio odioso da burguesia.³⁹

Além das ações diretamente contra o Estado, os anarquistas se uniam com outros socialistas, como no caso da criação da Frente Única Antifascista, para fazer oposição à ascensão da ideologia totalitária entre a população brasileira. Interessante notar como, possivelmente, esse tipo de ativismo mostrou a necessidade de uma ação conjunta da esquerda política revolucionária, também em território nacional, rebuscando suas tradições antiimperialistas, mas necessitando de novos suportes e uma dimensão maior para o combate contra o fascismo.

Considerações finais

Com tais considerações em mente, o que percebemos na presente investigação é que, de um lado, muitas vezes o discurso internacionalista era usado de maneira apenas discursiva sem a atenção da própria prática em unir diferentes demandas étnicas e suas especificidades no país, fato que era somado às redes transnacionais entre imigrantes de uma mesma nacionalidade,

³⁹ *A Plebe*, São Paulo, 12 fev. 1927, p.4.

fazendo seus interesses se voltarem mais especificamente ao seu grupo, o que resultava a rápida disseminação da corrente política anarquista em determinada corrente migratória, mas podendo apresentar entraves na totalidade da classe trabalhadora no país. Não obstante, muitas vezes, anarquistas e sindicalistas aproveitavam os próprios imaginários nacionais para alastrarem sua cultura política, unindo essa tendência ao seu internacionalismo prático entre imigrantes de diferentes demandas e brasileiros. Depois disso, tentando construir um movimento operário e revolucionário coeso com as realidades locais, nacionais e internacionalista - mesmo por vezes imaginadas e modeladas - tais agentes impulsionaram o anarquismo e o favoreceram a adentrar nos movimentos sociais e políticos em nossa hipótese. O mesmo acontecia comumente com imaginários classistas - como o internacionalismo, associativismo ou insurrecionalismo - para criarem uma imagem revolucionária dentro de sua ideologia na unidade nacional, assim como legitimarem sua corrente política, ao mesmo tempo também em que usavam e instrumentalizavam textos e pensamentos intelectuais, nacionais e internacionais do período, para tal. Militantes e ativistas anarquistas também desenvolveram suas estratégias e táticas e suas atuações em diferentes esferas - cultural, político e econômica (CORRÊA, 2015, p.177-184) - dependendo da região em que se instalavam, da composição da população, de sua forma de disseminação e enraizamento e da interpretação dos personagens diante dessa realidade.

Os libertários combatiam, de fato, nacionalismos excludentes, defendendo o internacionalismo operário, mas usavam os traços étnicos ou nacionais, sua intelectualidade, por vezes reinterpretada, juntamente com as identidades operárias e classistas, para diluir diferenças e expandir sua cultura política, embora tal processo não foi tão linear. Obviamente, esse jogo também era inverso, paradoxalmente o movimento poderia abrir brechas de sentimentos nacionais usados quando próprio nacionalismo de Estado que, a partir de uma metamorfose violenta

e autoritária provinda primeiramente da necessidade de legitimação dos Estados nacionais, se fortificando a partir do período dos conflitos mundiais e tendo seu ápice no Brasil em 1920 com o golpe de Estado de Getúlio Vargas, corroeu e desgastou os movimentos socialistas como o anarquismo, cooptando seus vetores sociais como o sindicalismo revolucionário ou levando muitos dos seus militantes ao apoio do novo governo. Não obstante, o internacionalismo anarquista, pregado junto com suas demandas transnacionais, vão apresentar resistências e formas de apropriação e crítica a esse tipo de nacionalismo.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: Anarquismo e Imaginação anticolonial*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp; Fortaleza – Ceará: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014.
- AVELINO, Nildo. “Errico Malatesta – revolta e ética anarquista”. *Verve*, v. 4, p.228-263, 2003.
- BAKUNIN, Mikhail. *Estado: Alienação e Natureza*. Belo Horizonte – Minas Gerais: Biblioteca Pública Independente, N/d.
- BERTONHA, João Fábio. “Trabalhadores Imigrantes entre Fascismo, Nacionalismo e Lutas de Classe: Os operários italianos em São Paulo entre as Duas Guerras Mundiais.” In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (Orgs.). *História do Trabalho e Histórias da Imigração: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2010, p.65-84.
- BIONDI, Luigi. “La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915.” (Tese de Laurea, Università di Studi di Roma “La Sapienza”, 1994).

- BRITO, Rose Dayane. “No rastro de Benjamin Mota: a defesa das leis sociais e direitos políticos na Primeira República (SP, 1901-1904).” (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016).
- COLOMBO, Eduardo. “A FORA. O finalismo revolucionário”. In: COLOMBO, Eduardo et all (Orgs.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004
- CORRÊA, Felipe. “Introdução.” In: BAKUNIN, Mikhail. *Revolução e Liberdade: Cartas*. São Paulo: Hedra, 2010.
- CORRÊA, Felipe. “O pensamento político de Errico Malatesta.” In: MOARES, Wallace dos Santos; JOURDAN, Camilla (Orgs.). *Teoria política anarquista e libertária*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016, p.189-228.
- CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra: rediscutindo o anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- CORRÊA, Felipe; SILVA, Alessandro Soares da; SILVA, Rafael Viana da (Orgs.) *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.
- HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (Orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The praxis of national liberation, internationalism and social revolution*. Leiden, Brill, 2010.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- HWANG, Dongyoun. “Korean Anarchism before 1945: a regional and transnational approach.” In: HIRSCH, Steven; VAN DER WALT, Lucien (Orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The praxis of national liberation, internationalism and social revolution*. Leiden, Brill, 2010, p.95-130.
- LEAL, Claudia. “Pensiero e Dinamite: Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos de 1890.” Tese (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2006).
- MARAM, Sheldon. *Anarquismo, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- MATTOS, Marcelo Badaró. “Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro.”. *Revista Mundos do Trabalho*, Santa Catarina, vol.1, n. 1, 2009.
- PORTIS, Larry. “Os IWW e o internacionalismo”. In: COLOMBO, Eduardo et all. (Orgs.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: Uma aventura anarquista*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2002
- SAMIS, Alexandre. “Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX.” (Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2009).
- SAMIS, Alexandre. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.
- SANTOS, Kauan Willian dos. “Paz entre nós, guerra aos senhores:” o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais dos periódicos e grupos Guerra Sociale e A Plebe na segunda década do século XX em São Paulo.” (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016).
- TOLEDO, Edilene. “O nacionalismo na formação e nas trajetórias de dois militantes sindicalistas italianos exilados no Brasil.” *ANAIS DO XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO*, ANPUH/SP, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo, Editora Anpuh, 2008.
- VAN DER WALT, Lucien. “Global Anarchism and Syndicalism: Theory, History, Resistance.” *Anarchist Studies*, vol.24, n.1, 2016.
- VAN DER WALT, Lucien. “Negro e Vermelho: anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880-1920.” *Revista Mundos do Trabalho*, Santa Catarina, vol. 2, n. 4, p. 174-218, 2010.

Flechas vermelhas: trabalhadores, ANL e a tentativa de levante em novembro de 1935 no estado do Amazonas

Davi Monteiro Abreu¹

É impossível nos remetermos aos eventos do século XX sem lembrarmos um livro clássico chamado *A Era dos Extremos*, produzido pelo historiador Eric Hobsbawm. Acreditamos que ninguém refletiu e expressou tão bem o século passado como este intelectual. Para Hobsbawm, “o breve século XX” foi marcado por alguns eventos cruciais, tais como, a guerra mundial, a Revolução Russa, a ascensão do nazi-fascismo, o *Crash* da Bolsa de New York, de forma que é impossível entendê-lo sem compreender tais eventos.

A primeira metade do século XX foi marcada por duas guerras² que levaram o mundo à beira de um colapso: elas envolveram as principais potências mundiais, inaugurando na história da humanidade a “Guerra Mundial”, ou seja, o conflito bélico que se travou nesse século fez sentir suas consequências em

¹ Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH- UFAM); Bolsista CAPES. E-mail: davi.onlyone@gmail.com

² Na Primeira Guerra Mundial (1914- 1918) envolveram-se todos os países Europeus, com exceção da Espanha, os Países baixos, três países Escandinavos e a Suíça. Já na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) as principais nações beligerantes foram, a Alemanha, Japão e Itália, que formaram o Eixo, contra a União das Repúblicas Soviéticas Socialistas, Inglaterra e Estados Unidos da América, os Aliados.

todos os lugares do mundo, o Brasil não ficou de fora. O autor destaca que a guerra foi tão importante que “mesmo quando houve períodos de paz se viveu e se pensou em torno dela” (HOBSBAWM, 1995, p. 30).

Ao final da Primeira Guerra Mundial, surgiu na Europa uma proposta de transformação radical da sociedade, a alternativa que se apresentou foi a Revolução Socialista: o espectro que rondava a Europa, como afirmou Karl Marx em 1948, no *Manifesto Comunista*, tornou-se real. A Revolução Russa³ de 1917 para Hobsbawm (1995, p. 62) se tornou tão importante para o século XX como a Revolução Francesa para o século XVIII.

Uma das principais influências da Revolução Russa no Brasil foi a fundação de um Partido Comunista. O PCB foi fundado em 1922 por grupos dissidentes do anarquismo até então com maior inserção na camada trabalhadora, tendo sido, em 1924, aceito como uma seção da Internacional Comunista, participando desde sua concepção de lutas políticas decisivas na história do país.

Outro evento que marcou o século XX, segundo Hobsbawm, foi a grande crise econômica, tendo como ponto máximo o *Crash* da Bolsa de New York (1929). A economia que desde a Revolução industrial tinha constante progresso e se interligava cada vez mais numa economia global, apesar das oscilações, no período pós-guerra pareceu estagnar. As consequências mais dramáticas da crise econômica foi, sem dúvida, o desemprego em massa, a falência de empresas e a proliferação da pobreza (HOBSBAWM, 1995, P. 98).

Neste cerne, a América Latina foi grandemente afetada, tanto no plano econômico –basta lembrar que houve um colapso econômico na região devido à queda do preço dos produtos para

³ A diferença entre as Revoluções para o autor é que a Revolução de Outubro teve consequências e repercussão maiores, pois produziu o maior movimento revolucionário organizado na história moderna. A Revolução Russa surgiu como alternativa quando os partidos socialistas, apoiados na classe trabalhadora, tomaram para si a crença histórica de sua “inevitável vitória” (HOBSBAWM, 1995, P. 62).

exportação – quanto no político. A economia brasileira, por exemplo, que tinha como base a exportação de café, sofreu várias baixas, assim como a moeda, que a cada dia se tornou mais desvalorizada.

No cenário político, no que tange à América Latina, as consequências da crise econômica e da própria conjuntura política de cada país foram as severas mudanças de governo, a grande maioria destas efetivada por intervenção militar⁴.

Outra consequência, nesse ínterim, foi o fortalecimento dos grupos de extrema direita. Segundo Hobsbawm (1955, p. 108- 120), isso se deu, por um lado, pela linha sectária adotada pela Internacional Comunista, por outro lado pela aparente crise do liberalismo. O primeiro movimento fascista que se apresentou nessa conjuntura foi o liderado por Benito Mussolini, 1922. No entanto, o fascismo do *Duce* não atraiu tanto interesse, a sedução fascista só se efetivou com a ascensão de Hitler, em 1933: sem o *Führer*, o fascismo não extrapolaria a fronteira da Europa.

A ascensão do fascismo na Europa incentivou a criação de várias agremiações de mesmo cunho no Brasil, estas se aglutinariam na Ação Integralista Brasileira (AIB), articulada por Plínio Salgado que, em viagem ao Velho Continente, pode conhecer pessoalmente Mussolini.

Neste bojo, ao mesmo tempo em que o fascismo crescia e ganhava força, proliferavam também as frentes de combate a esta. No Brasil, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) surgiu com este objetivo, reunindo em torno de si pessoas de várias classes sociais que também colocavam em pauta a luta contra o latifúndio, o imperialismo e o pagamento da dívida externa. Essas duas agremiações trouxeram para o cenário brasileiro as querelas políticas entre nazi-fascistas e progressistas, brigas essas que se expressavam em discursos, provocações, acusações, lutas físicas,

⁴ Entre 11 países que compoem a América Latina, nos 11 houve troca de regime, 10 deles por intervenção militar.

óbitos, e, nesse ínterim, o Estado do Amazonas não ficou imune a tais disputas (PRESTES, 2005, P. 104).

Dessa forma, podemos observar que, em 1935, a AIB já estava consolidada no estado do Amazonas, elegendo, inclusive, alguns de seus aderentes para a Assembleia Constituinte do Estado. A ANL inaugurada entre os meses de junho e julho daquele ano, também procurava arregimentar-se em solo amazonense, embora tenha tido uma breve vida legal⁵, tendo sido colocada na ilegalidade dias depois de sua inauguração, após ser lido por Carlos Lacerda, no dia 05 de julho, o texto de Luiz Carlos Prestes em que conclamava “todo poder à ANL!”.

Apesar do fechamento da ANL e do enfraquecimento da mesma, seus trabalhos continuaram. Em novembro de 1935, foi descoberto um plano de uma insurreição que visava atacar com bombas a sede da AIB, o Colégio Dom Pedro, a Chefatura de polícia e a sede o governo. As notícias vinculadas na imprensa se espalharam pela cidade, amedrontando assim, a população amazonense e colocando as forças policiais em alerta (TRIBUNA POPULAR- 18-11-1935).

Por causa desses planos e da apreensão de quatro bombas de dinamite, foi aberto uma inquérito policial⁶ contra o 1º Secretário do núcleo da ANL no estado, Lycurgo Cavalcante, Antônio Laredo Reis, Julio Bertholdo de Moura, Paulo Abreu, Francisco Lima de Sousa e Francisco Bemfica, acarretando a prisão e a condenação desses homens.

⁵ Iremos abordar especificamente essa questão mais a diante.

⁶ O processo contra esses homens iniciou com um inquérito policial aberto por determinação do Chefe de Polícia de Manaus, Ricardo Amorim, a fim de apurar a responsabilidade dos promotores de uma conjuração para subverter a ordem pública nessa capital e atentar contra as autoridades legitimamente constituídas. Consta, inicialmente, a apreensão de quatro bombas de dinamite, pesando seis quilos cada, encontradas por indicação de Lauro Potyguara dos Santos. Foram arrolados nesse inquérito: Antônio Laredo Reis, Julio Bertholdo de Moura, Lycurgo Cavalcante, Paulo Abreu, Francisco Lima de Sousa e Francisco Bemfica.

As fontes utilizadas neste texto são em parte notícias veiculadas no periódico *Tribuna Popular*⁷ e no *Jornal do Commercio*⁸. Outras informações são referentes à Queixa- Crime⁹ Nº 281 movida por Antonio de Vasconcelos, deputado estadual e editor chefe do jornal *Tribuna Popular*, contra Gercino José Tavares de Mello, editor chefe do jornal *O Socialista*.

As demais informações foram acessadas a partir de uma cópia do Recurso Criminal Nº 919¹⁰, anexado junto aos pedidos de liberdade condicional Nº 136 e 137, respectivamente, solicitado por Lycurgo de Souza Cavalcante e Francisco Lima de Souza, cópia esta em que consta parte dos depoimentos dos envolvidos na tentativa de levante na cidade de Manaus.

Sobre a possibilidade de trabalhar com fontes criminais Keila Grinberg (2015, p.126) argumenta que é fundamental que os processos criminais sejam vistos como “mecanismos de controle social” por ser uma fonte oficial, possuir uma linguagem jurídica e

⁷ Amaury Oliveira Pio Júnior tem um trabalho denominado *O TRABALHISMO NO AMAZONAS: O periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas*, defendido no PPGH- UFAM, sobre o periódico. Segundo seus estudos, o periódico *Tribuna Popular* foi criado ano de 1933 com objetivo de propagar as ideias do Partido Trabalhista Amazonense (PTA) e, logo depois, do Partido Popular Amazonense (PPA). O periódico tinha uma tiragem semanal e intitulava-se “órgão de divulgação do Partido trabalhista Amazonense”. Os editores do jornal foram Vivaldo de Palma Lima, como redator-chefe, Antonio de Vasconcelos como diretor político e Oscar Costa Rayol como redator- secretário (PIO JÚNIOR, 2015, P. 86).

⁸ Sobre o *Jornal do Commercio*, ver a dissertação *Do burgo podre ao Leão do Norte: o Jornal do Commercio e a Modernidade em Manaus* (1904-1914). A autora afirma que foi no contexto de mudanças que Manaus estava passando que foi lançado, no dia 2 de janeiro de 1904, o *Jornal do Commercio*, cujo proprietário, fundador e diretor foi o português Joaquim Rocha dos Santos. O foco do jornal era a questão comercial e seu surgimento deu-se para suprir a lacuna da falta de um jornal na cidade de Manaus que defendesse os interesses comerciais da região (RIBEIRO, 2014, p. 31).

⁹ Essa Queixa- crime é interessante, pois consegue mostrar um panorama das querelas políticas no Estado já movido pelo anticomunismo naquele momento, além disso, é relevante, porque foi solicitado como testemunha um membro da antiga gestão da ANL no Amazonas e alguns simpatizantes dessa entidade.

¹⁰ Não tivemos acesso a totalidade do processo- criminal movido contra os envolvidos nos planos para depor o Governador Álvaro Maia, este se encontra no Arquivo Nacional, junto a documentação do Tribunal de Segurança Nacional- TSN. Segundo a equipe da Sala de Consultas do Arquivo Nacional a documentação encontra-se interdita desde 1995 para o trabalho de digitalização, por esse motivo não podemos acessá-lo.

marcado pela intermediação do escrivão. É o que Carlo Ginzburg (2006, p. 13) chama de “filtros e intermediários deformadores”, pois, para ele, a fonte escrita é duplamente indireta, por ser escrita e por ser de autoria de uma pessoa ligada a classe dominante. Mas o próprio autor afirma que não precisamos exagerar quando se fala em “filtros intermediários”, pois o fato de uma fonte não ser objetiva não a torna inutilizável (GINZBURG, 2006, p. 16).

Sidney Challoub (2001, p. 41) defende que ao trabalhar com fontes criminais não precisamos partir a procura daquilo “que realmente aconteceu”, o autor considera essa atitude inocente. O que devemos fazer é analisar com atenção as versões que se repetem, os mal entendidos, às contradições e as mentiras percebidas nos depoimentos. Keila Grinberg (20015, p. 128) concorda com o argumento de Challoub, afirmando que é na relação entre a produção dos discursos e o real que está o cerne da nossa análise, o que nos interessa é o processo de transformação dos atos em autos.

É ainda Challoub que faz uma articulação entre imprensa e processos criminais, argumentando “que a história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais é uma encruzilhada de muitas lutas”. Essas lutas são percebidas nas duas fontes, evidenciando a luta de classe na sociedade, a forma que as classes populares são tratadas nos processos crimes e nas colunas dos jornais, muitas vezes depreciando suas ações, tentando estigmatizar o padrão de comportamento dos populares (CHALLOUB, 2001, p. 41). Dessa forma, esta pesquisa aborda a imprensa como “instrumento de manipulação e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980, P. 19).

A criação da Aliança Nacional Libertadora em Manaus

O momento político no Amazonas após a Revolução de 1930 era de reajustes políticos frente à nova ordem que se colocava. Para Pio Júnior (2015, p. 27), analisar esse momento de instalação do

Governo Provisório no Estado aumenta a capacidade de ver como as forças políticas tradicionais o recebiam e resignificavam seus discursos frente ao novo momento, objetivando a manutenção de seu *status quo*.

Porém, longe de ser um período harmônico, o momento pós-Revolução foi um período de embates, pois no bojo do próprio movimento que levou à Revolução de 1930 já estavam os germes de sua contradição. Ângela de Castro Gomes nos lembra que a Aliança Liberal uniu sob sua bandeira grupos distintos- tenentes e oligarquias dissidentes- e essa diferença, após a vitória revolucionária, ficou mais evidente, em especial, quando começaram a disputar os caminhos do Governo Provisório (1980, P. 26).

O cenário pós- Revolucionário foi um momento de grande prestígio para os tenentes, estes com poderoso recurso político passaram a investir numa ofensiva política se organizando em torno do Clube 3 de Outubro, fundando Ligas Revolucionárias, na tentativa de arregimentar suas bases organizacionais. Já as oligarquias excluídas do poder passam a ofensiva buscando retomar seu prestígio político econômico perdido, dessa forma, começa a campanha pela reconstitucionalização do país, essa anunciada desde 1931 pela própria Constituição Revolucionária (GOMES, 1980, P. 27).

O período pós- revolucionário foi marcado pela disputa entre esses dois grupos, disputas que englobaram desde cargos administrativos até o embate armado. Por um lado, apostava-se na centralização do poder, por outro, apostava-se no federalismo. Essas divergências e rompimentos dentro do Governo Provisório levaram a sua contestação e uma ampla campanha pela reconstitucionalização do país, levada as últimas consequências na Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. Diante disso, Vargas recuou e já em 1932 começou uma tímida abertura política visando a Eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, marcada para maio de 1933.

As eleições para a Constituinte Nacional, em 1933, e para a Constituição Estadual agitaram o cenário político no Amazonas, em Foi no bojo das disputas eleitorais e do processo de reestruturação da ordem política no estado do Amazonas que surgiu, em 1935, a ANL em Manaus. O periódico *Tribuna Popular* noticiou no dia 1 de julho de 1935 a criação da ANL no Amazonas, disse a nota:

Na séde do C. P. A. foi fundada na noite de sabbado ultimo, com a presença de grande numero de operários, a secção regional do Amazonas da Alliança Nacional Libertadora. Estiveram presentes á concorrida reunião muitos elementos de outras classes sociaes tendo reinado indiscriptivel enthusiamos entre os presentes (*TRIBUNA POPULAR*, 01-07-1935).

No mesmo evento¹¹, foi aclamado o diretório provisório da ANL, assim constituído por: Julio Vianna (Presidente); Americo Lopes de Mattos (Vice-presidente); Lycurgo Cavalcante (1º Secretário); Octavio Camara (2º Secretário); Oscar Pires Castanhola (Tesoureiro); Lourenço Braga, Porfirio Affonso, Francisco Salles e Raimundo Nonato Pereira (Conselheiros) (*TRIBUNA POPULAR*, 1-07-1935).

No dia 4 de julho de 1935, foi noticiada uma assembleia geral no Centro Proletário Amazonense¹² (C. P. A) para deliberar um novo presidente para o Diretório Estadual Provisório da ANL. Foi aceito o pedido de renúncia de Julio Vianna da presidência da ANL, tendo assumido o cargo Marciano Armond, que presidia o conselho deliberativo central do Partido Liberal do Amazonas (PLA), partido fundado antes de 1930 e reorganizado em 1932 como partido de oposição. Nessa assembleia, foi criada uma Comissão Executiva,

¹¹ Ocorrido no dia 29 de junho de 1935, na sede Centro Proletário do Amazonas (C. P. A.).

¹² O Centro Proletário do Amazonas, ou Centro Proletário do Amazonas, foi inaugurado no mês de janeiro de 1933 e era localizado na Rua Quintino Bocayuva canto da Rua Marechal Deodoro. O C.P.A tinha como missão arregimentar as classes trabalhistas para defender os direitos do operariado do Amazonas. No C.P.A se organizaram quatro sindicatos: metalúrgicos, barbeiros, chauffers e sapateiros (Relatório da Diretoria do C.P.A, 24-01-1934).

formada por Francisco Meneses, Nestor Pires de Oliveira, José Henriques Filho, Domingos Barbosa, Isaac Bensiman e Herculano de Castro e Costa¹³ (*TRIBUNA POPULAR*, 4-07-1935).

Nesse ínterim, percebemos que a ANL no estado do Amazonas teve uma vida efêmera, sua vida legal durou apenas 17 dias. Com o decreto do dia 11 de julho, Vargas colocou a ANL por seis meses na ilegalidade. No dia 16 de julho de 1935 a capa do *Jornal do Commercio* continha uma nota intitulada “O fechamento das sedes e dos núcleos da ANL”, dizia a nota:

O governo do estado recebeu do ministro Vicente Ráo, com a nota urgentíssima, a seguinte radio circular, data de treze corrente: Tenho a honra e transmitir a vossencia o interio teor do decreto numero 229 de 11 deste mez, afim de que tenha imediata execução nesse estado, em vista do respectivo artigo três: “decreto numero 229, de 11 de julho de 1935, que ordena o fechamento, em todo o território nacional, dos núcleos da Aliança Nacional Libertadora [...]

Frente a esta, notícia o Professor Marciano Armond, atual presidente da ANL, relatou ao *Jornal do Commercio* (16-7-1935),

Tendo em vista o telegrama supra, o dr. Ricardo Amorim, chefe de policia, scientificou do mesmo ao nosso confrade Marciano Armond, presidente da Aliança Nacional Libertadora no estado. O professor Armond declarou ao chefe de policia que a Aliança ainda não tinha sede, estando elle a tratar de um prédio para a mesma, adiantando que, em vista do decreto do governo federal, desistia de qualquer negociação relativa ao aluguel do mesmo.

Interessante mencionar que, enquanto a ANL entrava na ilegalidade, havia uma caravana da mesma chegando ao estado do

¹³ Francisco Meneses (dentista), Nestor Pires de Oliveira (Tipógrafo), José Henriques Filho (Comerciário), Domingos Barbosa (Comerciário), Isaac Bensiman (funcionário público) e Herculano de Castro e Costa (agenciador), Marciano Armond (jornalista), Lycurgo Cavalcante (alfaiate) Julio Vianna (diretor do *Jornal do Commercio*) (*TRIBUNA POPULAR*, 4-07-1935).

Pará. Noticiava o *Jornal do Commercio*, por meio de uma nota que dizia:

O chefe de policia não permittio o desembarque da caravana da Alliança Libertadora [...] Mais tarde permitiu que os membros [...] desembarcassem desacompanhados [...] Mas, diante da situação, a caravana resolveu prosseguir a sua viagem até Manáos no Campos Sales (*JORNAL DO COMMERCIO*, 15-7-1935).

Os membros da caravana foram deportados do Estado do Pará e se encaminharam para Manaus. O *jornal do Commercio* noticiou também a chegada dos membros da caravana no dia 20 de julho de 1935:

A caravana da Alliança Libertadora, que hontem chegou, no Campos Salles, procedente de Belem e deportada pela policia paraense, foi recebida pelo dr. Ricardo Amorim, que penetrou a bordo, em primeiro logar e se entendeu com os caravaneiros, permitindo-lhes o desembarque uma vez que se compromettessem a não realizar comícios (*JORNAL DO COMMERCIO*, 20-07-1935).

A caravana da ANL era composta por Roberto Sisson, Benjamim Soares, Ivan Pedro Medina e Lydia Freitas, recebidos no *Roadway* por uma gama de pessoas que davam vivas à ANL e abaixo ao integralismo. Logo em seguida, distribuíram boletins da União Feminina do Brasil e a polícia teve que intervir com dez policiais, comandados sr Moyses Patrocinio de Oliveira, subcomandante do Corpo de Segurança. Diante da repressão da polícia, os manifestantes se dispersaram, mas antes Roberto Sisson, afirmou que a “a sede da ANL é d’ora avante no meio da rua!” e seguiu para o Grande Hotel (*JORNAL DO COMMERCIO*, 20-07-1935).

No dia 21 de julho de 1935, a caravana da ANL realizou duas reuniões em Manaus, ambas na sede do C. P. A. De cima do prédio, foram jogados panfletos contendo o manifesto da ANL e realizados

discursos aplaudidos e ovacionados pelo público. O ato incomodou os integralistas amazonenses. O diretor da Ação Integralista Brasileira no Amazonas, Paulo Eleutherio¹⁴, tentou por duas vezes contato com o Chefe de Polícia, Ricardo Amorim, querendo tratar acerca das atividades da aliança, pedindo que a polícia intervisse, caso contrário, os integralistas iriam agir. O periódico também noticiou nessa data o regresso da caravana no Campos Salles, com passagem fornecida pela polícia (*JORNAL DO COMMERCIO*, 21-7-1935).

Nas folhas do periódico, foi noticiado que, no dia 21 de julho, os membros da caravana e os adeptos da ANL estiveram presentes em quatro pontos da cidade, porém não realizaram o comício que estava sendo planejado para acontecer no Largo São Sebastião devido à força policial ali montada. À noite, seguiram para o Sul do país. Porém, antes de partirem, Roberto Sisson fez discursos inflamados, dando vivas a Luiz Carlos Prestes e morras aos poderes constituídos. No *Roadway* da *Manáos Harbour* foi evitado pela polícia um confronto entre aliancistas e integralistas¹⁵ (*JORNAL DO COMMERCIO*, 23-7-1935).

Com o fechamento da ANL, os membros da mesma tentam judicialmente a manutenção da legalidade da frente. No dia 19 de julho, por exemplo, na secretaria do Supremo Tribunal Federal Eleitoral, impetraram um requerimento declarando “era preciso que não se esmague a consciência das massas, na sua liberdade de pensar”. Todavia, esse pedido não teve um retorno positivo, a ANL permaneceria fechada e, com os acontecimentos de novembro daquele ano, ela não retornou à atividade (*JORNAL DO COMMERCIO*, 19-7-1935).

¹⁴ Nasceu em Pau d’Alho, Pernambuco, era Professor Catedrático de História Universal e do Brasil, em 1924 fez oposição ao governo de Rego Monteiro (1921-1924), tendo sido agredido fisicamente pela polícia por seus posicionamentos. Em 1935 era membro da AIB no Amazonas (BITENCOURT, 1996, P. 391-392).

¹⁵ O *Jornal do Commercio* não divulgou os nomes dos envolvidos no conflito.

O Brasil Vermelho: a “Intentona Comunista” de 1935

Os três meses que se seguiram ao fechamento da ANL foram de refluxo da agitação política no país. O governo conseguiu dar uma resposta à crise econômica e controlava os sindicatos por meio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e através das leis trabalhistas. A disciplina retornava aos quartéis, os integralistas ocupavam altos postos de comando nas Forças Armadas e, se o fechamento da frente não ocasionou grandes mobilizações populares, a oposição ao governo Vargas não cessou (VIANNA, 2011, p. 199- 200).

As movimentações e as agitações políticas, nesse bojo, retornaram ao cenário nacional entre outubro e novembro com as eleições estaduais e municipais, com greves e com desengajamento definitivo dos militares subalternos. No Amazonas a agitação política foi retomada em agosto com a eleição para vereadores, no dia 31, logo em seguida foi realizada a eleição para suprir a falta de representante do Estado na Câmara Federal e, em novembro, foi realizada a eleição para representação dos trabalhadores. Antes disto, entre os meses de julho e agosto de 1935, aconteceu o VII Congresso da I. C., este foi de suma importância, pois resultou numa modificação da tese de “classe contra classe”, do VI Congresso, pela “frente única contra o fascismo”.

Dessa forma, o trabalho do PCB, que já girava em torno da ideia de frentes populares, continuou pautado por quatro orientações: 1º Luta em frente única e pela ampliação da ANL; 2º Organização do trabalho militar em torno da luta anti-integralista; 3º Organização e desencadeamento de greves operárias nas cidades; e 4º Desenvolvimento de lutas parciais, armadas e de guerrilhas no campo. O PCB há tempos tinha posições bastante dúbias em relação à avaliação conjuntural e a tática política adotada, talvez por ainda não se desprender das antigas orientações do VI Congresso. Muitas vezes, o partido falava de luta armada para tomar o poder, mas não por meio de golpes ou

quarteladas, outras vezes de lutas reivindicatórias e a transformações dessas em guerrilhas, o que não significava tomar o poder central ou o local. Em outros momentos, fazia apelo de insurreições imediatas (VIANNA, 2011, P. 204-206).

A I. C., por seu lado, interpretava o cenário mundial como um período de graves crises do capitalismo e que este estava com os dias contados e para que a revolução fosse vitoriosa faltava apenas o fator subjetivo: a consciência de classes. O PCB embutido desta interpretação via o governo Vargas em crise e não podendo mais permanecer. Portanto, era preciso analisar a questão subjetiva da consciência de classe. O partido acreditava que estava na sua própria natureza a consciência de classe, pois sendo ele o exclusivo representante da classe operária, bastava vontade dos militantes comunistas, orientados pela direção, para que estivessem dadas as condições subjetivas para a revolução (VIANNA, 2011, p. 209).

Mas entre o sonho e a realidade há uma ponte que os comunistas começaram a construir, mas não concluíram. Apesar da conjuntura que possibilitava interpretações otimistas, a organização do partido era deficiente. Sua melhor e mais promissora organização era na área militar (Comitê Antimil). A despeito das leituras otimistas, a executiva do PCB não aconselhava golpes à mão armada, pelo contrário, queria evitar as quarteladas já conhecidas no país. E mesmo a I.C. preferia neste momento a reorganização da ANL.

No entanto, em novembro de 1935, aconteceu um episódio que afetou significativamente os anos subseqüentes da história política brasileira. Chamada pejorativamente de “Intentona Comunista”, foram rebeliões ocorridas em algumas cidades brasileiras (Natal, Recife, Rio de Janeiro), influenciadas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Este evento representou a culminância de um período histórico brasileiro que teve origem nas lutas populares do início

do século XX somadas pelos eventos da história mundial (TAVARES, 1985, p. 69).

Os levantes de novembro de 1935 foram eventos tipicamente nacionais, fundado nas lutas populares do povo brasileiro com a significativa participação das camadas médias urbanas, em especial, os militares, somados a uma conjuntura de forte agitação política.

No Rio Grande do Norte, onde aconteceu o primeiro levante, a agitação política desde 1933 era intensa, com eleições violentas, extinção da Guarda Civil, desengajamento de militar. Em Pernambuco, em especial, a agitação nos quartéis com o advento da política de desengajamento e a greve da Estrada de Ferro *Great Westerns*. No Rio de Janeiro, sob a orientação de Prestes, os quartéis levantaram em solidariedade aos rebeldes do Nordeste.

No Amazonas os eventos que podemos elencar como desencadeadores para o levante foram: a ausência de delegados classistas para a disputa da Constituição Federal, a omissão da Constituição do Estado do Amazonas a cerca da eleição da representação de classe, o descontentamento com o serviço da Inspeção do Trabalho (ligada ao MTIC), a eleição tardia para representantes de classe, política de desengajamento dos praças do 27º B.C., a luta contra a AIB, o desemprego, e o fechamento do núcleo da ANL no Amazonas.

Para o desencadeamento da insurreição no Estado do Amazonas acreditamos que pesou o espírito golpista dos tenentistas, pois ainda estava na memória da população e dos soldados o evento de julho de 1924, quando o estado foi tomado pelas forças do 27º B. C. Mas agitação de quartel não se restringiu a 1924. Costa (2001, p. 129) aponta que, em 1932, houve movimentações de apoio civil e militar à “Revolução Constitucionalista” na região de fronteira entre o Amazonas e o

Pará. Em março de 1935¹⁶, houve trocar de escaramuças entre praças do 27º Batalhão de Caçadores e guardas da polícia civil, ocasionando 4 mortes e a vinda do Comandante da 8ª Região Militar, general José Alberto de Mello Portela, para apurar os motivos do conflito.

Outro fator que pesou em todos levantes, sem dúvida, foi a política de desengajamento que começou a ser colocada em prática em todo país. Acerca das políticas de desengajamento, Vianna afirma que a partir de junho de 1935 tornou-se pública a intenção do Ministério da Guerra não permitir mais o engajamento de sargentos, cabos e soldados com menos de 10 anos de serviço, além de, dar baixa dos sargentos que tivessem mais de 20 anos de serviço. Essa medida começou a ser efetivada aos poucos, o que ocasionou protestos dos militares e incentivou que estes aderissem aos levantes de novembro de 1935 (2011, 179-180).

O segundo fator que pode enumerar para explicar a tentativa de levante é a mobilização contra o fascismo representado no país pela AIB. A partir das fontes aqui trabalhadas, é possível perceber a ojeriza recíproca entre ANL e AIB, que em alguns momentos entravam em confronto físico, como na estadia da caravana da ANL no Estado. A AIB possuía força política considerável no Amazonas, basta que lembremos que, em 1934, a entidade elegeu 16 deputados estaduais e tinha representações em todas as legendas (PIO JUNIOR, 2015, P. 66; COSTA, 2001, P. 177). A força integralista neste Estado era grande a ponto de Paulo Eutério, diretor da AIB no Estado, exigir a saída dos membros da caravana da ANL do Estado, cobrando por duas vezes providências da polícia (JORNAL DO COMMERCIO, 21-7-1935).

O terceiro elemento que podemos classificar como motivo para tentativa de levante no Amazonas é insatisfação dos membros do CPA e da ANL em relação a representação e organização da

¹⁶ Episódio ocorrido dia 5 de março de 1935, na Avenida Eduardo Ribeiro, durante os festejos de carnaval. Na ocasião morreram 4 pessoas (MENSAGEM DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1936; JORNAL DO COMMERCIO, 13-03-1935).

classe trabalhadora. Encontramos na *Tribuna Popular* um texto de Paulo Abreu, presidente do sindicato dos estivadores, e que tinha concorrido a deputado estadual, em 1934, pelo PTA, escreveu um texto em resposta ao artigo de Ernesto Pinto, publicado no periódico *O Jornal*, abordando tais questões:

Meu caro amigo você sabe, perfeitamente que eu, sempre pugnei pelo direito do operário, simplesmente dentro das possibilidades das leis que o amparam.

Infelizmente, o Ministério do Trabalho, pelo que temos visto, desmentio as sua finalidades, assim como as repartições, suas subordinadas, têm confirmado. No sul, como meu amigo sabe, o operário é coeso e forte inteligente e capaz de defender seu ideal, mesmo pela violencia como somos testemunhas; e jamais com o amparo da lei conseguiu vêr os seus direitos respeitados, direitos esses que transformados em leis e decretos pelo sr. Getulio Vargas antes de ser presidente constitucional, promettiam abertamente.

V. caro amigo sabe muito bem que o dec. 19.770 nos seus dispositivos era mais perfeito que o atual 24.694, ampliado pela emenda catholica Waldemar Falcão -pluralidade syndical- Si como o amigo afirma - a syndicalização da classe não é obrigatória- por que obrigar o operario a conduzir uma carteira profissional e ser syndicalizado para defender (ilegível) [...] o operario contribuir para o beneficio e outrem, se sabe que elle existe , mas para se lhe dar o que, de facto, lhe pertence, já pelas leis naturaes, já pelas papeis ninguém o conhece [...] (TRIBUNA POPULAR, 24-06-1935).

No texto, Paulo Abreu deixa nítida sua insatisfação com o decreto 24. 694¹⁷ que foi o substituto do decreto 19.770, ambos foram criados para regulamentar a organização dos sindicatos de empresários e de trabalhadores. O Decreto nº. 19.770¹⁸, foi criado

¹⁷ BRASIL. Decreto 24.694, de 12 de julho de 1934. Dispõe sobre os sindicatos profissionais. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24694-12-julho-1934-526841-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em: 15/08/2018.

¹⁸ BRASIL. Decreto 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. Disponível em:

em 1931, garantia aos trabalhadores o direito de defender, junto ao governo e ao Ministério do Trabalho, os “interesses econômicos, jurídicos, higiênicos e culturais” de todos os empregados que exercessem “profissões idênticas, similares ou conexas”, no entanto, exigia que os sindicatos que fossem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho para que garantissem seus direitos. Para que os sindicatos pudessem ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho fazia-se necessário o envio ao MTIC a ata dos trabalhos de instalação, a relação dos sócios, as cópias dos estatutos. O sindicato tinha que ter, no mínimo, 30 associados maiores de 18 anos, dos quais pelo menos 2/3 deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados.

Já o decreto 24.694, criado em 1934, trouxe a questão da pluralidade sindical, um dos pontos criticado por Paulo Abreu, sendo reconhecidos os sindicatos que agrupassem 1/3 ou mais de trabalhadores que exercessem atividades idênticas, similares ou conexas. Segundo o artigo 3 do decreto poderiam organizar-se em sindicatos, os empregadores, explorem o mesmo gênero ou espécie de atividade agrícola, industrial ou comercial; os empregados, trabalhem em profissões idênticas, similares ou conexas; os profissionais liberais; os que trabalhem por conta própria. O decreto 24. 694 impedia que MTIC de fechar os sindicatos por mais de seis meses, mas tinha o poder de reconhecer ou não os criados.

Em suas críticas Paulo Abreu continuou dizendo:

O meu amigo está bem lembrando o que foi a Delegacia do Trabalho (ilegível). Assim como o que tem sido a Inspectoria Regional do Trabalho aqui. O nosso Bandeira, nada fez; o tempo foi demais trabalhoso, que nem sequer pode organizar as Comissões de Conciliação e julgamento, pois as listas dos nomes dos operários- para essas organizações- desapareciam até do gabinete.

O actual Inspetor nos pregou muita sinceridade, muita vontade de organizar o operariado amazonense, citando até phase da sua vida de creança nas Uzinas de seu velho e honrado pae, e, no entanto, ainda não podemos lhe ser gratos...

[...] O meu amigo criterioso como tem sido, e como é, no desempenho das funções que exerce, sabe muito bem e conhece as evasivas do dec. 24.694, pelas quaes o patronato anda sempre ao par das autoridades e dos advogados, para destruir as organizações profissionaes.

A crítica de Paulo Abreu pode explicar o porquê, em 1933, não havia nenhum sindicato do Amazonas reconhecido pelo MTIC e isso impediu que tivessem representações de classe na Constituinte Federal. Além disso, ele faz uma denuncia acerca do trabalho da Inspetoria Regional do Trabalho, argumentando que esta beneficiava o patronato, em detrimento, das classes trabalhadoras.

Flechas Vermelhas: uma tentativa de levante armado no Amazonas

A tentativa de assaltar o céu

Após o fechamento da ANL e do enfraquecimento da mesma, seus trabalhos continuaram. Em novembro de 1935, foi descoberto um plano para uma insurreição que visava atacar a sede da AIB, o Colégio Dom Pedro, a Chefatura de polícia e a sede o governo. As notícias vinculadas na imprensa se espalharam pela cidade, amedrontando assim, a população amazonense e colocando as forças policiais em alerta (TRIBUNA POPULAR- 18-11-1935).

Os envolvidos no plano eram o 1º Secretário do núcleo da ANL no estado, Lycurgo Cavalcante, Julio Vianna, Paulo Abreu, Antônio Laredo Reis, Julio Bertholdo de Moura, Francisco Lima de Sousa e Francisco Bemfica. Devido a esse plano e da apreensão de

quatro bombas de dinamite, foi aberto um inquérito policial¹⁹, que logo se tornou um processo-crime, levando a condenação dos envolvidos.

Sobre o referido plano, a *Tribuna Popular* estampou na sua capa, no dia 18 de novembro de 1935, uma matéria intitulada “A pretensa intentona” que aborda a tentativa de levante armado no Estado do Amazonas:

A semana finda decorreu num ambiente de relativa anciedade, mercê da apprehensão de quatro bombas, effectuada em uma dependência do <Onze Brillhante>, na madrugada de 10 do corrente, e também dos boatos alarmantes, espalhados na cidade possivelmente por pessoas que talvez falhas de ocupações sérias, aqui como em toda parte, dedicam-se a esse genero de esporte, gosando com desassocego dos cidadãos pacatos, e principalmente, com o panico das familias.

Já affirmamos que a ordem não será alterada em nosso Estado vigilantes e habilitadas como estão as autoridades estadoaes e federaes para suffocar immediatamente qualquer tentativa de subversão [...]

O que mais alarmou a nossa população, essencialmente ordeira, foi a noticia insistente espalhada ás primeiras horas da noite de 11 do corrente, de que ás 23 horas seria atacado o paço governamental com o fim de depor o chefe do Estado, ou forçal-o á renuncia das funções que exerce, por delegação da quasi totalidade da população do Estado, visto que dos 30 deputados que representam o povo do Amazonas, militantes de todas as facções políticas aqui existentes, 28 suffragaram-lhe o nome de amazonense digno, conceito de que ainda não desmereceu sinão, talvez, na opinião daquelles que viram contrariadas as suas ambições desmedidas e repelidos os seus caprichos reprováveis.

¹⁹ O processo contra esses homens iniciou com um inquérito policial aberto por determinação do Chefe de Polícia de Manaus, Ricardo Amorim, a fim de apurar a responsabilidade dos promotores de uma conjuração para subverter a ordem pública nessa capital e atentar contra as autoridades legitimamente constituídas. Consta, inicialmente, a apreensão de quatro bombas de dinamite, pesando seis quilos cada, encontradas por indicação de Lauro Potyguara dos Santos. Foram arrolados nesse inquérito: Antônio Laredo Reis, Julio Bertholdo de Moura, Lycurgo Cavalcante, Paulo Abreu, Francisco Lima de Sousa e Francisco Bemfica.

Que existem descontentes, sabemol-o; sabem no quantos se interessam de pela coisa publica, mas é preferível descontentar os ambiciosos vulgares, velando pelos creditos da administração, apoiando-se na dignidade e na justiça, a contentar uma ou duas centenas de thuriferarios, com sacrificio da dignidade e dos reditos públicos.

Com ou sem sacrificio, a ordem e o regimem serão mantidos, e os dinheiros públicos serão empregados sómente nos limites traçados pela lei (*TRIBUNA POPULAR*, 18-11-1935).

Esta matéria não dá os nomes dos envolvidos, nem se estavam agindo sob a ordem de alguém, tampouco, mencionando o envolvimento da ANL ou do PCB na tentativa de ação. A matéria também não dá pistas acerca da motivação para a tentativa de deposição do governador Álvaro Maia.

Ao ler a notícia percebemos a tendência do periódico na defesa do governo constituído, logicamente, a face tendenciosa da notícia explica-se por ser este periódico ser partidário de Álvaro Maia. A Tribuna Popular que, até então, era o periódico do PTA e que por meio lia-se algumas críticas ao governador, no mês de junho de 1935, com a fusão do PTA com o PSA- partido de Álvaro Maia- passou a ser o periódico porta-voz do PPA (Partido Popular Amazonense) e, com isso, as críticas ao mesmo se minimizam.

Esse episódio gerou um processo-crime N° 919 arrolado contra Antonio Laredo Reis, Lycurgo Cavalcanti, Paulo Abreu, Julio Bertholdo de Moura, Francisco Bemfica e Francisco Lima de Sousa. Outras informações acerca do episódio captamos através da Queixa- Crime N° 281 movida por Antonio de Vasconcelos, deputado estadual e editor chefe do jornal *Tribuna Popular*, contra Gercino José Tavares de Mello, editor chefe do jornal *O Socialista*.

Por meio dessa Queixa-crime, é possível encontrar depoimentos proferidos pelo agente secreto da polícia, Lauro Potiguara dos Santos²⁰, e do presidente do Clube Onze Brilhante²¹,

²⁰ Agente secreto da polícia, natural do Estado do Pará, residia em Manaus na avenida J.G Araújo, número 881 (Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Processo-crime N° 281, Manaus: 1935).

Pedro Cristino de Oliveira, que nos dão um panorama das articulações para esse malgrado levante.

Pedro Cristino de Oliveira, em seu depoimento, afirmou que foi abordado no dia 29 de outubro de 1935, no Café Normal, por Antonio Laredo Reis²², este o chamou para uma conversa em particular na qual o convidou a participar de um plano para depor o governador do Estado, Álvaro Botelho Maia. No depoimento, ele afirmou ter fingido aceitar o convite e após o diálogo, relatou o ocorrido ao Chefe de Polícia, Ricardo Amorim. Esse, por sua vez, pediu para ele se certificar dos planos (Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Processo-crime Nº 281, Manaus: 1935).

Na noite do ocorrido, Antonio Laredo Reis foi ao Onze Brilhante e perguntou se ali poderia realizar uma reunião para tratar sobre o movimento, mas Pedro Cristino de Oliveira alegou que a reunião só poderia ser realizada na tarde do dia posterior, dia 30, às 16:00 hr. Na tarde do dia seguinte, estiveram presentes no parque Antonio Laredo Reis, Julio Bertholdo de Moura, uma pessoa a mando de Lycurgo Cavalcanti e o próprio Pedro Cristino. A reunião durou cerca de quinze minutos, mas nada ficou acertado. Ao fim da mesma, Antonio Laredo Reis solicitou que Pedro Cristino guardasse oito pentes de bala, porém, este não aceitou.

À noite, Antonio Laredo Reis retornou ao Onze Brilhante acompanhado de um Cabo do 27º Batalhão de Caçadores²³. Segundo eles, portavam duas granadas que pediram para Pedro Cristino guardar no depósito de materiais do Clube e este, depois da orientação do chefe de polícia, assim o fez. Mais tarde, Pedro Cristino levou um investigador da polícia chamado Juca Barros ao

²¹ Clube de jogos localizado no Bairro Cachoeirinha, Manaus.

²² Temos poucas informações sobre Antonio Laredo Reis.

²³ O nome do militar não foi mencionado por nenhum dos depoentes.

local, esse atestou que não se tratava de granadas, mas sim de dois alteres para exercício físico.

Após esse ocorrido, o Chefe de Polícia pediu que Pedro mantivesse contato com Lauro Potiguara dos Santos, informando tudo que pudesse. Pedro empregou Lauro como porteiro no clube e esse passou às investigações acerca do movimento, servindo como porteiro, participante da subversão e investigador da polícia.

Em seu depoimento, Lauro Potiguara dos Santos²⁴ afirmou que trabalhava desde o dia 15 de setembro de 1935 como agente secreto da polícia. Ao começar seu triplo serviço, conheceu Antonio Reis, o mentor intelectual da insurreição. Fingindo-se de aliancista, afirmou que se tivesse sido convidado pelos integralistas para um movimento não aceitaria, porque não simpatizava com a ideologia daquela entidade, ganhando assim a simpatia de Antonio Reis (Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Processo- crime N° 281, Manaus: 1935).

Sua primeira incumbência foi levar um bilhete de Antonio Reis a Lycurgo Cavalcanti, no Centro Proletário Amazonense (C. P. A). Antes de entregar o bilhete, Lauro mostrou-o ao Chefe de Polícia. Este leu e imediatamente ordenou que o agente levasse o recado ao destino.

Ao receber a carta, Lycurgo Cavalcanti reclamou de algumas frases ali contidas, tais como: “a organização de vinte e três séries, umas de cento e vinte homens e outras de oitenta, vindos de Constantinópolis, São Raymundo e outros lugares”. Lycurgo solicitou que Lauro o encontrasse a noite no Café Leão de Ouro.

À noite, Lycurgo não compareceu ao encontro, mas o agente da polícia pode ouvir um grupo que conversava na esquina. Segundo ele, uma das pessoas que o policial não identificou afirmou “vão matar o tenente agora”.

²⁴ Segundo Lauro Potiguara, ele esteve nos Estados Unidos e lá observou que os policiais se infiltravam nas gangues para investigar seu funcionamento e, orientado pelo Chefe de Polícia, usou dessa tática para desarticular o plano dos rebeldes.

Ao voltar ao Onze Brillhante, informou a Antonio Reis que não encontrou Lycurgo Cavalcanti e, portanto, não trouxe instruções do mesmo. Antonio Reis, por sua vez, o orientou a seguir rumo à estrada de Constantinopolis e que fosse a partir da oficina da *Manaos Tramways*, que colocasse um chapéu do lado do peito esquerdo e que fosse tamborilando com os dedos sobre a copa do chapéu de palha, pois alguém iria entender o sinal.

Lauro fez como orientado e na estrada foi abordado por uma pessoa desconhecida a quem informou que “nada tinha sido feito, que dispersasse o pessoal”. Logo após, regressou ao Onze Brillhante e informou à Antonio Reis sobre o cumprimento da missão.

No dia seis de novembro, o agente da polícia foi até a alfaiataria de Lycurgo Cavalcanti a fim de coletar informações, tendo ouvido do mesmo que precisava ter mais cuidado, pois a polícia estava investigando-os. À tarde, após informar o chefe de polícia, retornou à alfaiataria e ali encontrou Lycurgo conversando com um senhor chamado Machado e com outro que Lauro descreveu como “um senhor vermelho que trabalha no Jornal do Commercio²⁵”, também estava presente o Cabo do 27º B. C. Nesse mesmo dia, Lauro Potiguara recebeu do referido senhor Machado dois boletins²⁶ que ele levou até ao chefe de polícia.

No dia oito, estando na alfaiataria de Lycurgo, chegou Julio Bertholdo de Moura²⁷ que, chamando-lhe para conversar, disse que precisava de oito mil réis para comprar uma espoleta para a fabricação de uma bomba e perguntou se Lauro poderia emprestar sete mil réis, pois ele já possuía um mil réis. Lauro afirmou que conseguiria a quantia com Pedro Cristino.

Lauro não procurou Pedro Cristino, mas sim Ricardo Amorim, Chefe de Polícia. Este lhe concedeu o valor solicitado por Julio Moura. A bomba ficou pronta no dia nove e Julio Moura,

²⁵ Provavelmente seja Julio Vianna, que era gerente do referido periódico.

²⁶ Esses boletins não estavam anexados ao processo.

²⁷ Temos poucas informações sobre Bertholdo Moura.

encontrando o agente infiltrado em frente ao Mercado da cidade, o incumbiu de receber a bomba na redação do jornal *Tribuna Popular* a qual estava sobre a posse de Francisco Lima de Sousa²⁸.

Chegando à redação do jornal, o agente infiltrado, foi abordado por Francisco Lima que lhe perguntou se levaria apenas o que Julio Moura deixou por lá ou se também levaria os objetos vindos da casa de Lycurgo Cavalcanti. O agente disse que estava ali para levar todos os objetos ali guardados. Francisco Lima, então, retirou de um fogão de ferro que estava na sala de composição, três embrulhos, em um embrulho continha duas bombas e nos outros dois uma bomba em cada.

Com os artefatos em mãos, se dirigiu ao Café Mimosa onde se encontrou com Pedro Christino. Dali, os dois seguiram para o Onze Brilhante onde armazenaram as bombas no depósito. À noite, no mesmo local, Lauro Potiguara informou Antonio Reis que as bombas já estavam ali, no mesmo depósito em que estavam guardadas “as granadas”.

Na mesma ocasião, Antonio Reis comunicou a Lauro que ele havia sido designado para aplicar uma das bombas, tendo o agente infiltrado aceitado prontamente a orientação. Reis disse a Lauro que as bombas²⁹ estavam destinadas para a destruição do Palácio do Governo, da Chefatura de Polícia, do Ginásio Dom Pedro II e da sede do Clube Integralista. Lauro Potiguara ainda disse em depoimento Antonio Reis que para essa insurreição, contava com alguns homens que tinham sido enviados para a Colômbia³⁰ com o encargo de participarem de movimentos armados naquele país.

²⁸ Francisco Cavalcante era compositor gráfico da *Tribuna Popular*.

²⁹ É importante mencionarmos que essa insurreição tinha sido planejada para o dia 5 de novembro, no entanto, não foi realizada porque Francisco Chagas de Souza Bemfica extraviou duas caixas de dinamite e duas metralhadoras *Hotch-kiss* vindas do bairro São Raimundo.

³⁰ A Revista *Vitória Régia* (1932, N. 10) divulgou o início do conflito entre Colômbia e Peru pelo território de Letícia. 300 rebeldes armados tinham reivindicado o território que segundo ao tratado Salomão- Losano de 1922, o território pertencia à Colômbia. A matéria apresentava também três navios colombianos que estavam na baía do Rio Negro prontos para ir a Letícia. O conflito iniciou em 1933 e acabou em maio de 1934.

Sua intenção era que esses homens regressassem a Manaus para participar dos eventos aqui e, para tal aventura, contava com desempregados vindos dos seringais e desempregados da cidade, assim como com soldados do 27º B. C., alguns que estavam ganhando baixa e outros em atividade (Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Processo-crime Nº 281, Manaus: 1935). Lauro, por volta de 21 horas, foi à Casa de Detenção e informou tudo ao Chefe de Polícia.

No dia 10 de novembro, uma hora do dia, o chefe de polícia mandou chamar Lauro Potiguara. Ele o aguardava do lado de fora do Clube, dentro de seu automóvel e acompanhado do Comandante da Guarda Civil. Estes informaram que receberam ordens do Governo do Estado para fazerem a apreensão dos artefatos. Assim, às quatro horas da manhã, as bombas foram apreendidas.

A queda ao inferno

No dia 14 de Novembro de 1935, os envolvidos no plano subversivo foram presos preventivamente. Os homens tidos como líderes da tentativa de insurreição – Antonio Laredo Reis, Lycurgo Cavalcanti, Paulo Abreu, Julio Bertholdo de Moura, Francisco Bemfica e Francisco Lima de Sousa – foram processados com base na Lei de Segurança Nacional nos seus artigos 13³¹ e 20³².

Lycurgo Cavalcante, em juízo, alegou não ter participação da tentativa de insurreição. Afirmou ser contrário aos ideais do Integralismo e simpatizante da ANL, que mesmo essa na ilegalidade não se afastou dos seus ideais e nem do seu programa.

³¹ Art. 13. Fabricar, ter sob sua guarda, possuir, importar ou exportar, comprar ou vender, trocar, ceder, ou emprestar, por conta própria ou de outrem transportar, sem licença da autoridade competente, substâncias ou engenhos explosivos, ou armas utilizáveis como de guerra ou como instrumento de destruição.

³² Art. 20. Promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie, cuja atividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social por meios não consentidos em lei.

Francisco Lima de Sousa afirmou ser alheio a qualquer entrega de bombas que pudessem ser usadas para subverter a ordem pública. Reiterou ser simpatizante da ANL, conhecer todos os acusados, com exceção de Antonio Reis (Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Recurso-criminal N° 919, Manaus: 1935).

Paulo Abreu negou sua participação no movimento, afirmando coordenar as forças operárias para o bem das mesmas dentro da lei e da ordem. Confirmou que conhece Julio Moura e Lycurgo Cavalcante e é ciente que este é membro da ANL. Antonio Laredo Reis confirmou as palavras do agente de polícia Lauro Potiguara, confirmando sua participação como dirigente do movimento, afirmou que mantinha uma sociedade anônima com embarcações e indivíduos desempregados e que através dessa sociedade procurava fazer política, mandando muitos homens para Colômbia e para muitos municípios do Estado, orientados para a articulação de um golpe ao poder público e ao integralismo (Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Recurso-criminal N° 919, Manaus: 1935).

São de Julio Bertholdo de Moura as afirmações mais contundentes e reveladoras. O acusado negou a participação no movimento subversivo, porém confessou ter confeccionado as bombas, tendo fabricado, certa vez, 500 bombas para o ex-governador de Pernambuco, Manuel Borba³³. Julio Moura também admitiu ser capaz de fazer explodir uma bomba a um quilômetro de distância através de um mecanismo de sua invenção. Declarou que já serviu o Exército na 1º Batalhão de Engenharia. Por fim, afirmou ser simpático a ANL, tendo sido soldado de Luiz Carlos Prestes e que para o triunfo deste não trepidava em fazer qualquer sacrifício (Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Recurso-criminal N° 919, Manaus: 1935).

³³ Durante a eleição de 27 de maio de 1922, em Pernambuco, Manoel Borba apoiou a candidatura do senador Carneiro da Cunha. Seu grupo era apoiado por comunistas e anarquistas. A eleição se em um clima de grande agitação, chegando a eclosão da luta armada (CARONE, 1985, P. 35).

A tentativa de levante no Amazonas trouxe consigo algumas características interessantes de mencionar. Primeira delas é a ausência do Partido Comunista do Brasil no estado do Amazonas. O processo, tampouco, os periódicos pesquisados não citam a existência deste nesse território, nem consta ser algum dos condenados filiados a este. Julio Bertholdo Moura, em seu depoimento, se disse soldado de Luiz Carlos Prestes, mas por ter servido no 1º Batalhão de Engenharia juntamente com Prestes, deixando muito vaga a afirmação. Francisco Bemfica afirmou na Justiça Federal que os envolvidos eram comunistas, sem citar o partido. Desse modo, os rebeldes neste Estado, com a inexistência do PCB e a ilegalidade da ANL, se organizaram a partir do C. P. A. somando as indignação com os descasos frente a Inspeção Regional do Trabalho e o fechamento do núcleo da ANL.

Outro ponto para refletirmos é a data para o levante na cidade de Manaus. Os levantes de Natal, Recife e Rio de Janeiro, seguiram um efeito cascata, após a insurreição inesperada no Rio Grande do Norte, no dia 23 de novembro, ação essa que pegou, inclusive, a executiva do PCB de surpresa. A insurreição nesta capital estava planejada para ser executada no dia 12 de novembro, 11 dias antes do ato na capital potiguar. Sabemos que a avaliação da executiva do PCB sobre o clima revolucionário no país tinha sido mudada naquele mês, mas essa mudança de percepção foi debatida e aprovada na reunião realizada entre os dias 23 a 25 de novembro, reunião deliberação esta que não marcou data para a ação, depois do evento em Manaus. A tentativa de levante no Amazonas fortalece a tese que não houve orientação da Internacional Comunista, nem do PCB para o desencadeamento dos levantes, cada grupo de pessoas organizadas por meio da ANL e tendo a frente uma agitada conjuntura avaliaram que a revolução estava na ordem do dia e resolveram se levar em armas. Apesar de frustrado o levante no Amazonas poderia ter tido o papel que Natal teve no Nordeste, servido de inspiração para que outros Estados também se levantassem.

Por fim, a matéria da *Tribuna Popular* não citou os acontecimentos no Amazonas no rol do que se denomina “Intentona Comunista”. A matéria intitulada “O surto extremista” anunciada no periódico afirmou que:

Tudo induz á crença de que o movimento subversivo irrompido em Natal não foi de nenhum modo um acto isolado. Bem ao contrário, teria elle vastas ramificações, e tanto que logo de seguida deflagrou em Recife, seguindo-se-lhes o pronunciamento de uma unidade do RI, aquartelado em Praia Vermelha, na capital da Republica, apoiado pela Escola de Aviação (*TRIBUNA POPULAR*, 2-12-1935).

Apesar de citar que o levante em Natal não foi um caso isolado o periódico considerou no elenco do movimento subversivo apenas os acontecimentos posteriores ao dia 23 de novembro. Já o processo aberto contra os rebeldes sim os colocou no mesmo rol, ainda que o julgamento desses tenham sido no próprio Estado, na Justiça Federal, tendo sido enviado para o Corte de Apelação apenas em 1936. Os insurgentes foram condenados no dia 13 de janeiro de 1936 na Justiça Federal, sendo, posteriormente, na Corte de Apelação aumentada suas penas.

No veredito, Paulo Abreu foi absorvido. Julio Moura foi condenado a 2 anos e 6 meses de prisão, embasada no artigo 13, e mais 1 ano e 6 meses fundamentado no artigo 20, somando assim, 3 anos e 9 meses de prisão em regime fechado. Antonio Laredo Reis foi condenado a 6 meses de prisão em regime fechado. Enquanto Lycurgo Cavalcante e Francisco Lima de Sousa foram condenados a 1 ano e 3 meses de prisão. A fonte não informa a pena de Francisco Bemfica.

Julio Vianna foi preso como agitador comunista no dia 19 de junho de 1936, sendo processado nos artigos 20 e 21 da Lei de Segurança Nacional e condenado a um ano e nove meses de prisão. Pesou sobre Julio Vianna ter sido um dos fundadores da ANL no Estado, além de ter escrito uma carta, datada dia 10 de julho de

1935, para Custódio Lobo, dando notícias sobre a fundação do núcleo. Outro argumento que pesou contra ele foi uma citação atribuída à Karl Marx³⁴ durante seu discurso de despedida da gestão do C. P. A., que também ajudou a fundar (Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Processo- crime N^o 281, Manaus: 1935).

Considerações finais

O historiador Eric Hobsbawm afirma que a insurreição é um fenômeno urbano que acontece na maioria das cidades do mundo, ou seja, é um evento que pode ser considerado inerente à vida urbana, pois a cidade é um lugar onde se concentra uma gama de pessoas despossuídas e, ao mesmo tempo, concentra a sede dos poderes locais. Para ele, o que as populações pobres têm feito ao longo da história é rebelar-se contra poderes constituídos, reclamando dos descasos e das omissões (HOBSBAWM, 2015, p. 283). Às vezes, essas manifestações das classes subalternas são pacíficas, geralmente passeatas, outras vezes a violência se faz presente, como na tentativa de assalto ao poder planejada por esses homens no Estado do Amazonas.

Ao analisar o cenário econômico do Amazonas entre as décadas de 1920 e 1930 percebemos que a crise estabelecida com o definhamento da economia da borracha massacrava os cofres do Estado, levando a crescente déficit nas contas públicas, a decadência da vida urbana e denúncias e protesto da população (SANTOS, 2001, P. 35). No aspecto político observamos que assim como no restante do país a década de 1920 e 1930 foram de constantes disputas, apresentando novos agentes ao cenário nacional, disputas essas eleitorais ou por meio das armas, representaram certa mudança no Amazonas, mas dando poucas

³⁴ “Uni-vos a todos aqueles que não são teus maiores inimigos, para vencer o grande capital, depois procura ir suplantando os demais inimigos menores, ate chegares o final de tuas ideas e socialismo coletivo”, foi a frase usada por Julio Vianna, ele atribuiu esta à Marx.

respostas a crise que continuava latente, acarretando o desemprego de muitos.

Nesse ínterim, os descontentes da sociedade buscaram a saída que lhe tirassem da subalternidade e exclusão social, uma das alternativas escolhidas foi a luta em armas contra o poder constituído. Os levantes de novembro de 1935 estavam nesse bojo da busca de mudança, e como afirmar Vianna (2010, p. 17) “foi a última manifestação de rebeldia tenentista” que, assim, finalizava um período rico na história do Brasil.

Como já afirmado, os levantes de novembro de 1935 foram movimentos tipicamente nacionais, fundados na tradição de luta do povo, portanto, no levantes de novembro de 1935 não existiu ordens de fora para o desencadeamento, a própria conjuntura e agitação política nacional e regional propiciaram os levantes. No Rio Grande do Norte, onde houve o primeiro levante, a agitação política de 1933 era intensa, com eleições violentas, extinção da Guarda Civil, desengajamento de militar. Em Pernambuco, em especial, a agitação nos quartéis com o advento da política de desengajamento e a greve da Estrada de Ferro *Great Westerns*.

No Amazonas os eventos que podemos elencar como desencadeadores para o levante foram: a ausência de representação de classe na Constituição Federal, a omissão desta a cerca da eleição da representação de classe na Constituição do Estado do Amazonas, o descontentamento com o trabalho da Inspetoria do Trabalho (ligada ao MTIC), a eleição tardia para representantes de classe, durante novembro de 1935, política de desengajamento dos praças do 27º B.C. e o fechamento do núcleo da ANL no Amazonas.

Com a derrota dos levantes instalou-se no país um período de dura perseguição política, o desencadeamento de prisões dos envolvidos nos levantes e de pessoas que não tinham participado do mesmo. Os levantes possibilitaram a aprovação do Estado de Sítio e, posteriormente, em 1937, o Estado de Guerra que

desencadearia na instalação do Estado Novo, decretando, assim, o fim do breve período democrático no país.

Fontes

Jornal do Commercio, Amazonas, 1935;

Tribuna Popular, Amazonas, 1935;

Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Processo- crime N° 281, Manaus: 1935;

Estado do Amazonas. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas. Recurso criminal N° 919, Manaus: 1935;

Mensagem do Governo do Estado do Amazonas, 1936;

REVISTA CABOCLA, 1936, N. 4

Referências

BITTENCOURT, Agnelo. *Dicionário Amazonense de Biografias*. V. II. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1969.

BRASIL. *Decreto n. 229, de 11 de julho de 1935*. Ordena o fechamento, em todo o território nacional, dos núcleos da “Aliança Nacional Libertadora”. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-229-11-julho-1935-518037-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso: 15/08/2018.

BRASIL. *Decreto 24.694, de 12 de julho de 1934*. Dispõe sobre os sindicatos profissionais. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24694-12-julho-1934-526841-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em: 15/08/2018.

BRASIL. *Decreto 19.770, de 19 de março de 1931*. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro, DF, ago 2018. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em: 15/08/2018.

- CANALE, Dario; VIANA, Francisco; TAVARES, José Nilo. *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis- Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922- 1938)*. 2. Ed. São Paulo: Difel, 1975.
- CAVALCANTI, Bartolomeu. *A Revolução Frustrada: O levante comunista de 1935 em Pernambuco*. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 04, p. 00-00, 2010.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lídia. *O Bravo Matutino Imprensa e ideologia: O jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas- São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- COSTA, Homero. *A insurreição comunista de 1935- Natal: O primeiro ato da tragédia*. São Paulo/ Natal, Ensaio/Cooperativa cultura UFRN, 1995.
- COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. *O direito à educação no Amazonas (1933-1935)*. 2001. 325 p. Tese (Doutorado)- Faculdade de Educação da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2001.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. 3a/edição, São Paulo, Brasiliense,1975.
- _____. *Pequenos ensaios de história da república, 1889-1945*. São Paulo, CEBRAP,Caderno No.10, 1972.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- _____. Marieta de Moraes. *A Reação Republicana e a Crise dos anos 20*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; De Luca, Tania Regina (org). *O Historiador e suas fontes*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 119-139.

GOMES, Angela de Castro. Regionalismo e centralização política. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. Angela de Castro. História e historiografia de A Revolução de 1930. In: _____. (org). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 13-48.

_____. Angela de Castro. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas*. Revista USP: São Paulo, n. 65, p. 105- 119, março/maio, 2005.

HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro, Record,1986.

HOBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914- 1991)*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

_____. Eric J. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)*. 8. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017, p. 243-285.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)*. 8. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017, p. 39-62.

- MEDEIROS FILHO, João. *82 horas de subversão* (Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte). Rio Grande do Norte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo* (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo). 8. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017, p. 15-37.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político. In: GOMES, Angela de Castro (coord.) *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. *O trabalhismo no Amazonas: O periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”*. 2015. 124 p. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2015.
- PRESTE, Anita Leocadia. *A Coluna Prestes*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- PRESTE, Anita Leocadia. 70 anos Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXI, n. I, p. 101- 120, 2005.
- REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. *Do Burgo Podre ao Leão do Norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)*. 2014. 133 p. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2014.
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3.ed. Manaus: Editora Valer, 2001.
- SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: O Anticomunismo no Brasil (1917- 1964)*. 2000. 315 p. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. A “Intentona Comunista” ou a construção de uma legenda negra. *Tempo*, n. 13, p. 189- 207, 2002.

_____. A “indústria” do anticomunismo. *Anos 90*, n. 15, p. 71- 89, 2001.

SILVA, Hélio. *1935: A revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

VIANNA, Marly de A. G. *As Rebeliões de novembro de 1935*. *Novos Rumos*, n. 34, p. 1- 39, 2003.

VIANNA, Marly de A. G. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

O fascismo a partir dos trotskistas nos anos 1930¹

*Roberto Borges Lisboa*²

Possuidor de uma relevância estratégica à dissidência comunista³ do Partido Comunista do Brasil (PCB) no Brasil e da Internacional Comunista (*COMINTERN*) no mundo, a luta contra a emergência e desenvolvimento do fascismo / nazismo nacional e internacionalmente aparece nas páginas dos "jornais e boletins trotskistas"⁴ de forma recorrente. Pode-se perceber na imprensa trotskista brasileira a evolução da situação política alemã e a centralidade conferida a ela, a luta internacional contra o nazi-fascismo e os sujeitos políticos envolvidos, sua abordagem teórica e histórica, a crítica às orientações políticas e silêncios da *COMINTERN*.

Indissociável do crescente perigo de uma nova guerra mundial na década de 1930, o fascismo / nazismo atravessa o

¹ Este artigo reúne dois subtítulos da dissertação de Mestrado defendida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no ano de 2014 com o título "Revolução e realidade social na imprensa trotskista brasileira dos anos 1930". Ambos foram adaptados e modificados aos objetivos do artigo.

² Professor no Município de Santa Maria-RS. Doutorando no PPGH da UFSM. E-mail: roberto.hst@gmail.com

³ A dissidência do PCB formou ao longo dos anos 1930 várias organizações política que se sucederam, intervindo politicamente até 1933 como fração do PCB e a partir de então na forma partido.

⁴ Destaca-se que toda a documentação consultada no presente artigo pode ser encontrada no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), mais especificamente no acervo do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP).

imaginário militante do período e interfere na vida cotidiana de milhares de pessoas de todos os quadrantes do planeta. Não obstante, a terminologia fascista em terras brasileiras percorre as páginas trotskistas de maneira contundente. O movimento político liderado por Plínio Salgado e o golpe que instaurou o Estado Novo são exemplos disso.

Destaca-se que os usos do conceito de fascismo foram apropriados de Leon Trotsky, líder da Oposição Internacional de Esquerda (OIE) e que, inicialmente, entrevistei para corrigir os rumos adotados pelos partidos comunistas, orientados pela *COMINTERN*, a qual creditava equívocos recorrentes. Portanto, este artigo trata destas questões, utilizando-se dos jornais e boletins dos trotskistas brasileiros para evidenciá-las e problematizá-las.

O fascismo nas páginas trotskistas

A Liga Comunista (LC) publica o primeiro documento sobre a questão através do *Boletim da Oposição* de janeiro de 1932 que identifica a centralidade da Alemanha à situação política mundial. Redigido por Trotsky, o artigo "Está na Alemanha a chave da situação internacional" evidencia o encadeamento de diversas questões da política internacional em virtude do declínio capitalista, de suas crises momentâneas e da importância decisiva da Alemanha sob o perigo fascista no contexto vigente. Sua análise percorre a situação política e social da Revolução Espanhola, da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos. Também, ela incide sobre o desenvolvimento capitalista no Japão, a política chinesa e a relação destes e da URSS na Manchúria, especificamente, sobre a estrada de ferro da China Oriental enquanto propriedade da URSS.⁵

A análise do documento prioriza uma Alemanha afligida por “graves antagonismos políticos e econômicos” e dependente da

⁵ TROTSKY, Leon. Está na Alemanha a chave da situação internacional. In. *Boletim da Oposição*, n. 03, jan 1932, p. 02-07. Sua redação final ocorreu no dia 26 de novembro de 1931.

evolução de uma situação “pré-revolucionária” que *poderia* transformar-se em “revolucionária” ou “contra-revolucionária”. Para Trotsky, aproximava-se a cada dia o momento da resolução da contenda “comunismo” ou “fascismo” e o *Kommunistische Partei Deutschlands* (KPD)⁶ possuía uma relevância única para um desfecho favorável ao primeiro. Mas o silêncio dos stalinistas de Moscou semeou o pânico aos dirigentes do KPD e Trotsky denunciou como estes enxergaram o cenário que se avizinhava e que solaparia a classe operária.⁷

O fascismo sobe irresistivelmente; de qualquer modo, sua vitória é certa; em vez de nos lançarmos “cegamente” na luta e sermos batidos, é mais prudente batermos em retirada, e darmos ao fascismo a oportunidade de tomar o poder e de, com isso, comprometer-se. E então, oh! Então – mostraremos do que somos capazes.⁸

O silêncio, o pânico e a resultante inação buscaram atrair o *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP)⁹ para a armadilha do “poder governamental”. À Oposição de Esquerda, Trotsky sustentou o dever de soar o “alarme”. “A direção da *COMINTERN*, conduz o proletariado alemão a uma catástrofe imensa, que consistirá numa capitulação frente ao fascismo, causado pelo pânico”.¹⁰ Ele prediz a catástrofe e sentencia:

A tomada do poder pelos “nacional-socialistas” terá como feito, antes de tudo, a exterminação da elite do proletariado alemão, a destruição de suas organizações; ela lhe tirará toda a fé em si mesmo e no seu futuro. (...). A obra infernal do fascismo italiano parecerá provavelmente insignificante; seria uma experiência

⁶ Partido Comunista da Alemanha.

⁷ *Ibid.*, p. 07-08.

⁸ *Ibid.*, p. 09.

⁹ Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães.

¹⁰ *Ibid.*, p. 09.

quase humanitária em comparação com o que poderia fazer o nacional-socialismo alemão.¹¹

E segue... A tragicidade recairá sobre a classe operária que “não terá abrigo, não saberá onde esconder-se”. O combate ao nacional-socialismo depois da chegada ao poder, relegando a possibilidade de barrar sua vitória, significará enfrentá-lo sob condições ainda mais desfavoráveis ao proletariado. “Mas o caminho do poder ainda não lhe está aberto”.¹²

O perspicaz subtítulo do historiador Pierre Broué (2007, p. 653), “eles entregaram a cidadela”, sintetiza o desfecho trágico ao proletariado alemão diante da inação do KPD. Portanto, “nada de revolução proletária, senão ditadura nazista”. Hitler sobe ao poder na Alemanha em janeiro de 1933.

Dois meses após a vitória nazista, a LC divulga em *A Luta de Classe* novamente documento sobre a situação política na Alemanha. No artigo “Em defesa do proletariado alemão”, a LC e sinaliza à abertura de diálogo com o PCB. Ela defende construir “um plano internacional” à defesa do “proletariado alemão” após o “silêncio criminoso” do Partido Comunista soviético e da *COMINTERN*.¹³ Ainda, o texto acusa o stalinismo soviético de facilitar a ascensão de Hitler ao poder e reafirma a justeza das previsões realizadas pela OIE, constatando que, contudo, “muitos dos nossos camaradas, amedrontados com a campanha de calúnias contra nós, têm ficado surdos aos apelos da Oposição”.¹⁴

A Liga propõe uma série de iniciativas junto ao PCB, tais como, rever a linha política e traçar um plano internacional de defesa do proletariado alemão e contra a reação fascista, realizar esta exigência fundamentada nos estatutos da *COMINTERN* que prevê a realização a cada dois anos do Congresso Mundial;

¹¹ Ibid., p. 10.

¹² Ibid., p. 10.

¹³ Em defesa do proletariado alemão. In. *A Luta de Classe*. São Paulo, n. 11, abr 1933, p. 03.

¹⁴ Ibid., p. 04.

pressionar o Secretariado Sul-Americano e, em especial, as seções nacionais dos partidos comunistas latino-americanos para que se dirijam ao Comitê Executivo da *COMINTERN* e exijam a convocação do VII Congresso; reivindicar – devido ao caráter excepcional – a participação de todos os grupos e frações excluídos dos quadros formais da Internacional. Não obstante, ela propõe medidas para a luta antifascista no Brasil: organizar uma campanha antifascista nacional e, finalmente, preparar e convocar nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro uma manifestação pública convidando todas as organizações antifascistas de caráter democrático e proletário numa ação verdadeira de *frente única* contra o fascismo.¹⁵

No entanto, o diálogo reproduzido acima não encontrou ressonância nas fileiras do PCB; pois, a LC propôs uma alteração radical ao programa do PCB e da *COMINTERN* stalinista. Os alinhados a Trotsky defenderam a formação de uma frente única que levasse em consideração a unidade do proletariado dirigido pela socialdemocracia e pelos comunistas, de uma luta política conduzida pelas organizações operárias. Está frente única permitiria ao proletariado unificar-se para a ação direta contra os fascistas.¹⁶

Uma observação da recusa do KPD em formar uma frente única com os “social-fascistas” do *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD)¹⁷ e sua ala esquerda dissidente, o *Sozialistische Arbeiterpartei* (SAP)¹⁸ – sugerida por Trotsky – evidencia a política de “frente única pela base” do primeiro e suas consequência ao movimento operário alemão. Conforme Pierre Broué (op. cit., p. 662), “a política dita de frente única pela base era ainda mais

¹⁵ Ibid., p. 04.

¹⁶ Parte desta proposta foi especificada pelo economista e ativista Ernest Mandel. In. MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 161.

¹⁷ Partido Socialdemocrata da Alemanha.

¹⁸ Partido Socialista Operário.

oposta à política da frente única que o era a política de recusa pura e simples da frente única”.

O debate sobre o nacional-socialismo e a Alemanha continua a repercutir em julho de 1933 no jornal *A Luta de Classe*. A LC publicou no jornal uma declaração dos delegados da OIE sobre a situação política da Alemanha e a luta antifascista diante “Congresso de Luta Contra o Fascismo”, condicionando seu papel progressista.¹⁹ Vejamos:

Sacudindo a hipnose do regente burocrático que está atrás dos bastidores pondo na ordem do dia uma livre discussão das causas da vitória do fascismo alemão, da responsabilidade das organizações dirigentes do proletariado, e de um verdadeiro programa de luta revolucionária.²⁰

Por sua vez, a LC incorporou outras tarefas junto a declaração anterior, por exemplo: “Aceitar imediatamente as propostas da Segunda Internacional sobre a coligação na escala internacional, com a ressalva de que essa coligação não exclua, mas exija, a concretização das palavras de ordem e dos métodos para cada país particular”; “condenar, em princípio, a fórmula da frente única ‘somente por baixo’, que significa a recusa da frente única em geral”; “repelir e condenar a teoria do social-fascismo”; “renunciar a política das organizações sindicais comunistas independentes”; “participar ativamente dos sindicatos de massa”; “mobilizar o proletariado europeu, contra o chauvinismo Versalhes e anti-Versalhes debaixo da bandeira do Estados Unidos Soviéticos da Europa”.²¹

Em *A Luta de Classe* de 29 de julho de 1933 uma nova polêmica toma conta das páginas do jornal, a da criação de

¹⁹ Declaração dos delegados pertencentes à Oposição Internacional de Esquerda (bolcheviques-leninistas) para o Congresso de Luta Contra o Fascismo. In. *A Luta de Classe*. Rio de Janeiro, n.14, 29 jul 1933, p. 01, 03.

²⁰ *Ibid.*, p. 04.

²¹ *Ibid.*, p. 04.

Comitês Antiguerreiros liderados pela agência stalinista em vários países. Desta forma, a prioridade recai sobre a luta antiguerreira, contra a guerra e pela paz. A luta antifascista torna-se secundária diante do perigo de uma nova guerra. O documento reivindica Lênin para defender que o único caminho de libertação da guerra desenvolve-se pela “luta revolucionária pelo socialismo”. A luta contra a guerra está submetida, implícita à luta pelo socialismo. Isto significa que: a receita política revolucionária não deve ser a prescrição do seu contrário – a paz, mas do seu semelhante – a guerra civil.²²

Ressalta-se que desde 1932 a imprensa trotskista brasileira constrói e traduz análises a respeito do fortalecimento do fascismo internacionalmente e, em especial, no continente europeu. A apatia dos dirigentes do KPD e SPD desarmou o proletariado alemão diante da ascensão nacional-socialista. Após o desastre, os trotskistas brasileiros publicaram documentos propondo uma série de medidas para a luta contra o fascismo. Contudo, a ausência de uma elaboração instrumental e histórica sobre o nacional-socialismo mostrou-se necessária.

De junho a julho de 1934, a Liga Comunista Internacionalista (LCI) supriu esta demanda com a tradução do documento “O que é o nacional-socialismo”, de Trotsky. Divulgado pelo órgão da regional do Rio de Janeiro da LCI, o jornal *O Comunista* trouxe uma caracterização das condições históricas e políticas que propiciaram o surgimento do nacional-socialismo alemão.

Na edição de junho de *O Comunista*, a primeira questão do artigo faz referência à personalidade de Hitler. O ex-dirigente bolchevique evoca a distinção entre o “chefe pela graça de Deus” e o “chefe pela graça do povo” para explicar que o último deve “abrir seu caminho” ou “ajudar as circunstâncias a fazê-lo”. Não obstante,

²² Frederico (pseudônimo). Contra o pacifismo. In. *A Luta de Classe*, n. 17, out 1933, p. 07.

“o chefe é uma relação entre pessoas, uma oferta individual para atender a um pedido coletivo”.²³

A seguir, ele problematiza a personalidade Hitler a partir das considerações acima:

As discussões sobre a personalidade de Hitler são tanto mais vivas quanto mais se procuram nele os mistérios de sua vitória. Seria, porém, difícil encontrar outra figura política que reúna tantas forças históricas impessoais. Nem todo pequeno-burguês furioso poderia tornar-se Hitler, mas uma parcela de Hitler existe em todo pequeno burguês furioso.²⁴

Mas o que tornou esse “pequeno-burguês furioso”? Trotsky não responde esta questão diretamente. Ele analisa historicamente a complexidade social e a fragilidade econômica da pequena burguesia – desde o estopim da I Guerra Mundial – e evidencia a permanência de classes intermediárias multifacetadas após seu desfecho sob o perigo da proletarização. Trotsky entende que “a pauperização da pequena burguesia, mas dissimulada pelas gravatas e meias de seda artificial, dissipou todas as esperanças oficiais e, antes de tudo, a doutrina do parlamento democrático”.²⁵

Na continuação do artigo publicado pela edição de julho de *O Comunista*, ele sustenta que foi a camada de comando inferior e médio do antigo exército que içou a bandeira do nacional-socialismo sob a perspectiva do soldado ultrajado no pós-guerra.²⁶ Ele inclui Hitler nesta perspectiva e indica como da “matéria bruta surgiu o chefe”:

Hitler começou pelas injúrias e pelas queixas contra as condições de Versalhes, contra a carestia de vida, contra a falta de respeito

²³ TROTSKY, Leon. O que é o nacional-socialismo. In. *O Comunista*, Niterói, n. 03, 1º jun 1934, p. 07-08. Redação final de 02 de novembro de 1933 na ocasião do exílio na Turquia, na cidade de Prinkipo.

²⁴ *Ibid.*, p. 08.

²⁵ *Ibid.*, 08.

²⁶ TROTSKY, Leon. O que é o nacional-socialismo (continuação). In. *O Comunista*. Niterói, n. 04, 1º jul 1934, p. 01.

aos suboficiais valorosos, contra as intrigas dos jornalistas e dos banqueiros da religião de Moisés. Havia, no país, muitas pessoas arruinadas, em naufrágio, com cicatrizes, com equimoses bem recentes. (...). Suas denúncias, porém, ressoavam como uma ordem e uma prece à sorte cruel. Como os doentes desesperados, as classes condenadas não cansam de variar suas queixas, nem de escutar consolações. Todos os discursos de Hitler eram nesse tom. O sentimentalismo informe, a ausência de uma disciplina de pensamento, a ignorância junto às leituras variadas – todos esses meios se transformaram em auxílios. Davam a Hitler a possibilidade de unir na sacola de mendigo do nacional-socialismo toda sorte de descontentamento, e de conduzir a massa para onde ela o empurrasse. De suas primeiras improvisações, não ficou na memória do agitador senão o que encontrava aprovação. Seus pensamentos políticos foram o fruto da acústica oratória. Assim se efetuava a escolha das palavras de ordem. Assim se amontoava o programa.²⁷

Após indicar a base social da pequena burguesia alemã, das classes intermediárias como fundamento da intervenção política sobre o passado recente de humilhação, ele mostra o movimento seguinte do nazismo, o de opor a pequena burguesia contra o proletariado. O raciocínio de Trotsky sugere que depois da I Guerra Mundial “a socialdemocracia salvou a burguesia da revolução proletária”; enquanto, nos idos dos anos 1920, o nacional-socialismo surgiu para salvar a burguesia da socialdemocracia. Ou seja, “o golpe de estado de Hitler só é o anel final na cadeia de deslocamentos contra-revolucionários”.²⁸

Também, o artigo destaca o “idealismo nacional” forjado para elevar a nação acima da história através do apoio da “raça” e sua revelação no plano político. Mas este racismo permite que pela porta dos fundos retorne o “liberalismo econômico despido das liberdades políticas”. O nacionalismo na economia fica reduzido às explosões anti-semitas diante do capital usurário e bancário

²⁷ Ibid., p. 01.

²⁸ Ibid., p. 02.

entendido como a encarnação do demônio. A explicação de Trotsky sugere que ao nacional-socialismo era necessário um programa para a chegada no poder. No entanto, o programa realizado fica fixado pelo capital monopolista e sua consequência direta, a guerra.²⁹ A saber:

A concentração forçada de todos os recursos e de todos os meios do povo, segundo os interesses do imperialismo – missão histórica real da ditadura fascista – significa a preparação para a guerra (...). Não se pode nem reformar nem demitir o fascismo. Só se pode derrubá-lo. A órbita política dos nazis conduzirá a esta alternativa: a guerra ou a revolução.³⁰

A alternativa evidenciada por Trotsky, o desenlace na Alemanha da guerra ou da revolução, foi problematizada em agosto próximo pelo jornal *A Luta de Classe*. O texto relaciona a guerra ao fascismo e amplifica suas consequências diretas na situação política internacional. O fascismo é apresentado como o fator político mais importante da guerra ao propiciar que a burguesia consiga a paz civil, fator preponderante para a guerra. A luta contra a guerra pressupõe a luta contra o fascismo. Ainda, ele sustenta que o enfrentamento dos “bandos fascistas” deve ser realizado através do “armamento do proletariado”, da criação de “destacamentos operários” para sua “autodefesa”.³¹

Pouco mais de dois anos depois, o jornal *Sob Nova Bandeira*, publicação do igualmente recente POL, volta a discutir acerca do fascismo através de Mario. O texto investigou aspectos ligados à definição de fascismo enquanto “uma resultante da evolução capitalista” na época do “capitalismo monopolista” resultado da “substituição da livre-concorrência” do período antecedente.³²

²⁹ Ibid., p. 03-05.

³⁰ Ibid., p. 05.

³¹ A guerra, o fascismo e o armamento do proletariado. In. *A Luta de Classe*, n. 21, ago 1934, p. 05.

³² PEDROSA, Mario. Alguns aspectos do fascismo. In. *Sob Nova Bandeira*. Rio de Janeiro, n. 03, set 1937, p. 12.

De acordo com Trotsky, ele busca raízes similares às discutidas sobre as condições históricas que favoreceram o surgimento do fascismo. Assim, as questões problematizadas relacionam-se à função dos Estados – italiano e alemão – após a I Guerra Mundial, ao tipo de desenvolvimento de suas economias, destacando historicamente estes processos.³³ Também, ele trata da política efetivada pela socialdemocracia alemã no contexto citado acima; mas, efetivamente, incide sobre a problematização do papel dos grandes industriais no surgimento do fascismo na Alemanha, das dificuldades encontradas pelas camadas intermediárias entre a burguesia e o proletariado diante do perigo de proletarização e, ainda, de sua incidência de consumação do perigo.³⁴ Como não poderia deixar de ser diferente, a crítica desferida por Pedrosa alcança o papel desempenhado pelo KPD antecedendo a chegada ao poder do NSDPA, liderado por Hitler.³⁵

Na mesma edição de *Sob Nova Vanguarda*, Trotsky tem publicado documento que realiza uma distinção entre bonapartismo e fascismo, a partir de uma análise de situação políticas em desenvolvimento, em especial no continente europeu. Redigido em 1934, ele aparece três anos depois nas páginas da imprensa trotskista brasileira que justifica sua aparição devido a sua concretude na distinção realizada sobre o contexto vigente.

Inicialmente, Trotsky reflete acerca da importância e da fragilidade da orientação teórica, justamente, nos períodos de “conflito social agudo, abalos políticos imprevistos e mudanças bruscas na situação”. Essa dinamicidade da situação política abala qualquer orientação teórica e pressupões seu abandono total ou sua modificação.³⁶

³³ Ibid., p. 12-15.

³⁴ Ibid., p. 15-17.

³⁵ Ibid., p. 19

³⁶ TROTSKY, Leon. Bonapartismo e Fascismo. In. *Sob Nova Bandeira*. Rio de Janeiro, n. 03, set 1937, p. 19.

A primeira crítica presente no documento se refere à generalização stalinista de que “na época atual, as finanças e o capital não podem se acomodar com a democracia parlamentar e são forçados a recorrer o fascismo”. Em seguida, ele indica a tentativa de representantes da *COMINTERN* em forjar uma “teoria da etapa intermediária” de 1930 a 1933 cujo significante imputava ao bonapartismo uma tentativa de disfarce e mascaramento do fascismo. Este teoria tinha sido desenvolvida, conforme Trotsky, na época que a socialdemocracia tinha recebido a alcunha de social-fascista e, que sua ala esquerda, junto aos trotskistas, foi designada como os elementos social-fascistas mais perigosos.³⁷

A seguir, Trotsky analisa o caso francês e identifica a alteração da política stalinista naquele país.

Com relação à França de hoje, os stalinistas não ousam repetir: “O fascismo já chegou” – ao contrário, aceitaram a política de frente única, que ontem recusavam, com o fim de impedir a vitória do fascismo na França. Foram forçados a distinguir o regime de Doumergue do regime fascista.³⁸

Contudo, o fundamental na análise de Trotsky parte da crítica a não caracterização do regime de Doumergue e sustenta que é justamente na França que se desenvolve “a transição do parlamentarismo ao bonapartismo”, mais especificamente, “a primeira etapa dessa transição”, ou seja, “entre o ensaio de guerra civil” pelos fascistas e a “greve geral do proletariado” que ocorreram, respectivamente, entre 06 e 12 de fevereiro de 1934. Para ele, a mútua anulação das forças sociais em luta, o “equilíbrio relativo entre o campo da contra-revolução, que ataca, e o campo da revolução que se defende”, propiciou que “o eixo do poder” fosse “temporariamente elevado acima das classes e acima de sua representação parlamentar”. Neste sentido, o chefe do governo foi

³⁷ Ibid., p. 20.

³⁸ Ibid., p. 20.

procurado fora do parlamento e dos partidos, o que resultou na composição de um governo cujo objetivo principal seria portar-se como um árbitro entre o campo da contra-revolução e o da revolução.³⁹

O governo que emerge é, pois, um governo do “sabre”, bonapartista:

O verdadeiro eixo do governo atual passa pela polícia, a burocracia e a camarilha militar. É uma ditadura militar-policial apenas disfarçada pelos galeões do parlamentarismo, a que temos diante dos olhos. Mas um governo do sabre como juiz-árbitro da nação – eis o que é o bonapartismo.⁴⁰

Logo depois, Trotsky identifica outras características integrantes do governo bonapartista. O seu programa é descrito como um instrumento da ordem dependente do capital financeiro. Mas a análise é específica e busca desenvolver-se sobre dada concretude, em especial, a da França. Assim, ele problematiza a “reforma constitucional” que objetivou adaptar as instituições do Estado às necessidades do governo bonapartista, o que possibilitará ao capital financeiro diante de dada emergência recorrer à solução bonaparte mais conveniente do momento.⁴¹

Ainda, o texto evidencia a similitude entre fascismo, bonapartismo e democracia parlamentar enquanto governo do capital financeiro. No entanto, ele sustenta que “as questões sociais resolvem-se no domínio da política”, daí a resultante diferença entre fascismo e bonapartismo a partir das classes sociais mobilizadas, das condições de luta de cada nação específica.^{42 43}

³⁹ Ibid., p. 20-21.

⁴⁰ Ibid., p. 21.

⁴¹ Ibid., p. 21.

⁴² O documento analisado refere-se ainda ao governo polonês de Pilsudski. No entanto, foi dada preferência à apresentação do caso francês priorizado por Trotsky no documento.

⁴³ Ibid., p. 21.

A cada ano a situação política, sobretudo, europeia direcionava-se ao desfecho de uma nova guerra mundial. Acordos diplomáticos foram erigidos numa velocidade similar aos rompimentos subsequentes e novas orientações de cada Estado nacional. Democracia parlamentar, bonapartismo e fascismo compartilhavam de anseios semelhantes, a manutenção da divisão dos mercados exteriores ou sua repartição. Condições históricas oriundas do resultado da primeira grande guerra e da crise do capitalismo em fins dos anos 1920 forneceram subsídios para o acirramento das lutas de classe em todos os quadrantes do planeta.

Por sua vez, notícias sobre a situação política na Espanha ganharam expressivo destaque na imprensa trotskista brasileira em fins dos anos 1930. Ela analisa uma série de acontecimentos e de modificações nas relações de poder entre os sujeitos políticos daquele país e suas consequências.⁴⁴ Fernando Claudín (1977) comenta que a única revolução que teve lugar na Europa durante a existência da Internacional Comunista (exceto a efêmera república soviética na Hungria de 1919) foi a da Espanha.

Destaca-se que as análises divulgadas pelos jornais e boletins trotskistas tiveram na temática do fascismo um grande esforço de

⁴⁴ O *Proletário* publicou notícia na edição de fevereiro/março de 1936 sobre a vitória eleitoral da Frente Popular naquele país. A edição de agosto do ano seguinte do *Boletim de Informações Internacionais* dá exclusividade para a análise do “gangsterismo stalinista” e dos “problemas da revolução espanhola”. Ele inicia com a notícia do assassinato do revolucionário Andrés Nin, um dos pioneiros do comunismo na Espanha, e a denúncia das prisões de opositores de esquerda anti-stalinistas durante o governo de Juan Negrin. Ainda, o boletim reproduz uma declaração do Partido Operário Internacionalista (POI) da França reivindicando a defesa do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM) diante das provocações dos stalinistas, democratas e reformistas. Na segunda parte do boletim, são discutidos os problemas da revolução da Espanha através dos documentos “A dualidade do poder na Revolução Espanhola”, “O Stalinismo e o POUM na Revolução Espanhola” e “A situação espanhola e as tarefas da vanguarda revolucionária”. In. *Boletim de Informações Internacionais*, n. 02, ago 1937, p. 01-21. No mês seguinte, a análise publicada pela edição do *Boletim de Informações Internacionais* reorienta a perspectiva e trata de problematizar como se organiza a contra-revolução espanhola. In. *Boletim de Informações Internacionais*, n. 03, set 1937, p. 02-05. A partir de então, as análises são deslocadas para o jornal *A Luta de Classe* e incidem sobre “a marcha para a direita na Espanha republicana (In. *A Luta de Classe*, n. 38, fev 1938, p. 06-07), “os julgamentos dos dirigentes do POUM” (In. *A Luta de Classe*, n. 41, nov 1938, p. 02-03) e, com um sugestivo título, “Franco: fruto sinistro da política das ‘frentes-populares” (In. *A Luta de Classe*, n. 43, mar 1939, p. 05-06), etc.

elaboração teórica e esclarecimento. Os acontecimentos decisivos que possibilitaram o avanço do fascismo, em especial, no continente europeu, resultaram num maior aprofundamento de sua significação nos círculos trotskistas de todo o mundo. A sua importância está ligada à própria prioridade de entendimento e enfrentamento dado a este.

Integralismo e Estado Novo na imprensa trotskista

Fundada em 07 de outubro de 1933, a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, articula-se ao redor dos núcleos de extintos partidos que se proliferaram desde 1922, quando surgiu a Legião do Cruzeiro do Sul, conhecendo rápida expansão. Programaticamente, a AIB estrutura-se a partir de “uma mística sentimental de superfície, um mundo a defender resumido no lema ‘Deus, Pátria e Família’, criando um distintivo com o sigma simbólico, imitando e capitalizando as vitórias do nazi-fascismo”. Ainda, ela inaugura a violência direitista buscando respaldo na burguesia “com mostras servis de guardião da sociedade anticomunista”. (CARONE, 1975, p. 114).

Inimiga declarada da AIB, A Liga – na forma partido – critica uma das condições estabelecidas pelos integralistas para a adesão em suas fileiras, a de amar o Brasil. Tal “cretinice”, sustenta a LCI, pode ser indicada pelo fato de que não há nenhum partido que não advogue pelos “altos interesses do país”. Quais sejam esses, não convém entrar no mérito. Conforme a Liga, o que eles não confessam ao Brasil é a semelhança de seu amor com o de Mussolini pela Itália e o de Hitler pela Alemanha, a saber:

Um profundo amor ao poder que utilizarão de maneira mais bárbara e violenta contra o proletariado e suas organizações de defesa. Esta canalha se apresenta ao público, através de seus

papeluchos, como ‘soldado da pátria’, defensores da honra, do direito e da família!⁴⁵

Em abril de 1935, é a vez de *O Proletário* abordar a questão do integralismo, mas relacionado prioritariamente a do proletariado. O artigo analisa a situação do integralismo após a “Batalha da Sé” de 07 de outubro de 1934. A LCI procura assinalar a busca dos integralistas pelo diálogo junto ao proletariado e relacioná-los aos interesses da burguesia nacional devido ao financiamento obtido, aos palácios luxuosos que tem freqüentado e aos retiros dos chefes. A demagogia continua a ser criticada pela Liga e elemento caracterizador do integralismo. Composto por oficiais do exército, ele é identificado como uma milícia militar, organizado para a luta e baluarte armado da burguesia para a defesa de seus interesses. O resultado da defesa dos interesses burgueses significa a destruição das “liberdades e conquistas proletárias”.⁴⁶ Em outras palavras, a LCI comenta:

É por isso os trabalhadores não devem iludir-se julgando que os patrões vão combater o fascismo como seu inimigo; ao contrário o auxiliam na destruição das reivindicações sociais, políticas e econômicas do proletariado, a fim de salvar o regime em que prosperam.⁴⁷

Publicado pelo Partido Operário Leninista (POL), o terceiro número do jornal *Sob Nova Bandeira*, de setembro de 1937, traz no título “A Luta Contra o Fascismo no Brasil” uma série de artigos que analisa o integralismo e a luta contra ele. Importa perceber como o POL analisa o desenvolvimento conjuntural da política brasileira e que forças sociais e políticas estão dispostas no tabuleiro das lutas de classe no Brasil e, a partir, de quais interesses.

⁴⁵ A mistificação integralista. In. *O Comunista*, n. 05. Região do Rio, ago 1934, p. 01.

⁴⁶ O integralismo e o proletariado. In. *O Proletário*, n. 01. São Paulo, abr 1935, p. 04.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 05.

O artigo trabalhado, intitulado “Política integralista e política anti-integralista”, trata das perspectivas do integralismo no Brasil, dos seus limites, de suas relações políticas diante do governo de Getúlio Vargas e do proletariado. Por exemplo, o POL acredita que a possibilidade daquele conquistar uma vitória própria, “à maneira italiana e sobretudo alemã”, inexistente. Tal “encarnação verde do fascismo”, dificilmente pode ir além da função de “provocador policial” ou de forjar “boatos alarmistas”. Mesmo esta “mesquinha” função não ocorre sem o auxílio aparelho governamental, aí está o perigo do integralismo e de seus cúmplices. Para o POL, o integralismo emergiu de forma distinta do fascismo, em especial, diferente de sua forma mais acabada antes da tomada do poder, a do caso alemão. Enquanto este foi marcado pelo “tom plebeu e até anticapitalista” e pela oposição aos governos constituídos, apesar de apoiar-se na burguesia; os integralistas desenvolveram-se na relação com o governo, “no papel de investigador da Ordem Social, com um olho em cada porta”.⁴⁸ Esta relação fica bem delineada pelo medo diante das perspectivas de renascimento do “movimento democrático” e do “despertar do proletariado”, a saber:

Daí o seu maior agarramento ao governo, o seu servilismo redobrado e o seu histérico jogo de provocações e ameaças terroristas das últimas semanas, em parte para atender às ordens do seu grande protetor, Getúlio Vargas, no seu plano de golpe de Estado para se conservar no poder, e em parte para persuadir à burguesia cada vez mais distante e encaminhada pelos rumos dos dois candidatos “democráticos”, da necessidade de se salvar do comunismo barbudo e truculento entregando-lhe a rosca do poder ou uma dentada da rosca.⁴⁹

O POL evidencia que os políticos burgueses ligados às duas candidaturas “democráticas” esperam evitar o golpe de Estado pela

⁴⁸ Leo (Pseudônimo). Política integralista e política anti-integralista. In. *Sob Nova Bandeira*, n. 03, set 1937, p. 02-03.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 03-04.

tática já analisada por Marx na brochura “Dezoito Brumário”, assim como, a postura política dos aliancistas e comunistas, a saber:

“Omissão e capitulação excessivas”. Nem de José Américo, nem de Armando Salles se poderá ver o menor gesto decidido e eficaz para impedir que Getúlio realize o seu projeto de perturbar a ordem para restabelecer a ditadura. E os democratas aliancistas e “comunistas”, por sua vez, abdicam nas mãos deles de toda a responsabilidade da luta pelas liberdades democráticas.⁵⁰

A primeira quinzena de dezembro de 1937 marcou o retorno do jornal *A Luta de Classe*. Ele trouxe uma análise do golpe de Estado iniciado em outubro do corrente ano e consumado no mês seguinte pela nova Constituição. Inicialmente, ele aborda a campanha eleitoral presidencial e identifica no início de 1937 uma pressão externa aliada à da burguesia, que se preparava para a disputa, que obrigou a reação a recuar através da suspensão do estado de guerra. O POL caracterizou a candidatura de Armando Salles como a representação da burguesia industrial e da “cultura intensiva” e a de José Américo como aquela dos latifundiários de São Paulo e do Nordeste. Os pontos de vistas do último receberam apoio ainda do PCB, de parte dos restos da ANL e democratas da pequena burguesia.⁵¹

Conforme o POL, a candidatura de José Américo comportava contradições devido ao amplo campo de apoio recebido, o das massas trabalhadoras e o dos elementos mais reacionários da burguesia. Isto resultou na oscilação de sua candidatura entre o emprego da demagogia e “as declarações de fidelidade às forças políticas”. Após os discursos na Bahia, marcados pela histeria, demagogia e messianismo, a candidatura de José Américo entrou em crise. Logo sua candidatura estava morta, passando a ser “um brinquedo nas mãos

⁵⁰ Ibid., p. 04.

⁵¹ O golpe de Estado bonapartista. In. *A Luta de Classe*, n. 34, 10 dez 1937, p. 01-02.

de Getúlio”. O POL sustentou que, apesar do recuo, a reação “conservava intactas todas as suas forças e preparava-se para entrar em ação novamente no momento oportuno”. Ao mesmo tempo, a participação da massa trabalhadora na campanha, ainda que a reboque da burguesia, evidenciava um rápido amadurecimento político cujo ponto culminante foi “a demonstração espontânea por ocasião da absolvição de Pedro Ernesto. Não obstante, este episódio marcou “o reinício das atividades da reação” que procurou organizar uma “contramanifestação” que demonstrou, principalmente, a falta de apoio da massa.⁵²

Para o POL, a impossibilidade de buscar apoio nas massas fez a reação decidir-se pelo golpe bonapartista. Para tanto, Getúlio Vargas contava com o apoio de expressivo número de oficiais do exército e da marinha, “do integralismo”, “com as forças políticas zé-americanas, apavoradas com a feição que ia tomando a candidatura de José Américo”, e daqueles que no Rio Grande do Sul desejavam derrubar Flores da Cunha. A partir de então, o ritmo dos preparativos do golpe acelerava-se. Foi apresentado na Câmara um documento forjado pela reação e atribuído à *COMINTERN* junto do pedido de decretação do estado de guerra. Diante do “perigo comunista”, o próprio José Américo declarou-se solidário e os deputados que o apoiavam – salvo raríssimas exceções – votaram favoravelmente. O POL informou ainda que “a burguesia nacional mais adiantada, agrupada na UDB”, votou contra o estado de guerra, sem, contudo, “desmascarar audaciosamente o golpe de Estado”. Por sua vez, as lideranças “democráticas” pequeno-burguesas debandaram e, o stalinismo, impotente, foi pego de surpresa pelo rápido avanço da reação. O próprio POL – que havia proposto a candidatura de Prestes, diante das ilusões democráticas de Armando Salles e José Américo – indica que não conseguiu mudar os rumos dos acontecimentos, apesar de ter lançado uma

⁵² *Ibid.*, p. 02.

proposta ao PCB para “um derradeiro esforço para levar a massa à luta contra a marcha ameaçadora da reação”.⁵³

Após identificar os principais episódios do golpe bonapartista e relembrar as forças que propiciaram Getúlio Vargas desfechar o golpe final em 10 de novembro, o POL indica que “o integralismo ficou sobrando”. Os motivos indicados foram:

Em primeiro lugar a ausência de qualquer resistência ao golpe bonapartista tornava dispensável a mobilização da tropa de choque do sigma e a partilha do poder entre Getúlio e Plínio, com vantagens para o segundo que, contando com um partido organizado, poderia com relativa facilidade absorver todo o poder e eliminar Getúlio. Em segundo lugar Getúlio tentou conquistar deste modo uma parte da pequena burguesia (inclusive a aliancista – a adesão vergonhosa do presidente da ANL, Hercolino Cascardo, que já no dia 11 passou um telegrama de adesão e solidariedade a Getúlio é bem significativa) e disfarçar até certo ponto o caráter fascista do “estado novo” instituído pela nova “constituição”. Em terceiro lugar, a dependência da economia brasileira do imperialismo (principalmente do americano e do inglês) era um óbice à participação do integralismo no poder. O integralismo, agente de Hitler e Mussolini, criaria sérias dificuldades e possivelmente graves consequências às relações do Brasil com os Estados Unidos e a Inglaterra. E o novo governo, apesar de todas as modificações, não podia deixar de estar subordinado economicamente aos imperialismos inglês e americano. Em quarto lugar, Getúlio estava interessado em que a transição se desse de modo mais suave possível, afim de que as massas não se apercebessem da nova e pesadíssima carga que lhes era imposta. Com o integralismo seria impossível evitar o aspecto violento que indisporia desde o início o “novo regimen” com a massa.⁵⁴

Por outro lado, o POL sustentou que a exclusão do integralismo do poder não diminuiu o “caráter reacionário e fascista da nova ordem de coisas”. Getúlio Vargas é apresentado concentrando todos

⁵³ Ibid., p. 03.

⁵⁴ Ibid., p. 03-04.

os poderes em suas mãos. Ainda, o POL adverte que é equivocado distinguir Getúlio de Plínio Salgado e considerar estado de coisas como um mal menor. É equivocado colocar em primeiro plano a luta contra o integralismo, sabotando a luta contra o golpe bonapartista. “A inclusão de grande parte do programa do sigma na nova ‘constituição’, desarmou completamente o integralismo e lhe tirou, pelo menos temporariamente, todas as suas perspectivas”.⁵⁵ Ainda, o POL entende que Getúlio possuía certo interesse em conservar os bandos verdes, caso sua consolidação fosse colocada em xeque. Contudo, ele sugere que uma relativa estabilização do novo regime tornará o integralismo desnecessário. No que se refere ao exército e políticos burgueses apoiadores do golpe, o POL indica que os mesmos disputarão a hegemonia da situação criada por um bom tempo. Esta luta pode nos bastidores prejudicar uma consolidação do regime e proporcionar uma grave crise, apesar da possibilidade de predomínio de uma das forças. Getúlio é apresentado como o traço da união momentânea destes grupos.⁵⁶

Após caracterizar as forças sociais e políticas na sucessão presidencial e, em seguida, como saíram os grupos políticos que apoiaram a reação do golpe de Estado, o POL trata de problematizar no documento o caráter bonapartista do golpe. A falta de apoio sério da burguesia e de um amplo movimento de massa, impôs a Getúlio como primeira tarefa o convencimento da burguesia “a entregar os seus destinos nas suas mãos” e, também, através de medidas de caráter demagógico, da pequena burguesia e de parte do proletariado. Junto a essas, tornava-se necessário “situar-se na luta inter-imperialista”, evitando “a qualquer preço sérias complicações de caráter internacional”.⁵⁷

⁵⁵ Leôncio Basbaum (1976, p. 109) indica que “Plínio Salgado e seus adeptos foram realmente surpreendidos com as ordens de fechamento de sua organização”. Ainda, o autor comenta que a AIB mudou o nome e alterou seus estatutos, mudando de sua forma para um “clube cívico-recreativo” que desenvolveria ocultamente “propaganda oposicionista”.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 04.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 04.

Ao tratar das perspectivas do “Estado Novo”, o POL acredita que a hipótese mais provável é a de uma relativa estabilização da situação política. Ele vê a transformação ocorrendo de modo “indolor”, “sem estardalhaço” e “sem incidentes de monta”. Neste sentido, ele indica certa indiferença das massas diante da transformação radical que se operou no país. A legitimidade da ação de Getúlio não levantou dúvidas e as discussões foram travadas acerca da interpretação da nova “constituição”.⁵⁸

Ainda na segunda quinzena de dezembro de 1937, *A Luta de Classe* continua a repercutir o golpe bonapartista. De autoria de Febus Gikovate, o artigo aprofunda uma questão levantada no documento analisado anteriormente, a da ausência de uma base de massa para fortalecer o regime saído do golpe de Estado. Inicialmente, o autor destaca o caráter preventivo do “golpe contra-revolucionário” para assegurar “a paz social”, ameaçada pelas eleições que, apesar do empenho real de “duas correntes da burguesia”, trazia junto “o perigo de um amplo movimento de massas”. O próprio desejo pessoal de Getúlio continuar no poder era um dado importante, mas tal possibilidade foi viabilizada por que a burguesia abdicou de gerir seus interesses temendo a luta.⁵⁹

O novo regime não dispunha de uma base social que pudesse se apoiar. Ele necessitava, para manter a estabilidade do governo, criar tal apoio. Conhecendo está dificuldade, Getúlio procurou sanar o problema. Gikovate indica que o “programa ‘nacionalista’ no papel” daquele “o reconcilia com os ‘nacional-libertadores’ da esquerda e da direita”. Ao ter de abrir mão do integralismo, devido à agência de um imperialismo rival ao dos Estados Unidos, Getúlio “lançou mais uma ponte de passagem para a pequena burguesia aliancista”. Contudo, o autor entende que este apoio não é suficiente para a garantia de estabilidade do regime, visto que, “o proletariado já é, nas grandes cidades, onde em última instância se

⁵⁸ Ibid., p. 05.

⁵⁹ O bonapartismo procura uma base de massa. In. *A Luta de Classe*, n. 35, 25 dez 1937, p. 01.

resolve os problemas políticos, uma força ponderável e talvez decisiva”. Daí a importância suscitada pelo autor das “massas trabalhadoras” necessárias para a estabilidade do regime. Esta questão coloca em evidência não somente as aspirações necessárias do regime bonapartista, mas a necessidade de organizar a classe para a resistência pelo POL e, posteriormente lançar-se à luta contra o regime.⁶⁰ É neste sentido que no mês de fevereiro do ano seguinte *A Luta Classe* publica texto reforçando a necessidade de organizar a luta contra “a ditadura policial-militar de Getúlio”.⁶¹

Por outro lado, *A Luta de Classe* analisa, em novembro de 1938, uma mensagem de Getúlio Vargas entregue à imprensa às vésperas do aniversário de um ano do Estado Novo. O POL indica que a mensagem traz um balanço das “realizações”, mas evita os problemas que interessam ao povo. Por exemplo, ela não faz referência ao salário mínimo. Todavia, a mensagem traz várias promessas à classe operária, como o “lar do trabalhador” e “restaurantes populares”, a partir do dinheiro retirado “nas reservas das instituições da previdência”.⁶² Ao evidenciar uma série de questões que o governo vem capitulando aos poderosos, o POL traça um balanço um tanto diferente daquele da mensagem, a saber:

Diminuição dos salários tanto relativa quanto absolutamente; encarecimento dos gêneros de primeira necessidade; desvalorização da moeda; inflação; desrespeito sistemático e cada vez maior às leis sociais; extinção de todas as liberdades mesmo a de protestar e dizer que tem fome e está sendo roubado; prisões abarrotadas de operários, soldados, marinheiros, intelectuais; presídio político em ilha deserta afastada de toda a civilização (...); instituição de trabalho forçado para presos políticos.⁶³

⁶⁰ Ibid., p. 01-02.

⁶¹ É preciso organizar desde já a luta contra a ditadura policial-militar de Getúlio. In. *A Luta de Classe*, n. 38, 15 fev 1938, p. 01.

⁶² A fala do throno. In. *A Luta de Classe*, n. 41, 22 nov 1938, p. 01-02.

⁶³ Ibid., p. 02.

O texto encerra com a palavra de ordem “abaixo o governo semifascista de Getúlio” e com a defesa de “uma assembléia Nacional de delegados eleitos democraticamente por todos os cidadãos maiores de 18 anos, de qualquer raça, cor ou religião”.⁶⁴

Ainda na presente edição, o POL repercutiu “A Conspirata de Belmiro Valverde e Severo Fournier”, “o fracassado *putsch* verde de 11 de maio último”. O texto indica que Getúlio buscou – “graças ao sentimento pronunciadamente antifascista do povo brasileiro e a uma demagogia ‘anti-extremista’” – a popularização do novo regime, o que de fato conseguiu.⁶⁵

É interessante destacar que o POL assinala que o rótulo de “popular” e “anti-extremista” do Estado-Novo nada mais é que “*uma forma brasileira de fascismo*”, apesar da ausência do “caráter formal do Estado totalitário”, ainda que suas características estejam presentes. A conspirata propiciou a Getúlio levar uma “ofensiva completa contra o que restava teoricamente de garantias individuais e os presídios encheram-se mais ainda e não penas de integralistas, mas de democratas, comunistas, socialistas, militantes sindicais e nacionais – libertadores e etc”. Contudo, os “chefões galinhas-verdes” estão livres e outros destes “em plena liberdade e certamente apoiados por Getúlio”. Portanto, a luta contra o fascismo e o integralismo significou lutar contra seus cúmplices e protetores, tais como, Getúlio Vargas e Felinto Muller, mais exatamente, contra a “*adaptação do fascismo aqui*”.⁶⁶

A partir de agosto de 1939, a luta contra o fascismo e a reação seria de desenvolvida pelo PSR através do jornal *A Luta de Classe* e o *Boletim*. Todavia, os textos publicados em ambos no ano corrente não trouxeram mudanças significativas sobre o entendimento do regime bonapartista do Estado Novo. Respectivamente, a partir de agosto e novembro não há notícias de novos jornais ou boletins de

⁶⁴ Ibid., p. 02.

⁶⁵ A Conspirata de Belmiro Valverde e Severo Fournier. *A Luta de Classe*, n. 41, 22 nov 1938, p. 08.

⁶⁶ Ibid., p. 08.

mesmo nome ou não. A imprensa política trotskista parece ter sido interrompida ou vítima da repressão. O próximo jornal será publicado pelo PSR apenas em 1945 sob o nome de *Luta Proletária*. Portanto, a pesquisa sobre a interpretação trotskista acerca da política brasileira, das forças sociais e políticas em presença, assim como, suas composições e recomposições das classes e frações de classe e os interesses sociais, de 1940 a 1944, fica – com raríssimas exceções – prejudicada.

Referências

- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. De 1930 a 1960. 4ª Ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista 1919-1943*. São Paulo: Sundermann, 2007.
- CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.
- LEO (Pseudônimo). Política integralista e política anti-integralista. In. *Sob Nova Bandeira*, n. 03, set 1937.
- MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995.
- PEDROSA, Mario. Alguns aspectos do fascismo. In. *Sob Nova Bandeira*. Rio de Janeiro, n. 03, set 1937.
- TROTSKY, Leon. Bonapartismo e Fascismo. In. *Sob Nova Bandeira*. Rio de Janeiro, n. 03, set 1937.
- TROTSKY, Leon. Está na Alemanha a chave da situação internacional. In. *Boletim da Oposição*, n. 03, jan 1932.
- TROTSKY, Leon. O que é o nacional-socialismo. In. *O Comunista*, Niterói, n. 03, 1º jun 1934.

Estruturas transnacionais do comunismo internacional e o PCB no mundo do trabalho (1924-1943)

Erick Fishuk¹

Os movimentos socialistas de inspiração marxista na virada do século 19 para o 20 tinham como centro de gravitação o mundo do operariado fabril na Europa Ocidental e Central. Como Karl Marx havia prognosticado nas décadas anteriores, o proletariado das indústrias, geradoras de grande parte da riqueza e pujança dos países desenvolvidos, tinha por missão política máxima a tomada do poder político e econômico, visando direcionar a produção em prol da população trabalhadora, e não para o enriquecimento e fortalecimento de elites restritas. Mas a partir de seus escritos, muitos dos quais gerados por sua parceria intelectual com Friedrich Engels, foram muito diferentes as leituras quanto à natureza dessa tomada do poder e, mais ainda, quanto ao grau de transformações globais que a sociedade capitalista burguesa, no processo, sofreria como um todo. A relação das esquerdas pós-Marx com a política institucional concerniu basicamente os temas da *reforma* e da *revolução*, que continuariam sendo dois polos a princípio inconciliáveis do pensamento socialista no século 20. Quanto ao espaço geográfico desse fenômeno histórico, parecia consenso que era limitado à Europa Ocidental e Central

¹ Doutorando em História Social pelo IFCH/Unicamp. E-mail: erickfishuk@gmail.com.

industrializada, desenvolvida e com crescente complexidade e conflito de classes, sem consideráveis referências ao mundo colonial ou não europeu.

Embora amplamente inserida no espaço eurasiático, a Rússia afastava-se da “civilização europeia” em muitos aspectos. Antes de tudo, sua monarquia absolutista, a última a resistir no Velho Continente, havia abolido a servidão como instituição apenas em fins do século 19 e permitido as primeiras formas de representação parlamentar no raiar do século 20. Em meio a uma população predominantemente rural e muito pouco instruída, o proletariado industrial ainda representava nos anos de 1910 uma pequena parcela dos trabalhadores, enquanto os intelectuais, agitadores políticos e jornalistas viviam em ilhas isoladas em um mar de censura, indiferença geral e clandestinidade. A experiência do exílio em países da Europa Ocidental, sobretudo de membros da social-democracia russa, determinaria o pensamento e a ação de muitos na futura política nacional. Vladimir Lenin e Lev Bronshtein (mais conhecido como Leon Trotsky) estiveram entre os social-democratas de tino cosmopolita cujo arsenal ideológico parecia mais díspar com a realidade do velho império ortodoxo. As lições deixadas pela primeira grande experiência revolucionária de 1905 na Rússia, com ênfase nos conselhos (*soviets*) operários, camponeses e militares como órgãos governativos paralelos, deram a feição final da corrente *bolchevique* do partido social-democrata russo, alinhada à prática máxima da atividade militante. Mas foram as contradições da Primeira Guerra Mundial que levaram a chamada “esquerda de Zimmerwald”, fração oposta à adesão das lideranças social-democratas ao esforço bélico de seus governos, a projetar Lenin como o mais ativo líder anticapitalista e disposto a transformar o conflito em oportunidade para a revolução mundial.

Na Rússia, os problemas econômicos recorrentes e a crise política somaram-se à ruína da guerra mundial para criar um vazio de poder em meio à autocracia e, assim, impelir o tsar

Nicolau 2.^o a renunciar em março de 1917. Retornando do exílio na Suíça, Lenin liderou os bolcheviques para que levassem a revolução às últimas consequências e fizessem funcionar os sovietes, novamente surgidos no contexto de acefalia estatal. Entre uma tentativa de golpe de Estado conduzida pelo general Kornilov e a resistência do Governo Provisório em tirar o país da guerra, nas maiores cidades da Rússia os sovietes já estavam dominados pelos bolcheviques, o que tornou o assalto ao Palácio de Inverno a oficialização de uma divisa já realizada: *todo poder aos sovietes*. Contudo, para Lenin e seus companheiros, a epopeia não terminava na Rússia: em sua interpretação peculiar do marxismo, a cadeia do imperialismo capitalista deveria romper-se exatamente no elo mais fraco, ou seja, o antigo império tsarista, mas seria apenas o começo de um efeito dominó abrangendo a Europa Ocidental rumo à formação de uma *República Federativa Soviética Mundial*. Ou a revolução seria mundial, com os países capitalistas, sobretudo a Alemanha, vindo em socorro aos russos, ou não ocorreria. Por isso, ainda em meio às revoltas europeias do pós-guerra e à guerra civil com intervenção estrangeira contra os bolcheviques, criou-se em Moscou a Internacional Comunista (Comintern) em 1919, na presença de vários delegados estrangeiros que se dispuseram a romper com o socialismo reformista tradicional e ajudar a fundar em seus países os *partidos comunistas*, em apoio a Moscou.

Contra toda a expectativa dos revolucionários russos, o regime soviético sobreviveria a partir de 1921-22 sem que nenhuma experiência similar na Europa Ocidental e Central conseguisse firmar-se, gerando o paradoxo, a atormentar Lenin até sua morte, de um governo internacionalista isolado diplomática, econômica e militarmente. Todavia, o fascínio pela Revolução Russa havia se espalhado em grande parte do mundo, e para muitos trabalhadores de esquerda o novo movimento parecia inaugurar o florescimento de uma nova sociedade, mais justa, igualitária e funcional, e uma resposta radical ao que muitos

consideravam imobilismo e elitismo da social-democracia. A imediata simpatia de militantes estrangeiros foi o grande capital simbólico de que se valeu a Comintern para atrair as primeiras organizações, enquanto o próprio caráter da ideologia nascente confundia até mesmo seus protagonistas, quanto mais os observadores externos alinhados a antigas correntes e alheios à presumida *essência do bolchevismo*. De formato pouco definido, os partidos comunistas começaram a surgir em 1919-20, e após a absorção das primeiras notícias da Revolução Russa e suas consequências, também no Brasil floresceram em várias regiões “grupos comunistas” antes de tudo dedicados ao estudo, mas cujos contatos mútuos, bem como com militantes platinos, confluíram na fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB)² em março de 1922. A afluência de anarquistas na nova agremiação e a eclética bagagem intelectual das esquerdas brasileiras, nesse aspecto, não era exceção no cenário geral, como prova o “caso Canellas” durante o pedido de ingresso na Comintern.³

Após a insistência e a intercessão de Rodolfo Ghioldi, dirigente comunista argentino, junto aos líderes em Moscou, o PCB foi enfim aceito como “seção brasileira da Internacional Comunista” em 1924, mas o interesse dos bolcheviques pela América Latina era relativamente anterior. Quando foram esvaindo-se as esperanças nas revoluções da Europa, sobretudo na região central, as vistas voltaram-se gradualmente a outros continentes ainda maiores, mais populosos e com muito mais conflitos sociais, isto é, o Novo Continente, a África, a Ásia e os países coloniais em geral. Se a Rússia continental, imperial e secular, mas agrária, inculta e subdesenvolvida, pôde protagonizar a primeira revolução socialista do mundo, o mesmo poderia

² O nome “Partido Comunista do Brasil” permaneceria até agosto de 1961, quando uma conferência nacional alterou-o para “Partido Comunista Brasileiro”, mesma sigla. A cisão contrária a Prestes (fevereiro de 1962) retomaria o antigo nome, mas utilizando a sigla “PC do B”.

³ Para uma reconstrução documentada, porém romantizada, do episódio, cf. SALLES, Iza. *Um cadáver ao sol: a história do operário que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

ocorrer em terras ainda mais pobres e oprimidas, que refletiam as exatas contradições do capitalismo em sua sede de mercados e matérias-primas. A grande barreira a esse empreendimento, obviamente, era o pouco conhecimento que os russos e os aliados europeus tinham das peculiaridades históricas, culturais e econômicas desses lugares, o que não raro levou à tendência, sempre criticada por muitos nativos, de encaixá-los nos mesmos modelos analíticos, ignorando suas diferenças ou até contrastes. Dessa forma, o 2.º Congresso da Comintern (1920) inovou em relação ao socialismo do passado, avançando os povos coloniais como sujeitos revolucionários e estabelecendo que os comunistas das metrópoles apoiassem o anticolonialismo, mas embrulhou-se na tipologia dos povos oprimidos e trouxe análises ainda muito primárias sobre as conjunturas regionais.⁴ Ainda na segunda metade de 1920, o Comitê Executivo da Comintern (CEIC) lançou um manifesto segundo o qual o papel especial da América no triunfo da revolução mundial, ainda julgada iminente, decorreria de ela toda ser um esteio do imperialismo estadunidense,⁵ e no 4.º Congresso da Comintern, a América do Sul ganhou um apelo próprio, ligado à ideia do Tratado de Versalhes como ténue arranjo internacional e da região como espaço de domínio americano.⁶

Mas na visão bolchevique, o movimento como *conjunto de organizações* era tão ou mais importante do que o sustentáculo doutrinário ou ideológico, e por isso o modo como os comunistas se organizariam na América Latina e, mais ainda, o modo como

⁴ Cf. VTOROI Kongress Kominterna. Iul–Avgust 1920 g. [Segundo Congresso da Comintern. Julho-Agosto de 1920]. Moscou: Partizdat, 1934. (“Protokoly kongressov Kommunisticheskogo Internatsionala” [Atas dos congressos da Internacional Comunista].)

⁵ “A revolução americana. Apelo do Comitê Executivo da Internacional Comunista à classe operária da América do Norte e do Sul”. *Kommunisticheski Internatsional*, ano 2, nº 15, p. 3373-3390, 1920 (em russo). Publicada em espanhol em *L’Internationale Communiste*, nº 15, jan. 1921.

⁶ “Apelo da Internacional Comunista aos operários e camponeses da América do Sul. 4.º Congresso da Comintern, Moscou, novembro de 1922”. *La Correspondance Internationale*, nº 2, 20 jan. 1923 (em espanhol) apud LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução: Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 83-85.

seus organismos se vinculariam ao centro único em Moscou foi uma das primeiras preocupações ao buscar-se intervir na região. O Partido Comunista da Argentina (PCA) foi aceito na IC em 1921 por guiar os partidos vizinhos e já atuar como “Internacional continental” antes de ligar-se aos russos. Sua correspondência mais ou menos regular com correligionários próximos, inclusive em São Paulo, revela o peso de Buenos Aires no desenvolvimento futuro do movimento latino-americano. Em uma das iniciativas anteriores, o Comitê Central (CC) do PC mexicano formou na capital federal o *Birô Latino-Americano da Terceira Internacional* (1919), de indefinidas e escassas ligações com a Comintern. Em 1920, o CEIC decidiu enviar Sen Katayama ao México para criar o *Birô Pan-Americano da Comintern*, com Louis Fraina e Charles Phillips, posto em marcha em Nova York (1921) e que deveria ajudar a criar, coordenar e financiar os partidos comunistas na América Latina. Rixas entre comunistas americanos e mexicanos adiaram o sonho de unificar o movimento em toda a América, e o Presidium do CEIC dissolveu o birô em 1921, deixando a organização e propaganda a cargo do PCA. Esse partido, por volta de setembro de 1921, foi incumbido pelo Secretariado da IC de criar um comitê de propaganda comunista para a América do Sul, e tendo Rodolfo Ghioldi voltado de Moscou com essa ordem, instalou-se em Buenos Aires o *Birô de Propaganda Comunista Sul-Americana*. A partir daí, com sua experiência organizativa e contatos no exterior, os argentinos regeram longamente a evolução do comunismo sul-americano.⁷

Quando a América Latina ganhou mais espaço na política da Comintern, deixaram-se os birôs e agências improvisados e cogitou-se no 5.º Congresso da Comintern criar um *Secretariado*

⁷ Sobre os primeiros órgãos da IC na região, cf. JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Víctor. *América Latina en la Internacional Comunista, 1919-1943*: diccionario biográfico. Santiago do Chile: Ariadna, 2015, p. 716-718; Idem. “La Internacional Comunista y la izquierda argentina: primeros encuentros y desencuentros”. *Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*, Buenos Aires, año III, nº 5, p. 71-92, sept. 2014; CANALE, Dario. *O surgimento da Seção Brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013, p. 186-187.

Sul-Americano (SSA/IC) para tentar substituir o PCA como elo entre Moscou e os partidos da região, decisão ratificada em 1925 pelo CEIC. Ao iniciar 1922, os representantes partidários nesse comitê também haviam começado reuniões informais conforme suas línguas, facilitando as relações mútuas e a reunião de material sobre a situação em seus países e partidos para a cúpula. Alguns documentos chamam esses agrupamentos de secretariados e secretários de grupos linguísticos, que parecem ter gerado a discussão de questões relacionadas a essas regiões. Destinados a seguir de perto e estudar sistematicamente a vida política dos países concernidos, manter ligações concretas e constantes do CEIC com os partidos comunistas e passar as questões deles a Moscou, que retornaria com decisões a ser executadas e fiscalizadas nas seções nacionais, lançou-se sua criação prática. 11 deles surgiram por decisão do CEIC (1926), e mais tarde se tornariam os secretariados regionais. Formou-se de início um secretariado para a Espanha, Portugal, México, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Cuba, mas o Secretariado Político do CEIC (1927) decidiu reduzir o número de secretariados regionais para seis e aumentar o volume de cada um, incluindo França, Bélgica, Suíça, Espanha, Portugal, Itália, América do Sul e Central, colônias francesas e belgas em um Secretariado Latino, depois Românico.⁸

Embora o ideal bolchevique fosse o referencial maior do PCB, os acontecimentos no Brasil também impeliram os comunistas a tomar determinadas atitudes, em uma década turbulenta para a chamada Primeira República, cujas bases políticas e econômicas, em meio a intermináveis crises,

⁸ Sobre os secretariados regionais, cf. HUBER, Peter. "L'appareil du Komintern, 1926-1935 : premier aperçu". *Communisme*, Paris, nº 40-41, p. 9-14 e 18-27, 4^o trimestre 1994-1^{er} trimestre 1995; ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. *Organizatsionnaia struktura Komintern. 1919-1943* [A estrutura organizativa da Comintern. 1919-1943]. Moscou: ROSSPEN, 1997, p. 51-52, 105-107, 110, 112, 144-146, 152-156 e 186-190; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. 2^a edição revisada. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 147-151.

começavam a fender-se. A queda dos preços internacionais do café e outras matérias-primas, as inúmeras greves e revoltas operárias e as novas vanguardas artísticas e literárias europeias vindas ao país, com seu potencial contestatório e impactante, tornaram o cenário geral bastante complicado e aberto a intervenções extremas. Os soldados e oficiais de baixa patente do Exército Brasileiro, muito insatisfeitos com os salários e as condições de trabalho, absorveram a indignação com as instituições políticas e, invocando os ideais “originais” de uma República proclamada e iniciada por militares, desencadearam rebeliões armadas em 1922 e 1924 e lançaram a raiz da chamada “Coluna Miguel Costa-Prestes”, cujas tropas combateram o Governo Federal até 1927 e exilaram-se então na Bolívia. Apesar de os militares, em seus programas pouco definidos, não incluírem abertamente os operários e muitos menos pedirem mudanças abruptas no regime, Astrojildo Pereira, um dos primeiros líderes do comunismo nacional, tentou colocar o PCB em ligação com os militares insurgentes para atrelar o partido a um movimento que parecia promissor e, ao mesmo tempo, dar-lhe orientação comunista em ideias e práticas. Em outra frente, o desafio dos comunistas era conquistar e unir o movimento sindical, um espaço em que diversas correntes, sobretudo os anarquistas, lutavam pelo predomínio e tinham ideias díspares sobre como enfrentar a repressão e obter melhorias. A divisa da Comintern sobre a “frente única” em tempo de refluxo revolucionário, como foi estabelecida no 3.º Congresso (1921) e afirmada no 4.º (1922), era dificilmente aplicável ao Brasil, pois não existia aí nada parecido a um partido social-democrata, enquanto a atuação aberta era quase impossível.⁹ Octavio Brandão, outro dirigente destacado no PCB, deu a forma final à matriz teórica que predominaria na primeira década do comunismo brasileiro: a revolução local deveria passar

⁹ Para as discussões sobre a frente única e as mudanças na conjuntura mundial, cf. TRETÍ Vsemirny Kongress Kommunisticheskogo Internatsionala: stenograficheski otchot [Terceiro Congresso Mundial da Internacional Comunista: atas taquigráficas]. Petrogrado: Gosudarstvennoie izdatelstvo, 1922.

por etapas preparatórias, sendo as quarteladas no exército estopins a ser apoiados e ampliados, visão criticada por supostamente dar pouca ênfase ao papel autônomo do proletariado urbano e rural.¹⁰

Apesar de Lenin haver advogado um tipo de partido demiurgo, centralizado, quase militar e transmissor da “consciência de classe” à própria classe operária, a Comintern não deixou de criar diversas organizações subsidiárias que atentassem às áreas que pudessem concernir o escopo de vida e bem-estar do trabalhador: mulheres, jovens, sindicatos e esportes, bem como financiamento e auxílio diplomático e burocrático a exilados políticos na URSS e perseguidos fora dela.¹¹ A duração e o impacto delas foram bastante distintos, e de algum modo refletiram a prioridade que os soviéticos davam aos assuntos no comunismo internacional: um desportismo embrionário, atenção esporádica às mulheres, idas e vindas com o sindicalismo, esperança na juventude como o futuro da revolução e dos partidos em surgimento. No PCB, o impacto da Profintern (sindical) e da IJC (Internacional da Juventude Comunista) não foi imediatamente sentido, pois embora desde o princípio os comunistas buscassem o apoio de Moscou, sua atuação permaneceu mais ou menos autônoma durante a maior parte dos anos de 1920. A ascensão do interesse pela América Latina não implicou correspondente *controle efetivo* sobre os partidos da região, enquanto a Comintern ainda via na Europa, sobretudo a Alemanha, seu principal foco de atuação e promovia aí o modelamento e o atrelamento de suas

¹⁰ Para os principais documentos públicos que resumem as discussões partidárias da época, cf. CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922 a 1943)*. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982. Para um testemunho das lutas ideológicas e oposições pessoais, cf. BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

¹¹ Para a descrição de algumas dessas instituições, bem como um panorama de sua operação conjunta, com base nos arquivos então em processo de abertura em Moscou, cf. HUBER. “L'appareil du Komintern, 1926-1935 : premier aperçu”; McMEEKIN, Sean. “Le secours ouvrier international : histoire d'une legende”. Tradução e adaptação do inglês: Sylvain Boulouque. *Communisme*, Paris, n° 65-66, p. 117-131, 1^{er} et 2^e trimestres 2001; GOMOLINSKI, Olivia. “Le Profintern : organisation internationale et administration soviétique. Première approche”. *Communisme*, Paris, n° 70-71, p. 131-158, 2^e et 3^e trimestres 2002.

“seções nacionais” conforme a matriz bolchevique.¹² *Agrarismo e industrialismo*, o manual teórico de Brandão, refletia a liberdade da qual PC no Brasil desfrutou por algum tempo após sua fundação, mas também, paradoxalmente, o voluntário enquadramento forçado da realidade brasileira nos moldes do marxismo soviético, como se tornaria tão comum mais tarde: uma revolução por etapas, o desenvolvimento do capitalismo nacional e insurreições de minorias, ao modo das formulações de Lenin. Mas outros comunistas locais também se dedicavam àquelas áreas específicas que eram tão caras à atividade militante, como Leôncio Basbaum, ainda moço organizando a primeira União da Juventude Comunista (UJC) nacional e avesso a sectarismos e radicalizações,¹³ e Mário Grazzini, que era o encarregado sindical do partido e trabalhou na sede da Profintern na URSS.

Em 1923, os bolcheviques russos encontraram dois graves empecilhos: o fim das revoluções proletárias europeias, selado na Alemanha por uma revolta comunista abortada, porém duramente reprimida, e a saída de Lenin, gravemente enfermo, do cenário político, deixando os governantes em Moscou sem o orientador maior de suas ações. No 5.º Congresso da Comintern (1924), foi adaptada ao movimento comunista a solução encontrada pelo Kremlin para a política nacional, que previa limitar o Poder Soviético ao espaço do antigo império tsarista, agora transformado numa *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*, e buscar inserção diplomática dentro da comunidade internacional, visando conseguir a ajuda material necessária para suprimir a fome e

¹² Para uma das mais famosas teorizações sobre as noções de “bolchevização” e “stalinização” no movimento comunista, cf. WEBER, Hermann. *La trasformazione del comunismo tedesco: la stalinizzazione della KPD nella Repubblica di Weimar*. Tradução do alemão: Giuseppina Panzieri. Milão: Feltrinelli, 1979. Para um debate sobre essa obra e aplicações suas a realidades nacionais, cf. LAPORTE, Norman; MORGAN, Kevin; WORLEY, Matthew (reds.). *Bolshevism, Stalinism and the Comintern: perspectives on Stalinization, 1917-53*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

¹³ Para uma crônica sobre o PCB e a UJC na segunda metade da década de 1920 e na primeira metade da década de 1930, cf. BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

reconstruir a infraestrutura após anos de guerra incessante. A diretriz do “socialismo em um só país”, sustentada por Iosif Stalin, na prática o novo dirigente máximo do país, implicava a conversão dos partidos comunistas em pelotões de defesa da Revolução de Outubro, não mais vista como um levante operário mundial, mas como a construção de um grande Estado cuja mera existência serviria para agravar as contradições inatas do mundo capitalista. A chamada “*bolchevização*” desses partidos, isto é, o decalque segundo a matriz que governava a URSS, fez as funções da Comintern sobrepor-se às do Ministério das Relações Exteriores soviético, causando vários conflitos de competências entre os responsáveis por esses órgãos.¹⁴ Críticos ferozes das políticas de Stalin, como o historiador Pierre Broué, chamaram a atenção para o caráter eufêmico e enganador do termo “*bolchevização*”, que promovia a regra um procedimento inicialmente visto como compulsório e transitório, sem qualquer relação com o que seria o espírito “original” do bolchevismo.¹⁵ Além disso, enquanto Stalin fixava-se como governante único e onipotente, processo culminado em 1929, mas ainda por apresentar seus resultados mais agudos, a Internacional passava a seu controle pessoal, embora ela nunca estivesse nas prioridades diplomáticas do georgiano, e os partidos comunistas iam aceitando essa gradual preeminência, até recaírem no culto personalista do “pai dos povos” como realizador da vontade popular.

Todavia, o *timing* transicional foi diferente para os partidos comunistas da América Latina. Enquanto na década de 1920, como

¹⁴ Para os principais debates e os documentos conclusivos do 5.º Congresso da Comintern, cf. PIATY Vsemirnyy Kongress Kommunisticheskogo Internatsionala. 17 iunia–8 iulia 1924 g. Stenograficheski otchet [Quinto Congresso Mundial da Internacional Comunista. 17 de junho a 8 de julho de 1924. Atas taquigráficas]. 2 partes. Moscou; Leningrado: Gosudarstvennoie izdatelstvo, 1925. Para os dilemas ideológicos iniciais sobre o futuro da URSS, cf. PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)*. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

¹⁵ BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. Vol. 1. Tradução: Fernando Ferrone. São Paulo: Sundermann, 2007.

foi dito, eles gozaram de relativa liberdade, 1929 foi o ano que marcou uma virada na postura de Moscou. O fascismo e o nazismo estavam então crescendo como forças internacionais, as relações diplomáticas com o Ocidente capitalista começavam a desgastar-se, o exilado Leon Trotsky aparecia ao mundo como a principal voz da oposição soviética e as políticas stalinianas de desenvolvimento acelerado, incluindo a industrialização e a coletivização forçadas, geravam forte tensão social na URSS. A ideia de Stalin era a de que o país precisava de indústrias e exército fortes para resistir a uma hipotética invasão ocidental contra os bolcheviques, consagrando assim a tese da “fortaleza sitiada”, já prenunciada por Lenin, mas transformada em pedra de toque do Estado, vigente até o governo de Leonid Brezhnev (1964-1982). Enquanto as “seções nacionais” na Europa desenvolvida já estavam se “bolchevizando”, suas congêneres latino-americanas ainda viviam a gestação, pois em grande parte dos casos, como no Brasil, elas surgiam “do nada”, e não a partir de estruturas partidárias socialistas já consolidadas. De alguma forma, portanto, embora as análises de conjuntura fossem autônomas, o tipo de partido era diretamente calcado, ao menos nas intenções, àquele que os russos haviam construído. Mas na essência, no sentimento, os comunistas deviam também se tornar encomiastas do “guia genial” soviético, ou não seriam dignos de pertencer à Comintern, e com esse objetivo, em meio à crescente procura pelos povos “coloniais, semicoloniais e dependentes”, o comunismo na América Latina sofreu as primeiras grandes intervenções.

Dizia-se que no 6.º Congresso da Comintern (1928), os bolcheviques teriam “descoberto” a América Latina, melhor dizendo, teriam percebido sua importância na confrontação diplomática e comercial com os Estados Unidos e o Reino Unido, maiores beneficiários da exploração econômica do subcontinente. Porém, os informes oficiais e as conclusões do evento deixaram a desejar quanto à consequência de suas análises: as categorias de “colônias” e “semicolônias”, aplicáveis em geral à África, à América

Latina e Caribe e à maior parte da Ásia, não eram claramente distinguidas entre si, e a noção de “países dependentes”, dedicada às nações com independência formal, carecia de uma definição inequívoca e direta. Além disso, reciclando as teorias da “revolução mundial” que haviam sofrido um baque, decidiu-se que o “caráter” da revolução latino-americana não seria socialista de imediato, mas “democrático-burguês”, em ligação orgânica com a “luta de libertação nacional” e a “revolução agrária” contra os “resquícios feudais e semifeudais” (outro nome da estrutura inspirada no escravismo e no latifúndio). Essa concepção etapista com vocabulário inspirado em Lenin permitia inclusive a aliança temporária com a burguesia ou a pequena burguesia, desde que os comunistas não se pusessem a seu reboque nem perdessem a autonomia e mantivessem a hegemonia proletária do processo revolucionário.¹⁶ A linguagem aparentemente moderada escondia um reforço interno das rédeas no sistema de partidos, reflexo da recrudescência ditatorial na URSS, com anulação da liberdade ideológica e organizativa, convocação constante das lideranças nacionais a Moscou e, para transmitir diretamente as novas linhas, a realização de conferências regionais. De 1.º a 12 de junho de 1929, por exemplo, ocorreu em Buenos Aires a 1.ª Conferência Comunista Latino-Americana, a única que produziu documentação pública, mas cujo objetivo era meramente ritual, sem ocasião mais ampla para que as militâncias locais mudassem substancialmente as diretivas já prontas.¹⁷ Os responsáveis mais diretamente ligados ao centro soviético, como o argentino Victorio Codovilla e o suíço Jules Humbert-Droz criticaram a amorfia estrutural, a leniência

¹⁶ VI KONGRESS Komintern: stenograficheski otchet [6.º Congresso da Comintern: atas taquigráficas]. Moscou; Leningrado: Gosudarstvennoie izdatelstvo, 1929. (Fasc. 4. “Revoliutsionnoie dvizhenie v kolonialnykh i polukolonialnykh stranakh” [O movimento revolucionário nos países coloniais e semicoloniais]; Fasc. 6. “Tezisy, rezoliutsii, postanovlenia, vozzvania” [Teses, resoluções e apelos].)

¹⁷ AA. VV. *El movimiento revolucionario latino americano: versiones de la Primera Conferencia Comunista Latino Americana, Junio de 1929*. Buenos Aires: La Correspondencia Sudamericana, [ca. 1929].

doutrinária e o caráter pouco operário das direções dos partidos comunistas e acenaram para um maior controle de cima por meio dos organismos intermediários. A preocupação com que o comunismo na América Latina estivesse ameaçado por “perigos de direita” advém da luta interna final que Stalin venceu no PC bolchevique, justamente contra Nikolai Bukharin, então chefe supremo da Comintern e opositor da violência nas políticas econômicas. Seu cargo de liderança estava ameaçado, bem como o destino de seus antigos apoiadores, como o próprio Humbert-Droz, logo afastado do ambiente latino-americano.

Se as viradas táticas do movimento comunista internacional eram condicionadas em grande parte pelas vicissitudes internas da União Soviética e pelas necessidades diplomáticas desse Estado, sobretudo em suas trocas com a Europa Ocidental e os EUA, os acasos na estrutura organizativa dos comunistas da América Latina estavam bastante ligados às turbulências políticas aí dominantes ao entrar a década de 1930. Ao ser alocado em Buenos Aires, o SSA/IC, contra suas intenções originais, colaborou para que os argentinos mantivessem sua preeminência sobre os partidos da região, mas o golpe de Estado liderado pelo general Uriburu em setembro de 1930 forçou sua transferência, já na condição de *Birô Sul-Americano* (BSA/IC), para Montevideú, capital uruguaia. No Uruguai, o partido comunista desenvolvia intensa atividade e tomava parte nas deliberações no SSA/IC, onde também atuavam Astrojildo Pereira, Octavio Brandão, Leoncio Basbaum e outros dirigentes do PCB. Nessas capitais também se refugiavam exilados políticos e militantes brasileiros, perseguidos pelo regime republicano do café e, depois, pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, como Luís Carlos Prestes, que após a experiência da Coluna passou à Bolívia, e então a Buenos Aires e enfim a Montevideú, antes de tornar-se destacado líder comunista. Também em Montevideú, pouco antes da conferência latino-americana de 1929, havia sido criada a Confederação Sindical Latino-Americana (CSLA), com a presença de Grazzini, Basbaum,

Paulo de Lacerda e Danton Jobim, que logo depois seguiriam direto para Buenos Aires. Mas no seio do CEIC em Moscou, formalizavam-se as secretarias por regiões do globo, onde realmente eram trazidos os problemas dos partidos, e entre elas o Secretariado Latino-Americano (SLA/IC), desdobrado do Secretariado Latino, subordinava o BSA/IC.

Nestes dois âmbitos, transcorriam as frequentes convocações de líderes partidários locais para prestar esclarecimentos aos superiores sobre palavras e atitudes que pudessem lhes ter soado desagradáveis ou para absorver ordens expressas sobre o que devia ser executado ou modificado imediatamente nos partidos. Não era necessário fazer isso nos Congressos Mundiais da Comintern, teoricamente seus órgãos máximos, nem mesmo nos chamados “plenos ampliados do CEIC”, que aos poucos, com a progressiva redução do papel da Internacional na diplomacia de Stalin, ocupavam o papel institucional dos congressos. Ocasionalmente, determinadas figuras, quase sempre já residindo em Moscou, eram chamadas a sessões nos secretariados regionais (no caso do PCB, o SLA/IC) diante dos secretários concernentes e de outros nomes conhecidos, respeitados ou temidos da Comintern, deviam relatar sobre o que lhes era solicitado, por vezes apresentando dados estatísticos, não raro eram “acareados” com dados contraditórios obtidos de fontes obscuras pelos superiores e ouviam os mais variados tipos de queixas, ataques, correções, censuras e determinações. Os antigos arquivos da Comintern, agora abertos em Moscou, reorganizados ao longo dos anos de 2000 e, em grande parte, digitalizados nos anos de 2010, guardam uma riqueza ainda pouco explorada sobre os tipos de encontros e críticas que esperavam os brasileiros nos organismos centrais.¹⁸ Foi assim que Astrojildo Pereira recebeu, em 1930 e

¹⁸ Cf., por exemplo, o Arquivo Público de História Social e Política da Rússia (RGASPI), f. (fundo) 495, op. (dossiês) 29 (Partido Comunista do Brasil), 79 e 101 (ambos sobre o secretariado regional – *Ländersekretariat* – latino-americano no seio do CEIC), disponíveis em <http://sovdoc.rusarchives.ru>, acesso em 28 ago. 2018.

ainda como secretário-geral, ordens para “bolchevizar” o PCB de cima para baixo, removendo intelectuais da liderança (“proletarização”), erigindo como obrigatórias as determinações da URSS e deixando toda a política de aproximação com a pequena burguesia e os militares construída até então. Octavio Brandão esteve entre os que não acataram facilmente essa devassa, entraram em rota de colisão com o CC e caíram, assim, na obscuridade entre os comunistas, como prenúncio do que seria a total desorganização e acefalia organizativas a partir de 1931, ainda piores após a repressão institucionalizada sob Vargas.¹⁹

Como se traduzia, no âmbito sindical, essa virada radical da política externa soviética? De início deve-se dizer que os novos tempos, na Comintern, ganharam a chamada tática “classe contra classe”, ou seja, as contradições do capitalismo, no fim da década de 1920, estariam se agudizando, uma nova época de revoluções estaria se avizinando e, o principal, a social-democracia deveria ser rejeitada por supostamente pôr-se ao lado da burguesia na defesa de seus governos. Essa teoria teve suas primeiras formulações no 6.º Congresso Mundial, mas foi no 10.º Pleno do CEIC que ela recebeu a forma definitiva e, na prática, suplantou a velha linha de “frente única”, nunca negada em palavras, mas de fato marginalizada nos combates radicais contra outras correntes de esquerda.²⁰ Na Europa e na América, a repulsa ao socialismo reformista, traço genético do comunismo soviético, retornou à pauta no já mencionado combate aos “desvios de direita”, nome que escondia qualquer concessão a partidos adversários e qualquer crítica às atitudes aventureiras que os comunistas adotavam dentro e fora da União Soviética. No Brasil, onde a política “classe contra classe” foi interpretada em suas chaves extremas, o PCB passou a

¹⁹ Sobre as turbulências internas do período, cf. BASBAUM. *Uma vida em seis tempos*; BRANDÃO. *Combates e batalhas*; LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

²⁰ X PLENUM Ispolkoma Komintern [10.º Pleno do Comitê Executivo da Comintern]. 3 fascs. Moscou: Gosudarstvennoie izdatelstvo, 1929.

não mais buscar alianças com outros militantes revolucionários, mas a edificar sua própria central sindical, a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB), vinda à luz como fruto das fortes mobilizações operárias do 1.º de Maio em 1929. Nesse ínterim, o partido também apoiou até o fim a greve de 72 dias dos trabalhadores gráficos em São Paulo, iniciada em 23 de março, mas foi criticado pela intransigência que teria gerado desgaste repressivo e pouco ganho.²¹

Os comunistas brasileiros e de outros países ocidentais sofreram as duras consequências de terem provocado cisões sindicais, isolamento trabalhista e ataques constantes à social-democracia ou ao anarquismo. O Governo Provisório de Vargas encontrou um caminho sem muitas barreiras ao aparelhamento corporativista do trabalho, mas não se deve pensar que o divisionismo do PCB teve papel predominante nessa incursão, pois os anos de 1920 já haviam sido marcados por uma crise de organização, pelos flagelos econômicos e pela vontade quase nula da Primeira República de resolver a “questão social”. Na década de 1930, a ascensão de governos autoritários na Europa e na América Latina, grande parte deles inspirada no fascismo e no nazismo, consolidou o controle dos sindicatos e retirou quase toda a possibilidade de organização livre, o que agravou ainda mais os problemas dos movimentos operários divididos. Nesse contexto, os partidos comunistas adquiriram o modelo que predominaria durante quase todo o século 20: ilhas de cultura alternativa, núcleos de uma prática política avessa aos parlamentos tradicionais, fontes de disciplina agregadora e coesão quase militar, visando ser as alegadas tropas de choque do proletariado. Os mais recentes estudos têm se focado não apenas no lado propriamente político-institucional ou doutrinário-ideológico do comunismo, mas também no conjunto de valores que o esculpiu como uma

²¹ Para a atuação do PCB nesse contexto de greves, cf. KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006.

espécie de “mundo transnacional” à parte.²² A centralidade do trabalho e da revolução, como no socialismo antigo, sustenta a militância, porém desta vez a referência maior é a um “Estado proletário”, artífice de um mundo antiburguês, defensor do operariado em outros países e com uma realidade étnica e histórica muito distante da existente na Europa Ocidental e nas Américas.

O PCB sofreu uma total instabilidade de dirigentes nos primeiros anos de 1930, ocasionada em parte pelas prisões massivas de comunistas, em parte pela prática dos plenipotenciários enviados pela Comintern, que podiam fazer qualquer mudança de linha e quadros sem anuência dos membros nacionais. Mas a própria desorganização interna do partido também facilitou o trabalho da polícia, e outro grande núcleo de politização e alistamento foi o vasto sistema prisional gerido pelo Governo Federal. Não se pode pensar a vivência proletária brasileira nas décadas de 1920 e 1920 sem lembrar que o homem pobre, contestador do regime vigente, era muito vulnerável às prisões arbitrárias, aos longos encarceramentos e até mesmo ao degredo em pontos distantes das grandes cidades do Brasil. O operário sindicalizado ou filiado a algum partido, principalmente se de origem imigrante, era visto como alguém perigoso, instável, incendiário, que deveria ser afastado do convívio social, mais ainda do mundo da fábrica, onde o ideal é que a luta de classes não rompesse a “harmonia” entre capital e trabalho.²³ Embora cada vez mais fechado dentro de seu círculo ambiental, o PCB notou os danos de sua intransigência sindical para a unidade operária e a própria sobrevivência dos comunistas. Aos poucos, assim como nos países da Europa Ocidental, o espírito de segregação foi sendo

²² STUDER, Brigitte; UNFRIED, Berthold; HERRMANN, Irene (eds.). *Parler de soi sous Staline: la construction identitaire dans le communisme des années trente*. Paris: La Maison des sciences de l'homme, 2003; STUDER, Brigitte. *The Transnational World of the Cominternians*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

²³ Sobre a violência sistemática antissocial de Estado, cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. 2ª edição revisada. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, parte II.

deixado de lado sem grande alarde e por meio de diversas ações conjuntas com socialistas e outros aglomerados progressistas. Na verdade, além do autoritarismo varguista, o próprio surgimento do integralismo como instrumento de desagregação do trabalho organizado serviu para despertar a necessidade de unidade e firmeza contra um espectro que, de fato, era mundial.²⁴ Inclusive na Comintern e na União Soviética, começava-se a tomar consciência de que o fascismo e o nazismo não eram fenômenos epidérmicos ou espasmódicos, mesmo ante a resistência de Stalin em chegar a qualquer acordo com a social-democracia. O julgamento do comunista búlgaro Georgi Dimitrov e outros compatriotas na Alemanha, depois soltos no final de 1933 após ampla campanha internacional, tornou-se um marco da luta antifascista, mas a virada na cúpula estava sendo lenta e cautelosa.²⁵

A última grande epopeia da Internacional Comunista foi o antifascismo como movimento internacional, como vivência política e como preparação ideológica para o próximo conflito mundial, de feição imprevisível, mas que Moscou sempre julgou iminente e inevitável. Gradualmente, por meio das secretarias e birôs regionais, os partidos começaram a ser informados e preparados para as principais mudanças, e um dos episódios mais comentados e pouco conhecidos do PCB, a chamada “3.^a Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e Central”, reunida em outubro de 1934, estabeleceu justamente a continuação da união de forças já em curso. Conhecida pela suposta linha de desencadear um levante armado no Brasil, não há nas atas que restaram como documentos de arquivo qualquer menção a um golpe de força, embora a revolução violenta sempre

²⁴ Um dos relatos fatuais mais abrangentes sobre esse período, embora deva ser complementado por pesquisa mais atual, continua sendo DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Tradução: César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

²⁵ Cf., por exemplo, as discussões no XIII PLENUM IKKI: stenograficheski otchot [13.º Pleno do CEIC: atas taquigráficas]. Moscou: Partizdat, 1934.

estivesse no horizonte mais amplo do comunismo.²⁶ Mas esse foi o prenúncio de uma virada mais abrangente, simbolizada pelo 7.º Congresso da Comintern (julho-agosto de 1935), realizado sete anos após sua última edição, revelando o esvaziamento da entidade internacional e a crescente concentração das atenções do Kremlin na defesa nacional e no expurgo estatal.²⁷ Também congresso derradeiro, erigiu as “frentes populares” como tática principal, enquanto no Brasil os movimentos frentistas brotavam já no ano anterior e culminariam, em março, na ANL (Aliança Nacional Libertadora), à qual o PCB foi arrastado por força dos acontecimentos. O ano de 1935 marcou o ápice da mentalidade unitária no movimento operário europeu, antes da tragédia da 2.ª Guerra Mundial e da expansão nazista, mas a ambiguidade da diplomacia soviética, tendente a conciliar ora com Hitler, ora com os países liberais, refletiu-se na Comintern, que entrou em paralisia após o 7.º Congresso Mundial e terminou servindo de tentáculo para a repressão staliniana atingir os comunistas estrangeiros exilados no próprio “país dos operários”. Quanto aos secretariados regionais, foram todos refundidos após uma reorganização completa da Internacional a partir de agosto de 1935 e transformados em “secretariados pessoais”, controlados diretamente por figuras da alta cúpula, de diferentes origens, inteiramente devotadas a Stalin.²⁸ Seria apenas um passo formal no caminho que incluiu o Pacto Ribbentrop-Molotov, até a invasão alemã da URSS, a discreta dissolução da Comintern em 1943 e a retomada da propaganda antifascista, que estaria na origem da metamorfose do comunismo internacional após 1945 e do

²⁶ RGASPI, f. 495, op. 79, d. 211 e 213-216a; op. 101, d. 22-24; op. 29, d. 80.

²⁷ FASCISMO, democracia y frente popular: VII Congreso de la Internacional Comunista, Moscú, 25 de julio-20 de agosto de 1935. *Cuadernos de Pasado y Presente*. Tradução do alemão: José Aricó, Jaled Dias Sarví, Alfonso García Ruiz, José Luis Mercado Trejo e Alejandro Zenker. México, n.º 76, 1984.

²⁸ Para as descobertas documentais a respeito, cf. ADIBEKOV; SHAKHNAZAROVA; SHIRINIA. *Organizatsionnaia struktura Kominterna. 1919-1943*, p. 179 ss.; HUBER. “L'appareil du Komintern, 1926-1935 : premier aperçu”, p. 17 ss. Cf. também o dossiê do secretariado de Dolores Ibárruri, que tomou a responsabilidade pela América Latina logo após Wang Ming: RGASPI, f. 495, op. 17.

movimento operário em suas formas de se relacionar com os partidos, os Estados e a economia de modo geral. O cenário brasileiro não foi melhor, tendo o PCB sido desmantelado pelo Estado Novo, após as insurreições de novembro de 1935 (elas mesmos ilustrando as contradições da estratégia comunista), e o arranjo sindical corporativista, sobrevivido com a Constituição de 1946, mas sem impedir a reconstrução partidária, iniciada já em 1943 e culminada no histórico número de votos e filiados atraídos com a redemocratização.²⁹

Este texto não tem a capacidade de esgotar a reflexão e o debate sobre as relações entre as estruturas organizativas do comunismo internacional no século 20 (em última instância, a Comintern e suas administrações regionais), os partidos comunistas (“seções nacionais” desse “partido mundial da revolução”), a militância diária dos filiados, a política trabalhista propugnada a partir de Moscou e a aplicação desta a cada realidade nacional. Pelo contrário, espera-se que ele permita sugerir novas frentes de pesquisa que levem em conta o *caráter transnacional* do movimento comunista – ou seja, o fato de que seus adeptos transitavam constantemente entre países, culturas e idiomas –, o afluxo dos arquivos multilíngues para a supressão das lacunas tradicionais na literatura histórica, o trabalho organizado como centro da ideologia bolchevista (sem hipertrofiar, mas também sem excluir, o papel da cultura, simbologia e identidades) e a dialética entre as particularidades locais e o decalque da experiência russa. É impossível estudar o Partido Comunista do Brasil durante a primeira grande era da história soviética (1917-1945) esquecendo suas ligações internacionais ou considerando-o mera cópia do PC da URSS, e na trilha da nova historiografia russa, europeia e americana emergente, as oportunidades temáticas e os desafios metodológicos são bastante profícuos.

²⁹ Para uma história do PCB e de sua política trabalhista nesse período, cf. DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Referências

- ADIBEKOV, Grant M.; SHAKHNAZAROVA, Eleonora N.; SHIRINIA, Kirill K. *Organizatsionnaia struktura Komintern. 1919–1943* [A estrutura organizativa da Comintern. 1919-1943]. Moscou: ROSSPEN, 1997.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. Vol. 1. Tradução: Fernando Ferrone. São Paulo: Sundermann, 2007.
- CANALE, Dario. *O surgimento da Seção Brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2013.
- CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922 a 1943)*. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Tradução: César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FASCISMO, democracia y frente popular: VII Congreso de la Internacional Comunista, Moscú, 25 de julio-20 de agosto de 1935. *Cuadernos de Pasado y Presente*. Tradução do alemão: José Aricó, Jaled Dias Sarvi, Alfonso García Ruiz, José Luis Mercado Trejo e Alejandro Zenker. México, nº 76, 1984.
- GOMOLINSKI, Olivia. “Le Profintern : organisation internationale et administration soviétique. Première approche”. *Communisme*, Paris, nº 70-71, p. 131-158, 2^e et 3^e trimestres 2002.

HUBER, Peter. “L’appareil du Komintern, 1926-1935 : premier aperçu”. *Communisme*, Paris, n° 40-41, p. 9-14 e 18-27, 4^e trimestre 1994-1^{er} trimestre 1995.

JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Víctor. *América Latina en la Internacional Comunista, 1919-1943*: diccionario biográfico. Santiago do Chile: Ariadna, 2015.

JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Víctor. “La Internacional Comunista y la izquierda argentina: primeros encuentros y desencuentros”. *Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*, Buenos Aires, año III, n° 5, p. 71-92, sept. 2014.

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006.

LAPORTE, Norman; MORGAN, Kevin; WORLEY, Matthew (reds.). *Bolshevism, Stalinism and the Comintern: perspectives on Stalinization, 1917-53*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução: Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

McMEEKIN, Sean. “Le secours ouvrier international : histoire d’une legende”. Tradução e adaptação do inglês: Sylvain Boulouque. *Communisme*, Paris, n° 65-66, p. 117-131, 1^{er} et 2^e trimestres 2001.

PIATY Vsemirny Kongress Kommunisticheskogo Internatsionala. 17 iunia–8 iulia 1924 g. Stenograficheski otshot [Quinto Congresso Mundial da Internacional Comunista. 17 de junho a 8 de julho de 1924. Atas taquigráficas. 2 partes. Moscou; Leningrado: Gosudarstvennoie izdatelstvo, 1925.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. 2^a edição revisada. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. 2ª edição revisada. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, parte II.

PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)*. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

SALLES, Iza. *Um cadáver ao sol: a história do operário que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

STUDER, Brigitte. *The Transnational World of the Cominternians*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

STUDER, Brigitte; UNFRIED, Berthold; HERRMANN, Irene (eds.). *Parler de soi sous Staline: la construction identitaire dans le communisme des années trente*. Paris: La Maison des sciences de l'homme, 2003.

TRETI Vsemirny Kongress Kommunisticheskogo Internatsionala: stenograficheski otchot [Terceiro Congresso Mundial da Internacional Comunista: atas taquigráficas]. Petrogrado: Gosudarstvennoie izdatelstvo, 1922.

WEBER, Hermann. *La trasformazione del comunismo tedesco: la stalinizzazione della KPD nella Repubblica di Weimar*. Tradução do alemão: Giuseppina Panzieri. Milão: Feltrinelli, 1979.

VTOROI Kongress Komintern. Iul-Avgust 1920 g. [Segundo Congresso da Comintern. Julho-Agosto de 1920]. Moscou: Partizdat, 1934.

**Clubes de gravura e revistas culturais
ligadas ao PCB (1947-1956):
arte social, realismo socialista
e regionalismo popular**

Andréia Carolina Duarte Duprat¹

Os temas sociais e políticos tornaram-se pautas frequentes no Brasil após a Revolução Russa de 1917. De fato, a década de 1910 foi marcada pelo fortalecimento da organização e da mobilização dos trabalhadores, haja vista os movimentos grevistas em várias cidades do país. O campo da arte não poderia passar ileso a efervescência, e os artistas mais sensibilizados com as mazelas da população e ansiosos por mudanças viram no socialismo a possibilidade de uma nova sociedade. Aracy Amaral² propõe o termo arte social para denominar a produção artística voltada à temática social, incluindo a arte engajada partidária ou não.

O Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, tornou-se um espaço de referência para pensadores da realidade brasileira, que impulsionaram e apoiaram, por meio de sua estrutura partidária, publicações de revistas, periódicos e livros que tinham por fim serem veículos de conscientização para a classe

¹ Doutoranda em Artes Visuais da UFRGS com ênfase em História, Teoria e Crítica. E-mail: deiaduprat@hotmail.com

² AMARAL, Aracy. *Arte para quê?: a preocupação social na arte brasileira 1930-1970: subsídios para uma história social da arte no Brasil*. 3^a ed. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

trabalhadora. O público-alvo se diferenciava daquele dos demais órgãos de mídia por ser o leitor também um potencial militante e colaborador.

A manutenção das publicações era tida como tarefa fundamental. O empenho nessa área gerou uma rede de imprensa próspera nos períodos democráticos e, nos tempos de ilegalidade, manteve-se clandestinamente³. A revista *Horizonte*, de Porto Alegre, por exemplo, foi um dos veículos que seguiam a linha oficial do partido na década de 1950. A trajetória dos colaboradores se mescla à história do comunismo no Rio Grande do Sul; assim também é o caso dos Clubes de Gravura de Porto Alegre e de Bagé. Trata-se de projetos políticos derivados da vontade de militantes de servir à causa política e que também contribuíram com as carreiras profissionais dos envolvidos e incrementaram o campo cultural do estado.

Nos primeiros anos de existência, o PCB não causou grande impacto nas artes. Porém, no final dos anos 1920, com a crise de 1929 e a Revolução de 1930, intensificou-se a busca pelas contradições sociais brasileiras e o interesse pelo modelo de transformação social da Revolução Soviética⁴. Era o período da proletarianização do partido, seguindo a orientação da III Internacional, o que ocasionou o afastamento de líderes importantes como Octávio Brandão e Astrojildo Pereira. Na década de 1930, encontramos no chamado romance social dois exemplares dessa corrente que tratam sobre a “proletarianização” de modos distintos: *Parque Industrial* (1932), de Patrícia Galvão, e *Caminho de Pedras* (1936), de Rachel de Queiroz. Galvão era uma entusiasta da diretoria partidária e procurou, de fato, proletarianizar-se; já Queiroz criticava o autoritarismo e as restrições impostas pelo PCB

³ DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean Yves. *Edição e Revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte: Atelier, Ed. UFMG, 2013.

⁴ PALAMARTCHUK, Ana Paula. “Ser intelectual comunista... Escritores brasileiros e o comunismo (1920-1945)”. (Dissertação de Mestrado em História, UNICAMP, 1997).

e, por essa razão, retirou-se do partido, por não aceitar a censura e as mudanças determinadas para seu livro *João Miguel*.

A busca por um caráter mais social da arte era uma questão que estava colocada para os intelectuais desde a década anterior. A Semana de Arte Moderna de 1922 já mostra indícios do aprofundamento de interesse por referências nacionais. Ao se afastarem dos círculos acadêmicos, muitos artistas procuraram a temática social e acabaram por se aproximar do Partido Comunista. Em 1931, Tarsila do Amaral visitou a União Soviética e, dois anos depois, realizou a mostra na qual exibiu a tela *Operários* e proferiu a conferência *Arte Proletária na URSS*, no Clube dos Artistas Modernos (CAM). Na mesma época, expuseram-se trabalhos de Käthe Kollwitz (1867–1945) e David Alfaro Siqueiros (1896–1974), que esteve no Brasil e palestrou sobre o muralismo mexicano. Emiliano Di Cavalcanti (1897–1976) se filiou ao partido em 1928, manifestando a ideia do artista engajado na realidade social.

Já no ano de 1935, foi organizada a Mostra de Arte Social no Clube de Cultura Moderna do Rio de Janeiro. Naquele tempo, muitos artistas já haviam se filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) que participavam das ações políticas como também ilustravam uma série de impressos, como *O Homem Livre*, *A Classe Operária*, *Tribuna Popular*, entre tantos outros. Para exemplificar, cito os trabalhos de Emiliano Di Cavalcanti, Tomás Santa Rosa, Paulo Werneck e Lívio Abramo.

A década de 1930 é caracterizada pela luta contra o fascismo e a influência crescente de sua variante brasileira, o integralismo. Em São Paulo, em 1933, surgiu a Frente Única Antifascista, dirigida por Francesco Frola e composta por membros do Partido Socialista Brasileiro, da União dos Trabalhadores Gráficos, da Legião Cívica 5 de Julho, do Partido Socialista Italiano, do Grêmio Universitário Socialista, do Bandeira dos Dezoito, da Liga Comunista e dos grupos Socialista Giacomo Matteotti e Italia Libera. Os periódicos vinculados à FUA eram *A Rua*, *O Homem Livre* e *O Socialismo*. O

PCB não participou da fundação da Frente devido à presença de trotskistas; entretanto, os comunistas estiveram em eventos como os comícios realizados em novembro e dezembro de 1933 e janeiro de 1934⁵. O período que se seguiu não foi fácil para os militantes. De 1937 a 1945, Getúlio Vargas estipulou o Estado Novo que colocou o PCB na clandestinidade e promoveu uma série de perseguições aos comunistas.

Na redemocratização (1945 a 1947), houve um reflorescimento do aparato de imprensa e de cultura do partido. Porém, o cenário internacional era de tensão. Após a Segunda Guerra Mundial, configurou-se a Guerra Fria através da formação do antagonismo dos blocos comunista e capitalista que atingiu a política, a economia, e também a cultura. O Partido Comunista da União Soviética (PCUS) promovia há vários anos o debate sobre a arte revolucionária do qual participavam sujeitos e organizações de tendências diversas. Porém, por diversas condições históricas, notadamente, a urgência da unidade e de uma postura agressiva contra o que era considerado burguês, capitalista e imperialista, o realismo socialista de Andrei Zhdanov tornou-se doutrina estética oficial do PCUS a partir de 1934, na ocasião do I Congresso de Escritores Soviéticos. O chamado zhdanovismo tinha uma série de preceitos que, no caso das artes visuais, incluíam obras somente figurativas, clima de positividade nas cenas, exaltação aos heróis do partido, representação idealizada dos trabalhadores. Zhdanov generalizou e enrijeceu alguns aspectos do realismo socialista precedente, acabando por restringir as possibilidades de uma estética revolucionária.

O PCB seguiu as diretrizes do PCUS, e, em meados dos anos 1940, é possível encontrar publicações adotando e defendendo o realismo socialista zhdanovista. Surgiram revistas culturais ligadas ao partido, como *Literatura* (Rio de Janeiro, 1946) e *Problemas*

⁵ CASTRO, Ricardo F. "O Homem Livre: um jornal a serviço da liberdade (1933-1934)". *Cadernos AEL*, v. 12, n. 22-23, p. 61-76, 2005.

(Rio de Janeiro, 1947) ⁶. Os artistas de esquerda colaboravam com os impressos por meio de ilustrações, de textos, participando dos conselhos de redação de periódicos. O partido ainda incentivava a criação de organizações que visassem à formação e a produção artísticas conforme seus preceitos políticos, sendo os principais deles a democratização do acesso à arte, a propaganda dos princípios socialistas, a promoção da mobilização popular e a educação das massas. A gravura foi a prática mais incentivada pela sua capacidade de reprodução e seu potencial de alcance de público. Formaram-se clubes de gravura em várias regiões do país. O *Taller de Gráfica Popular* (TGP) mexicano serviu como modelo de entidade politicamente engajada dedicada às artes gráficas para os clubes brasileiros. Os gravuristas brasileiros também adotaram como referências as obras de Käthe Kollwitz, a gravura revolucionária chinesa e todo o aporte teórico que orientava o realismo socialista em vigor na União Soviética.

As organizações voltadas às artes gráficas

O primeiro clube de gravura foi estruturado em Porto Alegre e denominado de Clube de Gravura de Porto Alegre (CGPA), no ano de 1950, graças à iniciativa de Vasco Prado e Carlos Scliar. Esses artistas sul-rio-grandenses estiveram na Europa no final da década de 1940 em busca de formação, e também devido à sua militância política. Eles participaram do Congresso Mundial de Intelectuais em Defesa da Paz de 1948, em Wrocław, na Polônia, durante o qual tiveram contato com artistas e intelectuais de várias partes do mundo, de maneira especial, com Leopoldo Méndez, um dos fundadores do TGP.

Os latino-americanos, em solo europeu, congregavam-se, buscavam valorizar sua herança cultural e apostavam em uma arte

⁶ ARBEX, Luciana B. M. “Intelectualidade brasileira em tempos de Guerra Fria: agenda cultural, revistas e engajamento comunista”. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2012), p.132.

engajada a um projeto social⁷. A vontade de promover debates e grupos semelhantes, no Brasil, motivou Carlos Scliar e Vasco Prado a ingressar no corpo de colaboradores da revista cultural *Horizonte* e propor toda uma reformulação de conteúdo e de programação visual.

É possível verificar dois momentos distintos da história da *Horizonte*: na “primeira fase”, que corresponde aos três primeiros números da publicação, em 1949, sob a direção de Cyro Martins, a ênfase é cultural sem uma vinculação política muito explícita; na “Nova Fase”, a partir do quarto número (veiculado em dezembro de 1950), dirigida pela poetisa Lila Ripoll Guedes, estreita-se a relação do impresso com o PCB. A revista se tornou um órgão do partido, divulgando preceitos estéticos próximos ao realismo socialista de Zhdanov⁸. No suplemento da *Horizonte* intitulado *Notícias do Clube de Gravura*, Carlos Scliar narra a formação da entidade:

A criação de uma organização que levasse aos nossos artistas os meios para transmitir suas mensagens parecia-nos da maior oportunidade, e com esse propósito nascia o Clube dos Amigos da Gravura de Porto Alegre. O contato dos artistas mais experimentados com os mais jovens só poderia trazer os melhores resultados para o enriquecimento de nossas artes plásticas. Aos que julgavam, minados por preconceitos, que o trabalho em comum, as discussões em torno dos problemas mais vivos do nosso povo, neutralizariam o talento e a personalidade dos diferentes artistas, sabíamos que a prática responderia decisivamente. Hoje, nessa exposição com cerca de 50 trabalhos, seleção da obra gravada no curso de pouco mais de um ano, está a resposta aos preconceitos retrógrados que procuram impedir um real desenvolvimento da arte nacional. Interpretando a nossa gente, seus costumes e os melhores anseios de nosso povo, um grupo de artistas plásticos gaúchos marcou-se com características precisas, e a riqueza de cada um não fez mais do que se acentuar em contato com os outros.

⁷ AMARAL, Aracy. *Arte para quê?: a preocupação social na arte brasileira 1930-1970: subsídios para uma história social da arte no Brasil*. 2003.

⁸ BALBUENO, Luciana. “A produção da Lila Ripoll na revista “Horizonte””. (Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 2001).

É o propósito do Clube dos Amigos da Gravura não só o desenvolvimento dessas técnicas entre os nossos artistas, como a divulgação do gosto pela gravura entre camadas cada vez mais vastas do nosso povo. Pela sua própria técnica é a gravura, de todas as artes plásticas, a que está economicamente mais ao alcance do público ⁹.

O trabalho coletivo foi uma marca importante desse grupo de artistas. No ano de 1951, Glauco Rodrigues, Danúbio Gonçalves, Carlos Scliar e Glênio Bianchetti passaram um tempo juntos treinando suas técnicas de desenho na estância de Ubirajara Moraes, em Bagé. Nos dois anos seguintes, repetiram a experiência (exceto Bianchetti) nas terras de Ismael e Pepita Collares, a Fazenda Delícias. Os artistas trabalharam ao ar livre, registrando a paisagem da campanha e o cotidiano de seus habitantes. Na estância, o grupo utilizava o galpão e a ramada como ateliê ¹⁰. O aprimoramento de habilidades do desenho de observação, através da aplicação dos princípios clássicos, era um dos principais objetivos. Alguns desses artistas foram autodidatas e desejavam suprir carências de sua formação¹¹.

A atuação do CGPA repercutiu, e surgiram projetos similares em outras cidades, como Bagé, de São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife ¹². Na Bahia, não houve a constituição de um clube propriamente, mas sim, de um grupo dedicado à gravura de temática social que formou a Escola Baiana de Gravura. É interessante perceber que existiram organizações de artistas anteriores e posteriores à formação dos clubes que tiveram relações com essas entidades. Os meios nos quais circulavam as

⁹ SCLIAIR, Carlos. “Notícias do Clube de Gravura”. *Horizonte*, Porto Alegre, n. 6, ano II, p. I-VIII, junho de 1952. P. I

¹⁰ QUADROS, Ana L. P. de. “Gravura na Campanha: um estudo sobre a criação do Museu da Gravura Brasileira”. (Dissertação de Mestrado, UFPEL, 2010).

¹¹ SCARINCI, Carlos. *A gravura no Rio Grande do Sul – 1900-1980*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

¹² AMARAL, Aracy. *Arte para quê?: a preocupação social na arte brasileira 1930-1970: subsídios para uma história social da arte no Brasil*. 2003.

obras eram, notadamente, em impressos ligados ou influenciados pelo PCB. Como dito anteriormente, os comunistas brasileiros tinham uma longa trajetória de publicação de revistas e jornais desde o início dos anos 1920, em uma vasta rede que se espalhava por diversos estados brasileiros. De 1947 a 1956, tem-se a criação de revistas culturais ilustradas por diversos artistas relacionados aos clubes de gravura.

No estado de Pernambuco, tem-se a figura a marcante de Abelardo da Hora que, em meados do século XX, fundou ao lado de Ladjane Bandeira e Hélio Feijó a Sociedade de Arte Moderna do Recife (1948) e, posteriormente, o Atelier Coletivo (1952) com Wellington Virgolino, Wiltom de Souza, Gilvan Samico e José Cláudio da Silva. A ligação com o CGPA se deu quando Carlos Sciar, em viagem, vendo a produção daqueles artistas, marcada pela temática regional e pelo engajamento político, incentivou a criação do Clube de Gravura no Recife aos moldes do CGPA. Os pernambucanos participaram de exposições itinerantes juntamente com os artistas sul-rio-grandenses. Em 1957, o Clube do Recife editou um álbum de gravuras no qual se ressalta a regionalidade das composições.

Abelardo da Hora era o mais comprometido na difusão da arte social, representando a realidade do povo, e na valorização das manifestações culturais populares, muito inspirado pelas obras de Portinari e pelo muralismo mexicano. Ele era também o artista mais experiente e mestre dos demais. O Atelier Coletivo se aproxima da concepção dos clubes de gravura pelo seu funcionamento e pelos interesses similares, além do que, seu principal dirigente, Abelardo da Hora, era filiado ao PCB, assim como seu colega Hélio Feijó¹³.

Para conhecer a cena artística pernambucana dos anos 1940 e 1950, é possível recorrer a impressos que se voltavam total ou parcialmente à cultura, a exemplo de *Arquivos*, *Revista do Norte*,

¹³ DIMITROV, Eduardo. "Regional como opção, regional como prisão: trajetórias artísticas no modernismo pernambucano". (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2013).

Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco e a coluna de Ladjane Bandeira no *Diário da Noite* e no *Jornal do Commercio*¹⁴. As publicações *Contraponto: revista de arte e cultura*, *Nordeste* e *Orientação* tiveram a presença de ilustração de militantes do PCB.

Na Bahia, em meados do século XX, surgiram revistas culturais que agitaram a cena local, entre as quais *Caderno da Bahia*, *Seiva* e *Ângulos*, criada pelos alunos do Centro Acadêmico Ruy Barbosa da Faculdade de Direito. A crítica ao conservadorismo da sociedade e das artes era um ponto em comum dessas publicações, podendo também ser detectado o caráter militante do seu conteúdo influenciado pelo marxismo¹⁵. Embora não fosse um órgão do PCB, *Caderno da Bahia* contava com militantes e simpatizantes da esquerda, como Luiz Henrique Diaz Tavares, Alfredo Darwin Brandão; e seus colaboradores visavam uma ação social mais engajada. Como veículo oficial do PCB na Bahia, naquela época, havia o jornal *O Momento*. Conforme o pesquisador Tiago Groba:

O posicionamento ideológico de *Caderno da Bahia*, no entanto, não representou um radicalismo de esquerda, comunista. Seu engajamento esteve ligado à iniciativa de trazer para o primeiro plano da obra de arte o elemento popular. Para os escritores e poetas, o artista deveria procurar fazer com que sua arte refletisse sobre seu tempo, sobre os problemas socioeconômicos de seu espaço e região, e encontraram na grande gama da cultura popular baiana uma forma de alcançar este objetivo¹⁶.

O fortalecimento da gravura, na Bahia, foi impulsionado pela chegada de Henrique Oswald, filho de Carlos Oswald, o curso de gravura ministrado por Poty Lazzarotto e pelo empenho de gravadores locais e de outras regiões no aprendizado das técnicas,

¹⁴ PAZ, Raissa A. C.. “Preocupações artísticas: o caso do Atelier Coletivo da Sociedade de Arte Moderna do Recife”. (Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2015).

¹⁵ OLIVEIRA, Olivia Fernandes de. “Notas sobre algumas páginas mais ou menos modernas. O “Modernismo” na Bahia através das revistas”. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, v.5, n.1, p.12-23, 1999.

¹⁶ GROBA, Tiago Santos. “Um lugar ao Sol: *Caderno da Bahia* e a virada modernista baiana (1948-1951)”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia. 2012). p.146

entre os quais podemos citar Calasans Neto, Mário Cravo Júnior, Juarez Paraíso, Raimundo Aguiar, Marina Caran, Hansen Bahia e Marcelo Grassman ¹⁷. Henrique Oswald e seus colegas criaram a Escola Baiana de Pintura no final da década de 1950, que seguiu o modelo dos clubes de gravura, principalmente, no que concerne ao caráter coletivo e agregador da formação e do trabalho dos artistas ¹⁸. Outra artista de interesse é a comunista Edíria Carneiro, ilustradora de publicações como a *Seiva* e *O Momento Feminino*.

O Clube de Gravura de São Paulo iniciou suas atividades sob a presidência de Clóvis Graciano no início do ano de 1952. Suas primeiras atividades foram cursos de gravura ministrados por Manoel Martins e Renina Katz e uma exposição de obras de Käthe Kollwitz. O Clube era uma referência para os jovens artistas paulistas, como se vê em entrevista publicada na revista *Fundamentos* de Mário Gruber, Estela Tuchsneider, Flávio Tanaka e Luís Ventura concedida a Fernando Pedreira ¹⁹. Na cidade de Santos, Mário Gruber fundou um Clube de Gravura, que teve uma vida curta, e, posteriormente, o Clube de Arte.

Em Curitiba, o Clube de Gravura do Paraná, fundado em 1951, teve como sua primeira diretora Violeta Franco. A associação durou cerca de um ano e deu origem ao Centro de Gravura do Paraná, coordenado por Nilo Previdi, que funcionou até a década de 1970. Na história antecedente do Clube, destacam-se as experiências de Carlos Scliar, de Violeta Franco de Poty Lazarotto e a revista cultural *Joaquim*.

¹⁷ SILVA, Virgínia de F. O. e. “O caráter de registro da gravura de Henrique Oswald: um olhar sobre a cidade de Salvador”. In: IV ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE - IFCH/UNICAMP, 2008, p. 838-847 (Anais eletrônicos).

¹⁸ SILVA, Virgínia de F. O. e. “Obstinação, experimentação e renovação: a Escola Baiana de Gravura”. In: 18º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS TRANSVERSALIDADES NAS ARTES VISUAIS - 21 a 26/09/2009 - Salvador, Bahia, p. 2779-2786 (Anais eletrônicos).

¹⁹ PEDREIRA, Fernando. “Artistas Jovens e Arte Jovem - uma entrevista”. *Fundamentos*, ano V, n.32, abr. 1953, p.20-21; 24, 1953.

A revista *Joaquim* circulou entre 1946 e 1948, e foi um marco na renovação do campo cultural do Paraná ao recusar o "provincianismo" e ao defender a princípios mais modernos vindos dos centros da cultura do país, Rio de Janeiro e São Paulo ²⁰. O projeto da publicação é de Dalton Trevisan, responsável por seu delineamento editorial. Foram colaboradores da revista Temístocles Linhares e Erasmo Pilloto, intelectuais renomados na época. Nas páginas da *Joaquim*, vislumbram-se ilustrações de vários artistas, dentre os quais se destacam Poty Lazzarotto e Guido Viaro.

Além de ser uma referência pela sua produção artística, Poty se tornou um mestre para vários gravadores ao ministrar cursos em diversas localidades, incluindo Curitiba. Inclusive, a prensa utilizada nas suas aulas foi legada ao Clube de Gravura do Paraná e, posteriormente, ao Centro de Gravura ²¹.

Carlos Scliar, como dedicado militante e articulador cultural que era, trouxe o exemplo do Clube de Gravura de Porto Alegre e teve papel fundamental na organização da entidade similar em Curitiba. Já havia, na cidade, a "Garaginha", que era, de fato, uma garagem, utilizada como ateliê por Violeta Franco onde se reuniam artistas e interessados por arte, tais como Alcy Xavier, Nilo Previdi, Loio Persio, Mário Romani, Eduardo Rocha Virmond – esse grupo foi o contato inicial de Scliar. Em 1951, conforme Carla Nascimento (2013), graças aos incentivos de Poty e de Scliar surgiu o Clube de Gravura do Paraná, cuja primeira dirigente foi Violeta Franco. A entidade durou pouco tempo dado à diversidade de tendências dos seus integrantes e por eles terem se dispersado em seguida. Terminado o Clube, formou-se o Centro de Gravura, sob a direção de Nilo Previdi, considerado um local de utilidade pública e financiado pela municipalidade, onde se ofereciam aulas de

²⁰ ROMANOVSKI, Natalia. "Um grupo abstrato: cultura, geração e ambições modernas na Joaquim". (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2014).

²¹ NASCIMENTO, Carla E.. "Nilo Previdi: contradições entre a arte moderna e a arte engajada em Curitiba entre os anos 1940-60". (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2013).

variadas técnicas de gravura e de pintura ²². Previdi era um artista comunista que prezava pela popularização da arte e acreditava no seu papel social, podendo ser associado ao realismo socialista.

As obras dos artistas ligados aos clubes de gravura possuíam um forte apelo de crítica social, colocando o povo e mais especificamente os trabalhadores, como grandes protagonistas a serem retratados. Para apresentar parte dessa produção, foram selecionados trabalhos de integrantes do CGPA que serão abordadas na sequência deste artigo.

O proletariado urbano e rural nas obras do Clube de Gravura de Porto Alegre²³

Os trabalhadores do Rio Grande do Sul e suas características locais foram a temática de várias obras de integrantes do CGPA, como Danúbio Gonçalves, autor de duas séries de xilogravuras importantes, *Xarqueadas* (1953) e *Mineiros de Butiá* (1956). Para ele ²⁴, o regionalismo é uma expressão criativa legítima, e os fatores sociais e ambientais podem inspirar artistas talentosos. O artista se esforçou em registrar em inúmeros desenhos as atividades e as ferramentas dos mineiros e dos charqueadores ²⁵. O professor Norberto Stori observa que o artista abdica do emocional lírico e trabalha a partir de uma perspectiva realista em tom objetivo e trágico. As obras têm um viés expressionista conferido pela dramaticidade dos efeitos de luz e sombra, mais notável em *Mineiros*.

²² NASCIMENTO, Carla E.. “Nilo Previdi: contradições entre a arte moderna e a arte engajada em Curitiba entre os anos 1940-60”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2013).

²³ Esse tema foi tratado na dissertação da autora “Clube de Gravura de Porto Alegre e Revista *Horizonte* (1949-1956): arte e projeto político” (2017).

²⁴ GONÇALVES, Danúbio. “Arte regional proibida”. In: GONÇALVES, Danúbio. *Ser ou Não Ser Arte*. Porto Alegre: editado pelo autor, 2003.

²⁵ STORI, Norberto. “Realidades Gravadas”. In: DANÚBIO Gonçalves: caminhos e vivências. Porto Alegre: Fumproarte, do autor, 2000. p. 23-35.

Danúbio empregou a técnica da xilogravura de topo em *Xarqueadas* sem se perder em demonstrações de virtuosismo técnico, os entalhes são secos, e é possível ver as marcas do buril ²⁶. A série – editada pelo CGPA e premiada no Salão Nacional de Arte Moderna de 1954 – nasceu de anotações feitas na cidade de Bagé e faz referência ao romance homônimo do escritor baiano Pedro Wayne. Eis um trecho descritivo das atividades dos charqueadores presente na obra de Wayne:

Carrinhos carregados de sal se derramavam no monte farto e branco que clareava alto num canto da salga pronto para ser lequeado pelas pás ágeis dos salgadores. Os largos portões abertos recebiam a ventilação da viração que passava e entrava para ir lá dentro arejar a cancha. Os tanques limpos, cheios de salmoura, borbulhavam bem dosados. As canaletas que cortavam a cancha, para dar escoamento à águas, eram tapadas nas bocas para guardar as salmouras que escorressem das carnes molhadas, depois de ganchadas dos tanques em mergulhavam. Azeitava-se zelosamente o guincho a vapor que arrastava os animais amedrontados para o sacrifício. Taravam as balanças. As zorras sobre os trilos com o braço elo qual iam ser puxadas, estendido, descansando no chão de cimento. As tinas de cozinhar os ossos destapadas. Os experimentados para não rebentarem. As facas de dois gumes, com que desnucavam as reses, sobre a parede alta as mangueira, ao alcance da mão do desnucador. A instalação elétrica, revisada; não fosse faltar a luz. O nível da água, cuidado; para que não faltasse água na cancha. E o capataz, lenço de palha de seda no pescoço, revólver 38 atravessado na frente, ostensivamente, tamancões pesados, calcando aquela arrogância que era uma figura nojenta, ando ordem aos gritos, insultando, vexando ²⁷.

O romance *Xarqueada*, de Pedro Wayne, foi, originalmente, publicado em 1937. O título, grafado com X, foi sugestão de Oswald

²⁶ STORI, Norberto. “Realidades Gravadas”. In: DANÚBIO Gonçalves: caminhos e vivências. Porto Alegre: Fumproarte, do autor, 2000. p. 23-35.

²⁷ WAYNE, Pedro. *Xarqueada*. Porto Alegre: IEL, Movimento, 1982. P. 35-36

de Andrade e Jorge Amado. A história, ficcional, reporta o dia a dia de uma das mais importantes atividades econômicas do Rio Grande do Sul, já em declínio na época da escrita do livro, a produção de charque. Pedro Wayne participou ativamente do processo, pois trabalhou no boliche que fornecia suprimentos aos empregados da charqueada de seu sogro, em Bagé. A busca pelos aspectos regionais era característica dos intelectuais que queriam modernizar o campo artístico e viam na valorização do que seria tipicamente brasileiro as bases da construção de uma arte nacional nas primeiras décadas do século XX. Mais do que isso, havia a vontade de tratar dos problemas sociais e de se afastar dos temas agradáveis às elites. Isso tudo se acentua quando há o comprometimento com causas políticas, como são os casos do escritor Pedro Wayne e do artista Danúbio Gonçalves.



Fig.1 - Danúbio Gonçalves (1925). Da série *Xarqueadas: Matambreiros*, 1953.
Xilogravura, 16 x 20 cm

Danúbio não foi simplesmente um observador externo do que se passava nas propriedades rurais, mas sim um dos personagens da história em certa medida. Seu pai fornecia reses a

charqueadas de Bagé ²⁸. Motivado pelo desejo de registrar os trabalhadores mais humildes em sua obra, ele se dedicou a diversos estudos acerca da produção do charque, o que resultou na série de gravuras mais importante de sua carreira. O artista registrou as etapas da fatura da carne seca, nas quais cada peão tinha sua função: o zorreiro, o carneador, o manteiro, o matambreiro, o picador, o lingueiro, o tirador de carretilha e o mergulhão (Fig. 1). A série *Xaqueadas* merece atenção não só por sua qualidade artística, mas também por ser um registro do final da “Era do Charque”, cujas marcas ainda podem ser percebidas em muitas cidades do Rio Grande do Sul até hoje.

Para fazer *Mineiros de Butiá*, Danúbio desceu as minas do município sul-rio-grandense a fim de experimentar o ambiente e estudar as condições de trabalho a que estava submetida diariamente aquela categoria profissional. A realidade dos mineiros é registrada em madeira de fio e de topo (STORI, 2000), e Danúbio emprega cores em algumas gravuras. O artista descreve o que viu nos subterrâneos:

Sensação inesquecível ao percorrermos a galeria de uma mina carbonífera: o ébano subsolo, tenuemente iluminado por minúsculo ponto do lampião a carbureto, que vagorosamente vem se aproximando com o som cavernoso das sincronizadas passadas do mineiro. Consciente da jornada implacável do trabalho. Passos também direcionados para os alvéolos do pulmão contaminado. Insalubre existência prisioneira na teia do enigmático cárcere, impossibilitado de se desvencilhar... ²⁹.

Não foi à toa que os mineiros chamaram a atenção de Danúbio. A mineração era uma atividade econômica relevante que, sabidamente, sacrificava os trabalhadores. A mineração de carvão

²⁸ LEITE, José A. M. *Xarqueadas de Danúbio Gonçalves* – Um Resgate para a História. Porto Alegre: s.c.p., 2011.

²⁹ GONÇALVES, Danúbio. In: DANÚBIO Gonçalves: caminhos e vivências. Porto Alegre: Fumproarte, do autor, 2000. p. 62.

iniciou-se no Rio Grande do Sul no século XIX e recebeu grande impulso durante a Primeira e a Segunda Guerra devido às dificuldades de importar o produto. Em 1936, as empresas exploradoras do combustível de São Jerônimo e de Butiá formaram o CADEM (Consórcio Administrador de Empresas de Mineração). No princípio da década de 1940, o carvão era o principal produto de exportação, em volume, do estado. As minas atraíam muitos trabalhadores que se sujeitavam aos perigos de explosões, de desabamentos e de moléstias como a pneumoconiose. A insegurança, a insalubridade e a insatisfação com os proventos miseráveis motivaram a mobilização dos mineiros e a promoção de piquetes e greves, como a de 1946, que deixou Porto Alegre às escuras e prejudicou a produção e os transportes. Foram 36 dias parados, sem receber, sob forte pressão ³⁰. A Lei nº 9070, de 15 de março de 1946, do presidente Eurico Gaspar Dutra, inviabilizava as paralisações e muitos confrontos entre operários e a polícia ocorriam, bem como processos judiciais e perseguições contra os líderes sindicais ³¹. O PCB participava e organizava o movimento paredista, geralmente, através do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT). A ida de Danúbio Gonçalves às minas para registrar o dia a dia dos trabalhadores gerou uma série de gravuras, em que o drama da experiência transparece nos cortes da madeira, que serviram de testemunho, de denúncia da injustiça e da opressão sofridas pessoas que geravam a riqueza gaúcha.

Em 1955, o jornal *A Hora* publicou uma reportagem sobre os operários das minas da cidade de São Jerônimo baseada no discurso e no levantamento feitos pelo deputado estadual Walter Giordano Alves, que visitara a região. O texto informa que a média de idade de ingresso no trabalho era 12 anos e a de aposentadoria,

³⁰ SPERANZA, Clarice Gontarski. “Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50”. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012).

³¹ CHASSAVOIMAISTER, Eliane et al. “A greve dos mineiros no Rio Grande do Sul em 1946”. Porto Alegre, 2005. Arquivo eletrônico. Porto Alegre: Memorial do TRT 4ª Região, 2005

35. Os mineiros ficavam à mercê de grande risco de acidentes e de doenças incapacitantes, sendo que as respiratórias correspondiam a mais de 40%³².

Na xilogravura (Fig. 2), pode se ver o que Danúbio conta acerca da parca luz vinda de um lampião na escuridão dos túneis. As figuras esguias, de faces e identidades indistintas, observam o corpo de um companheiro. Eles compartilham o mesmo labor e talvez a mesma sina de uma vida breve e sofrida.



Fig.2 – Danúbio Gonçalves (1925). Da série *Mineiros do Butiá*, 1956.
Xilogravura, 20 x 27 cm

Às mulheres e às crianças cabiam as etapas da mineração ao ar livre. A cata e a peneiração exigiam grande esforço físico e gerava uma quantidade considerável de material particulado que se depositava nos pulmões. As imagens das figuras curvadas de Danúbio, compenetradas, transmitem a sensação de pesar da labuta das mulheres e daqueles pequenos que tinham seu futuro seriamente comprometido. Clarice Speranza (2012) constata que

³² TRABALHO no carvão: para eles a vida é uma coisa preta – Vida e Morte dos Mineiros de S. Jerônimo. *A Hora*, Porto Alegre, p. 8, 16 set. 1955.

os menores se machucavam no serviço e não conseguiam frequentar a escola como deveriam, e o registro de Danúbio vem atestar a presença do trabalho infantil (Fig. 3).



Fig. 3 - Danúbio Gonçalves. Série *Os Mineiros de Butiá*, 1956. Xilogravura, 20 x 26 cm

Fonte: <<http://gravuraulbra.blogspot.com.br/2011/06/danubio-goncalves-mineiros-de-butia.html>>.

Bianchetti observou e anotou as tarefas diárias, as vestimentas e os hábitos. Não se percebe nessas obras a retórica grandiloquente que representaria os trabalhadores do campo de maneira heroica, com físicos fabulosos, com a altivez do herói positivo zhdanovista. As mulheres não estão de “prenda” nem os homens trajam uma “pilcha” completa. Ao ver a simplicidade das vestes da camponesa descalça que usa o pilão (Fig. 4), dificilmente se poderia declarar que se trata de uma cena idealizada em prol de tornar aquela figura fenomenal.

Em *Preparando o Banho*, peões juntam o material necessário para a higiene dos cavalos, possivelmente. Percebe-se que seus rostos não aparecem, como se sua identificação fosse irrelevante. Talvez Bianchetti quisesse demonstrar a falta de atenção dada a

apenas mais alguns campeiros, que deveriam ser menos considerados pelo patrão do que os animais de que cuidavam. Como a vida não é só labuta e sofrimento, o artista também representa momentos de divertimento (Fig. 5).



Fig. 4 - Glênio Bianchetti. *Mulher no Pilão*, 1951

Fonte: *Correio do Povo*, Caderno H, 10 abr. 1954, p. 8 [registro fotográfico da autora]



Fig. 5 - Glênio Bianchetti. Sem título

Fonte: *Correio do Povo*, Caderno H, 10 jul. 1954, p. 9 [registro fotográfico da autora]

A valorização dos temas e tipos regionais foi uma tentativa de empregar uma linguagem que se afinasse ao gosto do público e que permitisse a conexão entre o espectador e a obra. Nem todos os sócios artistas tinham interesse em se focar na vida campesina. Em entrevista a Susana Gastal, Vasco Prado, que não participou das excursões às estâncias, declarou o seguinte a respeito da preferência pelo mundo rural: “Eu era contra isto. Tanto que no meu trabalho apresentei o tipógrafo, fiz o oleiro, personagens da cidade. A vida da cidade sempre me interessou mais, dos jogos na cidade, do futebol”³³. Edgar Koetz e Glênio Bianchetti compartilhavam do interesse nas paisagens e no proletariado urbano. Prado retrata o trabalho com metal na xilogravura *A Fundição* (Fig.6). Em *Lavadeiras* (Fig. 7), Bianchetti mostra a pobreza e o serviço árduo das mulheres encarregadas de lavar roupas em um cenário que remete a cidade de Bagé.



Fig. 6 – Vasco Prado. *A Fundição*, 1953. Xilogravura, 1953, MARGS
 Fonte: <<http://www.margs.rs.gov.br/catalogo-de-obras/V/16723/>>

³³ GASTAL, Susana. “Vasco Prado por ele mesmo”. In: CARVALHO, Ana; GASTAL, Susana (Orgs.). *Cadernos Ponto & Vírgula 7 – Vasco Prado*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1994. p. 92-101.

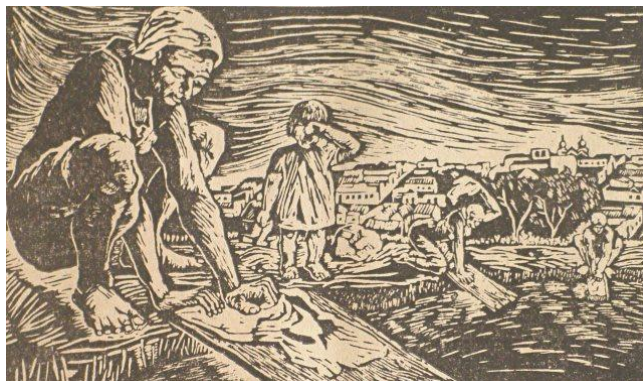


Fig. 7 – Glênio Bianchetti. *Lavadeiras*, 1952. Linoleogravura, 15 x 26 cm
Fonte: CORREIO DO POVO [suplemento], 4 jul. 1953, p. 8 [registro fotográfico da autora]

Considerações Finais

O projeto, ligado ao PCB, das entidades voltadas às artes gráficas não esteve isento de contradições, mas foi uma iniciativa muito importante de popularização da arte, configurando um circuito artístico alternativo àqueles das bienais e da arte moderna. Os clubes de gravura, apesar de sua importância, tiveram vida curta, pois seus núcleos de produção artística passaram a se dispersar a partir de 1956, o que coincide com o descrédito do stalinismo e do realismo socialista zhdanovista causados pelas denúncias apresentadas por Nikita Krushev no XX Congresso do PCUS. O legado dessas instituições, no entanto, ultrapassa o período estudado, colaborando para a promoção da formação e da circulação de artistas brasileiros importantes, que consolidaram suas carreiras por diferentes caminhos, e a consolidação da gravura como forma de expressão artística fortemente marcada pelo engajamento político.

Referências

- AMARAL, Aracy. *Arte para quê?: a preocupação social na arte brasileira 1930-1970: subsídios para uma história social da arte no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2003.
- ARBEX, Luciana B. M. “Intelectualidade brasileira em tempos de Guerra Fria: agenda cultural, revistas e engajamento comunista”. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2012), p.132.
- BALBUENO, Luciana. *A produção da Lila Ripoll na revista “Horizonte”*. (Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 2001).
- CASTRO, Ricardo F. O Homem Livre: um jornal a serviço da liberdade (1933-1934). *Cadernos AEL*, v. 12, n. 22-23, p. 61-76, 2005.
- CHASSAVOIMAISTER, Eliane et al. *A greve dos mineiros no Rio Grande do Sul em 1946*. Porto Alegre, 2005. Arquivo eletrônico. Porto Alegre: Memorial do TRT 4ª Região, 2005.
- DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean Yves. *Edição e Revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte: Atelier, Ed. UFMG, 2013.
- DIMITROV, Eduardo. *Regional como opção, regional como prisão: trajetórias artísticas no modernismo pernambucano*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2013).
- GASTAL, Susana. “Vasco Prado por ele mesmo”. In: CARVALHO, Ana; GASTAL, Susana (Orgs.). *Cadernos Ponto & Vírgula 7 – Vasco Prado*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1994. p. 92-101.
- GONÇALVES, Danúbio. In: DANÚBIO Gonçalves: caminhos e vivências. Porto Alegre: Fumproarte, do autor, 2000. p. 62.
- GONÇALVES, Danúbio. Arte regional proibida. In: GONÇALVES, Danúbio. *Ser ou Não Ser Arte*. Porto Alegre: editado pelo autor, 2003.

- GROBA, Tiago Santos. *Um lugar ao Sol: Caderno da Bahia e a virada modernista baiana (1948-1951)*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2012). p.146
- LEITE, José A. M. *Xarqueadas de Danúbio Gonçalves – Um Resgate para a História*. Porto Alegre: s.c.p., 2011.
- NASCIMENTO, Carla E. *Nilo Previdi: contradições entre a arte moderna e a arte engajada em Curitiba entre os anos 1940-60*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2013).
- OLIVEIRA, Olivia Fernandes de. Notas sobre algumas páginas mais ou menos modernas. O “Modernismo” na Bahia através das revistas. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, v.5, n.1, p.12-23, 1999.
- PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Ser intelectual comunista... Escritores brasileiros e o comunismo (1920-1945)*. (Dissertação de Mestrado em História, UNICAMP, 1997).
- PAZ, Raissa A. C.. *Preocupações artísticas: o caso do Atelier Coletivo da Sociedade de Arte Moderna do Recife*. (Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2015).
- PEDREIRA, Fernando. *Artistas Jovens e Arte Jovem – uma entrevista*. *Fundamentos*, ano V, n.32, abr. 1953, p.20-21; 24, 1953.
- QUADROS, Ana L. P. de. *Gravura na Campanha: um estudo sobre a criação do Museu da Gravura Brasileira*. (Dissertação de Mestrado, UFPEL, 2010).
- ROMANOVSKI, Natalia. *Um grupo abstrato: cultura, geração e ambições modernas na Joaquim*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2014).
- SCARINCI, Carlos. *A gravura no Rio Grande do Sul – 1900-1980*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- SCLIAR, Carlos. “Notícias do Clube de Gravura”. *Horizonte*, Porto Alegre, n. 6, ano II, p. I-VIII, junho de 1952. P. I

SILVA, Virgínia de F. O. e. *O caráter de registro da gravura de Henrique Oswald: um olhar sobre a cidade de Salvador*. In: IV ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE – IFCH/UNICAMP, 2008, p. 838-847 (Anais eletrônicos).

SILVA, Virgínia de F. O. e. *Obstinação, experimentação e renovação: a Escola Baiana de Gravura*. In: 18º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS TRANSVERSALIDADES NAS ARTES VISUAIS – 21 a 26/09/2009 - Salvador, Bahia, p. 2779-2786 (Anais eletrônicos).

SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012).

STORI, Norberto. “Realidades Gravadas”. In: DANÚBIO Gonçalves: caminhos e vivências. Porto Alegre: Fumproarte, do autor, 2000. p. 23-35.

TRABALHO no carvão: para eles a vida é uma coisa preta – Vida e Morte dos Mineiros de S. Jerônimo. *A Hora*, Porto Alegre, p. 8, 16 set. 1955.

WAYNE, Pedro. *Xarqueada*. Porto Alegre: IEL, Movimento, 1982. P. 35-36

Greves e sindicatos

‘Quando velhos personagens voltaram à cena’: o Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo e o enquadramento da memória

Evandro Machado Luciano¹

A partir de 1978 o Brasil vivenciou uma onda de greves, tendo como epicentro as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano - o denominado ABC Paulista. O fenômeno correu o país como uma nova forma de protesto, em oposição à suposta apatia política provocada pelo regime ditatorial implantado em 1964. No interior da classe operária e tendo como categoria principal nas greves a dos metalúrgicos paulistas, os trabalhadores iniciaram um movimento nacional que ficou conhecido como o “*novo sindicalismo*”². Logo intelectuais dos maiores centros acadêmicos do Brasil passaram a estudar o movimento, construindo conceitos sobre sua forma de agir, seus princípios políticos e suas reivindicações práticas³. Desse modo, academia e sindicatos consolidaram a ideia de que os fenômenos surgidos no

¹ Mestrando em História pela UFRGS. Bolsista CAPES. E-mail: lucianomachadoevandro@gmail.com.

² Apesar de ficar conhecido pelas movimentações de massa e pelos atos políticos que levaram milhares de operários às ruas, o novo sindicalismo tentou se diferenciar pelas práticas sindicais, algo que Mattos (1998) discutiu em sua tese.

³ De acordo com Mattos (idem, p. 63), a própria qualificação “novo sindicalismo” foi construída por aqueles que “se dedicaram ao estudo da temática [e] passaram a utilizar a expressão [...]”, diferente do termo mais utilizado à época pelos próprios sindicalistas: “autênticos”.

movimento operário pós-78 estabeleceram uma ruptura com o modelo sindical anterior.

Com relação a este novo sindicalismo, muitos estudos surgiram tentando explicar suas bases, seu propósito e como a ruptura estabelecida pelos “novos” foi importante para a mudança de luta política travada pelos sindicatos na década de 1980⁴. Interessa-me aqui, entretanto, um dos estudos que questionaram a ideia de ruptura com o sindicalismo anterior. O trabalho de Marcelo Badaró Mattos: *Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955-1988)*. Neste, o pesquisador sugere ao/à leitor/a pensar não apenas nas rupturas, mas também nas continuidades da estrutura sindical brasileira após o novo sindicalismo surgir. Mais do que isso, um dos pontos que me são mais caros do referido texto diz respeito ao que proponho debater neste breve texto: a tensão existente entre o novo e o velho sindicalismos. Nas palavras de Mattos,

Como outras categorias, esta também se construiu de forma contrastiva e relacional. Isto é, dizer ‘novo sindicalismo’ é opor as atitudes dos dirigentes sindicais considerados mais combativos às atitudes de seus contemporâneos ditos pelegos. Mas é opor também novas práticas às consideradas tradicionais do sindicalismo brasileiro antes do golpe militar. E como a categoria constrói-se em meio à erupção do fenômeno, os analistas acadêmicos precisam atualizar, ou rejeitar, teses e interpretações tradicionais, que não comportam este novo fato (MATTOS, 1988, p.55).

Ao analisar as rupturas e continuidades do movimento operário antes e depois do fenômeno de 1978, o autor considera a categoria *novo* relacionada e em oposição ao antigo, ao que passou, ao que não serve mais. Assim, se construiu uma noção de que o *novo* estava ali, e de que o *novo* era sempre melhor. O que se

⁴ Dessas leituras, três foram particularmente importantes para este estudo: Éder Sader (1991), Ricardo Antunes (1991) e Nelson Vianna (1999).

forma na contramão do novo é também um problema historiográfico não menos importante: o velho.

Parte da literatura que venho analisando em meu trabalho é muito segura em confirmar a hipótese do novo sindicalismo como mais combativo, mais politizado, em oposição a uma suposta estrutura vigente até então⁵. A construção do novo sindicalismo foi tão pensada e tão bem realizada, que deixou escapar por entre os dedos um fator crucial para os historiadores sociais: a agência da própria classe trabalhadora durante os anos mais sangrentos e repressivos de nossa história recente frente aos métodos do *velho sindicalismo*⁶. Minha preocupação central aqui é a de demonstrar os problemas do enquadramento da memória (POLLAK, 1989) dos novos sindicalistas quando lembram dos velhos. Nesse caso, os “velhos” não eram apenas os dirigentes sindicais que comandavam os sindicatos durante a ditadura, mas também os próprios trabalhadores, que parecem ter se tornado combatentes da noite para o dia, como “um sol numa certa hora da manhã”.

Entendo que, ao lembrar do passado de vitórias do novo sindicalismo e do passado de derrotas do velho, o que vem à tona é uma memória coletiva enquadrada. O quadro de derrotas forjado *pelos* novos e *para* os velhos fez com que muito da história se perdesse e fosse reduzido à inexpressividade - ainda que isso não seja fundamentalmente uma ação maquiavélica de todos os que lembram, ou mesmo dos que escreveram sobre isso.

Mesmo que tenha pretensões de pensar as implicações num ambiente nacional, minha pesquisa trata de trabalhadores do calçado em uma região específica, localizada há alguns quilômetros da capital do Rio Grande do Sul, a cidade de Novo Hamburgo. Um

⁵ Não pretendo superlotar este texto de referências, por se tratar de um curto artigo. Cito, apenas para título de ilustração dois dos textos que analiso em minha dissertação, como Weffort (1972) e e Oliveira (1987).

⁶ Sublinho aqui a relevância historiográfica de trabalhos como o de Corrêa (2013) ao valorizar a agência de trabalhadores neste período, contribuindo com uma série de discussões sobre a necessidade de revisão historiográfica acerca da relação entre os mundos do trabalho e a história da ditadura civil-militar.

município com características urbanas e que a partir da década de 1950 iniciou um processo gradual de industrialização. Durante a década de 1970 Novo Hamburgo experimentou um “boom do calçado” (MARTINS, 2011), aumentando a produção calçadista para exportação. Esse fator induziu uma série de mudanças demográficas e políticas. Migrações, lutas pela moradia, e discussões que pressionavam o Sindicato dos Sapateiros daquele município agitaram a segunda metade da década de 1970, alterando a correlação de forças num ambiente político já instável, em virtude dos acontecimentos no restante da América Latina e, especialmente, no Brasil.

Em 1977, Nelson de Sá, personagem central na consolidação do novo sindicalismo em Novo Hamburgo, opositor à direção sindical instalada no Sindicato dos Sapateiros, enviou uma carta-manifesto ao *Jornal NH*, defendendo-se de “quaisquer insinuações maldosas e com finalidades excusas de aniquilar o trabalho das Associações de Bairros”^{7 8}. Ele estava se referindo à acusação que alguns vereadores da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) fizeram às associações dos bairros Guarani e Operário - a saber, dois bairros massivamente compostos de trabalhadores, sendo o primeiro, majoritariamente, de negros e negras - de utilizar-se das bases de representação política para ações voltadas às eleições. Neste período já haviam fortes movimentações populares em prol de políticas habitacionais na região.

Meses depois, Nelson voltou a ser tema no mesmo jornal, mas agora como leitor que enviava suas opiniões:

Mais uma vez venho solicitar a este importante jornal que publique esta carta, devido os últimos acontecimentos [...]. Eu pergunto aos sindicatos de nossa cidade, que são mantidos com o dinheiro dos

⁷ Neste estudo optei por não corrigir as citações documentais, tampouco interferir em palavras ou expressões coloquiais nas entrevistas presentes aqui.

⁸ *JORNAL NH*, 30 de maio de 1977 - “Não confundir trabalho comunitário com atividades de cunho eleitoral”.

operários: o que estão fazendo, o que estão esperando? Não se sabe de nada. Por que não procuram a imprensa e os operários para condenar esta arbitrariedade, ou será que estão achando que o salário dos trabalhadores de Novo Hamburgo é suficiente. Se assim estão pensando, cometem um grave engano [...].⁹

Nelson de Sá referia-se às primeiras movimentações grevistas do ABC Paulista, logo após a polêmica que girava ao redor dos documentos sobre a inflação no país.¹⁰ Para Nelson, os sindicatos de Novo Hamburgo deveriam seguir os exemplos do “Sindicato de São Bernardo e Diadema”, “na pessoa de seu presidente Luís Inácio da Silva, ‘Lula’, na luta pela reposição salarial”. Sua insistência em denunciar a inércia dos sindicatos locais não se estancou com essa mensagem. Um mês depois, mais uma carta sua foi publicada no mesmo periódico:

Já se está sentindo novos ares, ares há muito esperados, por ora são tênues, mas significativos. [...] Recentemente uma centena de sindicatos gaúchos elaborou um importante documento sobre a problemática e aspirações dos trabalhadores de várias categorias e o entregou às autoridades. Em vários pontos do país já começam a surgir importantes pronunciamentos, sobre a situação insustentável [...] Porém os sindicatos de nossa cidade continuam de braços cruzados [...] talvez argumentarão que prestam *assistencialismo*, mas esta é a melhor forma de enganar os trabalhadores [...] O problema fundamental dos trabalhadores, é a crescente superexploração que sofrem, principalmente por parte das multinacionais, somos os escravos do século XX, e é aí que um sindicato *autêntico* e independente deve centrar seu esforço, seu trabalho, sua preocupação, o resto é paliativo, enganamento, não adianta remédio se alimentação é insuficiente¹¹ (grifo meu).

⁹ *JORNAL NH*, 23 de setembro de 1977 - “O que estão fazendo os sindicatos de nossa cidade?”

¹⁰ A partir da segunda metade da década de 1970 o regime entrou em declínio. Um dos pontos de maior insurgência à época foi o vazamento de informações do Banco Mundial, afirmando que a inflação brasileira era diferente do que afirmava a ditadura em 1973 e 1974. Ver Santana (2008) e Martins (2011).

¹¹ *JORNAL NH*, 24 de outubro de 1977 - “Inércia dos sindicatos”.

A cobrança, já sabemos a esta altura, não era gratuita. Por mais que num primeiro momento ela parecesse ser reflexo unicamente de uma preocupação com o descompasso do movimento operário da região com o restante do país, sob um olhar mais apurado é possível ver que a pressão de Nelson sobre os sindicatos da cidade era, também, uma forma de iniciar a reação.

No comando do Sindicato dos Trabalhadores do Calçado da cidade, estavam Orlando Muller, Adalberto Martins, dentre outros. Mas, a partir de 1983, os jogos de poder se acirraram, e aqueles que estiveram em lados distintos passaram a se entrelaçar - os sindicalistas que estavam há 15 anos no poder se mesclaram aos opositores e, aos poucos, a turma de Nelson de Sá foi ganhando o sindicato “por dentro”.

O Sindicato dos Sapateiros, entre 1974 e 1979, teve entre seus dirigentes principais e atuantes os seguintes nomes:

Tabela 1: relação dos dirigentes do Sindicato dos Sapateiros (eleições de 1974 e 1977)

Orlando Müller	Presidente
Adalberto Martins	Secretário
Armindo De Melo	Tesoureiro
Antônio Pereira Dos Santos	Suplente
Valdomiro Fernandes	Suplente
José Monteiro	Suplente
Edson Mattos	Conselho Fiscal
Adão Manoel Dos Santos	Conselho Fiscal
Olício De Oliveira	Conselho Fiscal

Fonte: *Jornal NH*. Elaborado pelo autor.

Naquele contexto, as eleições sindicais aconteciam a cada três anos. Nos dois pleitos que são contemplados no recorte de minha pesquisa, ambas as chapas inscritas (uma em 1974 e a outra

em 1977) foram eleitas sem nenhuma possibilidade de oposição. Claro que, sabemos hoje mais do que nunca, havia sempre a possibilidade de jogar com os regimentos, a fim de impossibilitar a inscrição de outras chapas. Contudo, por ora não é possível apresentar argumentos mais concretos acerca dos reais motivos de não existirem nominatas contrárias a essa gestão do sindicato, que já se arrastava no poder desde 1968. De qualquer forma, tal gestão foi assim lembrada pelos entrevistados:

O Movimento Sindical em Novo Hamburgo era um Movimento Sindical profundamente ligado aos patrões. A imprensa aqui, a construção da política de conciliação de classe passa pela imprensa: Pelo grupo Sinos, pelo *NH*, e botam isso diariamente, na importância de tu ter, de tu evitar o conflito. Se tiver o conflito que se tenha o acordo, se tiver a greve, que seja no menor espaço de tempo possível. Sempre trabalhando no sentido que haja harmonia, que a produção se mantenha e que os lucros não cessem¹².

Na sua lembrança, Gilnei avaliou que o movimento sindical era “profundamente ligado aos patrões”. Ainda sobre o mesmo sindicato, mas agora sobre sua abrangência em termos assistenciais, ele afirmou que:

A minha lembrança do sindicato lá quando eu participei é muito pequena. Era um pequeno sindicato, não deu pra ter uma percepção mais clara do que era. O sindicato naquele momento era um local em que tu ia procurando algum benefício, algum tipo de atendimento, algumas, era mais ligado à assistência. Pelo menos no início da minha vida profissional não tinha muito essa vinculação [política]. A nossa discussão que dizia como é que o sindicato devia ser. Então a gente tava numa comparação: o que tinha lá e o que devia ser. Mas eu venho a compreender isso melhor já em Novo Hamburgo, porque, com o crescimento, com esse auge em termos de disputa do novo sindicalismo, alguns sindicatos tu ganha disputando, e outros tu ganha por dentro.

¹² Entrevista com Gilnei, realizada por Evandro Machado Luciano e Micaele Scheer, 2017.

Neste segundo trecho, Gilnei aprofunda o que na passagem anterior tinha permanecido implícito. O que é, no mínimo, interessante. O Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo se consolidou como sendo um dos maiores sindicatos da região, com uma ampla rede de assistência à saúde e defesa jurídica dos trabalhadores, e chegou a ter, além de várias salas de atendimento médico e odontológico, duas ambulâncias particulares para atendimento da categoria. A memória de Gilnei lhe informou que o sindicato era pequeno, também porque a discussão do novo sindicalismo, já existente como uma organização de base no Sudeste do país e em grandes capitais, como Porto Alegre, dizia como um sindicato deveria ser, ou seja, em nada parecido com aquilo que, em Novo Hamburgo, o sindicato dos sapateiros era. Portanto, as ideias de “grande” e “pequeno”, mais do que expressar um “tamanho” concreto, se relacionam com perspectivas e disputas políticas.

Ainda sobre isso, outro sindicalista “novo” lembra que:

O sindicato aqui na época [era] parado, a posição da diretoria era uma diretoria parada, quando dava greve era aquela coisa do espontaneísmo, aí eles tinham que ir lá e administrar. O que aconteceu? Eles tinham algumas pessoas chave em algumas empresas. Por amizade, algum motivo ou outro. E lá no [Calçados] Klaser eles apostaram na dona Maria [para eleições da CIPA], uma costureira, do interior, e eles fizeram material. E fomos pra disputa e eu ganhei. Fui o mais votado. E aí ficou aquilo: gostei de ganhar, e agora, o que é que eu faço? [risos]. Por que a gente não tinha claro¹³.

Na memória de Cláudio aquele era um sindicato “parado”, que, inclusive, agia dentro dos limites legais estabelecidos à época para a manutenção do poder, utilizando-se de pessoas “chave” em algumas empresas a fim de garantir uma base representativa nos momentos necessários, como o cargo na CIPA. Por isso, a fala de Betinho,

¹³ Entrevista com Cláudio, realizada por Evandro Machado Luciano e Micaele Scheer, 2017.

terceiro “novo” sindicalista entrevistado tem ênfase diferente, tanto da ideia de manutenção do poder de Cláudio, quanto da lembrança de Gilnei, com os diretores sindicais “ligados aos patrões”:

Ali nós convivíamos com dois períodos distintos, não tinha organização sindical mais aberta, efetiva, por causa da ditadura militar. Em 84, na luta pelas diretas isso foi quebrando, em 80 quando surgiu a organização dos trabalhadores no ABC, em 79-80, quando se abriu de novo pra “democracia”, entre aspas [...]

Evandro: Nesse período dos anos 70 então, movimento nenhum, nós conseguimos enxergar aqui?

Não, imagina. Por exemplo assim, as grandes greves, grandes movimentos, eles se dão a partir dos anos 80, as grandes greves. Antes disso, não tinha. Por exemplo, em 88, quando já presidente, Milton Rosa parou quase 20 mil trabalhadores sapateiros em Novo Hamburgo. Metalúrgico, cinco mil, pararam. Então tinha essa organização. E até tem história, quadros, fotos, no sindicato dos sapateiros, dessa maior greve que teve em Novo Hamburgo, o que a polícia bateu nos trabalhadores... Mas essas mudanças vêm no início dos anos 80, a criação do Partido dos Trabalhadores¹⁴.

Se, para Gilnei, o Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo era pouco atuante e muito voltado à assistência à saúde e, para Cláudio, ele existia unicamente para a “manutenção do poder”, para Betinho, a entidade era impossibilitada de atuar por conta da repressão. Essas três ênfases diferentes, na opinião articulada entre os entrevistados, se somam à caracterização de “assistencialista”, pensada em termos negativos, criada naquele momento pelos novos sindicalistas. Como o próprio Betinho argumentou, “essas mudanças vêm no início dos anos 80, a criação do Partido dos Trabalhadores”.

¹⁴ Entrevista com Betinho, realizada por Evandro Machado Luciano, 2015.

As lembranças desses sindicalistas apontam para duas discussões importantes. A primeira delas, sobre o nascer de um novo sindicalismo, já foi amplamente travada e seria enfadonho retomá-la aqui sem grandes novidades. Entretanto, quero apostar na análise de Mattos (1998) com relação ao modelo de contraste pelo qual o novo sindicalismo se construiu.

O *velho sindicalismo* entrou para a historiografia com características do sindicalismo populista pré-64, mas também com a imagem do sindicalismo dos anos de 1970, sendo os sindicalistas que o compunham considerados representantes do que havia de mais ultrapassado e arcaico no universo do movimento operário. Dentre as características atribuídas a esses velhos sindicalistas, estão as que Mattos levantou, com base no seu estudo sobre o sindicalismo do Rio de Janeiro:

A) A inconsistência organizatória: privilegiando as organizações de cúpula oficiais (federações e confederações) ou paralelas (intersindicais e o CGT), as lideranças sindicais mais combativas afastaram-se das bases e menosprezaram a organização dos trabalhadores por local de trabalho, conformando-se à estrutura sindical oficial;

B) A falta de sintonia entre as reivindicações políticas mais gerais priorizadas pelas lideranças, e as questões específicas do mundo do trabalho (salário, condições de trabalho, etc) que teriam maior poder de mobilização entre as massas de trabalhadores.

C) O poder de mobilização restrito aos trabalhadores de empresas controladas pelo Estado [...] Daí decorria uma concentração regional dos movimentos do Rio de Janeiro e uma menor participação populista.

D) O Estado ao ser tomado como interlocutor privilegiado e suas instâncias (Executivo, Legislativo, Justiça do Trabalho e Forças Armadas) como espaços a serem conquistados, secundarizando-se os conflitos diretos entre capital e trabalho. (MATTOS, 1998, p.58).

Na contramão de absolutamente todos esses pontos, o novo sindicalismo desejava se estabelecer como outra estrutura sindical - mesmo, como sabemos, tendo garantido boa parte dessas

características anteriores na Constituição de 1988¹⁵. O fato importante aqui é que poderíamos encaixar o sindicato comandado por Orlando Müller em mais de um ponto dos aspectos levantados por Mattos sobre o “velho” sindicalismo.

Como vimos, a fala dos operários por nós entrevistados apresenta uma narrativa do sindicalismo assistencial, que se teria se preocupado com a vida dos trabalhadores apenas com intuito de garantir saúde para a mão de obra. Mesmo que enfoquem elementos distintos do modelo sindical de Orlando Müller, os três depoentes apontaram em comum acordo para o “assistencialismo” daquele sindicato, considerando-o algo a ser reprovado, indigno da luta sindical. É importante perceber que, sendo de interesse empresarial ou não, a questão assistencial parece ter sido muito utilizada pela categoria do calçado em Novo Hamburgo. Isso não aconteceu com base em interesses locais, senão porque também fazia parte de um projeto nacional e unificado de sindicato desejado pela ditadura.

Das alterações realizadas pela ditadura, talvez a mais eficaz tenha sido a mudança de significado da entidade, imposta pelos dominantes daquele regime. Se no período “populista”¹⁶ o sindicato era tido como uma organização abertamente a serviço do Estado, funcionando como elo entre trabalhadores e governos, no pós-64 buscou-se desprender o sindicato do regime, ao menos no discurso oficial. Nas palavras de Santana (2008, p.282):

Por não se propor a manter relações próximas aos sindicatos e relegando esses ao papel de controle sobre os trabalhadores, o Estado corta o canal de acesso em termos políticos que os sindicatos vinham tendo no período anterior e reforça a lógica assistencial naquelas entidades. Com isso, não se visa propriamente o

¹⁵ Neste mesmo texto de Mattos (op.cit) podemos reconhecer muitas das velhas práticas sindicais presentes na luta do novo sindicalismo em 1988, que resultou na promulgação da Carta Magna, como, por exemplo, um atrelamento dos sindicatos ao Estado muito próximo do existente desde o regime varguista.

¹⁶ Entre aspas por sua amplitude e complexidade, mas antes de tudo, por se tratar de uma perspectiva pejorativa, nas palavras dos “novos sindicalistas”. A noção de sindicalismo populista é compreendida como aquela ligada à tradição varguista sindical.

enfraquecimento dos sindicatos; antes, busca-se dar-lhes outro tipo de força. A idéia era fortalecer os sindicatos e o sistema corporativo para seu papel na construção da nação e da coesão social. Não é por acaso, portanto, que por meio dos dirigentes impostos aos sindicatos, visou-se tornar atrativa a filiação aos sindicatos, fornecendo mais benesses dos que as já dispostas na CLT.

Ao passo em que a ditadura impunha aos sindicatos a função de “controle” sobre os/as trabalhadores, a estratégia adotada pelos governantes era a de fortalecer estas entidades, e não de lhes enfraquecer. E ainda assim, quando antes essas organizações de classe serviam de ponte para o acesso às discussões do Estado, no pós-64 foram cortadas os pontos de ligações.

Quando nos deparamos com as memórias de trabalhadores de Novo Hamburgo sobre os anos de 1970, no calçado, a proposta de um sindicato direcionado para a coesão social e para a assistência à saúde se torna mais compreensível. As lembranças que estes e estas sapateiros/as têm do sindicato no período, são quase sempre muito semelhantes, como as de Alba e Celomar, sapateira e sapateiro entrevistados para meu estudo:

Eu consultei lá [no sindicato], algumas vezes. Eu nunca fui assim, como eu te disse eu tive boas relações com meus chefes e com meus patrões. Podia até não gostar da pessoa, mas como chefe, eu respeitava. [...] E daí eu nunca tinha motivos pra acusar alguém do sindicato pra fazer uma denúncia. Eu ia na época pra consultar sim, na época do Orlando, antes de entrar a CUT, era o Orlando por muitos anos. Ia lá fazer uma consulta, dentista às vezes¹⁷.

Eu nunca, você falou antes em sindicato, né, fui associado do sindicato, sempre fui muito bem atendido, tinha médico, tinha tudo... porque meu pai me disse assim: “o sindicato é muito bom pra nós”. Segui o exemplo do meu pai, o sindicato é muito bom nessa assistência aí¹⁸

¹⁷ Entrevista com Alba, entrevistada por Evandro Machado Luciano, 2018.

¹⁸ Entrevista com Celomar, entrevistado por Evandro Machado Luciano e Micaele Scheer, 2017.

O acesso destes trabalhadores ao sindicato foi permeado pela constância da assistência à saúde. Nestes termos, percebe-se que os entrevistados lembram de forma positiva do sindicato, sempre tentando dissociar seu acesso a assuntos políticos, enfocando nas benesses da assistência prestada aos sócios. No que diz respeito à Alba, a lembrança que tem de Orlando Müller, ainda que turva e em poucos detalhes, está relacionada com os serviços de assistência à saúde que prestava no sindicato. “Eu ia na época pra consultar, sim”. Do mesmo modo, Celomar também fez questão de frisar a importância do sindicato no âmbito assistencial. Algo que, como lembrou, não foi apenas uma construção propriamente da ditadura, ainda que ela a tenha fortalecido. Em sua lembrança, seu pai já lhe havia alertado sobre as vantagens de ser associado ao sindicato: “[...] porque meu pai me disse assim: ‘o sindicato é muito bom pra nós’”. Mas a lembrança destes/as operários não é a única fonte que indica para a forte assistência à saúde prestada pelo Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo.

Em 1974 o sindicato teria pedido 250 mil cruzeiros ao Ministério do Trabalho, a fim de prestar “melhor assistência aos sindicalizados e dependentes”¹⁹. No mesmo ano, contratado mais de 12 médicos para sua sede²⁰. Assim como Alba, que disse ter consultado dentistas no sindicato, no ano de 1974 mais de 1700 pessoas foram atendidas por estes profissionais na sede da entidade²¹. O modelo construía uma fonte de renda para o sindicato, já que dos seus 20 mil associados em 1974, cada um dispendia 2% de seu salário mensal para a entidade²². A função de assistência social prestada pelo sindicato e imposta pela ditadura ajuda a explicar alguns dos números existentes no período acerca do desejo de operários em associarem-se aos sindicatos.

¹⁹ 250 mil para o sindicato: *Jornal NH*, 30/01/1974, p. 4.

²⁰ Sindicato reformulou sua sede: *Jornal NH*, 13/03/1974, p. 8.

²¹ Serviço odontológico: *Jornal NH*, 10/05/1974, p. 10.

²² Idem.

De acordo com dados do IBGE os sindicatos de trabalhadores industriais no Rio Grande do Sul contavam com 138 mil sócios em 1969, sendo que 5 anos mais tarde, em 1974, chegavam à quantia de 230 mil pessoas, para em 1978 contabilizarem 344 mil associado. A este aumento pode ser atribuído o agravante das migrações de trabalhos rurais para urbanos e, por consequência, uma maior participação na vida industrial. No entanto, sozinha, esta explicação não dá conta de elucidar a adesão dos novos trabalhadores industriais a sindicatos. Ao que tudo indica, a assistência, longe do que apresentam as narrativas de novos sindicalistas, tinham importância significativa na vida de operários e operárias da década de 1970. Portanto a discussão que proponho aqui é, antes, vinculada à própria “insegurança estrutural” (SAVAGE, 2004) e a tradição sindical brasileira que construiu a imagem do sindicato associativista. Isso não significa que os sindicatos em suas perspectivas mais tradicionais tivessem menos importância na vida dos trabalhadores, ou que os “novos” sindicatos tivessem mais relação com suas necessidades cotidianas.

Por isso, tomando cautela ao olhar para esse passado, faço questão de diferenciar a noção de “assistência à saúde”, da ideia pejorativa criada pelo novo sindicalismo de “assistencialismo”. A primeira dá conta de compreender as diferentes interpretações quanto à função do sindicato, enquanto que a segunda serve mais à depreciação de um modelo indesejado pelos “novos” sindicalistas.

Em minha dissertação, sigo construindo essa argumentação apontando para as diferentes ações que envolviam trabalhadores do calçado hamburguense e como estes operários/as reiteradamente buscavam no sindicato dos anos 1970 uma resposta às suas ambições proporcionadas pela compreensão de seus lugares na luta de classes.

Referências

- ANTUNES, R. L. C. *O que é sindicalismo?* 18ª ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1991.
- CORRÊA, L. “*Disseram que voltei americanizado*”: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura civil-militar (1964-1978). Universidade de Campinas, SP. Tese (Doutorado em História), 2013.
- MARTINS, R.P. *A produção calçadista em Novo Hamburgo e no Vale do Rio dos Sinos na Industrialização Brasileira: exportação, inserção comercial e política externa: 1969-1979*. Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica, Tese (Doutorado em História), 2011.
- MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício e Leitura, 1998.
- OLIVEIRA, OLIVEIRA, S.M.F. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. *Rev.Adm.Púb.* Rio de Janeiro, vol.21, n.2, 1987.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989. pp.3-15.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. 2ªed. Rio de Janeiro,RJ: Paz & Terra, 1991.
- SANTANA, M. A. O novo e o velho sindicalismo: análise de um debate. *Revista de sociologia e política*, Curitiba, vol. 10, n. 11, 1998 pp.19-35.
- SAVAGE, M. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, C.; FORTES, A. SILVA, F.T. *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- VIANNA, L.W A legislação trabalhista antes de Vargas: da ortodoxia liberal à intervenção do Estado. In: VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte:Ed. UFMG, 1999.
- WEFFORT, F. As origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). *Conferência “Movimentos laborales en America Latina”*, Cidade do México, México, 12-18 novembro, 1972. pp. 66-105.

A luta de classes no Brasil: ou como o fortalecimento sindical pode atenuar desigualdades socioeconômicas

Breno Hermes Gonçalves Vargas¹

Seria possível pensar que o fortalecimento as estruturas organizadas da classe trabalhadora – os Sindicatos – atuaria como fator de redução da desigualdade social, compreendendo, ainda, que tal fenômeno é algo positivo? Esses dois questionamentos, formulados como uma única pergunta, revelam o problema principal que o presente exame pretende responder, o fazendo através da hipótese de que a redução da desigualdade social, pela via do fortalecimento dos sindicatos, é algo positivo e atua como coadjuvante relevante no processo de reversão das dimensões abismais que a desigualdade atinge em várias sociedades desiguais, rol do qual o Brasil não se desaparta. Mas contra quem esse sindicato forte luta? Qual relação de poder pretende refrear? Como se apresenta seu adversário? São igualmente pontos que o estudo ora proposto almeja explorar.

O tema das desigualdades socioeconômicas admite múltiplos enfrentamentos e enfoques. As principais frentes de exame podem ser concentradas nos aspectos da conceituação ou apresentação da

¹ Assessor Jurídico do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Mestre e Doutor em Direito pela UFRGS. Pesquisador no grupo de pesquisa “Teoria Geral da relação de emprego e o mundo do trabalho contemporâneo” sob a coordenação do Prof. Dr. Leandro do Amaral Dorneles de Dorneles do PPGDir UFRGS.

desigualdade em um dado cenário, ou, ainda, examinar as suas causas, consequências e possíveis formas de superação, isso se não almejar delinear os atores que polarizam essa perspectiva relacional. Dificilmente um exame aprofundado de todos os modelos de análise das desigualdades socioeconômicas caberia em um pequeno artigo, apto apenas a promoção de levantamentos mais superficiais, quiçá se restar adstrito à uma única faceta do fenômeno. A pretensão aqui manifestada é, portanto, audaciosa e, assim, adiciona uma dificuldade ao objeto de exposição que, em si, já é desafiador. No curto espaço que destina ao tema, o presente artigo ambiciona avançar em relação às conclusões de um estudo pretérito divulgado pelo FMI sobre desigualdade e sindicalização – o qual não concluiu se o incremento de desigualdade social evidenciando no processo de enfraquecimento sindical seria um dado positivo ou negativo – como ponto de partida de uma evidenciação das consequências da ampliação do abismo social que marca sociedades desiguais tais como a brasileira, insinuando uma possível solução parcial para esse problema estrutural, o que irá tomar toda segunda e última metade do estudo. Parece dispensável justificar tal preferência, já que o mundo do trabalho é, possivelmente, um dos cenários mais aptos a ilustrar os efeitos das desigualdades socioeconômicas e das assimetrias de poder que nelas se alicerçam. Mas isso não seria sequer possível cogitar sem antes realizar uma análise preliminar da desigualdade e suas consequências deletérias a partir de uma revisão bibliográfica delimitada, que marcará a primeira parte do exame.

Espera-se que ambas as seções a seguir desenvolvidas, em dinâmica, demonstrem que o processo de superação ou redução das desigualdades socioeconômicas não decorre apenas da mera elevação de condições socioeconômicas do estrato inferior – o que, em teoria, seria o bastante para pensar objetivamente em redução, mas, nesse caso, tanto quando a mera diminuição do patamar superior sem oscilar o inferior, cenário que obviamente não é desejável, embora igualmente reduza objetivamente a desigualdade

-, mas demanda um arrefecimento do processo de acumulação e redução de poder do outro extremo.

Por fim, a importância dogmática do tema é ditada a partir da citação de uma conclusão de Mézaros², ao estabelecer que a *desigualdade estruturalmente imposta é característica definidora mais importante do sistema do capital, sem a qual ele não poderia funcionar nem um só dia*, sendo, portanto, não apenas relevante, mas fundamental prosseguir na investigação constante de suas características determinantes na busca por uma alternativa à crescente desigualdade multidimensional.

A desigualdade social: algumas causas e consequências

O primeiro passo para investigar os caminhos da atenuação das desigualdades socioeconômicas a partir de um determinado curso de ação, conforme sinalizado anteriormente, é retrospectivo, permitindo visualizar (antes) algumas das principais causas e consequências do processo de agravamento dessas desigualdades. Nesse sentido, a primeira etapa aqui delineada será decomposta em duas frações de investigação, (i) uma subdivisão inicial voltada ao exame da configuração atual da esfera capitalista, sua postura e métodos de dominação, como parte das possíveis causas do processo de agudização exponencial do fenômeno, (ii) seguida de outro subtítulo dedicado aos potenciais riscos sociais, econômicos e políticos que derivam do agravamento das assimetrias socioeconômicas.

A nova configuração das classes dominantes como possível justificativa para agudização das desigualdades

Parte da revisão bibliográfica que ampara essa primeira unidade do estudo deve à obra *A Riqueza Desmistificada*³, que, já

² MÉSZAROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016, p. 112.

³ CATTANI, Antonio David. A riqueza desmistificada. Porto Alegre: Marcavisual, 2014, p. 9.

nas linhas iniciais, enaltece a importância – muitas vezes negligenciada no campo dos estudos sobre o tema das desigualdades, talvez demasiadamente focado nos segmentos mais vulneráveis da sociedade – de um exame voltado também aos contornos da riqueza, concentrada em uma minoria mais abastada da população, recordando da natureza relacional das classes sociais, cuja percepção exclusivamente oblíqua em nada favorece a temática. A apropriação da perspectiva relacional da desigualdade permite divisar os abismos existentes entre estratos diversos, mas também dentro dos mesmos estratos, tal qual pontua Stiglitz⁴, ao evidenciar que a desigualdade marca *todos os níveis de distribuição de riqueza, inclusive dentro do microuniverso dos 1%, onde uma franja de 0,1% ficava com a maior fatia do bolo.*

Ambos os autores até aqui citados confluem igualmente na perplexidade extraída de um dado cada vez mais reafirmado nas estatísticas internacionais sobre o tema, a riqueza extrema, normalmente não advinda do trabalho, está cada vez mais concentrada nas mãos de um grupo progressivamente mais ínfimo de indivíduos, o que acaba não apenas por destinar-lhes uma fatia maior do bolo, mas pode ter implicado na diminuição do tamanho daquele⁵, rompendo com o *axioma da eficiência dos mercados, o princípio de fazer o bolo crescer para depois distribuir*⁶. Esse último aspecto é um indício relevante para compreensão da agudização da desigualdade socioeconômica, que necessita ser somado com aquilo que Stiglitz chama de *socialização dos prejuízos e privatização dos lucros*⁷, igualmente retomado a seguir, além de outras causas estruturantes que transbordam o espaço de análise aqui disponível.

⁴ STIGLITZ, Joseph E. O preço da desigualdade. Lisboa: Bertrand Editora, 2013, p. 60.

⁵ STIGLITZ, Joseph E. O grande abismo: sociedades desiguais e o que podemos fazer sobre isso, Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2016, p. 11.

⁶ CATTANI, Antonio David. A riqueza desmistificada. Porto Alegre: Marcavisual, 2014, p. 44.

⁷ STIGLITZ, Joseph E. O grande abismo: sociedades desiguais e o que podemos fazer sobre isso, Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2016, p. 73.

No Brasil, apenas para ilustrar o panorama local, conforme revelado pelo relatório divulgado pela OXFAM, intitulado *A distância que nos une*⁸, apenas no aspecto da renda, o 1% mais rico da população recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional, e os 5% mais ricos abocanham o mesmo que os demais 95%, sendo que apenas seis brasileiros possuem a mesma riqueza que a soma do que possui a metade mais pobre da população, mais de 100 milhões de pessoas⁹. Há um agravante característico do cenário local, denunciado por outro estudo, esse promovido pela OCDE, o qual concluiu pela dificuldade acentuada na mobilidade social no país, podendo demandar mais de nove gerações para um indivíduo deixar a classe mais pobre até alcançar o nível de renda médio¹⁰. Se a desigualdade brasileira fosse representada por um prédio, ele não seria apenas um dos mais altos do mundo, mas também contaria com um dos elevadores mais lentos entre as nações observadas no estudo.

Mesmo com tais assimetrias na distribuição social da renda e do patrimônio, um fenômeno peculiar à riqueza dos dias atuais opera como ferramenta de legitimação e agudização do processo de criação do abismo social acima denotado. Nessa linha, Cattani¹¹ descreve o fenômeno em questão como personificação legitimadora da riqueza ou *face totêmica* que se apresenta ao lado de uma face obscura da mesma esfera, ou *tabu*. A primeira – face totêmica – decorre da naturalização do discurso dominante que mitifica a figura dos multimilionários, dando a ela uma *conotação positiva* decorrente, muitas vezes, da noção de meritocracia usualmente associada à *situação dos megarricos*, o que acaba por colocar, ao lado daqueles que eventualmente tenham atingido tal

⁸GEORGES, Rafael. A distância que nos une (2018). https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf Acesso em: 31.08.2018, p. 19.

⁹ Idem, p. 30.

¹⁰ OCDE (2018), *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*, OCDE, Publishing Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/978264301085-en> Acesso em 31.08.2018, p. 27

¹¹ CATTANI, Antonio David. *A riqueza desmistificada*. Porto Alegre: Marcavivual, 2014, p. 19.

status legitimamente, os que alçaram tal condição por meios menos virtuosos. Enquanto a segunda - face obscura dessa riqueza *arcana* - se materializa no poder crescente, mas geralmente oculto ou pouco claro, que permite a operacionalização dos interesses da chamada elite¹².

A incorporação de um discurso dominante, como se verdade fosse, de forma generalizada pela sociedade, inclusive por aqueles que são desfavorecidos por sua lógica, não é exclusividade da classe proprietária atual, mas do próprio sistema de produção de relações sociais no qual ela opera - o neoliberalismo, que acabou se tornando, pela via discursiva, ele próprio um modo de vida, para o qual não parece haver alternativa, dificultando qualquer tentativa de resistência, já que aquilo que está em jogo passa a ser nossa própria *forma de existência*¹³. A meritocracia, que legitima os ricos, passa a ser o *modus operandi* da racionalidade dos mais pobres, sem que o fracasso nesse intento cause qualquer mácula ao padrão normativo, já que a não obtenção do sucesso, por tal racionalidade, decorre da própria falta de capacidade do indivíduo, atribuindo-se um peso menor - ou mesmo peso algum - às disparidades de condições iniciais no qual o processo se desenvolve.

A aquisição de uma aura mistificada, aparentemente indefectível, associada à assimilação geral de um discurso muito particularizado, permite à essa nova face do capital manobrar sem maiores questionamentos quanto à desproporção da acumulação crescente e desmedida que promovem, bem assim quanto aos métodos que propiciam tal acumulação, por vezes lícitos, mas transfigurados em privilégios - desonerações e incentivos fiscais, disponibilidade de recursos estatais, etc. -, por outras escusos - sonegações, corrupção e favorecimentos -, cuja detecção é blindada por toda uma série de garantias que invisibilizam sua verdadeira

¹² Idem, 49-53.

¹³ DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. A nova razão de mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016, p. 16.

dimensão. Além disso, os sistemas político-normativos dos Estados, nas últimas décadas, se veem dobrados ao poder crescente daqueles situados no topo, permitindo o atingimento de resultados desmedidos e reduzindo dramaticamente as igualdades de oportunidade, notadamente pelo afrouxamento das diretrizes de regulação dos mercados e a viabilização de uma financeirização ilimitada do capital pela via do *rent-seeking* – denominação que designa a técnica de obtenção de *rendimentos não como recompensa por ter se criado riqueza mas por açambarcamento de uma fatia excessiva de riqueza que não se criou*¹⁴.

É bem verdade que a desigualdade não decorre apenas da reconfiguração da riqueza (seja ela enquanto classe, na sua forma de apresentação mistificada, ou enquanto modalidade de apropriação, pela crescente conversão em rentismo), nem somente da reconfiguração normativa do Estado de forma a favorecê-la, mas, ambos os aspectos operam como fatores relevantes para sua agudização e, mais ainda, viabilizam, em ciclos cada vez menores de tempo, a ocorrência de crises econômicas de escala global, a exemplo daquela deflagrada pela superexploração dos contratos de *subprime* há uma década. As crises, por seu turno, parecem favorecer a adoção de medidas de austeridade, as quais, em essência, aprofundam o *processo de desmantelamento do Estado social*, enquanto esse resta pautado na socialização de prejuízos ou, dito de outro modo, na *proteção coletiva dos danos particulares através do triplo processo de privatização dos bens públicos, da individualização dos riscos sociais e da mercadorização da vida social*¹⁵, fenômeno que agudiza ainda mais a crise de desigualdade socioeconômica. As crises são, portanto, a um só tempo causa e risco da desigualdade. Mesmo com as crises, os fatores examinados revelam apenas uma fração do panorama causal, que pode incluir

¹⁴ STIGLITZ, Joseph E. O preço da desigualdade. Lisboa: Bertrand Editora, 2013, p. 93.

¹⁵ FERREIRA, António Casimiro. Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção. Porto: Vidaeconómica, 2012, p. 37.

até mesmo o enfraquecimento da estrutura sindical, conforme elaborado mais detalhadamente na segunda parte desse artigo. Porém, por uma questão de espaço e conveniência, os fatores até aqui examinados parecem de extrema relevância, já viabilizando adentrar no exame de alguns aspectos consequenciais do problema.

Riscos advindos da desigualdade

A vulnerabilidade financeira de uma parcela da sociedade acarreta uma série de riscos. Stiglitz, ao dar título ao seu livro, denomina esses efeitos adversos de *preço da desigualdade*. As crises e as medidas de austeridade por vezes receitadas para combatê-las, conforme já mencionado, são igualmente riscos da desigualdade socioeconômica. Mas são justamente os efeitos decorrentes da adoção de medidas de austeridade que caracterizam outro risco a ser apresentado, já que, em geral, acarretam *desnecessário sofrimento humano* sem, contudo, acrescentar *recuperação econômica*. Pelo contrário, a adoção dessas medidas comumente *agrava recessões*, como estabelecem David Stuckler e Sanjay Basu ao investigarem *Porque Mata a Austeridade*¹⁶. Os Governos que seguem o caminho da austeridade para enfrentamento de crises, em detrimento da intensificação das medidas de proteção social, acabam por impor, além de riscos diretos à saúde de sua população – com o corte de investimentos em programas sociais e aparelhos de saúde pública –, riscos indiretos, que levam, por vezes, igualmente ao mesmo resultado infeliz, como exemplificam os sobreditos autores ao recordarem o exemplo de Dimitris Christoulas, grego que, em abril de 2012, ateou fogo ao próprio corpo em frente ao Parlamento de seu país¹⁷.

¹⁶ STRUCKLER, David. BASU, Sanjay. A economia desumana: porque mata a austeridade. Lisboa: Bizâncio, 2014, p. 203.

¹⁷ Idem, p. 146.

Um risco adicional decorrente da adoção de programas de austeridade relaciona-se ao campo da sociologia normativa, já que parte das medidas envolve a desativação seletiva de direitos sociais de parte da população, visando atender aos supostos interesses do bem comum pela via do sacrifício de muitos para resolver um problema gerado por poucos. Um processo amplo de reformas estruturais, pouco provavelmente reversíveis, que convertem o direito dos trabalhadores em um estado normativo de permanente exceção, que privilegia ainda mais aqueles que se situam no topo, sob o discurso de única saída viável para enfrentamento das crises, tal qual coloca em evidência António Casemiro Ferreira¹⁸. Embora a década liberal, vivida no Brasil ao longo dos anos 90, tenha levado a um questionamento prudente, promovido por Adalberto Moreira Cardoso¹⁹, o qual indagou acerca da viabilidade de suportarmos o rompimento dos laços de solidariedade associados aos direitos sociais, sobretudo do trabalho, em face dos riscos de aprofundamento da crise social, a tendência atual parece pretender colocar esse risco à prova.

Os custos econômicos da disfunção social gerada pela desigualdade, e maximizada pelas medidas de austeridade, são potencialmente exorbitantes, conforme descreve Cattani²⁰. A austeridade como política, em geral, implica a esterilização dos recursos produtivos, desemprego massivo e perdas de recursos, mas, sobretudo, em atentados à democracia. O risco de uma redução na densidade democrática, para colocar em dinâmica uma expressão de Boaventura Santos²¹, parece ser inerente ao processo de empoderamento desmedido do capital econômico concentrado nas

¹⁸ FERREIRA, António Casimiro. Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção. Porto: *Vidaeconómica*, 2012, p. 62-64.

¹⁹ CARDOSO, Adalberto Moreira. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003, p. 121.

²⁰ CATTANI, Antonio David. A riqueza desmistificada. Porto Alegre: Marcavísal, 2014, p. 51.

²¹ SANTOS, Boaventura de Souza. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 42.

mãos de uma pequena parcela da população. A desigualdade viabiliza a gestão do Estado pelos não eleitos, quando aqueles que governam se curvam aos interesses do poder econômico e, ao invés de eleger as vias de regulação para evitar ou enfrentar crises, optam pela entrega da solução àqueles que preferem *transferir para o social os custos da crise, apelando ao sacrifício dos indivíduos*²².

Em linha semelhante, Stiglitz denuncia que a crescente desigualdade coloca em risco a democracia – como de certo modo, a fragilização da democracia responde pela agudização da desigualdade, já que é, em parte, *moldada e reforçada pela política*²³. Ainda segundo o autor, podemos até permanecer em uma democracia do ponto de vista formal, na qual cada pessoa corresponde a um voto, mas, em termos práticos, o efeito da diminuição do espaço de ação das democracias advindo da globalização e do poder econômico das elites, nos coloca em uma democracia na qual votos, em verdade, advém do dinheiro. Essa *racionalidade ademocrática* decorre, nas palavras de Dardot e Laval, da transição para o Estado-empresa e o sujeito empresa, que tem na concorrência sua *norma conduta* e a racionalidade de mercado acaba por atingir todas *esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo*, processo que *corrói até os fundamentos da própria democracia liberal*²⁴.

Esses riscos, é evidente, não esgotam o rol de impactos negativos decorrentes do processo de agudização das desigualdades socioeconômicas, mas, se pudéssemos limitá-los apenas a eles, em mero exercício teórico, já teríamos o suficiente para perceber que seus efeitos podem voltar-se para os próprios detentores do 1% no topo, posto que a riqueza não existe no vácuo, e mesmo todo capital que consegue acumular não é suficiente para

²² FERREIRA, António Casimiro. Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção. Porto: Vídaeconómica, 2012, p. 66.

²³ STIGLITZ, Joseph E. O preço da desigualdade. Lisboa: Bertrand Editora, 2013, p. 191.

²⁴ DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. A nova razão de mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016, p. 379.

comprar-lhes a compreensão de que *o destino deles está ligado às condições de vida dos outros 99%*, lição que, ao longo da história, costuma ser aprendida *tarde demais*.²⁵ O exame parcial dos custos ou riscos das desigualdades justifica admitir que, ao menos em tese, o agravamento da desigualdade social não é algo, em essência, positivo.

A busca pela redução da desigualdade e o papel dos sindicatos

O exame das causas e consequências das desigualdades socioeconômicas já é relevante em si, pelo que poderia permanecer ocupando a integralidade do estudo proposto e, de certa forma o faz. Mas, o propósito aqui estabelecido envolve colocar o tema em dinâmica, observando possíveis soluções para redução da desigualdade, razão pela qual optou-se por dedicar essa segunda metade do artigo ao debate de uma causa-consequência da desigualdade – o enfraquecimento dos sindicatos. Tal fenômeno, ao mesmo tempo, se afigura como agravado e agravante em relação aos fatores examinados anteriormente e que servem de alicerce teórico para essa abordagem final. Por via inversa, o fortalecimento dos entes sindicais pode ser compreendido como um fator aliado à redução das desigualdades, eis que costuma estar associado a cenários em que o abismo social é menor. Assim, a qualidade da estrutura sindical foi propositalmente tratada aqui por ter uma possível ambivalência quanto aos seus efeitos, dependendo de como se apresenta – enfraquecida ou fortalecida.

Também aqui optou-se por subdividir a abordagem, razão pela qual o segmento é bipartido em (i) uma primeira parte dedicada aos resultados do estudo realizado pelo FMI, que desvela uma relação entre a força sindical e a desigualdade social nas economias avançadas, além de alguns *insights* sobre os impactos

²⁵ STIGLITZ, Joseph E. O grande abismo: sociedade desiguais e o que podemos fazer sobre isso, Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2016, p. 80.

de outras causas de desigualdade – como as crises e as medidas de austeridade – na estrutura dos sindicatos; (ii) e uma etapa final, na qual se desenvolve o exame parcial de algumas soluções que – ao lado do fortalecimento sindical – se apresentam como possíveis medidas de redução de desigualdades.

A força dos sindicatos como fator de desigualdade social

A crise dos sindicatos é, em certos aspectos, parte da crise dos próprios movimentos sociais ou de - ao menos - parte desses. Não parece ser por acaso que um estudo relativamente recente, publicado pelo próprio FMI, de autoria de Florence Jaumotte e Carolina Osorio Buitron, concluiu, a partir de um exame das taxas de sindicalização e dos índices de desigualdade de econômicas avançadas - numa amostra que considerou as décadas de 1980 até 2011 -, que parte significativa do aprofundamento de desigualdades deriva da baixa densidade sindical em proporção mais relevante que outros fatores institucionais, tais como desregulamentação financeira, avanços tecnológicos e globalização²⁶. A correlação estabelecida é resultado da análise, de um lado, da variação do coeficiente de Gini das nações examinadas, e, de outro, do exame das variações dos dados sobre sindicalização, no período acima destacado. Para o diagnóstico diferencial da magnitude do impacto da densidade sindical na desigualdade, ou seja, para justificar a conclusão de que o declínio dos índices de sindicalização tem uma contribuição mais relevante que outros fatores institucionais na ampliação das desigualdades, as autoras promoveram a mesma relação entre o coeficiente de Gini dos países investigados e o declínio do salário mínimo, bem assim daquele e fatores diversos – já que as nações pesquisadas tinham condições semelhantes de regulamentação financeira, sendo igualmente afetadas pela

²⁶ JAUMOTTE, Florence. BUITRON, Carolina Osorio. Inequality and labor market institutions. International Monetary Fund, 2015. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2678639>, Acesso em: 31.08.2018, p. 27.

globalização e revoluções tecnológicas -, chegando a conclusão de que o problema da adesão sindical apresentou-se como preponderante, em alguns casos, representando mais de 50% da responsabilidade pelos efeitos do agravamento da desigualdade²⁷.

Ainda sobre o mesmo estudo, outra conclusão relevante, que reafirma a ligação forte entre densidade sindical e desigualdade, foi no sentido de que pequenos incrementos nas taxas de adesão sindical operam como fator de *redução de desigualdade*²⁸, o que conflui para justificar as assertivas anteriormente lançadas no presente artigo sobre a função causal entre a erosão sindical e agravamento da desigualdade, bem assim do seu reverso. As autoras em destaque apenas não concluíram se a redução da desigualdade, pela ampliação da robustez dos sindicatos, é realmente um dado positivo, já que o fortalecimento dessas instituições pode contrariar outras políticas macroeconômicas, além de ser relevante para outro fator determinado no estudo – uma relação entre força sindical com as deliberações corporativas e dos ganhos de seus respectivos executivos -, deixando para testagens futuras a obtenção dessas respostas²⁹.

Já restou demonstrado, na parte inicial do exame, que a desigualdade impacta em prejuízo à sociedade, na medida em que viabiliza à uma pequena parcela da população manipular a economia e a política em detrimento dos demais, cenário que costuma evoluir – dada sua baixa sustentabilidade – para situações de crises mais ou menos cíclicas, as quais atraem a adoção de medidas de austeridade. Desse modo, se a fragilidade sindical opera como fator tão preponderante do agravamento das desigualdades socioeconômicas, enquanto seu reverso beneficia a redução dos índices de desigualdade entre o topo e a base da cadeia econômica, parece seguro afirmar que a redução da desigualdade,

²⁷ Idem, p. 25.

²⁸ Idem, p. 4.

²⁹ Idem, p. 27.

pelo fortalecimento sindical, é algo mais positivo que negativo. Ainda que o custo desse incremento de força sindical impacte aspectos da denominada desigualdade positiva, geralmente associada aos ganhos de produtividade que decorrem das compensações obtidas pelos que se situam no topo da cadeia econômica empresarial, especialmente por tal associação estar se revelado cada vez mais falaciosa, decorrência da tendência de direcionamento da riqueza para exploração rentista, da qual deriva apenas a desigualdade negativa.

A aplicação parcial da metodologia empregada no estudo sobre a desigualdade e sindicalização em economias avançadas, quando transportada para o Brasil, gera uma percepção semelhante. Embora o tempo de elaboração do presente artigo não tenha viabilizado um exame relacional entre os dados da economia brasileira e outras nações latino-americanas, a observação da variação dos indicadores sociais do coeficiente de Gini, entre 2002 e 2010, no Brasil, por exemplo, revela uma evolução da casa de 0,570 para 0,530, representando um decréscimo de aproximadamente 8,1%, segundo dados de consulta permanente das estimativas do Banco Mundial. No mesmo período, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD, a adesão sindical saltou de 15,79% para 17,07%, algo em torno de 8,5%. Levando-se em conta que, nesse mesmo intervalo, a variação salarial foi expressiva, ultrapassando a casa dos 50%, segundo o IBGE, parece viável afirmar que esse último fator desempenha uma relação menos direta com a redução da desigualdade entre topo e base da economia do que a adesão sindical, sendo, portanto, consistente com as conclusões da pesquisa do FMI sobre o mesmo tema.

Diante do cenário de crise econômica e política instaurado no Brasil após 2015, os indicadores sociais do país passaram a apresentar as primeiras elevações desde a virada do século – no qual o índice de Gini oscilou de 0,596, em 2001, para 0,515, em 2014, conforme concluído pelo IBGE. Porém, o recuo de 0,006, por

cento/ano, passou a dar lugar a incrementos, fazendo o Brasil perder posições no ranking mundial a partir de 2015 – quando retornou a casa do 0,523 -, atingido 0,550, em 2016, e 0,561, em 2017. Desde então, as taxas de sindicalização, novamente segundo a PNAD, observam igualmente uma escala descendente, regredindo de 13,6%, em 2013, para 12,1%, em 2016. Em crise, o salário mínimo não sofreu nenhum ou quase nenhum aumento real, conforme divulgado pelo IBGE em relação ao período compreendido entre 2015-2018. Ou seja, novamente a densidade sindical – agora em regressão – parece influenciar proporcionalmente o crescimento da desigualdade, novamente na casa dos 8 pontos percentuais.

A crise no Brasil acarreta outro efeito consequencial, a opção política pela adoção de medidas de austeridade econômica e normativas, notadamente no campo das reformas e ajustes, em especial – ao menos no que tange à questão sindical – nas relações de emprego e no orçamento público. O surgimento de um direito do trabalho de exceção brasileiro, com o advento da Lei 13.467/2017, não significa avanços em termos de empregabilidade, conforme constata um recente estudo baseado em dados da PNAD sobre a qualidade do número de trabalhadores ocupados, na crescente transferência para o mercado informal, precário ou não contributivo para previdência³⁰. Em associação com a Emenda Constitucional 95, que limita os investimentos públicos, igualmente sem nenhuma repercussão positiva para o crescimento da economia, segundo igualmente concluem Pedro Rossi e Guilherme Mello, o que estamos a atingir é tão somente um processo de *deterioração social progressiva*³¹.

As modificações no arranjo normativo introduzidas pela denominada reforma trabalhista afetam direta e indiretamente a

³⁰ ROSSI, Pedro. MELLO, Guilherme. “O fracasso da agenda econômica do golpe e o caminho alternativo”. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, junho 2018, p. 4-5.

³¹ Idem, p. 4.

organização sindical no Brasil. Diretamente, atingido suas fontes de custeio – facultatividade da contribuição sindical, impossibilidade de negociação coletiva impor contribuições para não associados -, além de sua capacidade de representação – considerando que diversos temas, antes exclusivos à esfera sindical, passaram a ser negociados individualmente, tal como o banco de horas, retirando itens da barganha coletiva, além de criação de representação concorrente de trabalhadores, dotada de menores garantias, ou mesmo com o surgimento de zonas de exclusão normativa, como no caso dos empregados com formação superior e renda superiores ao dobro do teto previdenciário, os quais podem ajustar a total rejeição às normas frutificadas na negociação coletiva. Indiretamente, ao atribuir aos sindicatos um novo papel flexibilizador, ampliando as áreas nas quais a entidade sindical poderá atuar em detrimento dos seus representados, tal qual é o caso da chancela de quitações anuais de verbas trabalhistas e prevalência do negociado sobre o legislado inclusive em matérias tipicamente relacionadas à saúde e higiene do trabalho, como sua extensão máxima e a duração mínima das pausas. Mas, o provável golpe de misericórdia na estrutura sindical advém de um efeito reflexo da representatividade promovido pela Lei 13.437/2017, que estabelece a (i) a ampliação de contratos precários com ínfima tradição sindical, como o caso dos trabalhadores intermitentes, pouco aptos a contribuir com a estrutura sindical em razão de sua vinculação efêmera; (ii) e a possibilidade de terceirização da atividade inerente, a qual cria um descolamento entre a representação dos trabalhadores terceirizados em um certo segmento e aqueles contratados diretamente pelos que exploram a atividade econômica na qual ocorrerá a descentralização produtiva da própria finalidade empresarial. Esse último aspecto – a terceirização da atividade-fim - deve impor retrocessos ainda mais expressivos à densidade sindical, atingindo inclusive categorias atualmente fortalecidas, tais como os trabalhadores bancários e metalúrgicos, tradicionalmente marcados por elevadas taxas de sindicalização.

Se esses sindicatos, já fragilizados pelo impacto negativo em suas fontes de arrecadação – concebidas como parte da lógica do sistema sindical mantido pelo artigo 8º da Constituição Federal de 1988, que não romperá com a unicidade sindical e outros determinismos sobre a liberdade associativa no país -, passarem a se ocupar integralmente com problemas de representatividade, em um cenário onde seu papel já era de difícil operacionalização, o esperado insucesso daí para frente deve apenas agudizar o problema. Antevendo decréscimo ainda maior nas taxas de sindicalização e a redução da força das entidades sindicais nos anos a seguir, considerando a relativa influência desse fator institucional no agravamento da desigualdade socioeconômica, é de se esperar que, ao invés de superar a crise, as medidas de austeridade adotadas apenas agudizem dramaticamente a situação que pretendeu supostamente combater.

Algumas soluções na busca por uma sociedade menos desigual

Sendo a crise do capital um problema estrutural, evidente que a solução para os problemas dela advindos não se apresentam apenas na soma de soluções parciais, demandando igualmente um caráter estruturante. As soluções a seguir apresentadas, no intento de reduzir os indicadores de desigualdades socioeconômicas, são, definitivamente, parciais, mas, ao mesmo tempo, no entender do estudo ora proposto, revelam-se relevantes a tal ponto que permitem presumir fazer parte do conjunto de medidas estruturais que devem ser concebidas para o enfretamento do problema. Assim, visando prestigiar a revisão bibliográfica promovida nos tópicos antecedentes, o último ponto desse artigo irá percorrer algumas soluções extraídas dos principais autores consultados, e que envolvem a busca coletiva pela defesa dos bens comuns e de uma distribuição mais equilibrada dos recursos em sociedade.

Laval e Dardott merecem iniciar essa recapitulação, pois sua compreensão de que o problema é mais do que meramente fruto de

uma mera política econômica equivocada, que promove a acumulação desmedida, residindo, ao revés, na própria concepção de uma razão-mundo, uma que torne tudo imiscuído na lógica do mercado, inclusive o Estado e os indivíduos, a solução não poderia passar ao largo da promoção de *formas de subjetivação alternativas ao modelo da empresa em si*³². Por sua vez, Joseph Stiglitz, que aposta, para além de uma concepção de mundo diversa, em uma solução multidimensional para obter o refortalecimento da democracia através da adoção de políticas mais equitativas e inclusivas, não dos 99% contra aquele 1% do topo, mas dos 100%³³. O conjunto de soluções levantadas não seria de fácil aplicação, dependendo da ruptura com a ideia massivamente divulgada pelo 1%, de que não há alternativa viável, e, a partir disso, optar primariamente pela adoção de medidas de contenção ou regulação do mercado financeiro e do *rent-seeking*, com o arrefecimento do apoio público aos gigantes da iniciativa privada, além de uma reforma fiscal que atinja os ganhos do rentismo e as grandes heranças – equalizando as regras do jogo, ao menos, para as próximas gerações³⁴.

Em linha semelhante, Cattani propõe duas ordens de soluções ao examinar a conformação atual da riqueza, a primeira no sentido de combater sua dimensão *arcana*, mediante acesso informacional aos dados da riqueza, como a transparência nas operações financeiras de grandes corporações e a divulgação da origem das fortunas pessoais, além do extermínio dos paraísos fiscais, acabando com a aura mística legitimadora da riqueza³⁵. A segunda via, por ângulo diverso, visa combater as assimetrias derivadas do massivo poder econômico alcançado pela classe

³² DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. A nova razão de mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016, p. 396.

³³ STIGLITZ, Joseph E. O preço da desigualdade. Lisboa: Bertrand Editora, 2013, p. 357.

³⁴ Idem, p. 363

³⁵ CATTANI, Antonio David. A riqueza desmistificada. Porto Alegre: Marcavizual, 2014, p. 53.

capitalista, através da adoção de um novo modelo de justiça social, no qual aqueles situados no topo sejam tributados ao menos como os demais contribuintes, em um sistema retributivo que a todos beneficie, solução que não será atingida apenas pelas clássicas instituições democráticas, como sindicatos e partidos, mas pela concepção de novas *formas de mobilização cívica*³⁶.

Dentre as novas formas de mobilização cívica, um conceito de articulação coletiva ganha cada vez mais proeminência, a ideia de *multitude* ou *multidão*, proposta originalmente por Negri, que a conceitua como uma *multiplicidade irreduzível, baseada nas condições de possibilidade, dos que podem tornar-se multidão, levando em conta que tipos de trabalho, formas de vida e localização geográfica não impedem a comunicação e a colaboração num projeto político comum*³⁷, ou, colocado de outra forma, todos aqueles que podem ser considerados perigosos na *perspectiva do capital de estrutura de poder global*, o que congrega todos os trabalhadores, os sem trabalho, os imigrantes, como *sujeitos ativos na produção biopolítica*³⁸. Uma modificação na ordem atual das coisas somente decorrerá de um enfrentamento conjunto e plural de fatores, por um grupamento conjunto e plural de atores, que passa também pelos sindicatos sem, no entanto, ser esgotada por eles.

A austeridade é uma escolha, conforme lecionam Struckler e Basu, e a participação do povo no processo democrático ou a retomada da democracia pela via da participação popular é a única forma legítima de tal escolha ser promovida, assim, se a própria população for consultada, e preferir alternativas *ao remédio amargo da austeridade*, será possível encontrar um caminho distinto para mudança do estado de coisas³⁹. Se não pudermos

³⁶ Idem, p. 146.

³⁷ NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. *Multitud: Guerra y democracia en la era del Imperio*. Barcelona: Debate, 2004, p. 146.

³⁸ Idem, p. 186.

³⁹ STRUCKLER, David. BASU, Sanjay. *A economia desumana: porque mata a austeridade*. Lisboa: Bizâncio, 2014, p. 205-206.

encontrar um caminho alternativo para percorrer, a *sociedade pós-austeridade, socialmente vulnerável*, permanecerá submetida ao afastamento dos benefícios econômicos de um eventual crescimento experimentado por sua implantação⁴⁰. Enfrentar a implantação de modelos de austeridade normativa, sobretudo no campo social e, em especial, na esfera do trabalho e da organização sindical, é um norte de resistência sem o qual permaneceremos realmente na armadilha da inexistência de alternativas.

Considerações finais

Se o objetivo do presente exame era, em especial, responder que a redução da desigualdade, pela via do adensamento e fortalecimento sindical, é algo positivo - embora um primeiro e rápido exame do tema pudesse sugerir que a resposta seria óbvia - espera-se tê-lo atingido, não apenas para demonstrar que efetivamente se trata de uma consequência positiva, mas evidenciar que tal conclusão não é, em verdade, tão óbvia quanto aparenta ser. Para atingi-la, de fato, faz-se necessário percorrer o exame das principais causas e consequências das desigualdades socioeconômicas atualmente. Do ponto de vista causal, a investigação restou concretizada na primeira parte do trabalho, quando colocada em evidência a nova configuração da classe capitalista e suas características *arcanas*, que impõe dificuldade na evidenciação de sua origem e na própria percepção de sua alteridade em face dos demais, justificada por um discurso totalizante que legitima o constante acúmulo de recursos pelos que se situam no topo, na mesma medida que os empodera perante todo o restante e, principalmente, em face do Estado, o qual se dobra a favor de poucos adotando políticas que retroalimentam e salvaguardam essa situação. Uma segunda ordem de motivos determinantes é também consequência dessa postura, as crises - que decorrem do processo de

⁴⁰ FERREIRA, António Casimiro. Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção. Porto: Vidaeconómica, 2012, p. 121.

acumulação desmedida – e as medidas de austeridade invocadas para enfrentá-las – a partir de uma opção adotada em decorrência do poder da riqueza, que prefere socializar seus prejuízos – criando ainda mais desigualdade.

Dentre as consequências ou riscos da desigualdade, elencou-se novamente a ocorrência de crises e respectivas medidas de austeridade, visando direcionar o feixe de efeitos para uma consequência reflexa dessas últimas, o adoecimento social e o desmantelamento das estruturas de proteção, a partir, dentre outras vias, de um modelo normativo de exceção que acaba por fragilizar a própria estrutura democrática. Os custos de uma democracia incompleta ou de baixa densidade – agravados por um estado permanente de austeridade como modelo de enfrentamento de crises – são transferidos para parcela da sociedade que não os gestou e, mesmo que a solução austera crie uma saída para crise, aquela parcela da população açodada nesse processo não será beneficiária dos eventuais ganhos obtidos por uma sociedade pós-austeridade.

Na busca pela evidenciação de que a baixa densidade sindical – que gera desigualdade e que é agravada em momentos de crise (mormente quando a solução passa pelo enfraquecimento das estruturas de organização dos trabalhadores), gerando ainda mais desigualdade – é fator relevante para o aprofundamento do abismo social, por vezes respondendo pela metade da magnitude do problema, não sendo diferente em nosso país. Além disso, mesmo ante os riscos que o fortalecimento sindical pode acarretar à *desigualdade positiva*, parece preferível assumi-los para evitar a maximização da *desigualdade negativa*, derivada do excesso de rentismo pelo qual o novo capital demonstra predileção. Se o aumento da densidade sindical pode gerar redução das desigualdades, o preço a pagar parece pequeno, ainda mais se considerarmos que essa não é a única via alternativa, mas uma de tantas medidas que devem ser adotadas para superação de um modelo tendente à iniquidade generalizada.

A vasta pauta por soluções estruturantes é delineada a partir de mudanças na ordem política e econômica, passando, desde de adoção de medidas de transparência que permitam desmistificar e, por consequência, deslegitimar a riqueza arcana, como outras que imponham a devida redistribuição social pela via da tributação equânime dos ganhos do rentismo e das grandes heranças, adicionando a isso a compreensão de que a alteração de modelo de justiça social não será conquista sem uma nova mobilização cívica do coletivo.

Por fim, arrisca-se aqui dizer que a primeira pauta da multitude no Brasil é, para além de se reconhecer como tal, pretender a reversão do desmonte do direito do trabalho e dos sindicatos, visando sair dessa armadilha normativa na qual nos encontramos, a fim de buscar reimplementar uma estrutura sindical fortalecida. Isso, pois, conforme defendido ao longo de todo estudo, seu fortalecimento é determinante para redução de iniquidades em matéria social. A abordagem aqui proposta não é exaustiva ou determinista, não soluciona os problemas, mas acrescenta mais um singelo contributo no emergencial processo de evidenciação das causas e consequências da desigualdade social, de sua negatividade e das vias alternativas ao fenômeno aparentemente incontrolável de seu agravamento. E que batalha o movimento sindical e os demais atores da multitude tem pela frente, posto que, do outro lado, encontra-se uma entidade mistificava, arcana, dotada de contornos de difícil identificação, empoderada e legitimada ao nível do discurso - impregnado a aceito por todos, enquanto modelo de nossa própria razão de mundo.

Referências

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.

CATTANI, Antonio David. *A riqueza desmistificada*. Porto Alegre: Marcavisual, 2014.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. *A nova razão de mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FERREIRA, António Casimiro. *Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção*. Porto: Vidaeconómica, 2012.

GEORGES, Rafael. A distância que nos une (2018).
https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf

JAUMOTTE, Florence. BUITRON, Carolina Osorio. *Inequality and labor market institutions*. *International Monetary Fund*, 2015. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2678639>.

MÉSZAROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. *Multitud: Guerra y democracia en la era del Imperio*. Barcelona: Debat, 2004.

OCDE (2018), *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*, OCDE, Publishing Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/978264301085-en>.

ROSSI, Pedro. MELLO, Guilherme. “O fracasso da agenda econômica do golpe e o caminho alternativo”. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, junho 2018

SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

STIGLITZ, Joseph E. *O preço da desigualdade*. Lisboa: Bertrand Editora, 2016.

_____. *O grande abismo: sociedade desiguais e o que podemos fazer sobre isso*, Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2016.

STRUCKLER, David. BASU, Sanjay. *A economia desumana: porque mata a austeridade*. Lisboa: Bizâncio, 2014.

O problema da relação partido-sindicato no caso de CUT e PT

Antonio Guedes Gonçalves de Canha¹

Ernesto Geisel cumpria seu último ano à frente da ditadura civil-militar quando o país foi sacudido pelo coração industrial de São Paulo. Em 12 de maio de 1978, em São Bernardo do Campo, a fábrica da montadora de caminhões sueca Scania não funcionou. Os trabalhadores bateram ponto normalmente às 7 da manhã, mas nenhuma máquina foi ligada: estavam em greve. Da Scania, a greve se alastrou para a Ford, Volkswagen, Mercedez-Benz e 12 mil trabalhadores cruzaram os braços². Nos dois anos subsequentes, novas greves paralisaram a produção automobilística do ABC, desafiaram o poder da ditadura e projetaram o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema ao cenário político da redemocratização.

Além de atrair olhares intelectuais e apaixonar corações militantes, o ciclo de greves do ABC (1978-1980) criou um redemoinho político social que culminou na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ainda que objetos constantes das ciências sociais nesses quarenta anos, os filhos das greves do ABC permanecem com algumas

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), bolsista CAPES. E-mail: antonioggcanha@gmail.com

² *Diário do Grande ABC*, São Bernardo do Campo, 16 maio 1978

lacunas interpretativas a serem investigadas. Uma delas é justamente sobre a relação do PT com os movimentos sociais em geral e o sindicalismo em particular.

Este trabalho propõe, portanto, uma análise preliminar da relação do PT com o movimento sindical, a partir das disputas sobre sua concepção. Desta maneira, identifico o que considero a *questão sindical* do PT, ou seja, uma indefinição tensa sobre o limiar entre as militâncias partidária e sindical, que surge desde o processo de fundação do partido e prolonga-se no tempo. Entendida como uma querela que mobilizou vários atores dentro e fora do partido, a questão sindical esteve colocada desde os primeiros esforços de fundação do PT, sintetizada na seguinte pergunta: como deve relacionar-se o partido com os sindicatos?

Auxiliado de documentos e das memórias de lideranças sindicais daquele período, além da literatura especializada, procuro refazer a história da formação do partido, reconstituindo elementos de sua identidade e observando a evolução dos debates sobre a relação do partido com o sindicalismo, desde a formação até os primeiros anos.

ABC da greve

Não são poucos os trabalhos e os autores que se dedicam a narrar, interpretar e até avaliar a história da formação do Partido dos Trabalhadores. Os vieses, os tons, os recortes e os métodos também são muitos, como são muitas as discordâncias. Contudo, a relação entre o PT e os movimentos sociais, inclusive o sindical, não é interpretada de modo suficiente pela literatura, o que abre uma importante lacuna ainda por ser preenchida. Muito embora, a importância do sindicalismo na constituição do Partido é visível, ainda mais quando observamos seus primeiros passos. Na Comissão Diretora Nacional Provisória, o primeiro corpo dirigente do PT, criado no mesmo dia de sua fundação, constam 11 nomes, dos quais uma maioria simples, 6 pessoas, é de sindicalistas que

estariam diretamente envolvidos na criação da CUT três anos mais tarde. Desta comissão provisória, extraia-se a Executiva Nacional Provisória, mais enxuta, com 5 integrantes, 3 dos quais eram sindicalistas.

A interpretação da relação do PT com o movimento sindical começa, não por acaso, na observação desta premência de sindicalistas nas primeiras direções partidárias. E para entender tal peso, devemos retornar à greve de 1978 no ABC. Seus desdobramentos são o desabrochar do chamado “novo sindicalismo”, que funcionará como a verve principal de fundação do Partido³. Como introduzida acima, a greve teve um sério tom surpreendente para muitos.

Interessante notar que, a princípio, houve certa autonomia dos movimentos grevistas em relação ao sindicato, não havendo uma coordenação centralizada das greves. Gilson Menezes, ferramenteiro da Scania e dirigente do sindicato, conta que: “No dia 11 de maio, à noite, fui ao sindicato e falei pra diretoria que a Scania pararia no dia seguinte. E não é que eles desconfiaram de mim?”⁴ Esta forma de greve entrou pro repertório do movimento com o nome de “greve por fábrica”.

Contudo, a descentralização da ação coletiva, no modelo de “greve por fábrica”, não preteria a participação do sindicato. De fato, o Diário do Grande ABC, no corpo da matéria do dia 16, a qual citamos a manchete, contava que era Lula, então presidente do sindicato, a negociar com a diretoria da Scania e o representante da Justiça do Trabalho sobre a reivindicação dos trabalhadores. Inclusive foi Lula – naquela época referido apenas como Luiz Inácio da Silva – o condutor da assembleia dos trabalhadores da Scania que aprovou a volta ao trabalho. Estas informações não são triviais,

³ A ideia do “novo sindicalismo” como pilar da fundação do PT é virtualmente unânime. Sobre isso ver: KECK, Margareth. *PT – A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

⁴ MENEZES, Gilson. Entrevista. In: OLIVEIRA, Carlindo. *Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais) Volume 1*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

elas dão conta de um fato importante: o sindicato foi capaz, apesar da descentralização da “greve por fábrica”, de catalisar a energia reivindicativa dos trabalhadores e consolidar sua legitimidade, construindo sua própria organização em sinergia com as organizações locais, no chão-de-fábrica. E na esteira de tudo isso, vinha a alavancagem da liderança de Lula.

A legitimidade angariada pelo sindicato será importante no decorrer dos próximos anos com a realização de dois congressos, o III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, ainda em 1978, e o IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, em 1979.

Para o primeiro encontro, os metalúrgicos do ABC tinham designado o tema “A Estrutura Sindical Brasileira”, sobre a qual sua posição posterior será muito relevante. De maneira geral, a organização do sindicalismo brasileiro é detalhada por uma extensa legislação que remonta ao Estado Novo, ainda que tenha sofrido alterações ao longo do tempo. Entre suas principais características, figuram a exclusividade da organização por categoria (como, por exemplo, metalúrgicos ou bancários), o limite de um sindicato da categoria por base territorial e a contribuição sindical obrigatória. É a este aparato legal que se refere a expressão “estrutura sindical”⁵.

No congresso de 1978, os metalúrgicos expressam grande rechaço à estrutura sindical, a começar pelo tema da contribuição. A resolução do congresso afirma que é através da contribuição sindical “que o Estado atribui aos sindicatos funções de colaborarem como órgãos públicos, impossibilitando, por esta via, a organização dos trabalhadores em Sindicatos autônomos e independentes do Estado.” É proposto, então, propõe o fim da contribuição sindical e a criação de fontes alternativas de receita.

⁵ Para uma discussão mais detalhada sobre a legislação sindical brasileira ver: CARDOSO, Adalberto. *A Década Neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2003.

De acordo com o capítulo V da Consolidação das Leis Trabalhistas, há de haver apenas um sindicato por categoria na mesma base territorial, geralmente municípios. Isso significa que a representação sindical é exercida obrigatoriamente por categorias de um mesmo território, como, por exemplo, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. A partir daí as entidades de base se organizam verticalmente em federações e confederações das categorias. Este princípio é conhecido como *unicidade sindical*, outro ponto polêmico da legislação.

É a este tópico eu se endereça a resolução intitulada “Unidade e Pluralidade Sindical”⁶. O princípio da unicidade é reafirmado, em nome da unidade e da capacidade de organização da própria classe, mas como uma pequena e importante diferença. A resolução propõe que os sindicatos de base sejam organizados por ramo de produção, não mais por categoria, e que fosse revogada a condição territorial, ademais, propunha-se a “livre organização das categorias entre si e com as demais, tendo em vista os interesses comuns, em nível regional, estadual e nacional”. O que abriria caminho para a aglutinação de sindicatos de base em federações a despeito do ramo produtivo, unindo, por exemplo, metalúrgicos e bancários numa mesma entidade. E, por fim, é nesta seara que também caminha a última proposta da resolução, qual seja: “Aos poderosos grupos empresariais, organizados e unidos na defesa de seus interesses, deverá se contrapor a unidade da classe trabalhadora, através de uma *central única de trabalhadores* de âmbito nacional”. Esta é a primeira vez que a ideia de uma central sindical única para todas as categorias é formalizada em um documento de uma entidade sindical.

Desta maneira, a ideia da CUT ganha vida junto ao processo de crescente articulação e organização do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, num

⁶ III Congresso de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. *Unidade e Pluralidade Sindical*. 1978. Disponível em abcdeluta.org.br

momento em que se consolidava a postura crítica de suas lideranças à estrutura sindical. De fato, até a ideia de uma central sindical é, em si, contrária à concepção fracionada de classe trabalhadora cristalizada na legislação, a qual limita a organização dos trabalhadores por ofício.

Logo em janeiro de 1979 realiza-se, em Lins-SP, o IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo. A participação de metalúrgicos de todo o estado de São Paulo implica a participação de setores pouco simpáticos, avessos e adversários dos “combativos” de São Bernardo. Eram os “pelegos”, sindicalistas à frente de entidades oficiais, que conviviam em harmonia com a estrutura sindical, por vezes até consoando com a ditadura, como era o caso do folclórico Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão.

De toda a sorte, o congresso de 1979 é fundamental para o movimento sindical brasileiro também pelas suas resoluções. Em acordo com o congresso do ABC, aprova-se a intenção de substituir a contribuição sindical por fontes alternativas e voluntárias de receita, aponta-se para a legitimidade da organização por local de trabalho e roga o reconhecimento dos delegados de fábrica, afirma-se a necessidade da ratificação da Resolução 87 da Organização Internacional do Trabalho, que versa sobre liberdade e autonomia sindicais, por parte do Estado brasileiro, entre outros pontos. Contudo, é a delegação de Santo André que trazia a contribuição mais relevante para o congresso. De acordo com Benedito Marcílio Alves da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André:

Foi aprovada uma moção em nossa plenária no sentido de se levar ao congresso a criação do Partido dos Trabalhadores. Essa proposta foi levantada e aprovada pelo pessoal da Convergência Socialista numa plenária de metalúrgicos aqui em Santo André quando eu era o presidente do sindicato. Elaboramos uma moção, e encaminhamos imediatamente para o congresso em Lins.⁷

⁷ ALVES DA SILVA, Benedito Marcílio. *Entrevista*. Disponível em: abcdeluta.org.br

E, uma vez apreciada a moção no congresso de Lins, foi aprovada pela maioria. O texto integral da moção ficou conhecido posteriormente como “Tese Santo André-Lins”, e é o primeiro documento que cita e delibera a criação do Partido dos Trabalhadores, na seguinte redação:

- 3) que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores;
- 4) que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer.⁸

Pois então, desde a greve de maio de 1978 até o congresso de janeiro de 1979, os acontecimentos acelerados do movimento sindical conceberam a central única dos trabalhadores e o partido dos trabalhadores, com as iniciais em minúsculas, pois só existiam de fato em atas congressuais e na cabeça de um punhado de sindicalistas. Começa, a partir daí, o processo efetivo de fundação das duas entidades, que não obstante segue em ritmo bastante diferente. O PT será fundado em fevereiro de 1980, pouco mais de um ano após o congresso de Lins, já a CUT, formalmente deliberada antes, só sairá do papel em agosto de 1983, quase cinco anos depois do congresso de São Bernardo. Este descompasso, acredito, não é trivial e nem casual. Primeiro, ele tem a ver com estruturas de oportunidades políticas diferentes que o país oferecia à época da redemocratização, o ambiente institucional da primeira metade da década de 1980 garantia velocidades diferentes à iniciativa de reorganização partidária, por um lado, e à

⁸ Partido dos Trabalhadores. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

reorganização sindical, por outro. Segundo, tais diferenças se traduzem, automaticamente, em limites e recursos próprios para a fundação do PT e da CUT que, ao marcar profundamente seus processos de fundação, deixam permanências organizativas que resistem ao tempo.

PT em maiúsculas

O congresso de Lins deu início à aventura de fundação do PT, que a partir daí aceleraria por todo o país até fevereiro de 1980, mas a CUT, por enquanto, permaneceria em suspenso por um tempo. Logo formalizada a proposta do PT, um “comitê informal”, nas palavras de Keck⁹, começou a articular nacionalmente os alicerces do partido. Este “comitê” era composto por diversas lideranças sindicais, predominantemente de São Paulo, que fez rodar por sindicatos de todo o país um documento, conhecido como “Carta de Princípios”, sobre o qual seria erguido o partido dos trabalhadores.

Em seguida ao lançamento da Carta de Princípios começaram várias rodadas de debate entre lideranças de todo o país, ocorridas em dois espaços principais: um entre os setores do movimento sindical e outro envolvendo os “autênticos” e a sociedade civil, principalmente a esquerda já estabelecida. Neste momento, surgem as primeiras tensões em relação à natureza do pretense partido. Por um lado, havia quem defendesse que iniciativa de fundação de um partido dos trabalhadores deveria ser levada a cabo pelos sindicatos, enquanto instituições, e não a partir do “comitê informal”, a quem era dirigida a acusação de “vanguardismo”¹⁰. Posição a qual opunha-se Lula e seu círculo – o núcleo duro dos “autênticos” – que entendiam que o partido dos trabalhadores deveria existir à parte os sindicatos, apesar de beber

⁹ KECK. “PT – A lógica da diferença”, p. 102

¹⁰ KECK, “PT – A lógica da diferença”, p. 103

deles, mas mantendo a autonomia do sindicalismo frente ao partido. Estava na mesa o que chamo de *questão sindical* do PT, ou seja, uma discussão se o pretendido PT seria um partido de sindicatos, um partido de sindicalizados, ou um partido de todos os assalariados. Ademais, a depender do modelo adotado, esta decisão teria impacto de sobremaneira na forma como o PT posteriormente se relacionaria com os sindicatos e com a futura CUT.

O resultado foi que, apesar dos incômodos e protestos com o suposto vanguardismo, a criação do PT foi articulada no mundo sindical a partir da iniciativa individual de algumas lideranças, identificadas no bloco dos autênticos, que não buscaram representar suas entidades no processo. Assim, a relação construída pelos fiadores do PT com a franja sindical que viria a acompanhar-lhes teve um traço de pessoalidade, da qual os sindicatos enquanto instituições estavam excluídos. Este aspecto informal da articulação fundadora do partido ganha mais relevância quando olhamos para os contatos feitos em torno da ideia do PT fora do mundo sindical. A Folha de São Paulo, no dia 19 de agosto de 1979, noticia que políticos posicionados na esquerda do MDB realizaram um debate em São Paulo para discutir a fundação de um partido dos trabalhadores. Estavam presentes lideranças sindicais, como Lula, representando o “comitê informal”, e grande parte da bancada parlamentar do MDB, como o então senador Fernando Henrique Cardoso. De acordo com a Folha, 400 pessoas participaram do debate que girava em torno da questão se oposição à ditadura deveria permanecer unida sob a mesma sigla ou fracionar-se em múltiplas identidades. Como é de se supor, Lula defendeu a ideia do PT, a despeito da ruptura com a unidade, afirmando que “os trabalhadores querem deixar de ser instrumentos de grupos que se intitulam representantes da classe”. O que este episódio traz de interessante é a maneira difusa e desarticulada com que as conversas sobre o PT foram tomando corpo no seio da esquerda e do sindicalismo. A priori, não havia

núcleo centralizador legitimado para patentear a ideia do PT e coordenar sua materialização.

Deste cenário, portanto, podemos extrair aquilo que acredito ser o primeiro elemento relevante para a interpretação da relação do PT com o movimento sindical: a informalidade e a pessoalidade. Há uma notória ausência de vínculos formais entre o partido, os sindicatos e a futura CUT, depositando o conteúdo da relação sobre a pessoalidade das lideranças.

O ambiente que cercava os esforços de fundação do PT era de pressa e ansiedade. Naquele estágio do processo de abertura, o governo já havia indicado que estava para acontecer uma “reforma partidária”, ainda em 1979, que mudaria as regras do jogo da participação e representação política. Desde o Ato Institucional nº2, de 1965, o Brasil vivia sob o bipartidarismo obrigatório da Arena, governista, e o MDB, oposicionista. A simples leitura de um jornal da época ilustra como o clima político e a opinião pública estavam absortos no debate de como seria o cenário partidário do futuro, quantos e quais partidos estariam por vir, quem os lideraria. Ademais, também pairava no ar a apreensão sobre a Lei de Anistia, que já havia sido enviada pelo general Figueiredo ao Congresso em junho daquele ano. A Anistia devolveria ao país exilados políticos do quilate de Leonel Brizola e Luiz Carlos Prestes, prometendo embaralhar ainda mais o futuro partidário do país em geral e da esquerda em particular.

Enquanto o bloco dos “autênticos” articulava dentro do movimento sindical o caráter extra sindical do partido, ou seja, a não vinculação institucional das entidades ao PT, pululavam pelo país iniciativas voluntárias de adesão ao projeto petista. Keck aponta que “realizavam-se encontros *ad hoc* em diferentes pontos do país, tentando criar comissões provisórias para lançar o PT”¹¹, iniciativas de lideranças sindicais, estudantis, de movimentos ligados à igreja e toda a sorte de interessados. Muitos pontos sobre

¹¹ KECK. “PT – A lógica da diferença”, p. 107

a natureza do novo partido careciam de consenso entre os engajados na sua construção. O tipo de vinculação com os movimentos sociais e os sindicatos, os setores da sociedade que pretendia representar e, sobretudo, o *timing* político de seu lançamento. João Paulo Pires de Vasconcelos, por exemplo, importante liderança metalúrgica mineira, defendia, em 1979, que a criação do PT fosse precedida pela construção da unidade dentro do movimento sindical, pois a ideia do PT não estaria “madura”. O próprio João Paulo, anos depois, manteria posição parecida ao revisitar a época, dizendo em entrevista que “a CUT deveria ter nascido antes do PT, mas infelizmente não nasceu”¹².

O fato histórico é que no dia 13 de outubro de 1979, num restaurante em São Bernardo do Campo, foi lançado o “Movimento Pelo PT” e constituída uma Comissão Nacional Provisória. A partir daí, estava definido quem podia e quem não podia falar pelo PT, o partido estava lançado. Na ocasião, foi apresentado outro documento, a “Declaração Política”, que se assomava à “Carta de Princípios” e avançava em pontos organizativos e programáticos do partido. Dentre eles, destaca-se o item 2, “O Movimento Pelo PT e os Sindicatos”, que consagra a opção pela não vinculação formal das entidades sindicais ao partido:

O Movimento pelo PT e os Sindicatos

Tendo nascido das lutas reivindicatórias dos trabalhadores, o projeto de constituição do PT não se confunde, entretanto, com o movimento sindical. Defendemos, intransigentemente, a autonomia e a independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais, não só em relação Estado, como também em relação aos partidos políticos.¹³

A pressa em logo formalizar a agremiação a despeito da falta de unidade no movimento sindical e na esquerda se explica

¹² VASCONCELOS, João Paulo. Entrevista. Entrevista. In: OLIVEIRA, Carlindo. *Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais) Volume 1*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

¹³ Partido dos Trabalhadores. “Resoluções de Encontros e Congressos”.

por duas razões. Por um lado, havia a iminência da Reforma Partidária, já por outro, havia a necessidade dos autênticos em demonstrar comando:

A proliferação de indivíduos e grupos que pretendiam falar em nome do PT, especialmente entre a esquerda organizada, pode ter convencido os sindicalistas envolvidos na sua articulação de que, para manter sob controle o processo, o partido teria de ser oficialmente lançado.¹⁴

Sem dúvida, as discussões sobre o PT eram frequentemente anunciadas nos principais jornais e na imprensa alternativa, encontrava eco nas universidades, nos círculos intelectuais, nas associações de moradores, nas paróquias e em boa parte da sociedade civil em geral. Lula foi alçado ao status celebridade operária, foi à Roma se encontrar com autoridades do Vaticano, deu entrevista ao intelectual francês Felix Guattari e já era monitorado pela CIA. O PT ganhava forma dentro de um borbulhante caldo social na transição para a democracia, uma energia que estava para ser catalisada em vetor político, como lembra o próprio Lula:

Nós tínhamos Movimento de Custo de Vida, nós tínhamos as Comunidades de Base da Igreja Católica, Movimento de Moradores, era bispo correndo da polícia... Tinha um movimento solto e a ideia de criar o PT juntou isso. Primeiro, as greves juntaram isso. A greve no domingo, na Vila Euclides, era um passeio de domingo, a esquerda de São Paulo ia inteira pra lá. Era Bonito. Era gente pra cacete. Era um espetáculo fervoroso.¹⁵

Este clima social, somado ao ambiente institucional, ajuda a explicar a velocidade relativamente acelerada da fundação do PT quando comparado à CUT. Naquele momento, o país estava se

¹⁴ KECK. "PT - A lógica da diferença", p. 108

¹⁵ SILVA, Luiz Inácio. Entrevista. In: OLIVEIRA, Carlindo. *Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais) Volume 1*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

preparando para reformar seu sistema partidário. Os jornais, os debates universitários, os políticos regressados ao país pela anistia, o MDB e, não menos importante, a Arena e os militares, preparavam-se para a democracia e um novo sistema partidário. Ao passo que não existia nem perto de clima parecido para a reorganização do sindicalismo. A construção da CUT era uma aventura muito mais tortuosa.

Este é o segundo elemento para a interpretação da relação sobre o PT e sua questão sindical: a janela de oportunidade para a organização partidária era maior do que a janela da organização sindical na década de 1980. Grosso modo, podemos sublinhar que ambiente institucional da abertura resultava recursivo para o movimento sindical do ABC constituir um partido, ao passo que a construção da unidade no sindicalismo nacional ainda era constringida.

A questão sindical na consolidação do PT

Uma vez fundado o Partido dos Trabalhadores de forma independente e paralela aos sindicatos, antes da criação da CUT e sob os signos da informalidade e pessoalidade, a questão da interação partidária com o movimento sindical não estava resolvida. Ou seja, por mais que uma certa concepção da relação partido-movimento estivesse tomando forma e certa prática desta relação estivesse em marcha, este conjunto de ideias e práticas notabilizava-se por ser mais uma negação de experiências pretéritas do que uma proposição de caminhos futuros. O que havia feito o grupo dos sindicalistas “autênticos” em rechaçar um vínculo formal entre o PT e os sindicatos e em criar o partido à revelia do processo de construção da CUT, inscrevia-se numa negativa geral às experiências partidárias e sindicais já existentes e julgadas equivocadas. De um lado, criticava-se o centralismo dos partido comunistas que sufocava a autonomia sindical, por outro, rechaçava-se a divisão de tarefas socialdemocrata que desvirtuava

a tarefa revolucionária. Contudo, os primeiros anos de existência do PT exigiram um esforço organizativo de consolidação do partido que forçará a elaboração de uma postura mais clara e propositiva sobre a relação do PT com o movimentos sindical.

A cautela das lideranças petistas em preservar a autonomia dos sindicatos, procurando que o partido não fizesse a vez de entidade sindical, levou o PT a demorar seis anos para formalizar uma linha de atuação sindical. Também deve contribuir o fato de que, como sustenta Secco¹⁶, os anos iniciais do PT foram predominantemente organizativos, dedicados a fundar diretórios municipais e estaduais, levando Lula, por exemplo, a percorrer dez municípios paranaenses em menos de uma semana a criar diretórios¹⁷. Fato é que, nos primeiros anos, os documentos nacionais de orientação política ou ignoravam a questão sindical, ou eram extremamente vagos sobre ela. A fundação oficial do PT, junto à Justiça Eleitoral, data de 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, quando foram apresentados o “Manifesto” e o “Programa”. Estes dois documentos, os primeiros da era oficial do PT, inauguram a tendência imprecisa dos documentos partidários acerca de uma política sindical específica a ser encampada pelo partido: o primeiro ignora e o segundo é vago. A bem da verdade, o “Manifesto” afirma que o PT nasce “(...) da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas (...)”, “(...) da vontade de independência política dos trabalhadores” e “Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares”¹⁸. Contudo, apesar de inúmeras citações à sua origem obreira, o “Manifesto” não avança na especificidade do partido político em relação aos sindicatos. Já o “Programa”, limita-se a austeros quatro tópicos sobre a organização laboral:

¹⁶ SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: LTr, 2011.

¹⁷ SECCO. “História do PT”, p. 59.

¹⁸ Partido dos Trabalhadores. “Resoluções de Encontros e Congressos”.

- Liberdade e autonomia sindical
- Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente pelos trabalhadores e independente do Estado
- Liberdade de organização nos locais de trabalho na cidade e no campo
- Direito irrestrito de greve¹⁹

Aqui, apesar da menção à criação da CUT, que na altura estava já em processo de formação, também não aparece qualquer indicação sobre diferenciar o partido dos sindicatos e de demais movimentos. O que sugere, então, duas possibilidades. Ou não havia tempo para formular uma política específica do partido frente aos conflitos do mundo do trabalho e sua consequente relação com as entidades sindicais por conta das tarefas organizativas. Ou, então, de fato não havia ainda uma necessidade de se debruçar sobre este tema, talvez porque a relação do partido com os sindicatos não havia emergido ainda para uma *questão* a ser desembaraçada. Há ainda, evidente, a possibilidade da combinação dos dois cenários.

No ano seguinte, em 1981, porém, o PT realiza seu 1º Encontro Nacional, uma instância deliberativa formada por delegados eleitos nos núcleos, que seguirá como espaço máximo de formulação estratégica e disputa interna do partido por muitos anos, uma vez que os Encontros elegiam as direções executivas. Deste 1º Encontro sai uma resolução intitulada “Carta de Brasília”, que encampa o engajamento do partido no “Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego”, marcado para primeiro de outubro daquele ano. Este dia, como o próprio documento afirma, foi deliberado enquanto tal pela CONCLAT, Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, em agosto de 1981. A CONCLAT foi uma conferência dedicada a reunir delegados sindicais de todo o país, rurais, urbanos e de todas as frações a fim de criar um

¹⁹ Idem, *ibidem*.

entendimento necessário para a construção unitária da CUT, que, devido a divergências não superadas, não logrou seu objetivo. Contudo, é interessante notar como o partido, em seu primeiro Encontro Nacional, dedica uma resolução para reafirmar seu compromisso com a agenda sindical. Aliás, além da “Carta de Brasília” o Encontro resultou em apenas mais duas resoluções: o Regimento Interno e o documento intitulado “Desemprego”. Este último texto afirma a centralidade da luta contra o desemprego para o PT e, no item “6”, faz o seguinte chamamento:

6 - Visando ao debate e à unificação da atuação dos militantes do PT no movimento sindical, o PT realizará um encontro nacional de seus militantes que atuam no movimento sindical, precedido de encontros municipais e regionais, competindo ao Diretório Nacional encaminhar sua realização.²⁰

Podemos extrair duas breves conclusões. Primeiro, considerando que duas entre três resoluções do 1º Encontro dedicaram-se a assuntos sindicais, uma reverberando internamente um acontecimento do movimento sindical externo ao partido e outra indicando a necessidade de organizar os militantes petistas atuantes no sindicalismo, fica evidente a centralidade da agenda sindical no PT daquele momento. Mais ainda, a agenda sindical parece consumir os esforços militantes que sobram das tarefas organizativas. Portanto, neste momento, o partido assume para si a tarefa de agir diretamente no movimento sindical, tomando a agenda sindical como sua e não a distinguindo da atividade partidária. Em segundo lugar, o trecho de “Desemprego” que visa “(...) à unificação da atuação dos militantes do PT no movimento sindical (...)” sugere, por óbvio, um diagnóstico de que não há unidade na atuação dos militantes do PT. Note-se, ainda, que o texto emprega a expressão “militantes do PT no movimento sindical”, o que está longe de significar “o partido no movimento

²⁰ Idem, *ibidem*.

sindical”. Esta observação não é desimportante, uma vez que a opção textual por “militantes do PT” em detrimento de vocalizar o partido como um todo é uma constante nas resoluções partidárias sobre os mais diversos assuntos, como ainda veremos a seguir. Esta opção textual continuada no tempo indica uma falta de unidade constante entre militantes do partido, e mais, uma certa distância que o partido mantém entre si e os campos de atuação da sua militância. Ora, de acordo com texto, não é o PT que atua no movimento sindical, mas sim seus militantes. Esta operação de delegar a agência para os militantes serve para manter, no discurso oficial, a equidistância entre o partido e o movimento, ao mesmo tempo que sintomatiza a dificuldade de coordenar a militância em ações unitárias.

Temos, portanto, um curioso cenário. Enquanto o PT incorpora a agenda sindical como prioridade na atividade partidária, omite-se em ser o sujeito desta ação, a qual delega para os “militantes” que precisam ser “unificados”. Esta ambiguidade, além de duradoura, não começa neste momento, mas prolonga-se desde que a informalidade e a pessoalidade marcaram o processo de fundação do PT, quando os sindicatos não participaram enquanto organizações, mas sim os sindicalistas individualizados que tomaram a iniciativa. Esta opção conecta-se com o tema da “autonomia” dos sindicatos, tão caro à identidade petista, e à tensão gerada quando o partido defensor da autonomia pretende representar todos os trabalhadores, o que constitui o próprio cerne da questão sindical aqui discutida. Parece que o PT acanha-se em agir no sindicalismo enquanto organização, mas também entende que a agenda sindical lhe é prioritária e, por fim, a delegação da agência aos “militantes do PT” surge como uma solução, ainda que frágil, ao impasse. O discurso de Lula na abertura do mesmo encontro ilustra perfeitamente o ténue equilíbrio entre representar os trabalhadores e defender sua autonomia pretendido pelo PT:

Defendemos, sempre, a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos. O sindicato é uma ferramenta de luta de todos os trabalhadores, independente das preferências partidárias que tenham. Como partido, não devemos incorrer, jamais, no erro que denunciamos no governo: o paternalismo e a tutela do movimento sindical. Se lutamos por autonomia e liberdade sindicais, é não somente frente ao Estado, mas também frente aos partidos.

E ainda:

O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país. Em nossa luta, a atividade partidária deve completar a sindical, sem que uma queira substituir ou excluir a outra.²¹

Neste discurso, Lula oferece uma forma mais acabada deste princípio. O sindicato aparece como uma entidade ampla, capaz de abrigar trabalhadores das mais distintas posições políticas e filiações partidárias e que embrenha-se na luta de interesses imediatos dos assalariados. Já o partido seria uma agremiação ideologicamente coerente, ou seja, restrita aos concordantes de sua plataforma, imbuída da missão de abocanhar o poder que está além das relações laborais imediatas. Grosso modo, o sindicato é econômico e o partido é político. Porém, ao contrastarmos esta imagem com as resoluções do Encontro, que organizam o partido em si para atuação sindical, ainda que metaforizado na figura dos “militantes”, o resultado é ambíguo. Se sindicato e partido se completam, sem que um tome o lugar do outro, como sustenta o

²¹ Idem, *ibidem*.

discurso de Lula, não deveria o partido organizar-se para atuar em uma agenda eminentemente sindical como o “Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego”. Tal ambiguidade deriva de uma concepção partidária, ou melhor, da negação à concepções partidárias vigentes, acalentada durante a formação do PT, que rejeita a ideia de um partido limitado às instituições políticas do Estado e afastado da sociedade e dos movimentos sociais. Ao contrário, o PT pretende-se um partido que “quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores”. Desta forma, o ímpeto em girar o partido para atividades extra institucionais choca-se com a defesa da “autonomia” dos movimentos como princípio inegociável.

Ainda assim, a perspectiva do “equilíbrio” entre partido e sindicato continuaria a ser perseguida nas resoluções oficiais. Se o 2º Encontro Nacional, realizado em 1982, limitou-se à preparação do partido para seu primeiro teste eleitoral no mesmo ano, foi no 3º Encontro, em 1984, que o PT permite-se refletir com mais fôlego sobre si e o país, após quatro anos da fundação oficial. “Teses Para a Atuação do PT” foi a principal resolução daquele Encontro e apresenta vários diagnósticos acerca dos primeiros anos petistas, sua organização e atuação, pela primeira vez abandonando o tom panfletário em nome de um olhar mais analítico. O texto inicia com a constatação da fragilidade organizativa do partido, ainda nos primeiros passos de consolidação, nos quais falta “uma política nacional de crescimento e construção partidária que vá além das tarefas de legalização”²², fragilidade esta causada “pela quase completa falta de recursos materiais, e pelas dificuldades de mobilização de recursos humanos”²³. O balanço organizativo, em suma, constata que: “nem sempre temos sabido traduzir o objetivo de organizar

²² Idem, *ibidem*.

²³ Idem, *ibidem*.

politicamente os trabalhadores em propostas concretas”²⁴. O que nos conduz novamente à ideia do esforço em legalizar o partido como um estorvo que consome demasiada energia dos petistas. Mas ainda assim, pela primeira vez o partido sintetiza sua concepção da relação com os movimentos sociais, incluindo o sindical, na seguinte redação:

Partido e movimentos popular e sindical não se confundem. Dentro da especificidade de cada um, eles se complementam. [...] Cabe ao movimento sindical lutar pela defesa da classe trabalhadora, por melhores salários e melhores condições de vida e trabalho, lutar contra a estrutura sindical atrelada ao Estado, engajando-se também nas lutas gerais, como as lutas por eleições livres e diretas, mobilizações políticas contra o arrocho e contra o Regime Militar. Mas também sabemos que, no atual momento, somente uma parcela combativa, mas ainda minoritária, do movimento sindical é que procura cumprir essa tarefa. Portanto, somente quando os trabalhadores estiverem organizados politicamente em torno de seu partido e de uma nova proposta de poder e do exercício democrático do governo é que será possível mudar a natureza e o caráter do Estado e, com ele, a própria sociedade. Estado e sociedade só se transformam pela ação política. Eis aí a tarefa fundamental do PT enquanto representante dos interesses dos trabalhadores: transformar, por completo, a sociedade brasileira.²⁵

Praticamente uma reedição do discurso de Lula na abertura do 1º Encontro três anos antes, no qual o partido encorpa um papel superior, mais bem acabado e definido, que diz respeito sobre a própria natureza do Estado e da sociedade. O sindicato, ao contrário, é primário, agrupa os assalariados de acordo com seus interesses imediatos e objetivos, sem perseguir a transformação das estruturas sociais de longa duração. Nesta visão, o partido é a

²⁴ Idem, *ibidem*.

²⁵ Idem, *ibidem*.

sublimação do sindicato. Contudo, e a temática da “autonomia”?
Segue o documento:

Entretanto, os movimentos popular e sindical não podem, jamais, estar subordinados ao Partido. O PT deve lutar para assegurar a autonomia e independência desses movimentos diante do Estado, dos demais partidos e do próprio PT. Isso, no entanto, não significa que renunciemos ao nosso direito e ao nosso dever de, como partido, formular propostas para os movimentos sociais.²⁶

Mais uma vez, emerge a ambiguidade petista em afirmar a superioridade política do partido ao mesmo tempo em que defende a autonomia do sindicato. A tentativa de contornar o problema também nos é conhecida:

Assim, é da maior importância que o PT oriente seus militantes para definirem suas propostas de atuação nesses movimentos, mas também é importante saber que, ao apresentarem suas propostas, já o fazem na qualidade de membros dos movimentos de que participam. É justo que os petistas busquem a unidade de ação como militantes do Partido, mas mantendo sempre o respeito à autonomia dos movimentos e às suas próprias instâncias deliberativas.²⁷

A pulverização do PT na figura dos seus militantes, mais uma vez, é a saída encontrada para solucionar a ambiguidade. Podemos constatar, portanto, que nos quatro anos iniciais do Partido dos Trabalhadores a questão sindical, germinada desde os últimos anos da década anterior, floresceu na primeira metade dos anos oitenta. As cores da questão sindical, naquele momento, são o choque de três ideias conflitantes dentro da mesma concepção partidária: primeiro, o princípio da autonomia sindical frente a toda e qualquer exterioridade, presente na mais tenra infância do “novo sindicalismo”; segundo, a ideia de que o partido é uma

²⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷ Idem, *ibidem*.

espécie de sublimação dos movimentos sociais e que só o partido está preparado para assaltar o poder político; e por fim, a rejeição do encastelamento institucional do partido, que não pode manter-se afastado do cotidiano dos movimentos sociais e só apresentar-se à sociedade em época de eleições. Portanto, como operacionalizar um partido que deve ser superior ao sindicato, pois é o partido a organização política em excelência, sem, contudo, tolher do sindicato sua autonomia e, além disso, estar presente no dia-a-dia do movimento sindical sem confundir-se com ele?

A fórmula, como vimos, é a delegação da agência do partido para os militantes. O PT estaria nos movimentos sociais, no nosso caso o sindical, através dos petistas, que defendem no interior dos movimentos as ideias do PT sem representarem uma força eterna ao movimento. Esta solução produz uma dupla lealdade aos militantes petistas. Por um lado, atuam no sindicalismo como indivíduos desfiliaados e subordinados somente ao sindicato, por outro, compõe o partido que lhes cobra coerência ideológica com seu programa. Em alguns casos, pode-se falar até em tripla ou quádrupla lealdade, quando além do partido e do sindicato, o militante compor uma das tantas tendências internas do PT ou inclusive do próprio sindicato, como as Oposições Sindicais. Assim, o militante fica comprometido com múltiplos discursos e campos de atuação política: as tendências que tem um projeto específico de partido, o partido que tem ideias para os sindicatos, os sindicatos que também abrigam tendências sindicais que estão relacionadas com as tendências partidárias.

Este quadro de múltiplas lealdades do militante abre a janela de uma outra situação: a existência de múltiplos atores. Além do partido e das entidades sindicais em si, havia, neste momento, toda uma gama de grupos organizados dentro do PT, que depois serão consagrados como “tendências”, mas que variam entre si de acordo com organização, tamanho, abrangência nacional, composição social, posições políticas e visões partidárias. Muitos destes grupos atuavam coordenadamente também fora do PT, disputando

eleições sindicais ou congressos estudantis na sua própria chapa, com sua própria identidade. Estas formações consagraram-se com o epíteto de “partidos dentro do partido”, pois, em geral, sua posição em relação ao PT era “tática”, ou seja, o PT seria uma contingência fortuita que possibilitaria à organização crescer em tamanho e influência. Nas primeiras páginas deste trabalho vimos algumas organizações de esquerda que contribuíram para o processo de formação do PT, sendo, portanto, anteriores ao partido. Em geral, foram estes grupos que, uma vez constituído o partido, mantiveram sua organização paralela à partidária de forma mais sistemática, com seus próprios cursos de formação política, veículos de imprensa próprios, sede e finanças separadas. Neste caso, destacam-se as organizações trotskistas Convergência Socialista, Democracia Socialista e O Trabalho, para as quais o PT não era um fim em si mesmo, mas um instrumento político para suas próprias organizações. Secco²⁸ aponta que as organizações não-trotskistas remanescentes da luta armada que ingressaram no PT acabaram por fundir-se com outros grupos, mudaram de nome, saíram do partido, ou simplesmente diluíram-se no conjunto da militância partidária, reservando aos trotskistas maior grau de organização paralela.

Os documentos que já discutimos trazem constantemente o tema da unidade de ação dos militantes petistas quando atuam eles fora do partido. Esta preocupação deve-se em grande parte ao modelo descentralizado perseguido pelo partido em que “o trabalhador entra sem bater na porta ou pedir licença”, mas também advém do tipo de atuação das tendências que muitas vezes procuraram se autoconstruir em detrimento da unidade partidária. A resolução “Teses Para a Atuação do PT” trata sutilmente desta questão quando aponta que

²⁸ SECCO. “História do PT”.

[...] muitos petistas têm, em sua prática, vícios que condenamos em outros partidos: querer resolver tudo por cima, buscar, sem representatividade real, posições no Partido, fazer discussões intermináveis e fechadas etc. Referimo-nos, também, aos que usam o PT como espaço político para passar suas próprias posições sem se submeterem às instâncias partidárias, considerando o PT uma frente política.²⁹

Esta imagem da “frente” é bastante utilizada, tanto pelo partido quanto pela literatura, para dar conta da multiplicidade de atores que agem no interior e em nome do PT. O grande levantamento bibliográfico realizado em Menegozzo³⁰ consagra, ainda que entre aspas, a expressão. O intento da metáfora é, além de sugerir a existência de várias agências sob a sigla do partido, representar o PT como um guarda-chuva a abrigar várias denominações menores, ou uma espécie de federação de organizações da esquerda. Contudo, como vimos, a própria resolução partidária rejeita a ideia da “frente”, ainda que admita haver setores a tratar o PT como tal, e incorpora um tom de fortalecer o partido como um fim em si mesmo. Como as resoluções dos Encontros eram apreciadas e votadas por delegados eleitos nas bases, é possível deduzir que já neste ano, 1984, havia no PT uma maioria a entender que o partido não deveria ser uma “frente”, ou seja, não deveria ser temporário ou contingente, mas sim perene e duradouro. Do mesmo modo, rejeitar a noção de “frente” implicava, também, em sustentar uma maior coordenação dos atores abarcados na sigla, um apelo à unidade partidária.

Todo este cenário, contudo, se complexifica ainda mais quando, finalmente, a Central Única dos Trabalhadores é fundada. Se a questão sindical petista floresceu sob o choque de concepções partidárias e revelou um tabuleiro de múltiplas agências e lealdades, a entrada em cena de outra organização trouxe mais

²⁹ Partido dos Trabalhadores. “Resoluções de Encontros e Congressos”.

³⁰ MENEGOZZO, Carlos Henrique. Bibliografia sobre o PT: balanços e parâmetros para novas abordagens”. *Perseu*. N° 14, p. 315 - 335.

atores, mais identidades e mais disputas para o PT e seu ambiente social. Em outra oportunidade discutirei em detalhes o processo de formação da CUT na sua própria temporalidade, mas por enquanto fiquemos com o desenrolar dos eventos que influenciaram a progressão da questão sindical dentro do PT. Fundada em 1983, a CUT é fruto de uma divisão do movimento sindical brasileiro capitaneada por setores herdeiros do “novo sindicalismo”, da esquerda trotskista e de grupos ligados à igreja católica que, na época da sua fundação, já estavam agrupados no Partido dos Trabalhadores. O segundo congresso da CUT, conhecido como II CONCURT, realizado em 1986, teve grandes reverberações no interior do PT. Neste congresso a CUT definiu-se como uma entidade socialista dedicada à tomada do poder político pelos trabalhadores, na seguinte redação:

[...] a CUT tem como preocupação política permanente a articulação das lutas em defesa de melhores condições de vida e trabalho, com as transformações de fundo da sociedade brasileira, em direção à democracia e ao socialismo. A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores.³¹

Esta posição está de acordo com a identidade forjada no chão-de-fábrica da pré-história da CUT, pois rejeita a ideia de um sindicalismo limitado às barganhas salariais ou à resolução de conflitos no ambiente de trabalho. Em realidade, aponta para uma ação sindical comprometida com questões políticas gerais da sociedade. Contudo, abriria margem para imaginar a CUT como um organismo político completo, autossuficiente, que preterisse a existência de outra organização.

³¹ Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT. Disponível em: cedoc.cut.org.br

A “Questão Orgânica”

A fundação da CUT caracterizou, portanto, a maturidade da questão sindical. Seu desenvolvimento a levou de um critério de participação no processo fundacional do Partido para um problema organizativo de amplo alcance. A vinda à tona da questão sindical pode ser observada em toda sua extensão quando o Partido realiza, em 1985, o Encontro Nacional Sindical, reunindo militantes partidários que se encontravam no quadro da dupla militância por também serem militantes sindicais. Realizado em Diadema, em maio, o Encontro dedicou-se a elaborar linhas gerais que orientassem a forma pela qual os sindicalistas se integram no PT e como os petistas se integram nos sindicatos, além de um levantamento das posições específicas do PT sobre o mundo do trabalho. Seus resultados foram discutidos no 4º Encontro Nacional, em julho de 1986, e aprovados numa resolução intitulada “Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores”³².

Após a exposição dos princípios petistas de sindicalismo, a “Linha Sindical” apresenta problemas práticos de efetivação deste princípio no dia-a-dia partidário, entendendo que a defesa da autonomia sindical é questão delicada para uma entidade que, a rigor, é extra sindical. Ressalte-se como que o caminho do raciocínio é parecido com aquele que conduzimos aqui: um conjunto de valores que tem dificuldade em operacionalizar-se na prática, às vezes parecendo mesmo contraditórios. Assim redige a “Linha Sindical”:

Como pode um partido tão ligado ao movimento sindical, como o PT, favorecer o desenvolvimento da autonomia sindical e, ao mesmo tempo, atuar com um mínimo de coordenação e coerência ao expressar e defender as suas posições no movimento sindical? Qual deve ser a relação do PT com o movimento sindical? Como o PT poderá fortalecer o desenvolvimento

³² Partido dos Trabalhadores. “Resoluções de Encontro e Congressos”.

sindical? E, por outro lado, de que maneira as questões sindicais podem ser tratadas no PT?³³

É praticamente uma síntese daquilo que estamos chamando de “questão sindical” do PT, qual seja, o dilema entre a vontade de manter fronteiras porosas com seu exterior, principalmente com o mundo sindical, as quais os militantes atravessam sem muitas cerimônias, e a necessidade de organizar e coordenar minimamente o seu vai-e-vem.

As formulações anteriores, do 1º e do 3º Encontro, como vimos, propõe fórmulas gerais um tanto abstratas para a resolução da questão sindical: o sindicato é amplo e representa todos os trabalhadores nas suas questões mais imediatas, já o partido é a expressão de uma forma de consciência política mais refinada que se orienta para o assalto ao poder e transformação da sociedade. A “Linha Sindical”, ao contrário, procura, em consonância com a fórmula geral, adentrar a aplicação cotidiana deste princípio, orientando os militantes a fortalecer as *instâncias partidárias* de discussão dos temas sindicais. A criação de Secretarias Sindicais regionais e de núcleos de base do Partido nos locais de trabalho são elencados prioridade, a fim de unificar a atuação dos militantes. A autonomia das entidades de base, é claro, são apontadas como invioláveis, mas, de acordo com o documento, os petistas deveriam defender as ideias do Partido no seio do sindicato.

Contudo, o ponto mais interessante do documento é o que avalia a experiência dos sindicalistas na construção interna do Partido. O diagnóstico é de que “grande parte dos dirigentes sindicais não participam das instâncias de decisão do PT”³⁴, o que leva “alguns companheiros a afirmar que o PT está perdendo os objetivos originais de sua fundação e que a CUT, em vista disso, se vê obrigada a assumir propostas mais avançadas do que o PT”³⁵.

³³ Idem, *ibidem*.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ Idem, *ibidem*.

Quando levantamos a questão sindical, reconhecemos seu caráter de *questão* justamente porque ela configura uma indefinição, uma dúvida, uma possibilidade em aberto sobre o que significa e qual o resultado da sobreposição das militâncias partidária e sindical. Agora, no documento “Linha Sindical”, há um diagnóstico de que esta indefinição resultou, ou vinha resultando, no afastamento da maioria dos dirigentes sindicais das instâncias decisórias do Partido, preferindo eles dedicarem-se a seus “cargos importantes em sindicatos e na CUT”. Deste cenário, segundo o documento, vem uma “contrapartida grave, eles sentem dificuldades em cumprir as decisões adotadas pelo PT e defendê-las no movimento sindical”³⁶.

Interessante notar que o documento entende que o problema do afastamento dos sindicalistas da construção do Partido é uma espécie de problema de consciência, ou falta dela. Vejamos este trecho:

Ao fundarem o PT, os sindicalistas deram um passo qualitativamente novo em sua atividade. Compreenderam os limites do sindicalismo, um movimento que abarca, ou deve abarcar, a imensa maioria dos trabalhadores, independentemente de suas preferências religiosas, políticas ou partidárias, e procuraram criar um instrumento mais avançado para a luta pela conquista de uma sociedade sem exploradores e explorados. (...) Os sindicalistas que avançaram e criaram um partido político de trabalhadores transformaram-se, por sua própria ação consciente, em ativistas políticos atuantes no movimento sindical.³⁷

O problema é que:

É verdade que alguns companheiros sindicalistas petistas não se deram conta dessa transformação. Uns consideraram que, criado o Partido, podem ficar na sua atividade sindical e que o Partido

³⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷ Idem, *ibidem*.

não precisa de cuidados. Outros, simplesmente, desenvolvem sua atuação à parte do Partido, como se este nada tivesse que ver com o movimento sindical. Entretanto, ao se transformarem em ativistas políticos, os dirigentes petistas são, antes de tudo, militantes partidários atuantes no movimento sindical.³⁸

Em outras palavras, os dirigentes sindicais petistas tem que entender que o partido é o “instrumento mais avançado”, sua construção é, em última instância, a mais importante. O lugar mais nobre de suas militâncias é o partido, não o sindicato. Esta passagem também permite retomar o tema das múltiplas lealdades, levantado no capítulo anterior. Aqui, o documento abertamente sugere que os petistas devem ser militantes duplos, a atividade partidária e a atividade sindical aparecem como duas coisas distintas, a dividir-lhes tempo, energia e identidade. Mas observe-se que quando a passagem cita os militantes que não tomam ainda o partido como espaço prioritário de atuação eles são designados como “sindicalistas petistas”, ainda não inteiramente conscientes de sua condição, “antes de tudo”, de “militantes partidários atuantes no movimento sindical”. Dessa maneira, a afirmação da premência política do partido sobre o sindicato significa afirmar que a dupla lealdade, nesse caso, deve estar desenhada de forma que os militantes passem de “sindicalistas petistas” para *petistas sindicalistas*. O partido é substantivo, o sindicato é adjetivo.

Segue-se, então, um roteiro de inserção dos sindicalistas dentro do PT a fim de transformá-los em petistas sindicalistas. Neste momento observa-se, mais uma vez, o papel de destaque da categoria “orgânico”. O desenho efetivo da múltipla lealdade perseguida, com premência do partido, só poderia ser alcançado, segundo o documento, a partir da unidade de ação dos petistas dentro do movimento sindical. Faz sentido, uma vez que se as divergências entre petistas estejam evidentes no âmbito do

³⁸ Idem, *ibidem*.

sindicato significaria que o Partido não funciona como referência política de última instância, ou mesmo que o pertencimento ao Partido não qualifica identidade unificadora. Portanto, a solução aparece conectada à “questão orgânica”, ou seja, a maneira pela qual os sindicalistas estão integrados à vida partidária, às instâncias deliberativas, em que medida, então, no campo das múltiplas lealdades, o termo “petista” funciona como substantivo.

“Orgânico”, aqui, aparece como o oposto de “artificial”, remete a um sentido de naturalidade, algo que ocorre sem grandes esforços ou não precisa de imposição externa. Da mesma maneira como a unidade da classe trabalhadora deveria ser “orgânica”, ou seja, não “imposta” pelo Estado através da artificialidade da lei, a unidade dos petistas no movimentos sindical só poderia ser “orgânica”, construída na convivência partidária e não imposta.

O curioso é que a expressão “orgânico” tem, além do sentido biológico de naturalidade, uma dimensão de funcionalidade. A “questão orgânica” para os petistas, segundo a “Linha Sindical”, é sobre como integrar-se à organização. O roteiro receitado pelo documento a fim de promover esta integração é, não obstante, o fortalecimento das instâncias partidárias como espaços prioritários de construção da unidade entre petistas. “Fortalecer as Secretarias Sindicais como fóruns adequados de discussão dos problemas específicos do movimento sindical”³⁹ é a maneira, portanto, de unificar os petistas “organicamente”, trazendo para a estrutura do Partido a capacidade de coordenação das ações.

Por fim, o documento inscreve o problema da construção da premência da militância partidária sobre a sindical num quadro mais amplo de coordenação de ações, de unificação do Partido em si. Segundo a “Linha”:

O caráter do PT, como partido aberto, de massas, democrático e socialista, pressupõe a existência de diferentes correntes de opinião dentro do Partido. [...] O problema porém, não reside aí.

³⁹ Idem, *ibidem*.

Reside em que coabitam dentro do Partido diferentes correntes ou tendências organizadas, que possuem sua própria força política e sua própria disciplina, grande parte das vezes em contraposição à política adotada democraticamente pelo Partido [...] Algumas tendências dentro do PT constituem partidos dentro do Partido [...] ⁴⁰

Aparentemente, portanto, não são só os sindicalistas que precisam ser transformados em petistas sindicalistas, mas toda a militância abrigada em tendências internas também precisariam ser disciplinadas em ordem do Partido atuar coordenadamente. Já enfatizamos como o quadro de múltiplas lealdades revela, também, um quadro de múltiplas agências. O PT abriga toda uma miríade de atores que se orienta por diferentes identidades, valores, ideias de Partido e projetos de sociedade. Aquilo que chamamos de questão sindical relaciona-se, portanto, àquilo que o próprio Partido entende como “questão orgânica”, que é a capacidade do PT em abrigar essa diversidade sem prejuízo da coordenação das agências em objetivos estratégicos únicos. O que está em jogo é a própria capacidade dirigente do Partido, tanto em relação aos filiados, como em relação ao ambiente que os cerca, fundamentalmente, o movimento sindical.

Contudo, a partir do momento em que reconhecemos a qualidade fracionada da agência petista, ou seja, rechaçamos a ideia de que o Partido é uno e coerente, faz-se imperativo tentar atribuir a agência correta aos próprios redatores de seus documentos. Em outras palavras, a “Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores” tem uma autoria que não pode ser *do* Partido, pois, a partir da lente analítica aqui adotada, o Partido não existe, são vários. O fato deste documento ter sido o resultado do Encontro Nacional Sindical e posteriormente aprovado no 4º Encontro Nacional indica de saída duas coisas. Em primeiro lugar, como estes dois Encontros são espaços de delegados, ou seja, eleitos na

⁴⁰ Idem, *Ibidem*.

base e onde há disputa de opiniões, o texto foi aprovado por maiorias. Em segundo lugar, como o documento foi levado até o 4º Encontro a partir do Encontro Sindical e não sofreu alterações, é possível afirmar que a maioria formada no Encontro Sindical é a mesma, ou posiciona-se da mesma forma, da maioria ampla do Partido. Esta “Linha Sindical”, portanto, expressa uma posição majoritária tanto entre sindicalistas como entre os militantes em geral. É a linha da direção do PT.

Conclusão

Ficou claro que a confusão entre as militâncias sindical e partidária constituiu uma *questão* para o PT no decorrer da década de 1980. Os valores cultivados desde o chão-de-fábrica desembocaram num processo fundacional único, que excluiu os sindicatos enquanto instituições e depositou a condução da fundação na pessoalidade das lideranças. Um caráter “aberto”, avesso a “burocracias” marcou a fundação do PT e seus primeiros anos. Contudo, a necessidade organizativa logo se impôs e a multiplicidade de agências e lealdades foram chamadas à disciplina pela direção partidária. Não sem conflitos, ao contrário, eivado deles, o desfecho desta institucionalização disciplinante não pode ser vaticinado apenas com os documentos aqui analisados. Contudo, e em caráter conclusivo, o descortinar da *questão sindical* do PT lança as bases para a interpretação sobre o problema da relação partido-sindicato nos casos de PT e CUT.

Referências

ALVES DA SILVA, Benedito Marcílio. *Entrevista*. Disponível em: abcdeluta.org.br

CARDOSO, Adalberto. *A Década Neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT. Disponível em: cedoc.cut.org.br

Diário do Grande ABC, São Bernardo do Campo, 16 maio 1978

KECK, Margareth. PT – *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

MENEGOZZO, Carlos Henrique. Bibliografia sobre o PT: balanços e parâmetros para novas abordagens”. *Perseu*. Nº 14, p. 315 – 335.

MENEZES, Gilson. Entrevista. In: OLIVEIRA, Carlindo. *Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais) Volume 1*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

Partido dos Trabalhadores. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: LTr, 2011.

SILVA, Luiz Inácio. Entrevista. In: OLIVEIRA, Carlindo. *Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais) Volume 1*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

VASCONCELOS, João Paulo. Entrevista. Entrevista. In: OLIVEIRA, Carlindo. *Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais) Volume 1*. São Paulo: Cortez Editora, 2015

A greve nacional dos caminhoneiros de maio de 2018 como manifestação da disputa internacional da geopolítica do petróleo

Illyushin Zaak Saraiva¹
Maurício Tavares Pereira²

Entre os dias 22 de abril e 22 de maio de 2018 o governo brasileiro, através da Petrobras, reajustou o preço dos combustíveis 16 (isso mesmo, dezesseis!) vezes, o que serviu como estopim para a explosão de um movimento grevista nacional de largo impacto na economia, como há muitos anos não se via no país. A principal bandeira dos caminhoneiros para justificar o início de uma greve dessas dimensões era a luta pela redução do valor do óleo diesel comercializado no país – essencial ao transporte rodoviário – de forma que seu preço fosse reduzido a R\$2,50 por litro nas bombas dos postos de gasolina, valor cerca de 20% menor do que então cobrado.

Embora advertido previamente por uma entidade representativa da categoria, a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (ABCAM), de que uma paralisação nacional dos

¹Doutorando do Programa de Doutorado em Psicologia Social da Universidad Kennedy (UK). Professor do Instituto Federal Catarinense (IFC) - Campus Luzerna - Departamento de Desenvolvimento Educacional. E-mail: illyushin.saraiva@ifc.edu.br.

²Doutorando do Programa de Doutorado em Psicologia Social da Universidad Kennedy (UK). Professor do Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Alvorada - Departamento de Ensino. E-mail: mauriciotav1@gmail.com.

caminhoneiros estava sendo preparada para iniciar no dia 21 de maio, caso nenhuma medida fosse realizada para compensar as perdas no frete causadas pela alta do diesel, o Governo golpista de Michel Temer simplesmente ignorou o documento enviado pela ABCAM, sem maiores providências.

No dia 21 de maio, uma segunda-feira, a categoria dos caminhoneiros, com cerca de 2 milhões de profissionais (empregados e autônomos) aderiu em massa a esse movimento, que cresceu e se consolidou na terça-feira, alcançando na quarta-feira destaque central nos meios de comunicação, e causando a interrupção de atividades em praticamente todo o país, tendo se tornado dramático na sexta-feira dia 25/05 quando, após o anúncio do presidente golpista Temer em rede nacional de TV de que havia firmado em 24/05 um acordo com *representantes* da categoria, viu-se o acordo ser ignorado pela ampla maioria dos caminhoneiros, que prosseguiram na greve, causando desabastecimento em massa de alimentos, de combustíveis e de medicamentos em amplas regiões do país, provocando até, em alguns casos, fatos trágicos como a morte de pacientes que aguardavam órgãos para transplante.

A negativa da maioria dos caminhoneiros em aceitar a proposta do Governo Federal –*considerada insatisfatória porque a redução oferecida não chegava aos 20% pretendidos e principalmente porque a proposta firmada por Temer se tratava apenas de um desconto temporário com duração de somente 30 dias* – provocou grande agitação na sociedade, evidenciando-se a incapacidade do fraco governo de Michel Temer em dialogar e negociar com movimentos sociais.

Na medida em que houve o agravamento do cenário, outros atores sociais viram oportunidade para ações paralelas, como o caso dos petroleiros, que já no sábado dia 26 de maio resolveram paralisar atividades em quatro refinarias ameaçadas de privatização e, percebendo cenário favorável para intensificar movimentos, decidem chamar uma grande greve nacional de

advertência de 72 horas para a 4ª feira, dia 30, através da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

A esta altura, o apoio popular à greve dos caminhoneiros era perceptível, com milhares de pessoas visitando os grevistas parados nas estradas, levando alimentos e itens de primeira necessidade. Nas redes sociais a greve dos caminhoneiros atinge primeiros lugares em diversos índices de medição, sendo criados grupos e páginas por simpatizantes da luta dos grevistas. Segundo pesquisa divulgada pelo Datafolha em 30 de maio, o apoio era gigantesco: 87% dos brasileiros apoiavam a greve³.

A reação governamental à grande crise instaurada no dia 25 surge a partir do domingo dia 27, com reuniões entre diversas forças políticas do consórcio de suporte ao governo Temer, e uma intensa articulação institucional envolvendo a Presidência da Petrobras e o Ministério das Minas e Energia visando a elaboração de uma nova proposta, além das forças armadas e até mesmo o Tribunal Superior do Trabalho (TST), acionado no dia 28 de maio pela Advocacia Geral da União (AGU) para evitar a greve dos petroleiros com início previsto para o dia 30.

No mesmo dia 27 de maio a Federação Única dos Petroleiros adota a bandeira *Fora Parente*, demandando a saída do então presidente da Petrobras, Pedro Parente, responsável pela implantação da nova política de preços dos combustíveis, baseada na paridade internacional, além do anúncio da venda de quatro refinarias.

Já no dia 29 de maio uma outra entidade representativa dos caminhoneiros, a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) divulgou uma nota em que pedia aos caminhoneiros o fim da greve, avaliando que o movimento grevista havia sido *extraordinário* e informando cinco medidas adotadas em razão da greve, (1) a redução do preço do óleo diesel no valor dos

³ GIELOW, Igor. Apoio à paralização é de 87% dos brasileiros, diz Datafolha. In: Mercado, Folha de São Paulo. 30/05/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/apoio-a-paralisacao-e-de-87-dos-brasileiros-diz-da>> Acesso em 26 ago 2018.

tributos PIS/Cofins e Cide, por 60 dias; (2) o fim da cobrança de pedágio sobre o eixo suspenso em todo o País; (3) um mínimo de 30% dos serviços de frete da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para os caminhoneiros autônomos; (4) a criação de um *piso mínimo* de frete pago aos caminhoneiros reajustado a cada seis meses com base nos custos do óleo e do pedágio e a extinção de todas as ações da União contra a greve.

Ainda assim, até o dia 30 de maio um grande contingente de caminhoneiros não havia voltado ao trabalho, parados em grandes filas pelas estradas do sul e sudeste do Brasil, fazendo com que forças policiais atuassem em dezenas de estados da federação, em alguns casos sendo *necessário* o uso de tropas do exército. Além disso, o TST aumenta no dia 31 de maio a multa imposta à FUP de R\$ 500 mil para R\$ 2 milhões por dia parado, visando impedir a greve nacional dos petroleiros, que desta forma voltam atrás na manutenção da sua paralisação, mas acabam comemorando no dia 1º de junho com a notícia do pedido de demissão de Pedro Parente.

Na medida em que a greve chegava ao seu fim, uma grande variedade de especialistas a serviço dos *mass media* tentava apresentar explicações sobre esse evento grevista de tamanha importância, sempre em conformidade com os interesses das empresas de comunicação e de forma enviesada, na maioria dos casos sem tocar em algumas das suas raízes fundamentais associadas diretamente ao governo golpista, como a nova política de preços de combustíveis imposta por Pedro Parente, a diminuição intencional da produção de óleo diesel pela Petrobras para importar diesel dos Estados Unidos, ou ainda a indicação para o Conselho de Administração da Petrobras de um funcionário com quase 30 anos de carreira na petrolífera anglo-holandesa Shell.

Pior. Para espanto do observador mais atento, alguns integrantes da grande imprensa passam a tentar o impensável: culpar pela greve dos caminhoneiros o Governo Lula e o Governo de Dilma Rousseff, que durante seus 13 de mandato aumentaram o preço dos combustíveis pouco mais que 10 vezes no total, ao

contrário das cerca de 200 vezes em que os preços dos combustíveis foram aumentados em pouco mais que dois anos no governo Temer.

O Jornalista Alexandre Garcia, âncora do Jornal Bom dia Brasil, da Rede Globo de Televisão, provocou grande polêmica ao afirmar categoricamente que a culpa da greve dos caminhoneiros era no final das contas do ex-presidente Lula, por ter oferecido linhas especiais de crédito através das quais mais pessoas puderam comprar caminhões⁴. Na mesma linha, a jornalista Érica Fraga, do Jornal Folha de São Paulo, tentou convencer os leitores que a causa da greve era o tamanho da frota nacional de caminhões, que havia sido *inflada por subsídios do governo Lula*, e teve ociosidade e desemprego após a instauração da crise, como se governos planejassem crises⁵.

A fim de compreender e buscar explicações para a greve dos caminhoneiros de 2018, o presente texto recorre a fontes diversas e a dados socioeconômicos recentes, especialmente relacionados à nova inserção do Brasil no mercado mundial do petróleo nestes dois anos e meio após o contestado impeachment de Dilma Rousseff – como a redução no poder de compra dos brasileiros e um aumento de 8% para 13% na taxa de desemprego durante os dois anos de mandato de Michel Temer (DIEESE, 2018b).

O cenário socioeconômico pós-golpe

Até as *Jornadas de Junho de 2013*, a situação socioeconômica do Brasil passava por uma década de ouro. Basicamente

⁴ BOM DIA BRASIL. Bom dia Brasil: IBPT calculou prejuízos com a greve de R\$ 26 bilhões, Alexandre Garcia. 28/05/2018.

Vídeo entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AA2pI_aDLIg> Acesso em 26 ago 2018.

⁵ FRAGA, Érica. Recessão fez despencar número de viagens de caminhão. In: Folha de São Paulo. 03/06/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/recessao-fez-despencar-numero-de-viagens-de-caminhao.shtml>> Acesso em 26 ago 2018.

estimulado pelo aumento constante do salário mínimo (saltou de US\$86,00 em 2002 para US\$300 em 2013) e pelas políticas de renda mínima (especialmente o programa Brasil sem Miséria, que retirou 22 milhões de pessoas da extrema pobreza entre 2002 e 2013), o aumento sem precedentes no poder de compra da maioria da população dinamizou o mercado interno, enquanto que um cenário externo favorável associado a exportações de commodities para a China trouxe um elevado saldo para a balança comercial brasileira, o que explica o crescimento no PIB brasileiro de R\$1,32 trilhão em 2002 para R\$4,84 trilhões em 2013.

Os reflexos mais incisivos da crise financeira internacional que atingiram o Brasil em 2014 foram potencializados, a partir da posse do segundo mandato de Dilma Rousseff, através da chamada pauta bomba instaurada pelo novo presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Eduardo Cunha, primo de Aécio Neves, candidato derrotado por Dilma.

Mas nada se compara ao período posterior ao impeachment *sem crime de responsabilidade* de Dilma, com a posse do interino golpista Michel Temer e a instauração do seu *Programa de Governo* intitulado Ponte para o Futuro.

Fato essencial na compreensão de quaisquer fenômenos políticos ou sociais pós 2016, o novo governo instalado com a posse do vice-presidente golpista Michel Temer provocou num período de 2 anos um verdadeiro ataque a direitos sociais historicamente consolidados⁶ mas, principalmente, uma tentativa de recuar tragicamente na viabilização dos investimentos gigantescos realizados entre 2003 e 2014 em áreas como saúde e educação principalmente⁷.

⁶ GUIMARÃES, José. Reforma trabalhista de Temer atenta contra os direitos dos trabalhadores. 2017. In: Blog do Noblat. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2017/04/reforma-trabalhista-de-temer-atenta-contra-os-direitos-dos-trabalhadores.html>>. Acesso em 06 jun 2018.

⁷ OESP – O Estado de São Paulo. Gastos do Governo Federal com Saúde e Educação Caem 3,1% em 2017. 06/02/2018. In: Economia & Negócios.

Os dados disponíveis em 2018 acerca do retorno galopante da miséria no Brasil mostram que em 2014, momento em que a miséria atingiu o menor indicador após mais de uma década de redução, a pobreza no Brasil havia sido reduzida para apenas 7,4% da população, ou cerca de 15 milhões de Pessoas, enquanto que a pobreza extrema foi diminuída para somente 2,8% das pessoas, o que significa aproximadamente 5,6 milhões de cidadãos.

Para espanto geral, o ano de 2017 terminou com o crescimento dos 7,4% de pobres de 2014 para mais que 10% de pobres com cômputo da população em 2017, cerca de 20 milhões de indivíduos, e um crescimento de 2,8% de extremamente pobres em 2014 para 4,4% de extremamente pobres em 2017, cerca de 9 milhões de pessoas⁸.

Embora a grave recessão econômica por que passou o Brasil a partir de 2015 tenha sua contribuição nesse cenário de piora, algumas medidas governamentais do golpista Michel Temer alimentaram a recessão, com destaque para o corte injustificado de benefícios de 1,1 milhão de beneficiários do programa Bolsa Família no mês de novembro de 2016, além do congelamento totalmente injustificado dos valores deste benefício no ano de 2017, ao contrário do que recomenda o Banco Mundial, órgão que aponta para a ampliação do programa⁹.

No que diz respeito aos empregos, de junho de 2015 a junho de 2018, o número de desempregados no Brasil aumentou em 3,3 milhões desempregados a mais, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE.

A nova política de preços da Petrobras

Disponível em <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,gastos-do-governo-federal-com-saude-e-educacao-caem-3-1-em-2017,70002179425>>. Acesso em 06 jun 2018..

⁸ CARNEIRO, Ricardo. A crise econômica, o legado de Temer e a eleição. In: Carta Capital, n. 987. 26/01/2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/987/a-crise-o-legado-de-temer-e-a-eleicao>> Acesso em 26 ago 2018.

⁹ CARNEIRO. A crise econômica, o legado de Temer e a eleição. 2018.

Com efeito, também a nova gestão da Petrobras – maior empresa brasileira – passa a adotar várias medidas voltadas a satisfazer interesses estrangeiros¹⁰.

Desde junho de 2016, o novo presidente da Petrobras Pedro Parente, que foi ministro das Minas e Energia no Governo de FHC, imprimiu uma nova política para a definição dos preços de derivados de petróleo no Brasil, adotando a paridade internacional.

Com esta política, a Petrobras passou a praticar nas refinarias os mesmos preços dos derivados no mercado internacional. Isso significa que os donos dos postos de gasolina pagavam preços extremamente voláteis pelo combustível a ser vendido no varejo, variações estas que provocam variações no preço cobrado dos automóveis de passeio ao abastecer.

A partir de outubro de 2016, os preços começaram a sofrer variações mais frequentes e, a partir de julho de 2017, as correções passaram a ser diárias. Como 80% do transporte de carga no comércio interno do Brasil é feito pelo modal rodoviário, isso significa que os caminhoneiros a levar fretes para longos trajetos de 4 ou 5 dias, comuns no Brasil, ao calcularem o frete no dia da saída do caminhão, muitas vezes chegavam no destino com um custo muito mais elevado que o combinado, e uma perda real em seus ganhos, algumas vezes inviabilizando o negócio e a subsistência da profissão dos caminhoneiros.

A paridade internacional de preços veio acompanhada de outras duas decisões, que compõem o quadro da mudança na gestão da Petrobras.

A primeira delas foi a redução gradual da produção de diesel e outros derivados nas refinarias próprias da empresa. Em fins de

¹⁰ DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A escalada do preço dos combustíveis e as recentes escolhas da política do setor de petróleo. Nota Técnica Número 194. 26 de maio de 2018. D

isponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec194PrecosCombustiveis.html>> Acesso em 30 mai 2018.

maio de 2018 a produção de óleo diesel estava intencionalmente reduzida a apenas 68% da capacidade nominal, obrigando a Petrobras a comprar o mesmo diesel - que poderia produzir no Brasil - dos Estados Unidos, a um custo quase 100% maior, além das dificuldades logísticas relacionadas à importação.

A segunda das medidas da Petrobras, elaborada também de forma injustificada segundo o viés do interesse nacional, tendo em vista o histórico de crescimento vertiginoso da companhia entre 2003 e 2013, foi o anúncio da venda de quatro refinarias e duas fábricas de fertilizantes no Brasil, a refinaria *Rlam* (BA), a refinaria *Abreu e Lima* (PE), a refinaria *Repar* (PR), a refinaria *Refap* (RS), fábrica de fertilizantes *Araucária Nitrogenados* (PR) e a fábrica de fertilizantes *Fafen* Bahia¹¹.

Essas medidas abrem espaço para o aumento da participação de empresas privadas no setor e a entrada de capital estrangeiro.

Efeitos da adoção da paridade internacional do preço do diesel pela Petrobras

A adoção da paridade pela Petrobras foi justificada pela gestão Pedro Parente em outubro de 2016, sob o argumento de que a decisão levou em conta o crescente volume de importações naquele momento, o que reduziria a participação da Petrobras, e também a sazonalidade do mercado mundial de petróleo, sendo que o aumento das compras externas vinha sendo observado especialmente no caso do diesel, onde a entrada de produtos já respondia por 14% da demanda total do Brasil¹², omitindo contudo o fato de que a empresa poderia produzir 100% da demanda

¹¹ FUP - Federação Única dos Petroleiros. Petroleiros vão à greve para baixar preços do gás de cozinha e dos combustíveis. 26/05/2018. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/22733-petroleiros-vao-a-greve-para-baixar-precos-do-gas-de-cozinha-e-dos-combustiveis>> Acesso em 26 ago 2018

¹² PETROBRAS. Adotamos nova política de preços de diesel e gasolina. In: Fatos e Dados. 14/10/2016. Disponível em: <www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/adotamos-nova-politica-de-precos-de-diesel-e-gasolina.htm> Acesso em 26 out 2016.

Na prática, a paridade, que necessariamente é usada pelas petroleiras de todo o mundo, incluindo a Petrobrás, para suas exportações de óleo e combustíveis aos mercados externos, passou a ser usada pela Petrobras também para a venda dos combustíveis no próprio mercado brasileiro¹³, ou seja, o petróleo extraído no Brasil e refinado em usinas brasileiras, passa a ser vendido aos consumidores brasileiros pelo preço praticado em outros países, e a única justificativa plausível para tal medida foi a importação de 14% do diesel vendido no mercado Brasileiro, o que poderia ser evitado com a utilização da capacidade total das refinarias.

Em junho de 2017 Pedro Parente afirmou em entrevista que a política de preços publicada em outubro de 2016 dizia que os preços seriam revistos ao menos uma vez por mês, não estabelecendo que seria *apenas* uma vez por mês, e que como a diretoria estava em processo de aprendizado, concluiu-se que a periodicidade não lidava adequadamente com a volatilidade, uma vez que no meio do mês a margem sobre as vendas do diesel subiria, para depois cair, e que nesse sentido a diretoria estava buscando estabelecer uma nova periodicidade¹⁴.

Na prática, estava-se estabelecendo uma política de aumentos quase diários do valor dos combustíveis, exatamente o que veio a ser o estopim para a greve de maio de 2018.

Entre as principais consequências dessa política para os trabalhadores e para a indústria brasileira de petróleo é que passaram a ser praticados preços muito mais altos, o que viabilizou a importação de diesel por concorrentes da Petrobras¹⁵.

¹³ AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. Editorial: Política de preços de Temer e Parente é "America First!". 12/12/2017. Disponível em: <www.aepet.org.br/w3/index.php/artigos/noticias-em-destaque/item/1125-editorial-politica-de-precos-de-temer-e-parente-e-america-first> Acesso em 26 ago 2018.

¹⁴ RAMALHO, André. Petrobras: Falta de reajuste no gás por 7 anos trouxe insegurança. In: Valor Econômico. 07/06/2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/imprimir/noticia/4995966>> Acesso em 26 ago 2018.

¹⁵ AEPET, Editorial: Política de preços de Temer e Parente é "America First!". 2017.

Com esta política a Petrobras perdeu em um rapidíssimo espaço de tempo uma fatia importante do mercado, e a ociosidade das refinarias construídas com um investimento público de milhões de reais chegou a mais de um quarto da capacidade instalada, sendo que as exportações de petróleo cru dispararam, enquanto a importação de derivados bateu recordes.

O óleo diesel importado dos EUA, que em 2015 respondia por 41% do total importado, em 2017 chegou a 82% do total de óleo diesel importado desnecessariamente pelo Brasil¹⁶. Desta forma, ganharam os produtores de diesel norte-americanos, os importadores e distribuidores de capital privado no Brasil, e perderam os consumidores brasileiros, a Petrobras, a União e os estados federados com os impactos recessivos e na arrecadação, além da indústria de transporte, composta de grandes empresas e milhões de caminhoneiros.

Efeitos da importação desnecessária de diesel pela Petrobras

Com a nova política acima explicitada, o Brasil passou a comprar no mercado internacional um bem que poderia produzir internamente, conforme se verá a seguir.

A produção de petróleo no Brasil em abril de 2018, foi de 2,6 milhões de barris/dia, e neste mesmo mês, as refinarias da Petrobras processaram 1,6 milhão de barris/dia.

O consumo interno de derivados em abril de 2018 ficou em 2,2 milhões de barris/dia.

Assim, mesmo produzindo 400 mil barris de petróleo a mais do que o necessário para atender ao consumo nacional, o país importou cerca de 600 mil barris de derivados/dia (basicamente, Diesel dos Estados Unidos)¹⁷.

¹⁶ AEPET, Editorial: Política de preços de Temer e Parenté é "America First!". 2017.

¹⁷ DIEESE, A escalada do preço dos combustíveis.2018.

Assim a Petrobras aumentou a exportação de petróleo cru e, ao mesmo tempo, reduziu a utilização de suas refinarias a partir da importação de Diesel estrangeiro.

Efeitos da importação desnecessária de diesel pela Petrobras

Dados da Agência Nacional do Petróleo dão conta de que as refinarias da Petrobras possuem capacidade de refinar 2,4 milhões de barris/dia¹⁸, mas estão utilizando apenas 68% dessa capacidade e que, além disso, parte dessa imensa produção de derivados de petróleo passou a ser direcionada para atender ao mercado externo¹⁹.

Em sentido contrário, segundo a ANP, em maio de 2018 existiam 392 empresas autorizadas a realizar importações de derivados no país e o mais chocante é que dessas empresas, 129 (33%) foram cadastradas depois de 2016, com a mudança de gestão da Petrobras a partir da instalação do governo golpista. É como se houvesse um plano de atender aos interesses externos, e não aos interesses do próprio país²⁰.

Desta forma, o trabalhador, consumidor final, tem grande impacto no custo de vida, em tempo de adversidade, com a queda da massa de salários e o aumento do desemprego.

E se o Brasil tem grandes reservas e consegue extrair mais barris que o total do consumo nacional, por que o petróleo tem que ser vendido a um preço tão mais alto que o custo de produção?

¹⁸ ODDONE, Decio. O Refino no Brasil: Cenário atual, oportunidades e ações para a criação de um mercado aberto, dinâmico e competitivo. 19/04/2018. Disponível em: <www.anp.gov.br/images/Palestras/DecioOddone_19-04-2018-FGV.pdf> Acesso em 26 ago 2018.

¹⁹ REDE BRASIL ATUAL. Refinarias da Petrobras funcionam com 68% da capacidade. 28/05/2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2018/05/refinarias-da-petrobras-funcionam-com-68-da-capacidade-1>> Acesso em 26 ago 2018.

²⁰ DIEESE, A escalada do preço dos combustíveis. 2018.

Os erros do Governo Temer na negociação com os caminhoneiros

A explosão de uma greve de grandes proporções como a de maio de 2018, envolvendo uma categoria relativamente desorganizada como a dos caminhoneiros não se justifica apenas pelo cenário socioeconômico favorável à greve, que foi montado ao longo dos dois anos de governo golpista e suas diversas conseqüências na renda da classe trabalhadora descritas acima.

Há que se levar em consideração os diversos erros cometidos pelo governo golpista antes e durante a greve, alguns dos quais foram determinantes para os acontecimentos²¹.

Primeiramente, é preciso se lembrar que o governo foi notificado pela Abcam de uma grande paralisação dos caminhoneiros, mas foi incapaz de prever que o protesto ganharia tanta força. A Agência Brasileira de Inteligência – Abin, que assessora o presidente, não foi capaz de prospectar cenários acerca da situação.

Outro fator vital para o crescimento e deflagração da situação de greve foi reação do governo, extremamente lenta, só entrando na negociação no terceiro dia da greve, com o movimento já tendo parado milhares de caminhoneiros em centenas de rodovias pelo país.

Quando o governo entrou na negociação, a partir da 4ª feira dia 23, apareceu então toda a falta de experiência do alto escalão golpista na lida e no entendimento com os movimentos sociais. Houve concordância do governo com os termos de um acordo, porém sem o prévio retorno dos caminhoneiros ao trabalho, um erro crasso, já que o governo cedeu às demandas dos

²¹ TAKAR, Téo. Veja os sete erros do governo na negociação com os caminhoneiros. In: UOL Economia. 29/05/2018.

Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/05/29/governo-comete-erros-greve-caminhoneiros.htm>> Acesso em 26 ago 2018..

caminhoneiros sem que eles tivessem cedido uma vírgula nas suas posições.

Além disso, outro erro de grandes proporções foi a negociação dos representantes do governo golpista com algumas entidades sem qualquer representatividade entre os caminhoneiros, o que provocou de imediato a falta de legitimidade dos termos firmados, que não foram reconhecidos pela grande maioria dos grevistas.

Na mesma direção, os homens governo não cobraram do movimento grevista a liberação das estradas, e as medidas firmadas por Temer foram publicadas no DOU na 6ª feira dia 25 sem a necessidade de qualquer contrapartida, quando o usual na política patronal é que primeiro os grevistas voltassem ao trabalho para então o governo publicar as portarias e medidas acordadas.

Outro agravante foi que as soluções adotadas pelo governo para diminuir o custo do transporte só atingiram caminhoneiros, gerando ciúmes e aversão ao governo em outros setores de trabalhadores autônomos do transporte, como taxistas, motoboys, vans escolares, etc.

Finalmente, o fato é que o governo agiu de forma desorganizada, com várias reuniões desencontradas, declarações diferentes no mesmo dia. Irritou os clientes, os caminhoneiros, e desvalorizou a Petrobras em R\$126 bilhões até o fim da greve²².

Conquistas dos caminhoneiros

A greve dos caminhoneiros de maio de 2018 entra para a história como um dos maiores movimentos reivindicatórios das últimas décadas. Segundo o IBPT, a greve que durou 10 dias trouxe

²² G1. Bovespa fecha em alta mesmo com queda de quase 15% das ações da Petrobras após saída de Parente. In: G1. 01/06/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/bovespa-em-162018.ghtml>>. Acesso em 26 ago 2018.

um prejuízo de R\$26 bilhões²³ para a economia, e uma perda de arrecadação de impostos de R\$3,9 bilhões, demonstrando ao capital o imenso poder da categoria dos caminhoneiros em interromper a atividade produtiva em quase todo o território nacional, devido à importância do modal rodoviário nos transportes e na produção no Brasil.

Além disso – embora com um conteúdo econômico pequeno – houveram diversas conquistas paliativas relacionadas à redução de tributos sobre o diesel e à maior estabilidade dos preços, além do fim da cobrança de pedágio sobre o chamado eixo suspenso, do estabelecimento do mínimo de 30% dos serviços de frete da Conab para os caminhoneiros autônomos e da criação do *piso mínimo* de frete pago aos caminhoneiros, reajustado a cada seis meses com base nos custos do óleo e do pedágio.

Mais importante para a história do país, contudo, foi o peso do movimento nacional dos caminhoneiros na mudança, ainda que pequena, da tentativa de privatização e da política de preços antinacional sobre a Petrobras pela gestão de Pedro Parente (PSDB), que por coincidência foi Ministro das Minas e Energia durante o chamado apagão elétrico no Governo FHC e, finalmente, a demissão do próprio Pedro Parente da Petrobras²⁴, além de demonstrar a incapacidade do governo golpista (não tem preço!).

Em termos de organização sindical, ainda não é prudente falar em crescimento da organicidade dos caminhoneiros enquanto categoria, nem de maior consciência de classe dos caminhoneiros, mas é inegável que a greve de maio de 2018 permitiu um grande

²³ AMARAL, Gilberto Luiz do; YAZBEK, Cristiano Lisboa; OLENIKE, João Eloi; AMARAL, Leticia Mary Fernandes. Reflexos da Greve dos Caminhoneiros na Arrecadação Tributária. Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Disponível em: <https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/21658/1527705389Estudo_Greve_Caminhoneiros.pdf>. Acesso em 16 ago 2018.

²⁴ ALVARENGA, Darlan. Pedro Parente pede demissão da presidência da Petrobras; relembre trajetória. In: G1, 01/06/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/pedro-parente-pede-demissao-da-presidencia-petrobras.ghtml>>. Acesso em 26 ago 2018.

aprendizado a diversos dos envolvidos na greve, não apenas os próprios caminhoneiros.

Na medida em que a luta político-sindical é feita de experiências de uma categoria com um patrão, com um determinado governo, com um partido político ou com uma instituição, a experiência de um trabalhador grevista com o exército obrigando a volta ao trabalho, ou com a polícia e com os capatazes de sua fábrica a impedir um piquete, ou ainda com os patrões a lhe punir cortando o ponto ou demitindo seus companheiros, e de outro lado com as direções dos seus sindicatos e com seus companheiros ensinando a ele como lutar, isto proporciona um grande aprendizado na prática.

O caminhoneiro que foi mostrado pela *Mass Media* como favorável à intervenção militar²⁵, acaba na dinâmica da greve aprendendo a não confiar no exército ou na polícia em situação alguma ao ver essas forças oprimindo sem diálogo o movimento grevista²⁶, e acaba aprendendo a não confiar de forma algum num governo golpista como o de Michel Temer ao vê-lo usar seu poder para parar o movimento grevista à força, depois de um longo período de arrocho causado pelo próprio governo, diminuindo a renda e dificultando as condições de vida dos trabalhadores em geral.

Algumas considerações

Este texto tinha como objetivo construir quadro explicativo simplificado do movimento grevista de maio de 2018 à luz das

²⁵ ISTO É. Em grupos no WhatsApp, caminhoneiros pedem intervenção militar. In: Istoé, Brasil, 28/05/2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/em-grupos-do-whatsapp-caminhoneiros-pedem-intervencao-militar/>> Acesso em 26 ago 2018.

²⁶ DIÁRIO CAUSA OPERÁRIA. A greve dos caminhoneiros não fortaleceu o golpe militar, enfraqueceu-o. In: Diário Causa Operária, 03/06/2018.

Disponível em: <<https://www.causaoperaria.org.br/a-greve-dos-caminhoneiros-nao-fortaleceu-o-golpe-militar-enfraqueceu-o/>> Acesso em 26 ago 2018.

decisões políticas da nova gestão da Petrobras pós-impeachment, como a adoção da paridade internacional a partir de 2017.

Foram analisados aspectos relacionados às novas condições socioeconômicas do governo golpista, como a tentativa de diminuir o tamanho do mercado interno, seja pela redução do poder de compra do salário mínimo e do aumento do desemprego, seja pelo corte de mais de um milhão de beneficiários do Programa Brasil Sem Miséria (Bolsa Família).

Também foram demonstrados os interesses por trás da nova política de preços da Petrobras, sob a direção do tucano Pedro Parente, que passou a manter refinarias de petróleo de bilhões de reais paradas e sem produzir diesel, apenas para comprar o diesel mais caro vindo dos Estados Unidos, além de passar a cobrar dos consumidores brasileiros pelo diesel produzido no Brasil o mesmo preço cobrado pelo diesel no mercado internacional, muito mais caro.

Como se viu, apesar de várias afirmativas das *Mass Media* emitidas a partir de maio e junho de 2018, de que a responsabilidade pela greve dos caminhoneiros de 2018 foi dos Governos Lula e Dilma, a análise demonstra a falácia aí contida.

Assim, considera-se que a greve pode ser explicada basicamente por 2 razões imediatas:

(1ª) a redução do poder aquisitivo dos caminhoneiros durante os últimos 3 anos, juntamente com o de toda a classe trabalhadora;

(2ª) a nova política de preços da Petrobras implantada por Pedro Parente, com a paridade internacional do valor dos derivados e flutuação diária dos preços.

Além disso, apesar de ter havido em meio à imensidade do movimento grevista de maio de 2018 algumas poucas manifestações de apreço pela intervenção militar, considera-se falacioso afirmar, como fez a *Mass Media*, que a greve dos caminhoneiros fortaleceu um golpe militar no Brasil, na medida em que os caminhoneiros sentiram o peso do próprio exército a

obrigá-los a voltar ao trabalho, seguindo o comando do governo golpista.

Finalmente, espera-se que este modesto texto contribua com as análises e investigações sobre a Greve dos caminhoneiros de 2018 e outros movimentos laborais contemporâneos, e sugere-se à pesquisa a realização de *surveys* e outras iniciativas de coleta de dados das condições estruturais e da opinião dos caminhoneiros no nível nacional, que permitam fundamentar futuras análises.

Referências

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobras. Editorial: Política de preços de Temer e Parente é "America First!". 12/12/2017. Disponível em: <www.aepet.org.br/w3/index.php/artigos/noticias-em-destaque/item/1125-editorial-politica-de-precos-de-temer-e-parente-e-america-first> Acesso em 26 ago 2018.

AEPET, Editorial: Política de preços de Temer e Parente é "America First!". 2017.

ALVARENGA, Darlan. Pedro Parente pede demissão da presidência da Petrobras; relembre trajetória. In: G1, 01/06/2018.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/pedro-parente-pede-demissao-da-presidencia-petrobras.ghtml>>. Acesso em 26 ago 2018.

AMARAL, Gilberto Luiz do; YAZBEK, Cristiano Lisboa; OLENIKE, João Eloi; AMARAL, Letícia Mary Fernandes. Reflexos da Greve dos Caminhoneiros na Arrecadação Tributária. Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Disponível em: <https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/21658/1527705389Estudo_Greve_Caminhoneiros.pdf>. Acesso em 16 ago 2018.

BOM DIA BRASIL. Bom dia Brasil: IBPT calculou prejuízos com a greve de R\$ 26 bilhões, Alexandre Garcia. 28/05/2018. Vídeo entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AA2pL_aDLIg> Acesso em 26 ago 2018.

CARNEIRO, Ricardo. A crise econômica, o legado de Temer e a eleição. In: Carta Capital, n. 987. 26/01/2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br>>

com.br/revista/987/a-cri-se-o-legado-de-temer-e-a-eleicao> Acesso em 26 ago 2018.

DIÁRIO CAUSA OPERÁRIA. A greve dos caminhoneiros não fortaleceu o golpe militar, enfraqueceu-o. In: Diário Causa Operária, 03/06/2018. Disponível em: <<https://www.causaoperaria.org.br/a-greve-dos-caminhoneiros-nao-fortaleceu-o-golpe-militar-enfraqueceu-o/>> Acesso em 26 ago 2018.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A escalada do preço dos combustíveis e as recentes escolhas da política do setor de petróleo. Nota Técnica Número 194. 26 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec194PrecosCombustiveis.html>> Acesso em 30 mai 2018.

FRAGA, Érica. Recessão fez despencar número de viagens de caminhão. In: Folha de São Paulo. 03/06/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/recessao-fez-despencar-numero-de-viagens-de-caminhao.shtml>> Acesso em 26 ago 2018.

FUP - Federação Única dos Petroleiros. Petroleiros vão à greve para baixar preços do gás de cozinha e dos combustíveis. 26/05/2018. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/22733-petroleiros-vao-a-greve-para-baixar-precos-do-gas-de-cozinha-e-dos-combustiveis>> Acesso em 26 ago 2018.

G1. Bovespa fecha em alta mesmo com queda de quase 15% das ações da Petrobras após saída de Parente. In: G1. 01/06/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/bovespa-em-162018.ghtml>>. Acesso em 26 ago 2018.

GIELOW, Igor. Apoio à paralização é de 87% dos brasileiros, diz Datafolha. In: Mercado, Folha de São Paulo. 30/05/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/apoio-a-paralisacao-e-de-87-dos-brasileiros-diz-da>> Acesso em 26 ago 2018.

GUIMARÃES, José. Reforma trabalhista de Temer atenta contra os direitos dos trabalhadores. 2017. In: Blog do Noblat. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2017/04/reforma-trabalhista-de-temer-atenta-contra-os-direitos-dos-trabalhadores.html>>. Acesso em 06 jun 2018.

ISTO É. Em grupos no WhatsApp, caminhoneiros pedem intervenção militar. In: Istoé, Brasil, 28/05/2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/em-grupos-do-whatsapp-caminhoneiros-pedem-intervencao-militar/>> Acesso em 26 ago 2018.

ODDONE, Decio. O Refino no Brasil: Cenário atual, oportunidades e ações para a criação de um mercado aberto, dinâmico e competitivo. 19/04/2018. Disponível em: <www.anp.gov.br/images/Palestras/DecioOddone_19-04-2018-FGV.pdf> Acesso em 26 ago 2018.

OESP – O Estado de São Paulo. Gastos do Governo Federal com Saúde e Educação Caem 3,1% em 2017. 06/02/2018. In: Economia & Negócios. Disponível em <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,gastos-do-governo-federal-com-saude-e-educacao-caem-3-1-em-2017,70002179425>>. Acesso em 06 jun 2018.

PETROBRAS. Adotamos nova política de preços de diesel e gasolina. In: Fatos e Dados. 14/10/2016. Disponível em: <www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/adotamos-nova-politica-de-precos-de-diesel-e-gasolina.htm> Acesso em 26 out 2016.

RAMALHO, André. Petrobras: Falta de reajuste no gás por 7 anos trouxe insegurança. In: Valor Econômico. 07/06/2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/imprimir/noticia/4995966>> Acesso em 26 ago 2018.

REDE BRASIL ATUAL. Refinarias da Petrobras funcionam com 68% da capacidade. 28/05/2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2018/05/refinarias-da-petrobras-funcionam-com-68-da-capacidade-1>> Acesso em 26 ago 2018.

TAKAR, Téo. Veja os sete erros do governo na negociação com os caminhoneiros. In: UOL Economia. 29/05/2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/05/29/governo-comete-erros-greve-caminhoneiros.htm>> Acesso em 26 ago 2018.

Não tem arrego: uma análise da greve dos garis do Rio de Janeiro

Simone Kawakami Gonçalves Costa¹

Os movimentos deflagrados pelos trabalhadores durante os períodos que englobam os governos do PT, em especial os mandatos de Dilma Rousseff, foram marcados por rupturas de paradigmas até então vigentes. Dentre esses se podem ressaltar o deslocamento das greves e mobilizações que outrora encontravam seu epicentro nos setores de servidores públicos, como os trabalhadores das universidades, bancários, funcionários do judiciário, entre outros ramos estatais, para trabalhadores que realizavam trabalhos considerados mais precários. A greve dos garis do Rio de Janeiro de 2014 se insere nesse contexto, e é um reflexo também das jornadas de junho de 2013, trazendo para o movimento dos trabalhadores nacional um novo tipo de ativismo político.

Vários fatores tornaram a greve dos garis um fato emblemático em escala nacional dos movimentos de trabalhadores na história recente. Primeiro por se tratar de uma *greve selvagem*, utilizando o termo proveniente dos conceitos jurídicos para designar as greves impostas pela base às direções sindicais, muitas vezes em oposição àquelas, e que recorrentemente rompem com dinâmica pacífica das campanhas salariais tradicionalmente

¹ Doutoranda em Economia Política Internacional pela UFRJ. E-mail: simone.costa@pepi.ie.ufrj.br.

deflagradas em meio aos períodos estabelecidos pelos acordos de data-base. Também por ter como protagonistas os garis, que compõem um setor fundamental para o funcionamento da turística cidade do Rio de Janeiro, mas que realizam suas funções em meio à precariedade das condições de trabalho, muito embora sejam funcionários públicos contratados mediante concursos pela Comlurb. As dimensões raciais e de gênero também foram elementos distintivos da greve dos garis, já que se trata de uma categoria majoritariamente composta por negros e com uma presença significativa de mulheres. Por fim, assumiu grande relevância o amplo apoio popular conquistado pelos garis durante a sua greve, expressado não apenas por outras categorias de trabalhadores, como também por parte da população da cidade, mesmo nos bairros de classe média e alta, que foram diretamente afetados pela interrupção da coleta de lixo durante a greve de 8 dias ocorrida em fevereiro de 2014, e inclusive nacionalmente com a expansão para além dos limites da cidade do Rio de Janeiro da palavra de ordem “não tem arrego”.

Nesse artigo buscamos oferecer uma análise que relacione as distintas dimensões acima citadas, presentes na greve dos garis do Rio de Janeiro. Para tal, relacionamos categorias teóricas pertinentes para uma abordagem crítica da relação entre direção sindical e base, debatendo ainda a caracterização da conjuntura política nacional. Também é parte da presente investigação como a experiência da greve foi apreendida pela percepção de alguns de seus protagonistas.

A “ampliação” do Estado e a greve dos garis

O teórico marxista italiano Antonio Gramsci legou um arcabouço conceitual útil para a reflexão sobre o papel da burocracia sindical como elemento de pacificação das lutas dos trabalhadores. De acordo com Gramsci a fórmula a significação do

Estado sob o capitalismo se dá mediante a combinação entre ditadura e hegemonia.² Nesse sentido, Gramsci caracteriza que:

O único caminho para buscar a origem da decadência dos regimes parlamentares é (...) investigar na sociedade civil; e certamente que nesse caminho não se pode deixar de estudar o fenômeno sindical; (...) aquele típico por excelência, ou seja dos elementos sociais de nova formação, que anteriormente não tinham “vela nesse enterro” e que pelo fato só de unir-se modificam a estrutura política da sociedade³.

Com essa afirmação Gramsci buscava entender o processo através do qual o desenvolvimento das organizações dos trabalhadores, e dentre elas os sindicatos, representavam um desafio político para a dominação da classe capitalista, mas como contraditoriamente esse mesmo desenvolvimento terminava integrando essas organizações como parte dos regimes de dominação da própria burguesia. Isso se operava mediante o “fetichismo sindical ou economicista”, que semeava o embrião da decadência dos sindicatos e a proliferação da burocracia sindical.

Essa reflexão encontra um paralelo de significativa importância nas elaborações sobre os sindicatos feitas por Trotski, quando assinala que:

.na época atual os sindicatos não podem ser simples órgãos democráticos como na época do capitalismo de livre-concorrência e já não podem permanecer por muito tempo politicamente neutros, ou seja, limitando-se à defesa dos interesses cotidianos da classe trabalhadora. Não podem ser por muito tempo mais anarquistas, isto é, ignorar as influências decisivas do Estado na vida do povo e das classes⁴.

² GRAMSCI, Antonio. “Pasado y presente. Política y arte militar”. Cuadernos de la cárcel, Tomo 3, ob.cit. p.112.

³ Idem.

⁴ TROTSKI, Leon. Los sindicatos na época de decadencia imperialista. Los sindicatos y las tareas de los revolucionários. In: Ceip Leon Trotsky. Buenos Aires. Disponível em (<http://www.ceip.org.ar/Los-sindicatos-y-las-tareas-de-los-revolucionarios>). Acesso em 27/08/2018

A decorrência desse processo é traduzida em outras palavras por:

Tanto a modificação da estrutura política da sociedade assinalada por Gramsci que implica o desenvolvimento em grande escala das organizações do movimento operário, assim como a ‘influência decisiva do Estado na vida do povo e das classes’ da qual fala Trotski, coloca uma mesma questão que se converte em central para a compreensão da época imperialista: a estatização/burocratização das organizações do movimento operário como resposta à expansão sem precedentes da mesma⁵.

Dessa forma, o processo através do qual o capitalismo abandona seu momento predecessor de acumulação em base à livre concorrência, e passa a assumir uma composição monopólica a partir da concentração superior dos ramos de produção que criam os trustes, e da conseqüente elevação da competição interestatal, o efeito que isso trará para as organizações sindicais é por um lado a proliferação dos sindicatos e elevação numérica de sua base, marcada pela contradição de sua adaptação de suas lutas aos limites impostos pelo Estado. Assim, a burocracia sindical passa a ser um elemento fundamental para a sustentação da ordem capitalista, ou termos gramscianos sendo agentes da construção do *consenso* sobre o qual se assenta essa mesma ordem, gerada pela ampliação do Estado. Assim:

Em termos políticos a “ampliação” do Estado para a “sociedade civil” é em grande parte a resposta a esses processos, que entre outras coisas tornam totalmente insuficientes os métodos do parlamentarismo propriamente dito como instrumento para sustentar a hegemonia burguesa. Como sugere Frosini em sua interpretação de Gramsci, a burguesia avança contra a separação entre sociedade civil e Estado de direito na busca pela sua hegemonia: “não se limita a buscar o consenso a partir do

⁵ ALBAMONTE, Emilio. MAIELLO, Matias. *Estrategia socialista y arte militar*. Buenos Aires. Ed. Ceip. 2018. P.528

exterior, de forma esporádica, mas o organiza, educando-o com as associações políticas e sindicais, que no entanto são organismos privados, deixados à iniciativa da classe dirigente”⁶.

Assim, o papel da burocracia sindical lança mão de métodos coercitivos, como a atuação dos assim nomeados “bate-paus” como são conhecidos os seguranças que atuam muitas vezes contra a base do próprio sindicato, como também argumentos legais para inviabilizar greves e mobilizações que possam lhe escapar do controle. A proliferação da burocracia sindical, que de fato se conforma como peça chave da organização do consenso do Estado capitalista como um processo que se generaliza na segunda metade do século XX, e se aprofunda ainda mais como efeito da ofensiva neoliberal a partir da década de 1980, se constitui como um recurso político importante para breçar o processo através do qual a *classe em si* pode se transformar *em classe para si*.

Tomada dessa perspectiva, a greve dos garis do Rio de Janeiro ao tomarem para si os rumos da sua luta e a imporem à direção sindical, juntamente com novos métodos de organização, demonstraram em pequeno a importância da reversão dos métodos que permitem que a burocracia sindical organize o consenso do Estado capitalista em benefício daqueles. Nisso reside a importância de retomar essa experiência há 4 anos de sua eclosão.

A tomada das ruas: o significado de junho de 2013 no Rio de Janeiro

Analisar em profundidade a natureza e os impactos de junho de 2013 para o Rio de Janeiro e o país extrapola os limites do presente trabalho. No entanto, passar ao largo desse importante fenômeno da luta de classes nacional seria oferecer um panorama algo raso da greve dos garis, que em uma medida significativa foi a

⁶ Idem. p 531

expressão da insatisfação que gerou junho de 2013, mas dessa vez dentre uma categoria dos trabalhadores.

As manifestações de junho de 2013 foram a antessala da greve dos garis de 2014, e romperam decididamente a passividade, não daqueles setores dos trabalhadores que todos os anos estavam acostumados a fazerem greves econômicas e salarias, já que em meio aos anos dos governos do PT essas não deixaram de se dar. Quando se aborda dessa maneira a questão de junho de 2013 a indicação mais significativa do caráter que assumiu como divisor de águas se refere à entrada em cena de amplas massas populares, compostas em grande medida pela juventude que em grande parcela ocupavam os postos de trabalhos mais precários. De acordo com levantamento realizado pela Folha de São Paulo na época, 84% dos manifestantes de junho não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de um protesto, e 53% tinham menos de 25 anos. Junho de 2013 foi um movimento de caráter fundamentalmente espontâneo, cujo desenvolvimento se deu a partir da repressão às manifestações ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro contra a elevação do preço das passagens, mas que transformou-se em algo muito mais significativo que a sua própria reivindicação inicial.

A narrativa cara a determinados segmentos do pensamento político alinhado ao PT, como o de Marilena Chauí⁷, traduziu as manifestações de junho de 2013 como algo que expressaria uma espécie de *pensamento mágico*, devido ao seu caráter espontâneo, que se assemelharia a um evento indeterminado, conclamado a partir das redes sociais. Em escritos posteriores a autora apontará ainda a abertura a setores da direita, que passariam a integrar as manifestações, com as bandeiras do Brasil e palavras de ordem contra partidos e o governo do PT. No entanto, é como mínimo

⁷ CHAUI, Marilena. As manifestações paulistanas de 2013: futuro da invenção democrática? In: Nupsi. São Paulo. 2013. Disponível em (<http://nupsi.org/wp-content/uploads/2013/08/Marilena-Chaui-As-manifestacoes-paulistanas-de-2013-futuro-da-invencao-democratica.pdf>). Acesso em 27/08/2018

problemático analisar que a abertura do caminho à direita, e a própria execução do golpe institucional de 2016 que depôs a então presidente Dilma Roussef, teria vindo de junho de 2013, quando os caminhos e acordos eleitos pelo próprio PT no governo com os representantes desses mesmos setores não apenas foram um denominador comum, como ainda se aprofundaram após junho.

Ainda que o caráter socialmente heterogêneo das manifestações de junho de 2013 tenha possibilitado a entrada em cena de setores, naquele momento minoritários, mas que posteriormente seriam instrumentalizados pelos interesses contidos pela Lava Jato para culminar no impeachment de um governo eleito, outras interpretações ressaltam os aspectos progressistas que se expressaram nas manifestações. Uma delas é apresentada pelo historiador britânico Perry Anderson, que pouco tempo após o anúncio do retrocesso da elevação das passagens dos transportes públicos analisava que:

Três grandes conquistas vieram com os protestos de junho. Primeiro, as manifestações marcaram o despertar político de uma nova geração – principalmente, mas não exclusivamente, dos jovens, dos trabalhadores oprimidos. Segundo, ao forçar espetacularmente governantes a recuar no aumento das tarifas de transporte público em grandes cidades, eles fizeram surgir uma compreensão do empoderamento social (de dimensão potencialmente nacional) para setores até então passivos da população. Por último, e não menos importante, levantaram a questão da distribuição escandalosamente distorcida das despesas públicas no Brasil⁸.

No entanto, Perry Anderson tampouco deixa de considerar as contradições dos processos de junho de 2013. Ressalta dentre esses a fragilidade que deriva do contraste entre os movimentos que inicialmente deflagraram as manifestações contra a elevação

⁸ANDERSON, PERRY. A rua e o poder: uma entrevista com Perry Anderson. In: Blog da Boitempo. São Paulo, 2013. Disponível em (<https://blogdaboitempo.com.br/2013/11/04/a-rua-e-o-poder/>). Acesso em 27/08/2018.

do custo dos transportes públicos, como o MPL (Movimento Passe Livre) de São Paulo, e a escala massiva que as mobilizações atingiram posteriormente, sem que houvessem demandas claras ou sujeitos sociais igualmente definidos.

Na cidade do Rio de Janeiro os protestos rapidamente se expressaram com magnitude. As manifestações reuniram entre 300 mil pessoas e 1 milhão de pessoas, convocadas pelo Fórum de Lutas contra o Aumento das Passagens. À pauta nacional de redução do aumento das passagens se somaria ainda o questionamento ao projeto do Rio de Janeiro dos megaeventos, do governo de Sergio Cabral, cujas obras e investimentos já vinham sendo alvo de descontentamento popular. No dia 16 de junho ocorreria o primeiro jogo da Copa das Confederações, que seria marcado por manifestações cuja pauta era o questionamento ao gasto com os megaeventos, tendo sido duramente reprimidos. Tal como em São Paulo, foi como repúdio à dureza da resposta repressiva que as manifestações proliferaram, com número cada vez mais elevado de participação⁹. Conforme esse processo se dava, aumentavam igualmente as pautas que os protestos expressavam. “Fora Cabral”, “Fora Feliciano” e contrários ao projeto do então deputado federal João Campos do PSDB que ficou conhecido como “Cura Gay”. Conforme as mobilizações se massificavam, também houve a incidência de setores que passaram a hostilizar as organizações de esquerda, enquanto do ponto de vista governo Dilma anúncios da reforma política eram feitos numa tentativa de apaziguar a situação.

O processo aberto em junho de 2013 teve na cidade do Rio de Janeiro continuidade durante os meses subsequentes. O desaparecimento do servente de pedreiro Amarildo de Souza após ter sido levado por policiais da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) da comunidade da Rocinha, zona sul do Rio de Janeiro, em 14 de julho provocou nova onda de manifestações, e o

⁹ <http://vozesdascomunidades.org/protesto-reune-um-milhao-de-pessoas-no-rio-de-janeiro/>

questionamento “Onde está o Amarildo?” foi ecoou nas ruas e nas vozes dos professores da rede estadual de ensino, que entraram em greve, desgastando ainda mais o governo de Sergio Cabral. Esse questionamento trouxe à tona o problema da violência estatal praticada majoritariamente contra a população jovem e negra moradora das comunidades pobres da cidade. Como um território partido, marcado por um desenvolvimento desigual e combinado exacerbado, o rosto de Amarildo se tornou o emblema de uma formação capitalista peculiar, na qual a antiga capital do país traz como fundamento de sua constituição política, social e econômica não apenas os elevados índices de desigualdade, como ainda uma prática repressiva por parte do Estado que legitima a violência policial recorrente. Como assinala o sociólogo José Claudio Alves, essa legitimidade das forças repressivas para executar pessoas negras das comunidades do Rio de Janeiro é algo que se dá como a expressão do que ele qualificou como totalitarismo socialmente construído:

O totalitarismo socialmente construído vem de uma formação econômica, cultural, política que justifica a execução sumária dos mais pobres envolvidos com práticas ilícitas. Cabe ressaltar que se tratam de práticas ilícitas que sempre foram controladas pelo Estado. Que por sua vez é um Estado que garante que os mais ricos e mais poderosos possam ter, por exemplo, um helicóptero com meia tonelada de cocaína e que o poder judiciário depois venha dizer que não consegue identificar quem são seus donos. E na outra ponta estão a população pobre, negra da periferia identificadas como passível de serem assassinadas. Tudo isso é uma construção que veio se dando desde o Brasil colonial, mas que hoje é garantida com grande apoio da mídia patrocinada pelos grupos que têm poder. Isso só existe pelo papel que o Estado, garantidor das benesses dos ricos e poderosos, tem. Então não é verdade que o tráfico ou as milícias proliferam onde o Estado não chega. Isso só existe porque o Estado chega dessa forma aí. A sensação de insegurança, de presença marcante na vida das pessoas da violência, já é por si só não a ausência do Estado, pelo contrário: é o resultado da presença de um Estado

que estabelece como válida, como única e como mediação total na sociedade, a violência perpetrada¹⁰.

Transcorridos cinco anos desde a desapareção de Amarildo o seu corpo nunca foi encontrado. Tampouco se pode dizer que a reversão da grande quantidade de casos similares tenha sido um dos legados de junho de 2013. Mas o que junho de 2013 abriu como perspectiva, ainda não encerrada no complexo cenário político nacional, foi a instauração de uma profunda crise orgânica, da qual o Rio de Janeiro segue sendo a expressão mais aguda. O conceito gramsciano de crise orgânica afirma que essa se produz:

Seja porque a classe dirigente fracassou em alguma grande empresa política para a qual tenha solicitado ou imposto pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque vastas massas (especialmente o campesinato e os intelectuais pequeno burgueses) tenham passado bruscamente da passividade política a uma certa atividade, e levantam reivindicações que em seu conjunto não orgânico constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’, e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto¹¹.

Aqui o que se indica é a desarticulação da hegemonia que marca o período anterior, sem que uma nova tenha emergido. No caso do Brasil pós junho de 2013 a “grande empresa” falida foi o projeto do PT que se sintetiza na aspiração de um desenvolvimento gradual e pacífico marcado por melhorias das condições de vida, algo propagado fortemente já nos governos de Lula, e com ainda maior agudeza desde o segundo governo de Dilma. As manifestações massivas de 2013 assim como as distintas ondas de greves que percorreram vários setores da classe trabalhadora em um país marcado pela ilusão “gradualista” por excelência como o Brasil, mostram uma passagem acelerada à atividade de vastas

¹⁰ ALVES, José Claudio. “As milícias e a violência no Rio de Janeiro não decorrem da ausência de Estado, mas de sua ação” *Revista Ideias de Esquerda* 4. Rio de Janeiro. Ed Iskra. 2018 p 11

¹¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

massas com eixo nas classes médias, o que serviu como base para que posteriormente se estruturasse um verdadeiro *bonapartismo de toga*, com o Judiciário sendo peça chave no golpe institucional de 2016. Dessa forma, a crise orgânica aberta com as manifestações de junho de 2013 segue em curso e se aprofunda. Seus efeitos políticos abriram espaço para manifestações progressistas, como foi a greve dos garis do Rio de Janeiro, e regressivas, como posteriormente foi o golpe institucional.

O carnaval dos garis: a maré laranja declara “não tem arrego”

As greves e mobilizações reivindicativas dos trabalhadores não deixaram de ocorrer nos anos auge do ciclo de crescimento lulista, e foram uma antecipação subterrânea de junho de 2013 e da greve dos garis. Em maio de 2013 o DIEESE publicou um estudo realizado sobre o ano de 2012, indicando aumento de 554 greves ocorridas em 2011 a 873 no ano seguinte. Dessa maneira, quando as ruas da cidade do Rio de Janeiro foram tomadas pelos garis no carnaval de 2014, já havia sido antecédida nacionalmente pela greve dos petroleiros contra os leilões do petróleo, greve dos bancários, nas grandes obras do PAC com destaque para Jirau e na COMPERJ, dentre diversas outras.

Durante o ano de 2014 a diretriz de projetar o Rio de Janeiro como capital nacional dos megaeventos ainda conseguia se sustentar graças à uma situação de crescimento econômico, muito embora os efeitos da redução internacional do preço do petróleo, e do início da Operação Lava Jato já anunciasse parte dos elementos de recessão que se abateria sobre o estado a partir de 2015. O Produto Interno Bruto no estado do Rio de Janeiro chegou a aproximadamente R\$ 626,3 bilhões em 2014, de acordo às estimativas da Ceperj a partir da nova metodologia do IBGE, um crescimento real de 0,9% em relação ao ano anterior, sendo o setor de serviços o responsável principal por essa elevação, com

um crescimento de 1,6% em relação ao ano anterior¹². O estado ainda mantinha naquele momento o segundo maior nível de atividade econômica do país, apesar de ter perdido posições no produto nacional entre 2013 e 2014.

A Comlurb, companhia responsável pela limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro, é uma empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Conservação e Serviços Públicos da prefeitura, responsável por empregar os garis, que são contratados mediante concurso público. Divide-se em gerências, que cobrem a cidade e parte da região metropolitana. Naquele momento a prefeitura estava sendo dirigida por Eduardo Paes do PMDB, que realizou uma gestão que desde o início tentou assumir uma linha repressiva face aos movimentos dos trabalhadores, mas que como será destacado abaixo foi obrigado a atender às reivindicações dos garis.

Os garis ocupam um lugar simbólico no imaginário da cidade do Rio de Janeiro. Usualmente são considerados como uma espécie de manifestação da alegria que caracterizaria os cariocas. Durante os tradicionais desfiles das escolas de samba na Marques de Sapucaí, era uma tradição que os trabalhadores que estão desempenhando suas funções em meio ao carnaval, em especial os garis, passem pela avenida recebendo as saudações do público. No entanto, isso contrasta com as condições de vida que os garis mantinham às vésperas da greve de 2014. De acordo com

No início de 2014, esses trabalhadores, submetidos a condições insalubres, percebiam um salário-base mensal de R\$ 803,00, equivalente, à época, a aproximadamente 250 euros. Trata-se de remuneração correspondente a um quarto da média recebida pelas demais categorias de servidores públicos municipais no Rio

¹² Como vai a economia e o trabalho no Rio de Janeiro. In Sebrap. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em (<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/40%20-%20Como%20vai%20a%20Economia%20e%20o%20Trabalho%20no%20Rio%20de%20Janeiro.pdf>). Acesso em 27/08/2018

de Janeiro. Com todos os adicionais, alcançam-se vencimentos de R\$ 1.220,00, ou aproximados 375 euros¹³.

A melhoria das condições de trabalho, muito marcadas pela insalubridade era também uma constante reivindicação, bem como redução das frotas de veículos de coleta e deterioração da existente. Frente a essas condições, vivendo em um contexto de uma cidade cujo custo de vida é elevado, e os serviços públicos são atingidos pela precariedade mesmo em meio ao auge do ciclo de acumulação de capital que marcou os anos do aparente “Brasil potência”, os trabalhadores da limpeza urbana do Rio de Janeiro iniciaram justamente no final de fevereiro e início de março de 2014, coincidindo com o carnaval uma greve por reivindicações salariais.

Não foi organizada pela direção oficial do sindicato, SIEMACO-Rio, mas lhe foi imposta. Com uma conduta tipicamente identificada à das burocracias sindicais, as campanhas salariais dos garis e as negociações entabuladas pelo sindicato com a prefeitura passavam ao largo da base dos trabalhadores da limpeza urbana. Quando fevereiro de 2014 irrompeu, a direção do SIEMACO-Rio já havia se antecipado e firmado um acordo de reajuste com a prefeitura, esperando que seria aceito pelos trabalhadores como era de praxe. No entanto, as transformações trazidas pelos antecedentes de junho de 2013, o clima social que havia reincorporado os protestos de rua como manifestações de causas políticas e reivindicativas, somaram-se ao descontentamento dos garis com as condições de trabalho, e as aspirações elevadas por uma situação de melhora da economia do país, foram elementos que somados estimularam os garis a tomarem pela primeira vez as rédeas da sua própria mobilização, e determinarem a partir da auto-organização da categoria que era chegada a hora de realizar a greve. Como relatou Grazi, gari de Irajá, e uma das protagonistas

¹³ VELOSO, Ellen Ribeiro. TAVARES, Francisco Mata Machado. Quando o carnaval chegou: ativismo político no anverso histórico do *Homo ludens*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 2016.

mais relevantes da mobilização de sua unidade a greve dos garis não havia sido um raio em céu azul:

A gente já vinha dando sinais há mais de um ano que íamos fazer greve. Nós começamos a querer participar dos acordos, de assembleias, sentava com os colegas de trabalho. Fazíamos a passeata e daí que fomos ganhando força. Depois que a greve começou a gente organizava quem ia para cada lugar, para mobilizar.

Essas iniciativas vinham tanto do clima social instaurado no país, como também da insatisfação em relação à forma como a burocracia sindical conduzia as campanhas salariais. As redes sociais, novo instrumento de comunicação e articulação cujo acesso se expande desde então, e as conversas das unidades da COMLURB entre os próprios trabalhadores foram as principais vias de articulação com as quais os trabalhadores contavam para organizar as manifestações de rua, que serviriam como a preparação prática da greve. Como relembra Gilson, gari da unidade de Irajá em entrevista concedida no final de 2017 à autora do presente artigo sobre os antecedentes da greve:

Não lembro muito bem o dia. Mas resolvemos que íamos fazer diversos atos. O primeiro aconteceu e saímos para a rua. Depois no dia 26 de fevereiro caminhamos da Central do Brasil até a prefeitura. Aí nesse dia a gente combinou que no dia 28 de fevereiro todo mundo iria para a porta do sindicato. Aí fomos de novo para a prefeitura, e solicitamos os documentos falando sobre o nosso em 72 h, que se não entrássemos em acordo fariamos a greve. O sindicato havia assinado um acordo sem debater com a categoria, e dizia que a gente não podia fazer a greve. Antes de 2014 os garis não participavam da mesa de negociação. Mas a gente se reuniu e decidiu que não aceitar nenhum acordo com a prefeitura, se a categoria não soubesse e não participasse da mesa de negociação. Isso revoltou a categoria. A gente não ia mais aceitar isso, do sindicato fazer os acordos e a gente nem saber. No dia 28 de fevereiro a gente então estava na porta do sindicato gritando greve, greve, greve. Ficamos até

quase meia-noite, e o sindicato foi obrigado a assinar o documento para as gerências dizendo que estávamos em greve.

Dessa maneira, a deflagração da greve dos garis foi imposta à direção do sindicato, negando a aceitação do acordo firmado com a prefeitura em 03 de março que estava aquém as aspirações da categoria. Mesmo assim a direção sindical buscou ao longo de todo o seu desenvolvimento posterior impor limites à mobilização. Com argumentos de cunho jurídico, a direção do SIEMACO-Rio recorrentemente agitava o fantasma da ilegalidade do movimento para tentar fazer com que a base dos garis retrocedesse da greve, que a essa altura já era inevitável.

Mas a burocracia sindical não atuava sozinha. Todo o aparato estatal e jurídico foi colocado em movimento contra os garis, utilizando-se de dois argumentos fundamentais. O primeiro que tratava da pretensa ilegalidade da greve, na medida em que a direção sindical já havia reconhecido o acordo firmado entre a direção sindical e a prefeitura. E o segundo, proferido fundamentalmente por Eduardo Paes e seus porta-vozes, tinha menos sustentação legal, mas objetivava ganhar a batalha das narrativas que envolve todo conflito significativo entre as classes, denominando os garis de “delinquentes” e afirmando que aquilo que estava acontecendo não era uma greve, mas um “motim de 300 ignorantes e arruaceiros”. O terreno desse enfrentamento eram as páginas dos jornais da grande imprensa, e os noticiários das emissoras de TV.

Sobre o primeiro aspecto, o juiz do trabalho e professor da USP, Jorge Souto Maior, publicou em artigo ao site Carta Maior, seu parecer favorável aos trabalhadores a respeito do caso:

Primeiro, o acordo, para ter validade jurídica precisava ter sido submetido à assembleia dos trabalhadores, já que o preceito democrático é o que rege, fundamentalmente, nosso Estado de Direito. Essa, ademais, é a previsão expressa do artigo 612, da CLT: “Os sindicatos só poderão celebrar Convenções ou Acordos

Coletivos de Trabalho, por deliberação de Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos Estatutos, dependendo a validade da mesma do comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 dos associados da entidade, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo, e, em segunda, de 1/3 dos mesmos.” No caso da greve, ainda que dependa do sindicato para ser deflagrada, não se pode negá-la como fato social, respaldado pelo direito, quando haja distensão notória entre os trabalhadores e a direção do sindicato, até porque é dever das entidades de representação, dado o preceito democrático, convocar assembleias para deliberações, sendo que a greve, nos termos da lei, concretamente, não está condicionada ao direcionamento da diretoria e sim à vontade da categoria expressa em assembleia geral, “que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços”, sendo certo também que, por ilação lógica, somente a assembleia pode decidir pelo fim da greve. O acordo feito pela direção do sindicato não vincula, portanto, a categoria¹⁴.

Assim, a greve deve ser encarada acima de tudo como um direito dos trabalhadores que se imiscui como um fato social, que por sua vez prevê métodos de mobilização e ação que não podem ser definidos aprioristicamente, ou criminalizados. Dessa maneira, seguindo o raciocínio do juiz Souto Maior, o direito de greve tampouco pertence ao sindicato e sua direção, já que se trata de um direito inalienável da classe trabalhadora, que são os que devem definir como se organizam em meio às suas mobilizações e lutas reivindicativas. A compreensão de que o direito de greve é legítimo apenas quando a direção sindical assim o determina ignora a burocratização que ocorre em diversos sindicatos e centrais do país, nos quais se busca aplastar qualquer forma de

¹⁴ MAIOR Souto Jorge. *Em Defesa do Direito de Greve dos Trabalhadores Garis: o encontro do Carnaval com sua história*. 07/03/2014.

Disponível em (<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Em-Defesa-do-Direito-de-Greve-dos-Trabalhadores-Garis-o-encontro-do-Carnaval-com-sua-historia/2/30417>). Acesso em 27/08/2018.

auto-organização da base. Dessa maneira, a burocracia sindical, muitas vezes ocupando o posto de direção há décadas, sem se submeter a qualquer tipo de controle da base, e sendo composta muitas vezes de licenciados dos seus postos de trabalho original por anos, acaba desenvolvendo interesses próprios, alheios aos da categoria que representam. Portanto, a determinação de que as partes só podem negociar com representações das direções sindicais, e que são essas as únicas capazes de deflagrar as greves, entram em contradição com o direito de greve entendido como algo inerente à força de trabalho inclusive do ponto de vista jurídico. Portanto:

Ao que consta, assembleia dos trabalhadores, mesmo não tendo sido chamada pelo sindicato, rejeitou o acordo e deliberou pela greve, não havendo, portanto, ilegalidade alguma no ato dos trabalhadores de deixarem de comparecer ao trabalho depois disso, pois essa é, de fato, a essência da greve, qual seja, a paralisação do trabalho¹⁵.

Esses preceitos não foram os seguidos pela prefeitura do Rio de Janeiro, que continuou colocando em marcha tentativas de reprimir a greve. A ação mais contundente nesse sentido, seria a demissão de 300 garis, que foram avisados ora por mensagens de celular, ou por carta como retaliação à continuidade da paralisação dos serviços de recolhimento de detritos em meio ao carnaval carioca. A tentativa não poderia ter sido mais frustrada. Ao invés do recuo desejado por Eduardo Paes, o resultado desse intento foi justamente o oposto. A imagem dos 300 garis rebeldes denunciados por Paes se transformou rapidamente nas redes sociais em alusão ao filme hollywoodiano *300*, que narrava a trajetória dos guerreiros de Esparta, notáveis pela sua bravura e determinação e que reunindo apenas aquele número enfrentaram o exército mais poderoso de sua época. Como ressalta Grazi:

¹⁵ Idem.

Os 300 se tornaram a categoria inteira. Muitos passaram a apoiar essa categoria negra, porque a gente nos garis somos quase 100% de negros. A população dava apoio, penduravam uma fita nos carros e nas janelas, que era para mostrar que estavam com a gente. A gente via o pessoal lá na Tijuca jogando papel da janela quando a gente passava. Foi tudo muito bonito.

O apoio da população em meio ao carnaval foi um elemento fundamental para a legitimação do movimento, sendo o mais importante revés para a tentativa do então prefeito Eduardo Paes, de desqualificar a greve dos garis. A criatividade dos trabalhadores em meio à sua mobilização se expressou em diversos momentos em meio a uma semana que a greve durou. Sem qualquer decisão previamente debatida, os garis encontraram um meio de medir o grau de apoio que se expressava por parte da população. Dessa maneira os garis conseguiram a um só tempo ampliar a simbologia de seu movimento, mesclando-a com o próprio carnaval, e mostrar o fortalecimento do movimento. Como relembra Magno:

No terceiro dia de greve o sindicato foi para a televisão e disse que não estávamos em greve. Que eram só 300 baderneiros, e que eles tinham assinado o acordo com a prefeitura. Daí eu fui na gerência da Pavuna, no Meier, Botafogo e tirei fotos daquele monte imenso de lixo. E aí a gente teve a ideia de comprar uma fitinha laranja e distribuir para a população. Então a gente dizia que quem estivesse em apoio à nossa greve, que usasse a fita. E a população toda abraçou. Na Tijuca os moradores vinham pedir a fita para a gente. Colocavam toalha laranja na janela. Foi uma ideia nossa, que marcou mesmo. Quando a gente passou ali na Avenida Uruguaiana em frente àquele prédio enorme que tem ali, todo mundo que morava jogou papel laranja. Foi daí que a gente viu que tinha muito apoio. E que a população sabia que não era como o Paes falava, de que nós éramos 300 ignorantes. A partir desse momento todo mundo viu que a gente tinha força. Como 300 ignorantes, analfabetos, conseguiram parar o Rio de Janeiro? Então assim, a categoria foi inteligente.

Essa demonstração de apoio popular rapidamente mudou a forma como a imprensa passou a retratar a greve. Mensagens nas redes sociais também se multiplicavam, dentre as quais algumas estimulavam os garis a seguirem em greve durante a Copa do Mundo, caso suas reivindicações não fossem atendidas¹⁶. Essas manifestações de apoio da população alentaram a que os garis ampliassem os limites do movimento, e se dirigissem à zona sul, onde se localizam os principais pontos turísticos da cidade, que se tornam ainda mais frequentados durante o carnaval. De acordo com Grazi:

Depois de parar a zona norte, a gente sabia que o coração do Rio de Janeiro era a zona sul. A zona sul é a menina dos olhos do Paes, é o símbolo do Rio, é o turismo. Na hora que o turista vai lá e vê a zona sul suja, vai pensar espera aí. Que gestão é essa? Que prefeitura é essa do Paes? O que está acontecendo? Então a gente começou a ir para zona sul, e muitos tinham medo no começo. Mas daí eles se convenceram e pararam. Até o encarregado que tinha 25 anos de casa, teve que apoiar. E a própria gerência parou. Eles falavam para a gente que nós havíamos ganhado, tínhamos feito o que eles tentaram em 2010 e 2011 e não conseguiram.

A adesão dos garis encarregados e a expansão da greve para a zona sul obrigou Eduardo Paes a reabrir as negociações. No entanto, pela força da greve e seu caráter de organização a partir da base, as negociações marcariam uma nova tendência que têm se tornado uma exceção em meio às práticas comuns das direções sindicais atuais. Trata-se da eleição e revogabilidade da comissão negociadora. Há uma espécie de pacto tácito entre burocracia sindical e patronais segundo o qual somente a direção sindical poderia negociar os acordos, sejam essas privadas ou como no caso dos garis provenientes do poder público. Isso é parte da pretensa legalidade instituída como foi retomada acima pelo juiz do trabalho, Jorge Souto Maior, que em verdade termina retirando a autonomia dos trabalhadores de determinarem os rumos de seu

¹⁶ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140304_greve_garis_jc_lk

próprio movimento. Essa prática visa em grande medida garantir a função pacificadora que as direções sindicais burocratizadas têm, limitando o seu movimento. Assim, quando a rodada de negociações se reiniciou os garis conscientes de sua força, e de que haviam dirigido e imposto a greve à sua própria direção sindical, questionaram as formas instituídas de diálogo com a prefeitura e passaram a eleger e destituir as comissões de negociação.

A comissão foi o seguinte. Ela surgiu no terceiro dia de greve, quando o prefeito decidiu falar com a categoria. Daí a gente elegeu 10 garis para fazer parte da comissão. A comissão entrava se reunia com os representantes do prefeito, saía e falava para a gente o que eles estavam propondo. Se a gente não aceitasse ia ter que continuar negociando. Três da comissão acharam que a gente tinha que aceitar a primeira proposta da prefeitura, e sete achavam que não. Daí a categoria que estava toda reunida decidiu trocar a comissão e escolheu outros dez integrantes. E nesse dia acabou sem chegar o acordo, mas com uma nova comissão. E no domingo quando o prefeito disse que se dispunha a negociar novamente com a categoria, nós elegemos de novo uma outra comissão. Tanto que a comissão que de fato assina o acordo que acaba com a greve tinha só dois ou três membros que estavam desde o início. Ela estava sempre sendo mudada, e era a categoria que decidia.

A elegibilidade e a revogabilidade da comissão que representaria os garis nas negociações constituíram-se como elementos fundamentais para a retomada da democracia de base dos trabalhadores. Em pequeno por se tratar de uma greve e não de um processo abertamente revolucionário, os princípios de eleger e revogar reproduzia a lógica da democracia direta, cujos exemplos históricos remontam à própria Comuna de Paris de 1871¹⁷. Não apenas se revelou como uma forma mais democrática

¹⁷ A oposição entre democracia representativa e democracia direta, exercida pelos trabalhadores e não por um Estado que paira sobre eles fora definida por Lênin da seguinte maneira em sua obra o Estado e Revolução, na qual revisita a experiência da Comuna de Paris: “*Decidir periodicamente, para um certo número de anos, qual o membro da classe dominante que há de oprimir e esmagar o povo no parlamento, eis a própria essência do parlamentarismo burguês, não somente nas monarquias parlamentares constitucionais, como também nas repúblicas mais democráticas.*”

de tomada de decisões, como ainda fazia com que a base dos trabalhadores fosse efetivamente o sujeito a definir os rumos do movimento. Como consequência disso as negociações avançaram em conformidade com os objetivos dos garis, que conscientes de sua força não aceitaram acordos rebaixados. Dessa maneira, após 8 dias de greve, o reajuste almejado que elevaria o salário dos garis de R\$ 874,79 para R\$ 1224,70 foi concedido, um índice muito mais elevado que o comum. Analisando as conquistas da greve três após seu acontecimento, Grazi avalia que os ganhos dos garis não foram apenas salariais, mas acima de tudo, subjetivos:

Não era só remuneração, benefícios. Era por respeito. Nós somos invisíveis. Agora muitos passam pela gente e dá bom dia. E o lugar de trabalho tem assédio moral. A partir disso aí a gente passou a ter respeito. Ali tem pessoas que achando que por ser mulher eu tenho que baixar a cabeça. Mas não é assim não. Quando a gente ganhou foi só alegria, mas isso não apaga que os assessores da prefeitura vinham aqui ameaçar a gente. Eles queriam de qualquer forma calar a categoria. Mas sempre que vinham falar que estávamos fracos, a gente vinha dizer o contrário, que a gente estava forte. O medo contagia como a coragem. E com a nossa coragem vieram nos apoiar estudantes, juízes, professores, jornalistas. Muita gente veio nos apoiar.

Tais conquistas se relacionaram também com os aspectos de gênero e raciais que marcam a categoria dos garis. Como Grazi ressalta:

Entretanto, se se põe a questão do Estado, se se encara o parlamentarismo como uma das instituições' do Estado, como sair do parlamentarismo, do ponto de vista da ação do proletariado nesse domínio, e como dispensá-lo? Devemos repeti-lo ainda. Uma vez: os ensinamentos de Marx baseados no estudo da Comuna acham-se tão bem esquecidos que o socialdemocrata contemporâneo (leia-se: o renegado contemporâneo do socialismo) é incapaz de conceber outra crítica do parlamentarismo que não seja a crítica anarquista ou reacionária. O meio de sair do parlamentarismo não é, certamente, anular as instituições representativas e a elegibilidade, mas sim transformar esses moinhos de palavras que são as assembleias representativas em assembleias capazes de "trabalhar" verdadeiramente. A Comuna devia ser uma assembleia, "não parlamentar, mas trabalhadora", ao mesmo tempo legislativa e executiva.

LENIN, V Ilich. *O Estado e a Revolução*, 1918.

A categoria feminina na Comlurb era medrosa. Porque hoje o preconceito ainda existe. Naquele momento a gente não tinha voz. Erámos como uma dona de casa dentro de uma empresa. Uma vassoura pá na mão, uma “lixeira”. A mulher não tinha voz, chegava batia ponto e ia trabalhar. Quando a gente reivindicava era mal vista. A mulher é assediada. Foi preciso aqui em Irajá uma dar a cara a tapa, para as outras se animarem. Tinha comentários aqui do tipo “as mulheres querem fazer filho para ganhar bolsa família”. Aí eu falei “filha, acorda, vamos fazer greve, lutar por uma coisa mais digna”. Então foi preciso uma ter coragem para conversar com as outras, para daí a coisa rolar. Já os homens não têm esse problema, eles batem boca, defendem o ponto de vista deles. Aqui dentro da Comlurb quando falam que a gente não pode ganhar igual ao homem, mas a gente trabalha igual, tem que questionar mesmo. A mulher tem a dupla jornada, precisa trabalhar dentro de casa. Então na greve elas viram a importância de brigar pelo que é certo.

As repercussões da vitória dos garis do Rio de Janeiro encerrada oficialmente no dia 8 de março de 2014, dia internacional da mulher, mudou o panorama das lutas e greves dos trabalhadores em escala nacional. Naquele mesmo ano se daria a greve dos metroviários de São Paulo, que apesar de ter sido derrotada em grande medida por não ter retomado a lição da greve dos garis de não recuar mediante as ameaças de demissões, retomou para si a palavra de ordem “não tem arrego”, que se tornaria um novo lema nacional dos trabalhadores. Ainda sob a influência favorável à correlação de forças dos trabalhadores que a greve dos garis imprimiu, um movimento relativamente espontâneo de paralisação de motoristas e cobradores de ônibus das principais capitais do país, Rio de Janeiro e São Paulo, surpreendeu os donos das empresas e os governos em maio de 2014, além de greves que envolveram o funcionalismo público, professores da rede municipal paulista, dentre outras categorias, que conformaram um panorama convulsivo no Brasil pré-copa do mundo. Todos esses movimentos, tendo sido vitoriosos em suas

reivindicações ou não, tomaram para si a consigna “não tem arrego”. Essa expressava a um só tempo a recusa em seguir com a passividade, e a disposição em superar as velhas práticas típicas da burocracia sindical, e a rebeldia e determinação da base dos trabalhadores de seguir até obter as conquistas almejadas. Portanto, para além dos ganhos salariais a greve dos garis de 2014 marcou um episódio de grande transcendência para a história recente do movimento dos trabalhadores, e cuja experiência assume um grande potencial de ser retomada e aprofundada quando eclodir um novo ascenso dos trabalhadores no país.

Referências

ALBAMONTE, Emilio. MAIELLO, Matias. *Estrategia socialista y arte militar*. Buenos Aires. Ed. Ceip. 2018.

ALVES, José Claudio. “As milícias e a violência no Rio de Janeiro não decorrem da ausência de Estado, mas de sua ação” *Revista Ideias de Esquerda 4*. Rio de Janeiro. Ed Iskra. 2018.

ANDERSON, PERRY. A rua e o poder: uma entrevista com Perry Anderson. In: Blog da Boitempo. São Paulo, 2013. Disponível em (<https://blogdaboitempo.com.br/2013/11/04/a-rua-e-o-poder/>). Acesso em 27/08/2018.

CHAUÌ, Marilena. As manifestações paulistanas de 2013: futuro da invenção democrática? In: Nupsi. São Paulo. 2013. Disponível em (http://nupsi.org/wp-content/uploads/2013/08/Marilena_Chauì-As_manifestacoes_paulistanas_de_2013-futuro_da_invencao_democratica.pdf). Acesso em 27/08/2018

Como vai a economia e o trabalho no Rio de Janeiro. In Sebrap. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em (<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/40%20-%20Como%20vai%20a%20Economia%20e%20o%20Trabalho%20no%20Rio%20de%20Janeiro.pdf>). Acesso em 27/08/2018 .

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LENIN, V Ilich. *O Estado e a Revolução*, 1918. Disponível em (<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>). Acesso em 28/08/2018.

MAIOR Souto Jorge. Em Defesa do Direito de Greve dos Trabalhadores Garis: o encontro do Carnaval com sua história. 07/03/2014. Disponível em (<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Em-Defesa-do-Direito-de-Greve-dos-Trabalhadores-Garis-o-encontro-do-Carnaval-com-sua-historia/2/30417>). Acesso em 27/08/2018.

TROTSKI, Leon. Los sindicatos na época de decadencia imperialista. Los sindicatos y las tareas de los revolucionários. In: Ceip Leon Trotsky. Buenos Aires. Disponível em (<http://www.ceip.org.ar/Los-sindicatos-y-las-tareas-de-los-revolucionarios>). Acesso em 27/08/2018

VELOSO, Ellen Ribeiro. TAVARES. Francisco Mata Machado. Quando o carnaval chegou: ativismo político no anverso histórico do *Homo ludens*. In Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, 2016. Disponível em (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000200224&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) Acesso em 27/07/2018.

Debates sobre o contemporâneo

A economia e o trabalho nos anos 1990: o paradigma neoliberal no Brasil

Márcia Naiar Cerdote Pedrosa¹

Os rumos do mundo do trabalho no Brasil são radicalmente alterados nos anos 1990 em função do amplo processo de reformas econômicas implementadas no País naquele período. Tais reformas visavam recompor o processo de acumulação capitalista que fora interrompido pelo esgotamento do modelo desenvolvimentista, adotado desde os anos 1930. As medidas reformistas vinham calcadas no aprofundamento do processo de reestruturação produtiva, na globalização financeira e no forte aparato da ideologia neoliberal.

Diante da situação de paralisia econômica e social vivenciada ao longo dos anos de 1980 - onde o país viu-se mergulhado num cenário de estagnação econômica com uma dívida externa exorbitante, inflação altíssima, baixos salários e aumento da pobreza - é que surgem os primeiros impulsos da reestruturação produtiva no Brasil, que será agudamente aprofundada ao longo dos anos 1990 com a ascensão do neoliberalismo.

Uma sociedade que ao longo do século XX se construiu sob um modelo de desenvolvimento ao qual buscava promover o desenvolvimento econômico e social sem modificar as suas bases

¹ Economista; Especialista em Pensamento Político Brasileiro (UFSM); Mestre em Desenvolvimento (UNIJUÍ); Técnica Administrativa em Educação na UFSM. E-mail: mcerdote@gmail.com

estruturais (formada por uma polarização dos indivíduos no que se refere às garantias de trabalho digno, do acesso aos bens e às demais benesses e resultados positivos provindos da expansão produtiva e do desenvolvimento), quando se depara com um cenário de livre-concorrência, de poder de mercado, de flexibilização da produção e do trabalho, sentirá bruscamente os mais diversos efeitos e impactos sobre a economia, sobre o setor produtivo e, especialmente, sobre o mercado de trabalho e a classe trabalhadora.

2 A ascensão do neoliberalismo: abertura comercial e a reorientação da política econômica

No cenário internacional, o período de 1989 e 1991 foi marcado por intensas transformações. Entre a Queda do Muro de Berlim, em 1989, e o anúncio do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, em 1991, o mundo assistiu a derrocada do socialismo real. Tal fato inaugurava um período de imposição unilateral das ideologias do capitalismo norte-americano. Do ponto de vista econômico, a imposição unilateral do capitalismo norte-americano significou a hegemonia do pensamento neoliberal no cenário internacional, representado pelo Consenso de Washington.

No cenário interno, a transição dos anos 1980 para os anos 1990 no Brasil demonstrou que a crise do desenvolvimentismo abriu brechas para um intenso debate sobre os novos rumos que o país deveria tomar. Em 1988, o resultado das eleições municipais demonstrou uma significativa derrota dos aliados do governo José Sarney e dos tradicionais representantes das oligarquias políticas brasileiras, bem como, um significativo avanço das esquerdas.²

² Das principais capitais do País, apenas em Salvador-BA, o governo Sarney e seus aliados conseguiram vencer com a eleição do prefeito Fernando José-PMDB. Nas outras grandes capitais, o governo e os políticos tradicionais sofreram significativas derrotas com destaque para a derrota de Paulo Maluf-PDS em São Paulo. No campo da oposição de esquerda, o Partido dos Trabalhadores venceu em São Paulo, com Luiza Erundina, em Porto Alegre com Olívio Dutra e, em Vitória-ES, com

Esses resultados fortaleceram as candidaturas de Luis Inácio Lula da Silva (PT) e de Leonel Brizola (PDT) às eleições presidenciais de 1989. O processo eleitoral acabou levando ao segundo turno das eleições a disputa de dois políticos que não representavam as propostas tradicionais do desenvolvimentismo, Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Mello (PRN). A vitória de Fernando Collor de Mello representou também a vitória da proposta neoliberal de superação à crise do desenvolvimentismo.

As propostas neoliberais para os países subdesenvolvidos, base do programa de Fernando Collor de Mello, estavam prescritas no Consenso de Washington e pontuavam:

Combate à inflação através de planos de estabilização alicerçados na valorização das moedas nacionais frente ao dólar e na entrada de capitais especulativos; abertura da economia, com a desregulamentação dos mercados de produtos e financeiros; e, adicionalmente, as chamadas reformas estruturais do Estado – com destaque para privatização – e da economia, com a quebra dos monopólios estatais. (FILGUEIRAS, 2012, p. 58)

Foi no tocante dessas ideias que o presidente Fernando Collor de Mello levou adiante, em seu curto período de mandato, um conjunto de medidas que visavam a reorientação do desenvolvimento brasileiro e a redefinição das funções do Estado, ao mesmo tempo em que buscava promover a instauração de um capitalismo moderno e competitivo, desprendido do arcabouço do Estado. Tais delineamentos reconfigurariam o motor do desenvolvimento que passara a ser promovido pelo setor privado – nacional e multinacional.

As principais medidas adotadas objetivavam

[...] desregulamentar a economia, através da redução do excesso de exigências burocráticas que dificultavam a ação das empresas

Vitor Buaz. No Rio Janeiro, o brizolismo se impôs com a vitória de Marcelo Alencar, do PDT. Uma surpresa nas eleições foi a vitória de Pimenta da Veiga, do novato PSDB, fundado em 1988 por dissidentes do PMDB, em Belo Horizonte-MG.

e inibiam os negócios; promover o processo de abertura da economia brasileira, através da redução das tarifas de importação, expondo as empresas instaladas no país à concorrência internacional [...] e forçando a sua modernização; tornar o país atrativo aos investimentos externos; reduzir o tamanho e a presença direta do Estado na economia, através da privatização de empresas estatais; tornar mais competitivas as exportações brasileiras, através da reforma (privatização) dos portos e da redução dos custos de embarque e desembarque; promover o equilíbrio das contas públicas, através de uma reforma tributária e do reajuste fiscal. (BRUM, 2010, p. 476)

No início do governo, Collor lançou um “pacote econômico” que viria a chamar-se *Plano Brasil Novo* ou *Plano Collor*. O *Plano* constituído de 20 medidas provisórias visava atacar todas as frentes, nestas incluída a medida provisória que instituía o *Programa Nacional de Desestatização* (PND³). Entre as medidas mais radicais tomadas pelo governo, destacou-se, também, a reforma monetária⁴ que se fez valer através de uma política de controle rigoroso de liquidez da economia, fazendo com que a totalidade dos ativos financeiros fosse atingida por um confisco em média de 70 % dos depósitos bancários em conta corrente e em caderneta de poupança. Tal medida, apesar de temporária, não agradou as posições e as ideologias que apoiaram a candidatura de Collor. Belluzzo e Almeida (2002, p. 291) assinalam que “os principais líderes direitistas ou liberais conservadores não pouparam críticas à Reforma Monetária [...]”.

³ O Plano Nacional de Desestatização foi criado pela Lei nº 8.031 de 1990. Mattoso indica que a partir de “1991 a 2002, o PND privatizou 69 empresas e participações acionárias estatais federais nos seguintes setores: elétrico, petroquímico, de mineração, portuário, financeiro, de informática e de malhas ferroviárias. Muitos estados e municípios foram compelidos pelo governo federal, mediante condicionamentos financeiros, a privatizar seus ativos, quando então foram privatizados em São Paulo, por exemplo, a Ferrovia Paulista S/A (FEPASA) e o Banco do Estado de São Paulo (Banespa).” (MATTOSO, 2010, p. 49)

⁴ Com a Reforma Monetária, o padrão monetário voltou a denominar-se cruzeiro em substituição ao cruzado novo, moeda vigente desde janeiro de 1989.

No que tange à abertura da economia, o processo acelerou-se bruscamente. A finalidade imediata dessa medida seria o favorecimento à entrada de produtos estrangeiros com o objetivo de evitar que as empresas aqui instaladas aumentassem seus preços. Anunciava-se, assim, a nova “política industrial” que na verdade “tratava-se de uma reforma do comércio exterior, mediante a abolição dos controles administrativos sobre as importações – um dos pilares da proteção da indústria nacional até então – e a redução escalonada do imposto de importação.” (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002, p. 286-287). Nesse sentido, as medidas para abrir a economia indicadas pela nova política industrial e de comércio exterior foram as seguintes:

1. isenção de tarifas de importação para cerca de mil produtos;
2. eliminação ou redução da cobertura de barreiras não tarifárias, como reservas de mercado, quotas, proibições etc.;
3. adoção de um cronograma de violenta e unilateral redução das tarifas de importação, que implicava baixar da média de 37,4% para 32,1% já em 1990, até atingir 14,2 % em 1994;
4. redução do grau de dispersão da estrutura tarifária, derrubando o desvio-padrão de 19,6% para 7%. (SOUZA, 2008, p. 205)

No entanto, apesar das arrojadas medidas, as importações, por exemplo, não tiveram um forte aumento⁵. Por outro lado, a entrada de capital estrangeiro não fora muito significativa, quando se verifica que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) apresentou um “aumento de 1,2% no conjunto do investimento em 1990 para 2,9% em 1992” quando comparado aos 31,1% alcançados em 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. (SOUZA, 2008, p. 210)

⁵ As razões básicas para esse comportamento devem-se: por um lado, à contração da economia do período que, por sua vez, limitara a demanda por produtos importados, mesmo com a redução dos preços proporcionados pela diminuição das tarifas. Por outro lado, a mádesvalorização da moeda realizada pelo *Plano Collor* levou os produtos importados a tornarem-se mais caros em moeda nacional, o que resultou no desestímulo da demanda interna. (SOUZA, 2008, p. 210)

Diante da insatisfação popular com a política econômica adotada e com a disparada inflacionária de 1.157,9% em 1992, bem como o desemprego atingindo a cifra de 14,9%, bem acima do registrado em 1989 que foi de 8,8%, o governo se defrontava com um isolamento cada vez maior. Assim, o governo desacreditado foi perdendo a capacidade de execução de seu programa. O estopim ocorrera quando, no primeiro semestre de 1992, Fernando Collor é denunciado por esquemas de corrupção pelo irmão Pedro Collor. Esse fato provocou uma profunda frustração da sociedade brasileira, que, indignada, mobilizou-se nacionalmente questionando a ética na política. Essas mobilizações levaram ao *impeachment* do presidente Fernando Collor.

Com o *impeachment*, assumiu o governo o vice-presidente Itamar Franco, que ficou no poder por um curto período. Devido ao caráter de coalizão política adotado pelo governo Itamar Franco, de certa forma, acabou dando uma pausa à implementação da política neoliberal. No entanto, a fragilidade de sua coalizão, bem como, as desconfiças quanto a sua legitimidade política, gerava um quadro de instabilidade e de dificuldades para conduzir políticas econômicas com êxito. Nesse cenário, em junho de 1993, Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Fazenda, trazendo consigo um programa que se intitulava de Plano de Ação Imediata (PAI). Tal programa “combinava ações mais diretamente voltadas para o combate à inflação dentro da ortodoxia monetarista com ações que visavam dar um novo ordenamento à economia brasileira, na linha que, preconizada pelo ‘Consenso de Washington’, havia sido inaugurada por Collor.” (SOUZA, 2008, p. 223). Assim, embrionava-se o novo plano de estabilização que viria a denominar-se Plano Real.

Num primeiro momento, visando debelar as altas e persistentes taxas de inflação, a equipe econômica associou a utilização da âncora cambial – que sobrevalorizava o câmbio e proporcionava a confiabilidade da nova moeda por meio da garantia de seu valor externo – ao processo de abertura comercial que proporcionaria os meios para que o governo submetesse os

produtores nacionais à pressão competitiva dos produtores estrangeiros. Conforme Pereira de Souza, “até 1999, o combate à inflação baseado nesses dois pilares – sobrevalorização cambial e abertura comercial – foi o objetivo primeiro da política econômica brasileira, subordinando todas as demais políticas do Estado a esse propósito.” (PEREIRA DE SOUZA, 2007, p. 46)

No que se refere a natureza do financiamento da estabilização monetária, Belluzzo e Almeida ressaltam que:

É preciso ter em mente a natureza do “novo” financiamento externo que amparou o Plano Real. Os países da periferia, o Brasil inclusive, até então submetidos às condições de ajustamento impostas pela crise da dívida, foram literalmente capturados pelo processo de globalização, executando seus programas de estabilização de acordo com as normas dos mercados financeiros liberalizados. (2002, p. 366)

Nessa “captura pelo processo de globalização” é que se situa a essência do próprio programa que estava por trás da lógica colocada pelo Plano Real. Assim,

Não se tratava, portanto, apenas de obter a estabilidade de preços, mediante a utilização clássica da “âncora” cambial. O objetivo parecia ser mais amplo: estávamos diante de um projeto de desenvolvimento liberal que supõe a convergência relativamente rápida das estruturas produtivas e da produtividade da economia brasileira na direção dos padrões “competitivos” e “modernos” das economias avançadas. (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002, 373)

De acordo com essa orientação programática, a liberalização comercial e financeira, com abertura dos mercados é o que tornaria, conforme o Consenso de Washington, atrativo os capitais externos, possibilitando, assim, a inserção competitiva do país na economia mundial. Por seu turno, as privatizações e a desregulação das atividades econômicas – que possibilitara a maior participação de capital estrangeiro - eram “defendidas para dar

maior eficiência às empresas e maior competitividade ao setor privado”, e ainda tinham a função fiscal de abater as dívidas do governo. (FILGUEIRAS, 2012, p. 96). Essa estratégia gerou uma situação em que a abertura econômica e a “âncora cambial”, diante da necessidade de elevados níveis de reservas, acabaram sendo sustentadas por altíssimas taxas de juros. Tal fato ocasionou a deteriorização de todas as variáveis macroeconômicas, exceto a inflação. Por conseguinte, o resultado econômico dessa estratégia foi “uma taxa de crescimento do produto medíocre, com períodos de estagnação e recessão aberta, que levou ao aumento da taxa de desemprego, em virtude do fechamento de postos de trabalho na indústria ou do crescimento insuficiente da ocupação no comércio e nos serviços”. (FILGUEIRAS, 2012, p. 149)

A tabela abaixo, por meio dos dados, busca expor o comportamento desse cenário:

TABELA 01 - Taxa de Inflação, Produto Interno Bruto e Desemprego Aberto no Brasil⁶ (1990-1999) - %.

Ano	Taxa de Inflação	Produto Interno	Desemprego
	(IGP-DI)	Bruto	Aberto
1990	1.476,6	5,1	4,3
1991	480,2	1,3	4,8
1992	1.157,9	0,3	5,8
1993	2.708,6	4,9	5,3
1994	1.093,8	5,6	5,1
1995	14,8	3,4	4,6
1996	9,3	2,7	5,4
1997	7,5	3,4	5,7
1998	1,7	0,1	7,6
1999	12,0	0,8	7,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Banco Central do Brasil, FGV.

Agregado a essa instabilidade estava o aumento do déficit público. Apesar da existência de superávits primários ou pequenos déficits, “o déficit público operacional-nominal cresceu sistematicamente, e de forma explosiva”, devido, sobretudo, à

⁶ Desemprego aberto refere-se às pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos sete últimos dias.

“ampliação do montante total de juros a ser pago interna e externamente”. Ao mesmo tempo, apesar das privatizações e dos altos juros, a dívida pública interna multiplicou-se por seis, “realimentando, assim, o crescimento do déficit fiscal e comprometendo outros gastos do orçamento, o que levou ao aumento de impostos”. (FILGUEIRAS, 2012, p. 150). O “sucesso no programa de estabilização e crescente desajuste fiscal caminhavam juntos e eram faces desta mesma moeda, o real”. (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002, p. 390). Assim, ao associar uma visão do todo do Plano Real, percebe-se que, enquanto a inflação era controlada, paradoxalmente, o investimento produtivo era inibido pelos juros elevados. As políticas de altos juros, mantidas para atrair capital externo e objetivando financiar o déficit em conta corrente, provocaram desequilíbrios significativos no processo produtivo, favorecendo o *rentismo* em detrimento das iniciativas vinculadas às atividades produtivas.

Assim, ao longo dos anos 1990, o modelo econômico adotado mostrou-se responsável por uma trajetória de baixo crescimento e rendimento. No período em que já estava consolidado o Plano Real, 1995 a 2002, o crescimento médio do PIB foi de apenas 2,3% ao ano, menor do que o verificado na década perdida, que foi de 2,9% ao ano. Essa situação de rendimento e crescimento desfavorável veio repercutir fortemente sobre as condições do trabalho e do emprego no Brasil, na medida em que se dinamizava o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva.

3 Os ajustes no setor produtivo: a reestruturação e flexibilização da produção e do trabalho

Diante de um cenário de liberalização, abertura econômica e de exposição à competição globalizada, o setor industrial brasileiro precisou desenvolver um acelerado ajuste nos seus quadros funcionais, levando adiante o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva que já vinha sendo implementado, de

forma tímida, desde as décadas anteriores. Com a menor competitividade em relação aos concorrentes externos, as empresas brasileiras reagiram de tal forma que: “aceleraram a terceirização de atividades, abandonaram linhas de produtos, fecharam unidades, racionalizaram produção, importaram máquinas e equipamentos, buscaram parcerias, fusões ou transferências de controle acionário e reduziram custos, sobretudo da mão-de-obra”. (MATTOSO, 2001, p. 30)

O aprofundamento da reestruturação produtiva não se tratava apenas de um processo de ampliação da automação microeletrônica, mas sim da sistematização das novas estratégias organizacionais inspiradas na *produção enxuta*, toyotista e flexível conjugada à utilização intensiva dos mecanismos propiciados pelas tecnologias informacionais e empresa-rede. Nesse viés, Alves avalia as complexas mudanças que os novos mecanismos, baseados em redes informacionais e conduzidos por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), irão propiciar para a indústria automobilística brasileira:

A constituição das redes informacionais por meio das TICs proporcionou aos grupos industriais uma nova sinergia na produção de capital, favorecendo a escolha de estratégias competitivas e a implementação de inovações organizacionais inspiradas no espírito do toyotismo, com destaque para o *just-in-time/kanban*. (2011, p. 82)

A utilização das TICs contribuirá, por exemplo, para otimizar e facilitar o fluxo de informações gerado nas relações entre empresas principais e seus fornecedores.

Assim,

O acesso on-line a informações ajuda tanto nas vendas, oferecendo produtos customizados, como também na gestão, por meio da melhoria do planejamento e do controle da produção. A ferramenta *kanban*, utilizada para a produção *just-in-time*, encontra na utilização das TICs uma sofisticada base técnica

capaz de propiciar resultados impressionantes de racionalização da produção. (ALVES, 2011, P. 83)

Em função desse caráter mais amplo da *modernização* é que o processo passou a adquirir características da reestruturação produtiva conforme vinha ocorrendo nos países desenvolvidos. Nessa nova fase de reestruturação, as empresas brasileiras realizam um movimento de maior focalização de sua produção levando ao surgimento de enormes cadeias produtivas baseadas em novas relações entre empresas. Esse movimento consiste na “tentativa de concentrar os esforços da empresa na produção daqueles produtos sobre os quais ela detém evidentes vantagens competitivas, externalizando a produção dos demais componentes necessários a produção do produto final”, dessa forma “configurando a estrutura em cadeia e implementando o *just in time* externo na relação entre as empresas”. (LEITE, 2003, p. 85)

Essas novas características do sistema produtivo, ocasionadas pelo avanço das tecnologias informacionais e das empresas-rede, tornou possível às grandes empresas obterem maiores possibilidades de controlar e expandir sua produção, pois, como bem afirma Chesnais (1996, p. 28) “a teleinformática permite a extensão de terceirização, particularmente entre empresas situadas a centenas de milhares de quilômetros umas das outras, bem como a deslocalização de tarefas rotineiras nas indústrias que se valem grandemente da informática”. Esse comportamento produtivo, por seu turno, “abre caminho para a fragmentação de processos de trabalho e para novas formas de ‘trabalho a domicílio’.”

Nas palavras do autor, os efeitos da teleinformática se relacionam tanto à economia da mão de obra como a de capital. Tais efeitos incluem:

- Maior flexibilidade dos processos de produção (pode-se fabricar maior quantidade de produtos com o mesmo equipamento);

- Redução dos estoques de produtos intermediários, graças aos métodos de fabricação de fluxo intensivo (*just-in-time*), que permitem dar início à produção quando do recebimento de pedido;
- Redução dos estoques de produtos finais;
- Encurtamento dos prazos de entrega;
- Diminuição dos capitais de giro;
- Diminuição do tempo de faturamento;
- Emprego de meios eletrônicos no setor de franquias e vendas a varejo. (CHESNAIS, 1996, p. 28-29)

Nessa dinâmica é que as empresas e indústrias que se obtiveram instaladas no Brasil buscaram desenvolver o intenso processo de reestruturação de suas atividades produtivas. No entanto, convém ressaltar, no que se refere à terceirização de atividades, que essa política produtiva já existia no Brasil. Bresciani (1997, p. 61-62) relata que a própria constituição da indústria de autopeças demonstra esse fato, a novidade que consiste é a “aceleração das transferências de atividades, principalmente pelas fábricas mais verticalizadas [...]”. O autor ainda referindo-se às indústrias montadoras e de autopeças, pontua:

Em termos da organização da produção, tanto nas montadoras como nas autopeças, existe um processo mais vigoroso de inovações associadas a mudanças no processo de trabalho. O ideal da produção enxuta nos moldes japoneses (ou *toyotistas*) e a possibilidade de implementá-las sem elevados investimentos movem a maior parte dessas transformações. Com isso, as empresas procuram obter flexibilidade e integração nas fábricas, alcançar padrões mais elevados de qualidade e produtividade, e, como decorrência, maior competitividade nos mercados interno e externo.

As principais transformações são a introdução nas fábricas da lógica *Just-in-time*, tanto interna como externamente, com a produção puxada com base na linha de montagem final, e a adoção de sistemas de informação (*kanban*) para a gestão de componentes; a formação de células de produção, principalmente em áreas de usinagem, associando máquinas de diferentes tipos para a confecção de determinada família de peças (presente com destaque para o setor de autopeças); a constituição de mini

fábricas ou a segmentação das fábricas em razão de seus diferentes “produtos”. (1997, p. 54-66)

Somando a essas alterações, podemos destacar as importantes mudanças no que se refere às formas de gestão dos processos de trabalho a partir da difusão dos Programas de Qualidade e Produtividade lançados no governo Collor. Essa política de gestão passava a ser convertida em senso comum dentre o empresariado e governo, trazendo a ideia de que essa “seria a causa responsável pelo êxito econômico do Japão e dos tigres asiáticos”. Nesse sentido, a “Política de Qualidade e Produtividade seria o primeiro passo na direção da construção de um envolvimento total de gerentes e trabalhadores, em todas as fases do processo produtivo, de acordo com as especificações e aspirações do mercado”. (OLIVEIRA, 2004, p. 106)

Nessas circunstâncias, passou a existir uma maior preocupação por parte das empresas com questões como: a diminuição dos níveis hierárquicos; a melhora do relacionamento com os trabalhadores; a diminuição dos conflitos nos ambientes de trabalho; a capacitação e treinamento dos trabalhadores. Leite (2003, p. 81) avalia que tais treinamentos destinavam-se a programas comportamentais ou motivacionais que se caracterizavam estritamente pela “preocupação em despertar nos trabalhadores uma postura cooperativa com relação às estratégias gerenciais e que não podem ser confundidos com treinamentos destinados a formar trabalhadores mais qualificados”. A autora ainda lembra que, embora houvesse mudanças significativas na forma de gerenciamento da produção e do trabalho, o processo apresentava-se bastante heterogêneo de empresa para empresa persistindo, em certa medida, o caráter conservador do empresariado. Por sua vez, tais fatores acabavam levando para um horizonte distante da consolidação de ambientes democráticos de trabalho.

De encontro a esse raciocínio, Bresciani (1997) enfatiza que as profundas mudanças nos processos de trabalho que ocorreram

no Brasil, nessa etapa da reestruturação produtiva, não significaram o abandono das formas e instrumentos tradicionais tayloristas/fordistas. O estudo de tempos e movimentos continuara em voga, bem como a padronização de processos e as linhas de montagem que foram pouco modificadas. Esse comportamento pode ser observado, por exemplo, na utilização da flexibilização do trabalho, onde:

[...] o ideal da flexibilidade e a tentativa constante de eliminar as porosidades entre operações combinam-se ao uso do conhecimento dos trabalhadores sobre os “macetes” do processo produtivo, levando a mudanças na divisão das tarefas, na intensidade com que as atividades são desempenhadas e no ritmo em que isso se dá. (BRESCIANI, 1997, p. 66)

Dessa forma, o modelo japonês foi tomando espaço e se disseminando, conforme explica Oliveira (2004, p. 104), pela indústria automobilística, pela indústria aeronáutica, no setor bancário e também nos serviços, ampliando para os mais diversos setores industriais e empresariais o seu campo de atuação, às vezes “como técnicas combinadas com o cronômetro taylorista; outras vezes, combinadas com automatização de base microeletrônicas; outras ainda, sem modificações na planta ou na rede de fornecedores.” Tais experiências variam “dando lugar a um cenário no qual, quase sempre, a promessa do novo se mescla com o existente para criar expectativas modernizantes”. Essa mescla entre mecanismos novos e antigos de realização da produção e do trabalho é que promove a adaptação do Brasil à lógica do modelo de produção toyotista e flexível. Um modelo produtivo que procura, das mais diferentes maneiras, ajustar-se às distintas sociedades e culturas socioeconômicas, tendo em vista o desempenho, a racionalização do trabalho e da produção que em última instância, objetiva a acumulação, o lucro e a luta concorrencial.

No entanto, a busca pela competitividade e a luta concorrencial se davam de formas desleais, pois aquelas empresas

e indústrias que não conseguiram se adequar à nova dinâmica de abertura comercial, globalização e reestruturação tecnológica e produtiva foram à falência, ocasionando, assim, a ruptura e a desnacionalização de parte das cadeias produtivas. Isso demonstra que a implementação das políticas de abertura econômica adotadas não veio acompanhada de políticas que proporcionassem uma competição mais justa das empresas brasileiras diante dos fabricantes externos. Nessa perspectiva, Bresciani (1997, p. 101) assimila que o incentivo à aquisição dos produtos importados foi acompanhado de um quase desalento na produção nacional, já que, não havia financiamento e crédito em condições adequadas. A taxa sobre a produção permanecia quase que intocada, ao mesmo tempo em que a formação e a reciclagem de pessoal mostravam-se precárias. Desse modo, os efeitos das políticas comerciais adotadas a partir nos anos de 1990 acentuaram o quadro de estagnação da estrutura produtiva brasileira. Esse comportamento regressivo dos setores produtivos fez-se refletir fortemente sobre o emprego e as condições de trabalho da grande maioria dos trabalhadores brasileiros.

4 A repercussão e os efeitos da produção flexível sobre o trabalho e o emprego

A abertura comercial, as políticas econômicas restritivas, o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva e a quebra de importantes setores industriais geradores de emprego levaram em primeira instância a um choque sobre a geração e manutenção do emprego nacional. Isso ocasionou uma larga eliminação de postos de trabalho de qualidade, fazendo-se sentir fortemente sobre o setor industrial que, ao longo da industrialização brasileira, absorvera grande parte da mão de obra disponível. Essa dimensão da redução do emprego pode ser visualizada na observação dos dados da Pesquisa de Emprego e

Desemprego (PED)⁷ realizada pelo DIEESE no período de 1989 a 1999, que compreende toda a PEA das regiões metropolitanas.

TABELA 02 - Taxas de desemprego total- Regiões Metropolitanas - 1989/1999
(em %)

Regiões	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Metropolitanas											
Belo Horizonte								12,7	13,4	15,9	17,9
Distrito Federal				15,5	15,1	14,5	15,7	16,8	18,1	19,4	21,6
Porto Alegre					12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9	19,0
Recife										21,6	22,1
Salvador									21,6	24,9	27,7
São Paulo	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3

Fonte: DIEESE, 2001, p. 53.

Os dados da PED para a região metropolitana de São Paulo, realizada pelo DIEESE, mostram que o desemprego cresceu até 1992, retrocedendo ligeiramente entre 1993 e 1995, devido aos efeitos do lançamento do Plano Real, e voltando a crescer a partir de então. O mesmo comportamento foi observado quando o levantamento começou a ser realizado em outras regiões, sendo o pior período entre 1998 e 1999.

O aumento do desemprego levou a um declínio do segmento organizado⁸ da economia brasileira. De acordo com Márcio Pochmann, “nos anos de 1990 foram destruídos cerca de 1,2 milhões de postos de trabalho no setor secundário em função das políticas econômicas adotadas”. (POCHMANN, 2012, p. 46). Na

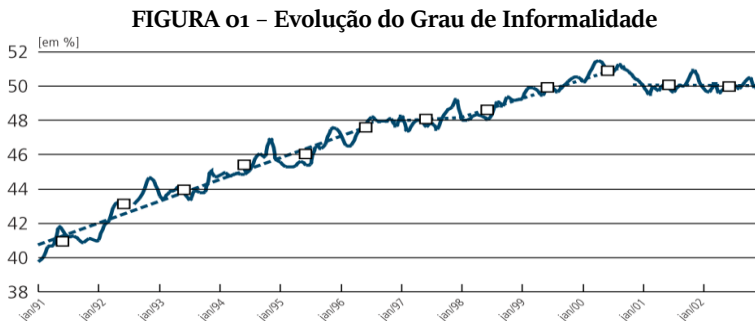
⁷ A Pesquisa de Emprego e Desemprego é realizada com metodologia desenvolvida pelo DIEESE e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), que abrangem as áreas metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Salvador e Recife, tendo como principais indicadores as taxas de desemprego aberto em 30 dias, de desemprego oculto pelo trabalho precário (que inclui trabalhadores desempregados que exerceram algum tipo de bico e buscaram emprego) e de desemprego oculto pelo desalento (inclui pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos trinta dias por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze meses). DIEESE, 2001.

⁸ Segmento organizado significa a situação de emprego em que o trabalhador está inserido com contrato de trabalho formalizado, com carteira de trabalho assinada. O empregado com contrato formal de trabalho tem acesso ao sistema de seguridade social e aos direitos trabalhistas inscritos no arcabouço legal, sendo assegurada a previdência social e a proteção em caso de doença, acidente e desemprego.

mesma perspectiva, o DIEESE registra que “somente na região metropolitana de São Paulo, uma das mais industrializadas, houve em média a destruição de 720.000 empregos formais entre os anos de 1989 e 1999”. (DIEESE, 2001, p. 63). Do mesmo modo, foram eliminados cerca de 550 mil postos de trabalho que pertenciam ao setor produtivo estatal por força da profunda mudança no papel do Estado no Brasil. Essa perda de dinamismo na geração de empregos fez com que o desemprego se multiplicasse 3,5 vezes entre os anos de 1980 e 2003, atingindo praticamente os mais distintos segmentos sociais, inclusive aqueles com nível de escolaridade mais elevado (ensino médio completo ou nível superior). (POCHMANN, 2012, p. 46-47)

A redução do trabalho formal ocasionou o crescimento do segmento informal da economia, uma tendência que já se verificava nos anos de 1980, mas que ganhou maior intensidade nos anos 1990. O declínio do emprego levou um enorme contingente da população a buscar ocupações alternativas, entre elas o trabalho informal (trabalho assalariado sem carteira de trabalho assinada e trabalho por conta própria), o trabalho temporário e o trabalho parcial.

A dinâmica evolutiva do trabalho informal entre os anos de 1991 e 2002 pode ser observada na figura a seguir:



Fonte: RAMOS; BRITO, 2003, p. 38.

Os dados evidenciam que nos seis primeiros anos da década de 1990, o percentual de trabalhadores informais passou de 40% para 47%, chegando a alcançar no final da década a cifra de 50%. Esses dados se somam à pesquisa desenvolvida por Mattoso (2001, p. 16), no qual indica que, no ano de 2001, mais de 50% dos ocupados brasileiros nas grandes cidades encontrava-se em algum tipo de informalidade, na sua maioria sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro-desemprego e FGTS refletindo, assim, uma evidente degradação das condições de trabalho e de seguridade social, situação que agravava ainda mais a crise da previdência pública no Brasil.

Outra tendência que surge nesse momento é a mudança na estrutura ocupacional, com o recuo da participação da indústria como geradora de empregos e o aumento da participação do setor terciário (comércio e de serviços). Esse comportamento se deve, por um lado, pela própria estratégia de terceirização das atividades por parte da indústria com vistas a enxugar sua estrutura de pessoal e, por outro lado, pelo grande número de trabalhadores que ingressavam no mercado de trabalho à procura de emprego.

A magnitude dessa tendência pode ser visualizada na figura abaixo:

FIGURA 02 – Evolução da Estrutura Setorial da Ocupação: Setor de Serviços e Indústria de Transformação



Fonte: RAMOS; BRITO, 2003, p. 43.

A crescente evolução do setor de serviços expressa a grande diversidade das formas de contratação da força de trabalho que passava por um forte processo de flexibilização naquele período. Tal fato levou a ampliação da contratação de trabalhadores temporários, empregados sem carteira de trabalho assinada, seja via empresa terceirizada, seja como trabalhador autônomo, tanto por parte das empresas privadas, quanto pelas empresas do setor público.

O DIEESE indica que o auge desse tipo de contratação ocorreu no ano de 1999, sendo de forma mais acentuada nas regiões de São Paulo e Porto Alegre:

Na primeira, a contratação flexibilizada, que, em 1989, representava 20,9% do total de postos gerados pelas empresas, passou, em 1998, para uma proporção de 31,6%, atingindo 33,1%, em 1999. Na grande Porto Alegre, a contratação flexibilizada passou de 17,8%, em 1993, para 22,1%, em 1998, e 24,8%, em 1999. Na região metropolitana de Belo Horizonte, a contratação flexibilizada, que representava 25,8% dos postos de trabalho em 1996, saltou para 27,4%, em 1998 e ficou em 27,2%, em 1999. O Distrito Federal, por sua vez, passou de uma parcela de 22,2% nesta situação em 1992, para 25,3% em 1998 e 26,4% em 1999. (2001, p. 65)

O processo de flexibilização do trabalho no Brasil aumentou seu fôlego a partir da implementação de uma série de medidas governamentais que promoveram mudanças nos eixos centrais da organização do trabalho. Ao longo dos anos de 1990, foi editado um conjunto de leis e medidas provisórias que flexibilizavam itens importantes de proteção ao trabalho, consagrados na CLT e na Constituição de 1988, atingindo enormemente o tocante das condições de uso, da remuneração e das condições de proteção e assistência à força de trabalho.

Dentre as diversas emendas, decretos, leis e medidas provisórias que foram gradualmente alterando as formas de contratação do trabalho, destacam-se:

- MP nº 794/ 1994 – Instituiu a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, participação essa desvinculada da remuneração contratual. Com essa medida provisória, o governo desonerava a transferência de recursos das empresas para os empregados a um custo mais baixo, pois o valor acertado na *Participação dos Lucros e Resultados* (PLR) não entra no cálculo das contribuições e direitos trabalhistas;
- Portaria 865/95 do MTE – Impedia a autuação, por parte dos fiscais do trabalho, de empregadores que descumprissem os deveres constantes em acordo ou convenção coletiva;
- Decreto nº 2.100/1996 – Denuncia a Convenção 158 da OIT, que proíbe demissão imotivada no País;
- MP nº 1.522/1997 – Autorizou a demissão de servidores públicos, conforme critérios estabelecidos em regulamento;
- Lei nº 9.601/1998 – Instituiu o *trabalho por tempo determinado* e o banco de horas, permitindo a contratação com redução de direitos e encargos trabalhistas;
- MP nº 1709/1998 – Ampliou o prazo de compensação de horas-extras, que era de 120 dias passando para um ano e regulamentou o *trabalho por tempo parcial*;
- Lei nº 9.962 e a MP nº 1.970, ambas de 2000 – A primeira estabeleceu que os empregados admitidos na categoria “emprego público” serão regidos pelas normas da CLT. A segunda instituiu o *Programa de Desligamento Voluntário*, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com incentivo pecuniário, destinados aos servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional;
- Lei 9.958/2000 – Institui as Comissões de Conciliação Prévia no âmbito da empresa, com poderes para conciliar e dar quitação aos direitos trabalhistas, além de condicionar o acesso à justiça para o fornecimento de certidão de tentativa frustrada de negociação.⁹

Essas medidas demonstram que o novo modelo produtivo amparado nas políticas neoliberais de mercado, ao produzir, em última instância, tanto a flexibilização da produção, quanto a

⁹ A relação das emendas, decretos, leis e medidas provisórias que foram gradualmente alterando as formas de contratação do trabalho podem ser vistas no sítio da CÂMARA DOS DEPUTADOS: <http://www.camara.gov.br>

flexibilização da mão de obra, provoca uma “[...] absoluta dissonância com a clássica teoria da proteção, tradicionalmente assegurada aos empregados nas relações de emprego”. (DELGADO, 2006, p. 195). Com essas mudanças no caráter normativo justtrabalhista, os direitos passaram a ser flexíveis, de modo que as empresas poderiam dispor de uma força de trabalho em função das diretas necessidades do mercado.

Ao mesmo tempo, a flexibilização veio acentuar as características estruturais do mercado de trabalho brasileiro como o seu caráter de exclusão, exploração e precariedade do trabalhador. Pois, diante do novo cenário, além da falta de garantia de acesso ao trabalho e da proteção dos direitos trabalhistas legalmente constituídos, esse trabalhador iria se deparar com uma maior rotatividade das ocupações e com um encolhimento mais elevado do nível salarial.

Com relação à maior rotatividade das ocupações, o DIEESE registra que ao longo dos anos de 1990 eram demitidos no Brasil em torno de “8,5 milhões de trabalhadores por ano, o que representa cerca de 40% dos 23 milhões de assalariados com carteira assinada”. Outro dado revela que 66% dos assalariados brasileiros estavam a menos de três anos na empresa. Isso demonstra que a rotatividade era “um expediente bastante utilizado pelos empregadores, com a finalidade de reduzir os níveis salariais”. (DIEESE, 2001, p. 281). Por sua vez, a redução dos níveis salariais era diretamente proporcional ao aumento da produtividade do trabalho, o que significa a maior intensificação e exploração da mão de obra, já que o aumento da produtividade não representava aumento de salários ou redução da jornada diária.

Em se tratando do aumento da produtividade do trabalho, podemos observar na tabela abaixo a relação entre produção, emprego e produtividade na indústria montadora:

TABELA 3 - Produção e emprego na Indústria Montadora (1989-1996)

Ano	Veículos	Trabalhadores	Veículos por Trabalhador
1989	1.013.252	118.369	8,6
1990	914.466	117.396	7,8
1991	960.044	109.428	8,8
1992	1.073.761	105.664	10,2
1993	1.391.376	106.738	13,0
1994	1.581.389	107.134	14,8
1995	1.629.008	104.614	15,6
1996	1.813.881	102.072	17,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de BRESCIANI, 1997, p.47.

Os dados acima demonstram um aumento significativo dos níveis de produtividade nas montadoras, representando em 1996 um índice maior que o dobro do índice de 1989 na relação veículo por trabalhador, sendo que entre 1992 e 1996 essa evolução foi de 65%, representando 13,3% ao ano. Complementando esse raciocínio, Oliveira (2004, p. 135) pontua que na empresa Toyota do Brasil, na metade do ano de 1999, a produção diária já alcançava a fabricação de 38 carros que eram obtidos através de uma produtividade média de 13 minutos por carro, alcançando um patamar de 1.000 veículos montados ao mês.

No que se refere aos níveis salariais, estes já vinham desde as últimas duas décadas passando por uma trajetória de corrosão, sobretudo devido aos efeitos da inflação e da ausência de políticas de proteção e valorização. Nos anos 1990, as políticas governamentais implementadas, baseadas nos elevados juros, valorização cambial, contenção fiscal e ajustes nos gastos sociais, acompanhadas das políticas de flexibilização do trabalho, terminaram por comprimir e alimentar os já históricos baixos salários. Nem mesmo o fato de a inflação ter retrocedido, a partir da segunda metade da década, representou efeitos positivos sobre os salários. Isso fica evidenciado na tabela a seguir que demonstra a evolução do salário mínimo no período 1989-1998:

TABELA 4 - Valor real do salário mínimo (1989-1999)

Anos	Salário Mínimo (R\$)
1989	231,86
1990	165,69
1991	173,05
1992	140,51
1993	167,31
1994	141,21
1995	139,72
1996	141,96
1997	144,20
1998	151,21

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DIEESE, 2001, p. 97.

A tendência de visível perda do valor do salário mínimo é parte de um contexto em que as transformações estruturais por que passou a economia brasileira resultaram em um processo de transferência de renda que, por sua vez, prejudicou a remuneração do trabalho. Conforme Pereira de Souza (2007, p. 54), “[...] a parcela da renda apropriada pelos empregados e autônomos (conta própria) caiu de 52%, em 1990, para 44% do PIB, em 1999”, enquanto que os ganhos com lucros, dividendos, aluguéis, juros e rendimentos de capitais passaram de “33% para 41% do PIB nesse mesmo período”. Tal fato revela que, ao longo dos anos 1990 a tendência de queda da participação da renda do trabalho no PIB nacional, verificada nas duas décadas anteriores, não só permaneceu como foi agravada pela perda considerável de direitos trabalhistas.

As alterações no mundo do trabalho também atingiram, de forma significativa, a organização dos trabalhadores, sobretudo o sindicalismo. O processo de industrialização vivenciado no Brasil entre as décadas de 1930 e 1970, impulsionado pelo Estado, criou uma grande massa de operários, bem como, um funcionalismo público-estatal muito forte. Foram esses setores que formaram a principal base do “novo sindicalismo”, surgido na transição da ditadura para a democracia e responsável por impulsionar as lutas dos trabalhadores ao longo dos anos 1980.

Esse “novo sindicalismo” sofreu um forte revés com a implantação do neoliberalismo e, principalmente, com o avanço da reestruturação do mundo do trabalho no Brasil. As terceirizações, os contratos temporários, os mecanismos de cooptação dos trabalhadores por parte das empresas, a quebra da estabilidade do funcionário público, o crescimento do trabalho precário e o desemprego acabaram desestruturando a base do “novo sindicalismo”, criando um quadro onde poucas organizações sindicais conseguiram manter seu poder de mobilização. A desestruturação das bases que constituíram historicamente o sindicalismo brasileiro se tornou um fator decisivo para a redefinição do papel que os sindicatos tiveram nos anos 1990. Enquanto na década de 1980, diante de uma correlação de forças mais favorável, as lutas sindicais se caracterizaram pela consolidação de espaços de garantia de conquistas trabalhistas, nos anos 1990 o sindicalismo foi colocado em uma posição defensiva, caracterizando-se pela luta da manutenção de direitos adquiridos.

5 Considerações finais

Em suma, evidencia-se que ao longo dos anos 1990, embrionou-se uma nova dinâmica na economia brasileira, a qual visava a reinserção do Brasil na nova ordem capitalista mundial a partir do ideário neoliberal. As políticas adotadas pelo novo modelo de desenvolvimento, qual seja, a abertura comercial e financeira, a valorização artificial da moeda e as elevadas taxas de juros, levaram o País a uma fragilidade significativa diante da economia internacional, promovendo, ao mesmo tempo, a desestruturação do mercado de trabalho e das garantias e leis trabalhistas consolidadas no Brasil ao longo do processo de industrialização no século XX. Tal fato criou um cenário contraditório, onde a abertura comercial forçou uma *modernização* da economia, fazendo com que as empresas se tornassem mais eficientes e competitivas, porém, não desenvolveu uma produção eficiente, competitiva e

integrada, geradora de emprego e renda satisfatórios para o enfrentamento da histórica desigualdade social brasileira.

O crescimento das formas precárias de ocupação, baseadas na lógica do trabalho flexível, na mudança de paradigma da legislação trabalhista e na perda do poder de representação dos trabalhadores, desestruturou profundamente um mercado de trabalho que já era desigual. Ao mesmo tempo, aprofundou as características mais perversas desse mesmo mercado de trabalho, como a alta rotatividade e a superexploração da mão de obra. Essa dinâmica deixou como herança para o novo século uma situação em que velhas e novas problemáticas se interligaram, criando, assim, uma complexa realidade a ser enfrentada.

Referências

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes de. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BRESCIANI, Luis Paulo. Os desejos e o limite: reestruturação industrial e ação sindical no complexo automotivo brasileiro. In: LEITE, Márcia de Paula (Org). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 27ª edição. Ijuí-RS: Editora UNIJUÍ; Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DELGADO, Gabriela Neve. *Direito fundamental ao trabalho digno*. São Paulo: LTr, 2006.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001.

FILGUEIRAS, Luis Antonio Mattos. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2012.

LEITE, Márcia de Paula. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. 2ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

OLIVEIRA, Eurenice de. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PEREIRA DE SOUZA, Marcelo Galiza. *Transformações no capitalismo contemporâneo e políticas públicas de auto-ocupação no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

POCHMANN, Márcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

RAMOS, Lauro; BRITO, Marcelo. *O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais*. Nota Técnica. Brasília-DF: IPEA, novembro de 2003.

SOUZA, Nilson Araújo de. *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula*. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

**O trabalho imigrante e
a escravidão contemporânea na
indústria têxtil paulista (2010-2017):
notas de pesquisa**

Lorena Fernanda de Oliveira Silva¹

Esse artigo é parte da minha pesquisa de mestrado em História na Universidade Federal do Paraná, iniciado no primeiro semestre de 2018, sob orientação da Professora Dr^a Roseli Boschilia. Meu objeto de estudo é o trabalho em condição análoga à de escravo na indústria da confecção paulista, com mão de obra imigrante, entre os anos 2010 e 2017. Pretendo aqui apontar alguns caminhos percorridos por essa pesquisa.

As últimas décadas do século XX foram de grandes mudanças no mundo do trabalho. O espaço fabril, principalmente aquele desenhado a partir do modelo fordista keynesiano, começou a entrar em declínio, cedendo espaço para relações laborais flexibilizadas. Segundo David Harvey², a crise econômica dos anos 1970 levou a uma reestruturação do capitalismo nas décadas seguintes, pois a rigidez baseada nas grandes indústrias monopolistas não era suficiente para lidar com situações adversas.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. E-mail: lorenafos89@gmail.com

² HARVEY, D. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 25.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

Para pensar o período, Harvey criou o conceito de acumulação flexível, que, segundo o autor “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”³. Foi, sobretudo, uma reestruturação do próprio capitalismo em busca de um sistema mais adaptável em contextos de crise, tanto no que diz respeito a investimentos de capital, como nas relações de trabalho.

Dessa maneira, a tendência entre as grandes empresas foi de reduzir o número de funcionários fixos ao mínimo possível, acumulando “trabalhadores flexíveis”⁴, formados por mão de obra facilmente encontradas no mercado e que podem ser demitidos a baixo custo sempre que necessário. Essa mudança gerou uma reestruturação na indústria da confecção. As grandes fábricas que povoaram o século XX começaram a ceder espaço para pequenos espaços fabris, terceirizados, com pouca divisão entre o ambiente doméstico e o ambiente de trabalho. O principal impacto dessas mudanças foi o aumento das subcontratações, pois as empresas passaram a delegar boa parte do seu processo produtivo a empresas subsidiárias.

É nesse cenário que, segundo o auditor do trabalho Renato Bignami⁵, sustenta-se a indústria da moda na cidade de São Paulo. Para baratear os custos de produção, a indústria da confecção paulista opera na lógica da flexibilização de sua produção, terceirizando a maior parte do processo. Ademais, há um escalonamento de subcontratações: a empresa contratada para prestar o serviço delega a outras subcontratadas, e assim por diante, ficando na ponta as chamadas “oficinas de costuras”⁶.

³ HARVEY, D. *Condição pós-moderna*, p.140.

⁴ HARVEY, D. *Condição pós-moderna*, p.144.

⁵ BIGNAMI, R. O tráfico de pessoas no setor têxtil. In Nogueira, C; Novaes, M; Bignami, R. (Orgs.) *Tráfico de pessoas*. São Paulo: Paulinas, 2014.

⁶ BIGNAMI, R. O tráfico de pessoas no setor têxtil, p.185.

Em geral, as oficinas funcionam em espaços domésticos adaptados, aglomerando um número pequeno de trabalhadores, responsáveis por costurar peças que já chegam cortadas. Alvo de constante investigação do Ministério do Trabalho, desde 2010 diversas oficinas têm sido autuadas por registrarem formas repressivas de trabalho⁷, e todas elas empregando imigrantes, majoritariamente bolivianos, mas há também peruanos e paraguaios.

Tendo em vista este contexto, pretendemos trazer reflexões sobre o imigrante neste novo espaço fabril, dentro das condições degradantes de trabalho do que se convencionalizou chamar de escravidão contemporânea. Nesse sentido, meu recorte temático procura compreender as relações de vida e trabalho do imigrante em situação de escravidão industrial e urbana, encontrado no setor têxtil da cidade de São Paulo. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, utilizaremos como fontes os relatórios produzidos pelo Ministério do Trabalho em cada uma das inspeções realizadas no setor da costura no período estudado.

Todavia, antes de uma aproximação às fontes, é interessante apontar o que tem sido meus principais aportes teóricos. Para tanto, dividi o texto em 3 partes principais: Na primeira delas, proponho algumas discussões acerca do conceito de “trabalho em condição análoga à de escravo” e como a questão tem sido tratada pelo Estado Brasileiro nas últimas décadas. Na segunda parte, busco compreender a relação entre a escravidão contemporânea urbana e o trabalho imigrante. E por último, aponto algumas possibilidades a partir das minhas fontes de pesquisa, que são os relatórios de fiscalização feito pelos auditores fiscais do trabalho

⁷ Para pensarmos essa categoria, nos referenciamos nas reflexões propostas por ESTERCI, N. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo das forças de trabalho, hoje*. Rio de Janeiro: CEDI / Koinonia, 1994. Segundo a autora, ainda que toda forma de trabalho no capitalismo possa ser considerada repressiva, neste caso tratam-se de situações extremas de repressão, pois há a intenção de imobilizar o trabalhador.

em cada uma das inspeções realizadas nas oficinas de costura paulista entre os anos 2010 e 2017.

As reflexões desse trabalho partem, portanto, de uma relação entre os estudos sobre o trabalho em condição análoga à de escravo, o capitalismo industrial e urbano, e os movimentos de imigração dentro da América do Sul. Reitero que se trata de um caso específico de escravidão contemporânea, localizada em um grande centro urbano, direcionada ao imigrante, e ainda, inserido num processo de terceirização e quarteirização que interliga as oficinas de costura autuadas pelo MTE com a indústria da moda internacional.

Trabalho em condição análoga à de escravo e escravidão contemporânea: problematizações conceituais

A transição do trabalho forçado para o trabalho livre no Brasil não ocorreu de maneira linear, e diversas formas de escravidão não legal foram empregadas ao longo da história brasileira. Em uma pesquisa sobre os impactos da lei de 1831, que proibia o tráfico transatlântico, Marcus de Carvalho⁸ observa como foi construída uma rede para receber navios da África em portos naturais brasileiros. Afastados dos centros urbanos, essa rede garantiu a continuidade da chegada de africanos em situação de escravidão no território brasileiro mesmo quando o tráfico era ilegal.

Todavia, mesmo após a abolição da escravidão no Brasil diferentes formas repressivas de trabalho não legais continuaram sendo empregadas. Um dos primeiros estudos sobre o assunto foi desenvolvido por Caio Prado Jr, na *História Econômica do Brasil*⁹, em 1945. Segundo o autor, o fim da escravidão legal, aliado a uma

⁸ CARVALHO, J. M. M. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. *Revista de História*, São Paulo, n° 167, p.223-260. Jul/dez de 2012.

⁹ PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

forte seca no nordeste entre 1877 e 1880, gerou uma onda migratória do nordeste para o norte do país, devido ao ciclo de extração da borracha. Levados para o meio da floresta em condições de difícil acesso a transportes e comércio, o vínculo entre o trabalhador e o empregador se dava por meio de endividamento.

Entretanto, meu objetivo principal nessa comunicação é refletir sobre um tipo específico de trabalho forçado, chamado pelo Código Penal de “trabalho em condição análoga à de escravo”. O termo apareceu pela primeira vez no código penal de 1940 mas permaneceu letra morta até a década de 1970. Por ser uma categoria de uso recente, há diversas disputas entre os setores envolvidos, grandes proprietários e movimentos sociais, juristas que buscam analisar a amplitude do artigo 149 do Código Penal que dispõe sobre o tema, e também, na comunidade acadêmica.

Há uma multiplicidade de nomenclaturas envolvendo o trabalho forçado no Brasil, como “condição análoga à de escravo”, “trabalho escravo contemporâneo”, “escravidão não legal”, “trabalho forçado”. Tanto em nossas fontes como na produção acadêmica, normalmente esses termos são utilizados como sinônimos.

Durante boa parte do século XX a exploração abusiva de trabalhadores rurais, normalmente retirados do seu local de origem, permaneceu invisibilizada tanto pelas ciências humanas como pelo poder público. Foi em decorrência do esforço investigativo realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região do norte brasileiro na década de 1970 que a servidão por dívida se tornou conhecida e começou a haver alguma atuação de investigação do Estado Brasileiro¹⁰.

A expansão do trabalho forçado esteve muito relacionada ao desmatamento da Amazônia, favorecido principalmente pelas grandes distâncias. Ao trabalhador, deslocado e longe do seu lugar

¹⁰GOMES, A. C. Repressão e mudanças no trabalho a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n° 64, p.167-184, 2012.

de origem, era imposto um trabalho muitas vezes em condições inferiores das que haviam sido negociadas previamente. Somava-se a essa situação, o endividamento, jornadas exaustivas, condições degradantes de vida e trabalho e ainda, o uso da violência.

As primeiras movimentações políticas com relação a essa exploração começaram no governo Itamar Franco, e foram fortalecidas no governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo Ângela Castro Gomes¹¹, essa relevância se deu pela necessidade de colocar em prática a Constituição de 1988, e promover uma nova imagem do Estado brasileiro, já desgastado pelo processo de *Impeachment* e renúncia de Fernando Collor.

Ademais, o Brasil vinha sofrendo pressões em nível internacional, pois, em decorrência das denúncias da CPT, o país estava sendo julgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 1992 o Brasil foi chamado à OIT para dar explicações quanto à aplicabilidade da Convenção nº 29 (que dispõe contra o trabalho forçado e é ratificada pelo país), voltando a ser chamado outras três vezes, em 1993, 1996 e 1997¹². O reconhecimento do trabalho forçado apareceu em texto oficial pela primeira vez em 1985, a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento da Reforma Agrária. Também nesse ano foi criado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM).

Todavia, a associação do trabalho forçado à escravidão é uma especificidade brasileira, muito relacionada com o papel dos auditores fiscais do trabalho¹³. Chamado de “trabalho forçado” pela OIT, os auditores do trabalho entenderam que no Brasil a prática

¹¹GOMES, A. C. *Trabalho análogo ao de escravo: construindo um problema*. In: História oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.11, n.1-2,jan/dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008. p.25.

¹² OIT. *As boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil: a erradicação do trabalho análogo ao de escravo*. OIT - Brasília: OIT, 2010.

¹³ Os auditores do trabalho são funcionários públicos, vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego, responsáveis pela fiscalização de infrações trabalhistas no território brasileiro. Os auditores têm tido um papel preponderante no combate ao trabalho em condição análoga à de escravo no país.

era distinta, já que o termo usado pela OIT tinha um aspecto amplo, e se referia principalmente aos trabalhos em territórios colonizados impostos por outros Estados. Foi principalmente pelo trabalho dos auditores, envolvendo publicações e publicidades, que aceitou-se o termo “trabalho análogo ao de escravo”, que, inclusive, passou a ser utilizado pela OIT para definir o caso brasileiro¹⁴.

Para Ângela Castro Gomes pensar a definição da categoria (trabalho em condição análoga à de escravo) é uma maneira de guiar os trabalhos de pesquisa e as políticas públicas de prevenção e punição. Dessa maneira, o uso do conceito de “escravidão contemporânea” e “trabalho análogo ao de escravo”, usados pela autora como sinônimos, devem ser compreendido através das relações entre memória e história, e nos usos políticos do passado. A resignificação do termo escravidão não deve ser lido como anacronismo, mas contribui para “acionar o potencial explicativo e mobilizador, que permite uma rápida compreensão de um fenômeno novo”¹⁵. O trabalho escravo contemporâneo é entendido pela autora “não como um rótulo”, mas uma “metáfora”, construída pelo discurso e pelas práticas que objetivam seu combate no mundo contemporâneo, particularmente no Brasil.

Segundo a antropóloga Neide Esterci, “escravidão tornou-se, pode-se dizer, uma categoria eminentemente política; faz parte de um campo de lutas”¹⁶. Nesse sentido, a autora defende que escravidão é utilizada como uma “metáfora do inaceitável”, pois busca descrever relações de trabalho onde não só a legislação trabalhista é desrespeitada, mas também os direitos humanos. É usada também porque é denunciativa, coloca em foco humilhações e restrições, e principalmente, a inaceitabilidade que deve-se impor

¹⁴ SAKAMOTO, L. M. *Os acionistas da casa-grande: a reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. 2007. Tese (doutorado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007.

¹⁵ GOMES, A. C. *Trabalho análogo ao de escravo: construindo um problema*. p.38

¹⁶ ESTERCI, N. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo das forças de trabalho, hoje*. Rio de Janeiro: CEDI / Koinonia, 1994. p.31.

a essas relações, já que mantê-las é comparar o trabalho contemporâneo com o passado escravista brasileiro.

Entretanto, ainda que as aproximações busquem reforçar a inaceitabilidade desse tipo de trabalho, há um grande esforço para estabelecer as diferenças e caracterizar a escravidão contemporânea como um fenômeno novo, pois o escravo contemporâneo normalmente não está preso, não tem vínculo de propriedade.

Dentro dessa linha de reflexão, não há nenhum desejo de aproximação jurídica com o passado escravista, mas ao contrário. O que se constrói é um afastamento dessa realidade, justamente para ultrapassar o fundamento legal da propriedade/privação da liberdade do trabalhador. No sentido contemporâneo, onde a mão de obra no mercado é legalmente livre, é preciso que se afirmem novas bases para a sustentação da noção de um trabalho que é análogo a de escravo: um crime contra os direitos humanos.¹⁷

Sakamoto afirma que o que caracteriza a escravidão contemporânea – não legal – é que o trabalhador perde a liberdade para vender sua força de trabalho. Normalmente vinculada à escravidão por dívida, o débito inicial com despesas como passagem, comida e equipamentos para o trabalho, tendem a nunca ser saldados. Ainda que sejam legalmente livres, são economicamente escravizados.

Nesse sentido, a escravidão contemporânea diverge da escravidão na antiguidade e no continente americano durante a modernidade porque não há o direito à propriedade. A relação de mercadorização do trabalhador não está presente, mas persistem vários outros elementos, como a situação de trabalho degradante e a impossibilidade de se desligar do trabalho. Segundo o autor, “apesar de nascer de uma relação aparentemente legal (relação patrão/empregado), torna-se uma distorção desta,

¹⁷ ESTERCI, N. *Escravos da desigualdade*, p. 37.

desconsiderando o contrato firmado entre capital e trabalhador para a venda de mão de obra¹⁸.

Trabalho escravo contemporâneo ou análogo ao de escravo foi utilizado, então, para designar não somente desrespeito aos direitos trabalhistas, mas também desrespeito aos direitos humanos. “não haveria nada, absolutamente nada, que lembrasse um patamar mínimo de direitos do trabalhador(...) Uma coerção que se caracteriza por se estender à vida pessoal do trabalhador, que não dispunha de condições objetivas de pôr fim à relação estabelecida¹⁹”.

Castro Gomes afirma ainda que a perda da liberdade ou o fator da propriedade, características da escravidão moderno entre os séculos XVI e XIX, não podem ser utilizadas como parâmetro para a característica da escravidão contemporânea. Nesse sentido, “o trabalho escravo contemporâneo é um caso paradigmático de ‘fim’ de direitos de cidadania, e não só de direitos sociais do trabalho”.²⁰

Dessa maneira, ao estudarmos a escravidão contemporânea, estabelecemos vínculos com a prática escravocrata de séculos, mas também, a analisamos enquanto um novo fenômeno histórico. A conceituação da escravidão contemporânea passa pelas continuidades que formaram no Brasil uma tradição de trabalho forçado, mas também, de descontinuidades, que a caracterizam através das suas especificidades em um dado período histórico.

Camargo Melo, subprocurador geral do trabalho e coordenador nacional do combate ao trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho, aponta, todavia, outros elementos para pensarmos a questão. Segundo Melo, o termo “trabalho escravo” traz diversas dificuldades no combate à prática, pois, ao associamos às condições de trabalho da escravidão moderna,

¹⁸ SAKAMOTO, L. M. *Os acionistas da casa-grande*, p. 31.

¹⁹ GOMES, A. C. *Trabalho análogo ao de escravo: construindo um problema*, p.29.

²⁰ GOMES, A. C. *Repressão e mudanças no trabalho a de escravo no Brasil*, p.169.

corremos o risco de nos tornarmos menos sensíveis às formas contemporâneas de trabalho forçado. Inclusive, porque, elas aparecem “travestidas das mais diversas formas de ‘licitude’”²¹. Se por lado a associação traz a memória do passado escravista e a inaceitabilidade de manter formas de trabalho que possam ser comparados com o passado, por outro, pode insensibilizar quanto aos abusos do tempo presente.

Realizamos aqui uma exposição de como a questão tem sido tratada academicamente, todavia, os debates ainda são embrionários e estão em intensa disputa. Os problemas conceituais são amplos: Se por um lado não há um conceito fechado sobre o que caracteriza o fenômeno do trabalho forçado no Brasil, por outro, não é uniforme como a prática é chamada. No decorrer do texto utilizamos diferentes expressões, e elas têm sido utilizadas como sinônimo inclusive no meio acadêmico.

Há que se pensar ainda as especificidades dos casos registrados em São Paulo, que diferentes dos casos estudados por Caio Prado, por exemplo, estão inseridos em um grande centro urbano, e as distâncias não são o principal fator de imobilização. Nesse sentido, é preciso nos atentarmos para as mudanças dentro do próprio capitalismo que fizeram com que pequenos espaços de trabalho, muitos deles domésticos (como no caso das oficinas de costura) passassem a funcionar como a principal força produtiva da indústria da confecção.

Nesses pequenos espaços, onde atualmente é registrado formas de trabalho em condição análoga à de escravo urbano, há uma intensificação das relações de paternalismo e dependência, principalmente para aqueles trabalhadores em situação de maior vulnerabilidade, como no nosso caso, imigrantes ilegais. Para

²¹ MELO, L. A. C. *As atribuições do Ministério Público do trabalho na prevenção e no enfrentamento ao trabalho escravo*. Palestra proferida no II Encontro Internacional sobre Tráfico de Seres Humanos. Recife/Pe, 18 de março de 2004.

tanto, a próxima parte do texto será dedicada a pensar algumas possibilidades sobre as condições de vida e trabalho do imigrante, dentro desse espaço que é a “oficina de costura”.

Vida e trabalho na oficina de costura

A oficina de costura é mais do que um espaço laboral, pois é nela que o trabalhador desenvolve toda sua sociabilidade. Ao nos aproximarmos das nossas fontes, observamos que esse espaço fabril abriga uma confluência entre a vida doméstica e trabalho. Essa convergência pode ser observada, por exemplo, através dos depoimentos prestados por Julieta e Javier²², um casal de bolivianos que teve a documentação retida pelos empregadores, e que compartilhavam o espaço de trabalho e moradia com o cuidado dos filhos. Em depoimento, o casal alegou que:

O Sr. Jose não entregou qualquer recibo das duas CTPSs e que nunca devolveu os documentos. Que nas oportunidades em que exigiram a devolução da CTPS, Sr. Jose e sra. Margarida disseram que os documentos estavam no contador, e por fim, justificaram que as carteiras foram perdidas. Que tem dois filhos, um menino de 4 anos, e uma menina de nove meses. Que no período que trabalharam na oficina, os filhos ficavam no mesmo local, a bebê ficava em um berço no quarto contíguo ao ambiente da oficina, que era o quarto em que vivia a família, e o filho maior ficava circulando na cozinha, no corredor do imóvel ou trancado no quarto.²³

Trata-se de uma narrativa mediada por um escrivão, e que não sabemos em quais condições se deram, ou ainda, quais perguntas foram feitas, se havia um ambiente de conforto ou de ameaça, quais foram as narrativas incentivadas ou quais o escrivão simplesmente

²²Todos os nomes dos trabalhadores citados foram alterados para preservar suas verdadeiras identidades.

²³ BRASIL. Relatório fiscalização e erradicação do trabalho escravo, op.069. Brasília: MTE, 2014.

excluiu. Segundo Walter Benjamin, narrar é uma atividade próxima ao trabalho manual, aproxima-se do ofício do artesão, “é uma forma artesanal de comunicação”, pois “se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro da argila do vaso”²⁴.

Ao analisar o depoimento prestado por Julieta e Javier, é preciso levar em consideração que há marcas de diversas mãos: do casal de depoentes (que assinam juntos o depoimento), daquele que faz as perguntas, daquele que transcreve o relato, e ainda, do próprio formato desse tipo de narrativa, que é feita para responder determinados ritos jurídicos. Trata-se de uma narrativa mediada, mas que nos permite, senão compreender a trajetória do jovem casal nos moldes de uma biografia, buscar nestes registros suas percepções quanto à experiência dentro das oficinas de costura, os mecanismos de coerção e resistência, e o desenvolvimento da sociabilidade neste espaço onde vida e trabalho se confundem.

Podemos observar que Julieta e Javier ingressaram na oficina de costura em uma relação aparentemente legal, já que possuíam o documento brasileiro necessário para a relação de trabalho (a CTPS). Entretanto, mesmo estando em situação legal no país, o casal teve seus documentos retidos. Segundo o historiador Philippe Artières, “o anormal é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico.”²⁵ (1998, p.11)”. A condição de pessoa indocumentada é associada a anormalidade e a ameaça social. A expectativa de reaver a documentação, ou seja, de não se tornar um ilegal, um “sem papel”, funciona como mais um fator de retenção dos trabalhadores numa relação de trabalho não desejada.

Ademais, pesa lembrar que para o casal a oficina não é só espaço de trabalho, é onde vive toda a família, inclusive a criança de 9 meses que fica no colo da mãe durante a longa jornada de

²⁴ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Ed. brasiliense, 2000. p. 197-221. p. 205.

²⁵ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n 21, p. 9-34, 1998.

trabalho, enquanto a criança de 4 anos passa o dia brincando entre máquinas de costuras e tecidos, ou trancada em seu quarto.

Nesse sentido, nossas reflexões passam pelo questionamento: quais possibilidades para esses dois trabalhadores, indocumentados e dependendo da oficina de costura também como moradia, manter ou não manter determinada relação de trabalho? Para tanto, levantamos duas principais hipóteses. Primeiramente, que a atual organização do trabalho exclui permanentemente alguns sujeitos, colocando-os à margem da cadeia produtiva e com pouca possibilidade de negociar melhores condições de trabalho. A segunda, que a escravidão contemporânea em São Paulo é uma exploração voltada ao imigrante.

Para constituir a primeira hipótese nos amparamos principalmente nas reflexões trazidas pelo sociólogo José de Souza Martins²⁶. Segundo o autor, há um descompasso entre o nosso desenvolvimento econômico, no modo de produção capitalista, e nosso desenvolvimento social, ainda periférico, incluindo grande parte da população de forma degradada, como força de trabalho mas não como força de consumo, atingindo de forma ainda mais dura os trabalhadores pobres e imigrantes.

Para essa discussão também é interessante atentarmos para as reflexões trazidas pelo sociólogo Zygmunt Bauman. Segundo o autor, um dos principais problemas da sociedade contemporânea é que o modo de produção exclui grande parte da população. Bauman afirma que no final do século XX houve uma alteração na noção de desemprego. À diferença do exército de reserva, onde a exclusão da cadeia produtiva era provisória e havia a expectativa do reemprego, os chamados redundantes não possuem esperança de serem inseridos, a não ser às margens.

Além disso, o autor comenta que não há trajeto certo para ser reintegrado, “para qualquer um que tenha sido excluído e marcado como refugio, não existem trilhas óbvias para retornar a quadro de

²⁶ MARTINS, J. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais, 4^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

integrantes”²⁷. Nesse sentido, submeter-se a jornadas de trabalho extensa e condições degradantes de trabalho talvez seja uma esperança, sirva como uma ponte, na intenção da reintegração.

Outra hipótese do nosso trabalho é que a imigração contemporânea difere das grandes correntes migratórias do século XX, mesmo as internas, e que isso está relacionado com a escravidão contemporânea. A historiadora Roseli Boschilia, ao estudar as mulheres imigrantes no espaço fabril em meados do século XX, assinala que esse ingresso é percebido pelas famílias como ascensão social e empreendedorismo, associado à ideia de “novas oportunidades”²⁸.

O crescimento econômico do Brasil na última década tornou o país atrativo para pessoas de países vizinhos em busca de trabalho, todavia, como afirma Martins, esse trânsito migratório não está mais relacionada com a melhoria da condição social, mas com a sobrevivência. Segundo as reflexões trazidas por Martins, nesse processo os imigrantes estão mais vulneráveis a aceitar trabalhos degradantes, a abrir mão de direitos, e “voluntariamente se sujeitam a situações de anomia, de supressão de normas e valores sociais de referência.”²⁹

Nesse processo, os trabalhadores imigrantes são diretamente atingidos. Segundo Renato Bignami, os imigrantes andinos sofrem uma dupla penalidade no mercado de trabalho, a primeira pela condição de estrangeiro, na maioria ilegal, e a segunda pela discriminação por sua origem indígena. Mesmo onde não há trabalho escravo, as condições de trabalho nas oficinas de costura são muito precárias, a carga de trabalho chega a 14 horas dia, o salário ao redor do mínimo não prevê o pagamento de horas extras, além da estrutura precária de saúde e segurança. Essa

²⁷ BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 26.

²⁸ BOSCHILIA, Roseli T. *Condições de vida e trabalho: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba, 1996. 177f. Dissertação (Mestre em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. p. 97.

²⁹ MARTINS. *A sociedade vista do abismo*, p. 144.

situação pode ficar ainda mais grave porque esses trabalhadores normalmente contraem dívidas para chegar ao país, sendo obrigados a trabalhar para quitar seus débitos³⁰. Ademais, o desconhecimento da legislação trabalhista e o medo pela ilegalidade funcionam como mais um fator de imobilização.

Em uma análise prévia das nossas fontes pudemos observar que algumas oficinas de costura possuíam trabalhadores imigrantes e trabalhadores brasileiros, aos brasileiros eram concedidos todos os direitos previstos na legislação trabalhista, enquanto os imigrantes estavam em condição de escravidão. Tratam-se, portanto, de indícios que nos levam a crer que a escravidão contemporânea na indústria têxtil de São Paulo é uma exploração direcionada ao imigrante e se sustenta na sua fragilidade social.

Possibilidades futuras: Os Relatórios de Fiscalização como fontes para a pesquisa histórica

Uma das maiores dificuldades nos estudos referentes à escravidão contemporânea é que em geral esses trabalhadores têm os arquivos protegidos, não vão a público. Trata-se de uma característica própria dos estudos deste tema, pois, por se tratar de uma relação considerada degradante ao ser humano, busca-se proteger a imagem do trabalhador.

Todavia, tomando todos os cuidados para preservar a integridade e a imagem dos trabalhadores, nossa intenção nessa pesquisa é estabelecer uma abordagem que contribua para conhecermos esses sujeitos históricos. Para tanto, procuramos referenciais teóricos que nos ajudem ir além da relação entre processos econômicos e relações de trabalho. Nesse sentido, os apontamentos de Sharpe³¹ sobre as possibilidades de uma história

³⁰ BIGNAMI, R. O tráfico de pessoas no setor têxtil, p.186.

³¹ SHARPE, J. *A história vista de baixo*. In Burke, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011

vista de baixo constituem uma importante referência para pensarmos a nossa pesquisa.

As escrever sobre as possibilidades da história vista de baixo, Sharpe comenta sobre o trabalho da historiadora Bárbara Handwalt. Através das referências a esse trabalho podemos observar como o uso de um grande número de documentos oficiais podem ser utilizados como fontes nessa perspectiva da pesquisa histórica³². Esse uso é orientado, principalmente, quando se busca nos documentos informações não imaginadas por aqueles que o produziram. Utilizaremos a perspectiva da história vista de baixo em análise aos relatórios do Ministério do Trabalho, analisando esses documentos não a partir do objetivo pelo qual foram produzidos, mas na intenção de encontrar nesses relatórios fragmentos que nos permitam compreender a emergência desse sujeito histórico.

Ao nos acercarmos a esses casos específicos, é preciso ter em conta que não é só a legislação trabalhista que é desrespeitada, mas há a violação dos direitos humanos e da dignidade do trabalhador. São casos ilegais, clandestinos, e, não raro, envolvem coerção física. Dessa maneira, nossa primeira aproximação ao tema será através dos casos autuados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em análise aos relatórios de fiscalização já citados anteriormente.

Por estar relacionado a uma prática ilegal, os trabalhadores resgatados em condição análoga à de escravo normalmente não possuem nenhum vínculo formal de trabalho. Apesar da aparente redundância dessa informação, o que pretendo enfatizar é que em geral, não há um “contrato de trabalho” sendo desrespeitado, porque não chega a existir um contrato de trabalho. Os acordos entre empregador e trabalhador costumam ser orais, não deixando nenhum registro formal do vínculo.

Nas oficinas de costura há ainda um agravante: como são trabalhadores estrangeiros, não só o registro de trabalho é inexistente como a própria entrada dessas pessoas no país. Soma-se a

³² SHARPE, J. *A história vista de baixo*, p.50

isso o fato de que em geral tampouco a oficina de costura está em dia com suas obrigações legais. Dessa maneira, o relatório de fiscalização é o primeiro documento em que tanto os trabalhadores (imigrantes ilegais) como o lugar de trabalho (oficina de costura clandestina) são registrados pelo poder público, é o primeiro momento que eles passam, portanto, a existir formalmente para o estado brasileiro.

Todavia, devido à extensão do conjunto documental, foi necessário estabelecer um recorte temático a fim de possibilitar uma análise mais apurada. Estabelecemos, portanto, dois principais objetivos para análise das nossas fontes: compreender a representação construída pelos auditores do trabalho sobre o que é a escravidão contemporânea na indústria têxtil de São Paulo, e também, analisar os depoimentos dos trabalhadores, entendendo sua experiência na oficina têxtil como objeto na análise histórica.

Os documentos produzidos pelos auditores contam com depoimentos, cartas, registros que nos permitem dialogar de alguma forma com os trabalhadores. Tais depoimentos são de imensa riqueza e valor historiográfico, e podem nos revelar pormenores do cotidiano dos trabalhadores. Por exemplo, o depoimento prestado pela trabalhadora Isabel, resgatada em 2014, onde podemos observar as intenções de fuga e as repressões cotidianas, como a violência empregada como castigo exemplar. Em seu relato, Isabel afirma que (BRASIL, 2014):

tratavam os funcionários muito mal, com gritos para trabalharem mais, que um dia o dono a castigou com trabalho até meia-noite, pois acreditava que ela e sua companheira de trabalho estavam planejando voltar para o Peru (...) há cerca de duas ou três semanas o dono da oficina deu uma surra no trabalhador Juan, porque este queria voltar para o Peru, que a surra começou no quarto de Juan, que depois foi trazido para a oficina onde os outros trabalhadores estavam e onde o dono da oficina continuou a surra e perguntou: “Quem quer fugir?”

Como afirmado anteriormente, esses depoimentos chegam de forma filtrada. Não há como saber quais foram as situações de

sua produção. Entretanto, a partir dessas narrativas podemos nos aproximar do cotidiano desses trabalhadores, compreender as estratégias de sobrevivências, e a convivência familiar. Ou ainda, os constantes conflitos entre as estratégias de dominação por parte dos donos da oficina, como a violência publicizada e exemplar, e as resistências feitas pelos trabalhadores.

Trata-se de uma pesquisa em fase inicial, todavia, essa comunicação visa apresentar a potencialidade destas fontes para a pesquisa histórica, porque analisar as condições de produção de tal documento contribui para pensarmos questões fundamentais: a construção narrativa desenvolvida pelos auditores do trabalho, principais agentes no combate a essa prática, e também as relações de clandestinidade em que estão inseridos esses imigrantes, posicionados em algumas das mais precárias condições do mundo do trabalho contemporâneo.

Referências

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n 21, p. 9- 34, 1998.
- BAUMAN, Z. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Ed. brasiliense, 2000. p. 197-221.
- BIGNAMI, R. O tráfico de pessoas no setor têxtil. In Nogueira, C; Novaes, M; Bignami, R. (Orgs.) *Tráfico de pessoas*. São Paulo: Paulinas, 2014.
- BOSCHILIA, Roseli T. Condições de vida e trabalho: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba, 1996. 177f. Dissertação (Mestre em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.
- BRASIL. Relatório fiscalização e erradicação do trabalho escravo, op.069. Brasília: MTE, 2014.

- CARVALHO, J. M. M. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. *Revista de História*, São Paulo, nº 167, p.223-260. Jul/dez de 2012.
- ESTERCI, N. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo das forças de trabalho, hoje*. Rio de Janeiro: CEDI / Koinonia, 1994.
- GOMES, A. C. Repressão e mudanças no trabalho a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, nº 64, p.167-184, 2012.
- GOMES, A. C. *Trabalho análogo ao de escravo: construindo um problema*. In: História oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.11, n.1-2, jan/dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 25.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- MARTINS, J. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais, 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MELO, L. A. C. *As atribuições do Ministério Público do trabalho na prevenção e no enfrentamento ao trabalho escravo*. Palestra proferida no II Encontro Internacional sobre Tráfico de Seres Humanos. Recife/Pe, 18 de março de 2004. Disponível em: http://www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes/escravo/texto_recife.pdf. Acessado dia 23/04/2018.
- OIT. *As boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil: a erradicação do trabalho análogo ao de escravo*. OIT – Brasília: OIT, 2010.
- PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SAKAMOTO, L. M. *Os acionistas da casa-grande: a reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. 2007. Tese (doutorado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007.
- SHARPE, J. *A história vista de baixo*. In Burke, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011

**“Realidade voraz”:
trabalhadores e trabalhadoras bancárias e
terceirizadas frente a reestruturação produtiva
e a flexibilização de direitos trabalhistas
(Florianópolis, década de 1990)**

Conrado de Oliveira e Silva¹

Os processos da Justiça do Trabalho como fonte de pesquisa

Atualmente os trabalhadores e trabalhadoras das mais diversas profissões no Brasil se veem confrontados com uma série de perspectivas acerca das legislações trabalhistas e sociais com as quais não estiveram tão ameaçados desde a década de 1990, período no qual discursos que buscavam genericamente “atualizar a legislação trabalhistas” queria tornar corriqueiro a flexibilização de direitos e a precarização das condições de trabalho.

São essas as vozes que vêm afirmando que a existência de uma grande quantidade de ações trabalhistas é algo preocupante, e que solução seria ao invés de refletir acerca da aplicação correta das leis e normas trabalhistas garantindo direitos e melhores condições de trabalho, tornar legal os abusos e desvios da lei

¹ Mestrando em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: conrado_os@hotmail.com

cometidos por uma diversidade de empregadores, para que desta forma a situação de precarização do trabalho se torne normalidade.

É dessa reflexão que parte esta pesquisa, como observar as experiências e vivências de trabalhadores e trabalhadoras durante estes períodos de transformação e de mudança, onde em prol do lucro de poucos as condições de trabalho são precarizadas, os trabalhos tornados mais intensos e as remunerações menores. E como aqueles e aquelas ameaçadas buscam resistir, se adequar ou lutar para que seus direitos não sejam descumpridos e para que tenham condições justas e decentes. De que forma estes e estas trabalhadoras foram a justiça em busca da defesa ou até mesmo da ampliação de seus direitos, de que forma se utilizaram dela como um dos muitos campos de batalha contra os interesses daqueles que buscavam flexibiliza-los de toda forma.

As ações trabalhistas são um lugar privilegiado para a análise dos diversos processos e transformações que o correm nas relações de trabalho no Brasil. Neles existem uma grande quantidade de documentos, registros de audiências, laudos de perícia, entre muitos outros, que nos possibilitam uma diversidade de olhares sobre as experiências e o cotidiano de trabalho, informações pessoais e do contexto de suas vidas, a compreensão de como observavam seus direitos, o testemunho de seus colegas de trabalho, o confronto contra seus patrões e contra os interesses do Estado e da Justiça. As possibilidades de análise desta fonte histórica são inúmeras como afirma o historiador Fernando Teixeira da Silva:

Por meio da investigação de numerosos processos envolvendo dissídios individuais e coletivos das mais variadas categorias profissionais, os pesquisadores têm procurado considerar a diversidade de situações e expectativas que motivaram trabalhadores, empresários e sindicatos a recorrer à Justiça do Trabalho como espaço de conflitos e negociações. Eles estão interessados no funcionamento da Justiça, nas suas formulações doutrinárias, nas formas legais de controle social e na atuação

dos chamados “operadores da justiça” (advogados, juizes, representantes classistas e procuradores). Mas as ações trabalhistas podem indicar também um conjunto de praticas e relações sociais mais amplas, como as experiências cotidianas nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas mobilizações coletivas, na esfera privada e nas relações de gênero, solidas para a luta por direitos. Ao lado das demandas específicas, podem ser igualmente inventariados os diferentes resultados e repercussões dos processos, por meio dos quais se podem compreender não apenas o funcionamento da Justiça do Trabalho, mas também as diferentes visões sobre sua eficácia e legitimidade e os sentimentos de recompensa, gratidão e frustração diante das decisões ou das reparações judiciais. [...] Pesquisas voltadas para períodos mais longos e com maior abrangência geográfica serão capazes de elaborar análises comparativas entre categorias profissionais diversas, múltiplas formas de atuação dos atores envolvidos nos processos, peculiaridades regionais dos mundos do trabalho, diferentes significados atribuídos aos direitos e à Justiça trabalhista e continuidades e descontinuidades em tempos políticos distintos².

Através das ações trabalhistas também podemos observar e compreender como a ação e reação desses mais diversos agentes históricos e sujeitos envolvidos na disputa de interesses acerca das relações de trabalho, transformam as compreensões acerca dos direitos, das leis e das noções de justiça, assim como afirma a jurista Madga Biavaschi:

O potencial analítico dos processos trabalhistas transcende o âmbito do campo jurídico. Neles, há depoimentos, atuação de magistrados, de servidores e de advogados, e determinadas expressões, documentos, isto é, rastros que permitem ao pesquisador recuperar: o papel histórico dos diversos atores sociais, a dinâmica desses conflitos, o contexto socioeconômico, o papel do judiciário na construção ou na desconstrução das normas de proteção ao trabalho, as diversidades regionais e as

² SILVA, 2007, p. 39. Para outras perspectivas acerca da pesquisa com fontes da Justiça do Trabalho e suas possibilidades, ver: DROPPA; OLIVEIRA, 2013.

distintas compreensões de direito, contando como as decisões dialogam com a materialidade das relações sociais³.

A História Social vem desde a década de 1980 gerando muitas contribuições para o estudo das relações de trabalho no Brasil utilizando-se de fontes judiciais como fonte de análise em suas pesquisas⁴. Chalhoub, ao trabalhar com os processos criminais, aponta importantes contribuições sobre a metodologia de análise das fontes judiciais e como a partir delas construir uma compreensão histórica acerca da vivência e percepção de diversos sujeitos e agentes históricos envolvidos, como se pode observar seguir:

O fundamental em cada história abordada não é descobrir “o que realmente se passou” - apesar de, como foi indicado, isto ser possível em alguma medida -, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam em cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações, cujos significados cabe desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois, as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas. Pretende-se mostrar, portanto, que é possível construir explicações válidas do social exatamente a partir das versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais, ou, talvez, ainda mais enfaticamente, só porque existem versões ou leituras divergentes sobre as “coisas” ou “fatos” é que se torna possível o historiador ter acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social. E, além disso, é a análise de cada versão no contexto de cada processo, e na observação da repetição das relações entre as versões em diversos processos que podemos desvendar significados e penetrar nas lutas e contradições sociais que se expressam e, na verdade, produzem-se nessas versões ou leituras⁵.

³ BIAVASCHI, Justiça do trabalho e terceirização. 2013, p.452.

⁴ CHALHOUB; FONTES. 2009

⁵ CHALHOUB, 2001, p. 41.

As fontes processuais da Justiça do Trabalho trazem consigo uma infinidade de informações que podem ser utilizadas para a compreensão e entendimento da sociedade. São documentos de grande relevância para fundamentar uma compreensão detalhada do cotidiano, condições e características de trabalho dos trabalhadores e das trabalhadoras que resolvem mover ações trabalhistas a fim de reivindicar seus direitos jurídicos e sociais.

A estruturalmente do rito processual trabalhista é composto por diversas partes que compõe a ação, as quais são de grande importância para a análise historiográfica. Ao iniciarmos a leitura de um processo trabalhista, a primeira coisa que encontramos é a chamada Petição Inicial, que informa as características pessoais do autor, sua situação trabalhista e seus requerimentos à justiça. Ela possui dados e outros elementos que tornam possível caracterizar e conhecer o trabalhador ou trabalhadora dentro da sociedade e suas especificidades, traz também informações acerca de sua categoria de trabalho e a função a qual desempenha ou desempenhou. Bem como, informações sobre seu cotidiano e eventos relacionados ao sua rotina de trabalho, sendo possível perceber e analisar os níveis de desgaste, insalubridade, periculosidade, disposição dos horários de trabalho, quantidade e forma de remuneração, existência ou não de direitos específicos como o tempo de descanso, dentre muitas outras informações. É na petição inicial que o autor, geralmente através do conhecimento e aparato jurídico do seu advogado⁶, expressa seus requerimentos à justiça, afirmando o que almeja ser feito e suas justificativas. Assim, ao observar um processo trabalhista é possível analisar as vontades e anseios dos trabalhadores e trabalhadoras que

⁶ A presença de um advogado não é obrigatória em todos os casos, podendo as parte se utilizar do seu direito de *Jus postulandi* (artigo 791 da CLT e súmula 425 do TST), porém não sendo algo tão comum, pois devido a pequena parcela da população que possui acesso ao arcabouço de conhecimentos jurídicos da legislação e do rito processual, não coincidir na maioria dos casos com a população com menor potencial aquisitivo, este direito tem se configurado mais como uma armadilha do que como uma oportunidade para a maioria dos litigantes na Justiça do Trabalho.

recorrerem à Justiça do Trabalho, sendo igualmente possível observar os conflitos e dinâmicas existentes nas relações e no ambiente de trabalho, sejam eles entre empregador e empregado ou entre os próprios funcionários.

Semelhante à petição inicial, a contestação também é de grande importância para os historiadores e historiadoras na análise destes documentos, é a resposta do réu as afirmações e pedidos realizados pelo autor e seu advogado na petição inicial. Neste documento existem diversas informações da empresa ou do indivíduo réu, traz os argumentos e motivos pelos quais o réu não julga ser culpado das alegações apresentados pelo autor ou, em casos muito raros, confessa e admite fatos que o réu realmente fez, confessando ter praticado ato ilegal ou discutível. A partir da Contestação é possível analisar as estratégias e os métodos utilizados pelo réu e seu advogado para se defender, ou até mesmo no objetivo de invalidar os pedidos do autor ou a forma pela qual eles foram feitos⁷, além disso, podemos observar o discurso que os empregadores fazem sobre os empregados ou que fazem sobre si mesmos e seus negócios.

Folheando a ação trabalhista, após a Petição Inicial e a Contestação encontramos a primeira Audiência de Conciliação. Esta é uma etapa característica da Justiça do Trabalho e possui a função de reunir ambas as partes, patrões e trabalhadores, para que estes conjuntamente com o juiz busquem chegar a um consenso comum que atinja dentro do possível um acordo que satisfaça os pedidos do autor, sem a necessidade da continuidade do rito processual. As partes tanto podem apresentar uma

⁷ Aqui é importante ressaltar que ambas as partes podem utilizar como estratégia judicial para “vencer” uma ação trabalhista defeitos ou vícios processuais e jurídicos que causem a sua nulidade ou a invalidade de algum dos seus atos. Entretanto, é razoável afirmar que por possuírem maior capacidade de acesso a apoio e assessores jurídico, os empregadores possuem seja pela maior formação, auxílio de equipe especializada dentro da própria empresa ou pelo capital financeiro maiores capacidades de navegar o ambiente e o processo judicial e utilizar-se destas estratégias, que sempre serão mais benéficas e vantajosas aqueles que são acusados do descumprimento de direitos e da necessidade de ressarcimento causado por uma injustiça na relação de trabalho.

proposta de conciliação discutida previamente, ou até mesmo um acordo extrajudicial já decidido em conjunto, o que em diversos casos pode gerar problemas caso o trabalhador ou a trabalhadora não tenha possuído o devido acesso a um advogado ou alguém que pudesse auxiliá-la com o conhecimento da legislação e dos direitos trabalhistas. É na Ata da Audiência de conciliação que se pode ter uma aproximação maior dos diversos agentes históricos envolvidas no processo, pois neste momento os trabalhadores e trabalhadoras podem relatar seus anseios e buscar o diálogo direto tanto com seu empregador e seu representante ou com o juiz, algo que não é tão presente no restante do processo devido a maior interferência dos advogados, quando existe um, como mediador entre as situações vivenciadas pelo trabalhador e pela trabalhadora, e a forma em que elas são relatadas e descritas no rito processual⁸. Através da ata de audiência também é possível ter contato com terceiros envolvidos na ação, estes corroboram com informações que nos possibilitam melhor compreender a realidade abordada nos processos trabalhistas, visto que, é neste momento que as testemunhas se manifestam e suas interpretações e relatos dos fatos são recolhidos. Através da análise detalhada deste documento podemos perceber a que medida estão os envolvidos na ação dispostos, abertos e com a intenção de negociação, a que medida estão dispostos a ceder e de que formas. Também é possível analisar a atuação do juiz quanto à conciliação, como este se posiciona, como busca interferir protegendo ou favorecendo um dos lados, quais noções sobre a justiça e o direito este possui, em que medida controla o abuso dos empregadores.

⁸ Partimos da compreensão de que o advogado ou o representante jurídico, embora possua enorme relevância em todo o processo judicial e na formulação da argumentação e das demandas legais dos seus representados, é um conduto pelo qual as experiências vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras e a percepção de injustiças e desequilíbrios nas relações de trabalho se transmite e se opera no mundo do jurídico e do direito. São essas experiências e demandas que dão materialidade ao direito postulado e que fundamentam o processo jurídico e os argumentos e discursos neles construídos, portanto, compreendemos que a produção jurídica na defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras é uma extensão da ação e da demanda social destes, e não uma mera produção apenas do advogado.

Esta etapa do processo nos possibilita o acesso a reflexões particulares, na Atas de Audiência podemos observar o comprometimento das partes com o processo, se elas se fazem presentes ou não e quais são os motivos de sua ausência⁹. É importante frisar que a ausência pode significar a possibilidade de um acordo realizado entre as partes exterior a justiça, o que levanta reflexões e questionamentos, já que esta atitude em muitos casos não é necessariamente proveitosa para o trabalhador e para a trabalhadora, pois nestas situações estão desprotegidos e correm o risco da desinformação, agindo sobre a influencia de alguma forma de coação para que aceitem um acordo de conciliação além da mediação judicial, não recepcionada pela justiça, podendo indicar uma tentativa daqueles que visam a flexibilização e a precarização de se evadirem das leis trabalhistas.

Como mencionado anteriormente, diversos documentos que compõe o rito processual trabalhista são de grande importância para a análise histórica, sendo alguns destes compostos de provas, como por exemplo, os Laudos Periciais, que trazem novas e mais detalhadas informações que nos possibilitam um olhar diferenciado e especializado para a compreensão da situação, já que são feitos por terceiros não envolvidos e especializados, podendo-se extrair destes documentos dados e informações sobre o ambiente e as condições de trabalho e sobre os efeitos que estes tenham tido ou possam vir a ter sobre a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Uma diversidade destes documentos costuma ser acompanhada de fotografias e outros elementos que possibilitam um olhar mais direto e sem filtros, o

⁹ De acordo com o Artigo nº 732 da CLT, na Justiça do Trabalho a ausência não justificada do autor ou da autora representa o arquivamento da ação, após dois arquivamentos consecutivos o autor está proibido por seis meses de demandar na Justiça do Trabalho. A ausência injustificada do réu significa revelia, ou seja, a decisão de não defesa, o que autoriza ao juiz considerar que todas as alegações realizadas pelo autor podem ser consideradas verdadeiras, entretanto, deve-se ter atenção e cuidado, pois existe a possibilidade que em alguns casos o réu decida ser revel, caso os pedidos do autor sejam menores que as obrigações reais do empregador, pois assim evitaria a obrigação de ressarcimentos maiores.

que gera um melhor entendimento sobre as situações e condições experienciadas por trabalhadores e trabalhadoras cotidianamente. Os Laudos Periciais comumente mencionam os aparelhos e equipamentos utilizados pelos trabalhadores para o desempenho de determinadas atividades e funções, sejam eles, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) ou máquinas e dispositivos. Informam também os agentes nocivos ou os riscos inerentes ao trabalho realizado, relatando se estes podiam causar ou causaram danos à saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras. É igualmente possível analisar se o empregador ou empregadora forneceu os equipamentos adequados de proteção obrigatórios aos seus funcionários e funcionárias, bem como, avaliar suas condições, se eram novos ou velhos e se estes eram suficientes para garantir a sua segurança no trabalho e a possibilidade de desempenhar determinadas atividades sem riscos a sua saúde no longo prazo.

As decisões de julgamento são as partes processuais finais de cada instância jurisdicional, destinadas a julgar o mérito processual e os conflitos surgidos no decorrer do processo. Neste momento, o juiz ou a juíza expõe sua interpretação sobre os fatos e sobre as demandas apresentadas, baseado na sua análise sobre a argumentação das duas partes, utilizando-se da legislação, das discussões e perspectivas de juristas e cientistas sociais, de outras decisões e da jurisprudência sobre as discussões em questão, formulando o seu entendimento pessoal sobre o caso e emitindo uma decisão. Esta decisão pode ser tanto totalmente procedente, atendendo a todos os pedidos e requerimentos do autor, mas pode também considerá-los parcialmente procedentes, quando apenas uma parte dos pedidos e requerimentos é validada, bem como pode decidir pela improcedência da ação, não atendendo nenhum dos requerimentos expostos na Petição Inicial. E neste momento que o juiz também pode se manifestar sobre questões processuais, declarando o processo nulo ou a existência de algum defeito ou falha em relação às normas e estruturas processuais. Portanto, a partir destas decisões judiciais é possível analisar qual é o perfil e

as opiniões de um juiz, qual o seu discurso, como estrutura sua argumentação, quais são os motivos que fundamentam determinadas decisões. Neste sentido é interessante realizar uma análise comparativa entre as posições de juízes que trabalham em casos semelhantes, para que assim se compile dados que possibilitem uma melhor compreensão acerca das características específicas da Justiça do Trabalho, como compreendem o direito, como certas questões e certos debates costumam ser abordados, qual é a posição comum entre seus membros nas mais diversas regiões e instancias, e quais temáticas e de quais agentes históricos prosseguem na disputa jurídica ou quais são derrotadas e silenciadas já na primeira instancia.

Entretanto, mesmo com o aumento de pesquisas envolvendo a temática da Justiça do Trabalho no Brasil, observamos que ainda hoje os documentos e registros produzidos por esta instituição são consultados e utilizados com muito pouca frequência, embora sejam fontes históricas riquíssimas para a história social, econômica e política do Brasil bem como as formas e relações de trabalho ao longo de sua história. O motivo disto reside em parte na ausência de visibilidade e acesso de tais documentos a sociedade, bem como nas condições de gestão, salvaguarda e arquivamento dos documentos produzidos pela Justiça do Trabalho.

Atualmente, as questões acerca da eliminação dos autos findos é a principal dificuldade encontrada pelos pesquisadores em todo o país. O problema central e mais grave refere-se à preservação e guarda da documentação ainda existente. Foi a partir da Lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987, que a destruição dos processos trabalhistas, que tenham finalizado seu percurso jurídico há mais de cinco anos, tornou-se uma realidade. Deparando-se com questões de limitação de espaço físico nas dependências dos Tribunais Regionais, para a guarda da volumosa documentação, encontrou-se como saída mais rápida a eliminação de milhares de processos, décadas e décadas de documentação

foram destruídas, incinerando boa parte da memória de trabalhadores e trabalhadores e de suas disputas nas diversas instancias de julgamento em todas as regiões do Brasil. O artigo 1º desta lei traz o seguinte direcionamento: “fica facilitado aos Tribunais do Trabalho determinar a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contado o prazo da data do arquivamento do processo”.

Fernando Teixeira, um dos principais pesquisadores brasileiros acerca dos documentos da Justiça do Trabalho como fontes históricas e de sua preservação, em texto sobre a manutenção deste acervo material¹⁰ apontou “faltam espaço físico, qualificação profissional, condições de trabalho, equipamentos e toda sorte de recursos humanos e materiais adequados à guarda e preservação documental”. O autor afirma que desde a década de 1970 paira sobre uma parcela dos operadores do Direito uma mentalidade que desprestigia a gestão da memória institucional. Em um mesmo sentido, Benito Schmidt e Clarice Speranza¹¹ reforçaram que os documentos da Justiça do Trabalho necessitam de ações de preservação que substituam a visão de que “são apenas amontoados de papéis velhos” e passem a ser vistos enquanto patrimônio histórico. De acordo com os autores, este acervo material é parte fundamental de uma memória cultural, que serve como base para debates intelectuais sobre o papel da Justiça do Trabalho na sociedade brasileira, das políticas públicas, servindo ainda como incentivo e motivação para movimentos sociais, pois é geradora e formadora de identidades tanto individuais quanto coletivas e institucionais. Conforme afirma Meneses:

A memória está em voga e não só como tema de estudo entre especialista. Também a memória como suporte dos processos de identidade e reivindicações respectivas está na ordem do dia.

¹⁰ SILVA, 2007, p. 31.

¹¹ SCHMIDT, SPERANZA, 2012, p. 33.

Estado (principalmente por intermédio de organismos documentais e de proteção ao patrimônio cultural), entidades privadas, empresas, imprensa, partidos políticos, movimentos sindicais, de minorias e de marginalizados, associações de bairro, escolas, e assim por diante, todos têm procurado destilar sua auto-imagem – mais raramente e com dificuldade a da sociedade como um todo. Palavras-chave são “resgate”, “recuperação” e “preservação” – todas pressupondo uma essência frágil que necessita de cuidados especiais para não se deteriorar ou perder uma substância preexistente¹².

Alguns Tribunais Regionais do Trabalho, já passaram a desenvolver projetos destinados a criação de Setores de Memória Institucional. Estes memoriais têm por objetivo concentrar esforços de salvaguarda da documentação, assim efetivando sua tarefa de preservação documental. Entretanto, é necessária a criação conjunto aos servidores das mais diversas áreas dos Tribunais de uma mentalidade, onde a instituição como um todo é se projete como um centro de memória acessível e aberto ao público, visto que esta é uma de suas obrigações para com a sociedade, como nos define a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, inciso 2º, “cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Os memoriais devem se constituir como espaços centralizadores da preservação documental, guardando em suas dependências a disponibilidade da sociedade parte significativa da memória social do trabalho nas mais diversas e diferentes regiões do país.

Com muitos esforços e a mobilização em favor de um projeto de preservação das fontes documentais da Justiça em suas diversas variações, o primeiro avanço real foi obtido durante a década de 1990, quando foi aprovada a Lei nº 8.159 de 1991, denominada Lei de Arquivos, que ampliou as atribuições de preservação e guarda dos documentos e informações produzidos pelo poder público. A

¹² MENESES, 1999, p. 12

preservação de fontes documentais passa a ser então não somente dever dos arquivos, bem como das instituições que produzem e manejam estes documentos, assim incentivando e abrindo espaço para uma política de preservação em âmbito nacional acerca destas instituições¹³. Neste mesmo período os Tribunais Regionais do Trabalho dera início a um projeto que almejava de forma isolada recuperar as suas próprias histórias, fomentando em alguns Estados a criação de Centros de Memória dentro dos tribunais objetivando estas finalidades. Pode-se dizer que o TRT da 4ª Região (Rio Grande do Sul) foi pioneiro nesse processo ao criar em 2003 um memorial destinado tanto a preservação documental quanto a pesquisa nestas fontes, possuindo destaque pela implementação de uma política de preservação integral dos processos judiciais¹⁴.

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (Santa Catarina) em 2009 inaugurou o seu Setor de Memória Institucional, vinculado inicialmente ao setor de Digitalização e Guarda de Documentos (SEDIG), com a finalidade de preservar através da guarda, higienização, catalogação e arquivamento dos processos da Justiça do Trabalho de Santa Catarina. Desde o ano de 2013 o Arquivo Geral, onde ficam arquivados os documentos em espera de eliminação, é separado do Setor de Memória Institucional, onde ficam os processos que estão sobre guarda permanente¹⁵.

O interesse pela abordagem e análise de tais documentos teve sua origem através de convênio realizado entre o 12º Tribunal Regional do Trabalho e a Universidade do Estado de Santa Catarina, iniciado no ano de 2014 e coordenado pelo Prof. Dr. Antero Maximiliano Dias dos Reis e Profa. Dra. Silvia Maria Favero Arend, no qual estudantes desta universidade, entre os quais

¹³ CAXIETA, 2013.

¹⁴ BIAVASCHI, 2011.

¹⁵ Cf. www.trt12.jus.br/portal/areas/sedoc/extranet/index.jsp

estava o autor desta pesquisa, fizeram parte do processo de higienização, catalogação e arquivamento de diversos processos, selecionando processo de valor histórico que receberiam o Selo Valor Histórico e seriam destinados para a salvaguarda do Setor de Memória em sua integridade, uma tarefa de grande dificuldade, já que embora existente o desejo de salvaguardar o maior número possível de processos, isto não era viável posta às condições impostas pelo planejamento da instituição, apresentando-se um árduo dilema para historiadores, apontar uma quantidade limitada de documentos a serem conservados na sua integridade, tendo presentes todos os problemas e questionamentos envolvidos neste processo. Também era uma atribuição dos estudantes estagiários separar nos processos trabalhistas as partes predeterminadas pelo tribunal que seriam destinadas a guarda permanente, sendo por sua vez o restante posteriormente destruído, as partes definidas pelo tribunal eram inicialmente apenas as atas de audiência, as decisões e algumas outras páginas referentes a dados uteis futuramente para cálculos e validações de direitos previdenciários, felizmente o esforço no diálogo com a instituição aos pouco possibilitou a negociação e a salvaguarda também da petição inicial.

Infelizmente as contenções de despesas da Justiça Federal no ano de 2016, com uma série de cortes orçamentários devido a crise financeira que afetara as contas públicas, teve grande impacto sobre o projeto e com isso a preservação destas fontes históricas e o patrimônio histórico de memória nelas contidas. Mesmo representando uma parcela muito pequena dos gastos institucionais, o convênio caminhou para o seu infeliz fim em setembro do mesmo ano quando o convênio entre tribunal e universidade foi finalizado. Felizmente esta experiência deu origem a diversas pesquisas e Trabalhos de Conclusão de Curso, entre os quais a pesquisa a qual este artigo se referencia e a qual possui continuidade e ampliação em nível de mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina.

A pesquisa que desenvolvemos aborda a experiência vivida por trabalhadores e trabalhadoras direta ou indiretamente contratados por bancos públicos na região da Grande Florianópolis no estado de Santa Catarina durante a década de 1990, período no qual este setor e seus trabalhadores foram muito influenciados e impactados pelos efeitos da globalização, das políticas neoliberais e nos projetos de reestruturação produtivas, que visavam dar maior dinamicidade e competitividade para os bancos brasileiros no exterior, processos históricos que se concretizaram as custas da flexibilização dos direitos e das normas trabalhistas e da precarização das condições de trabalho, projetos político-econômicos ainda muito presente e que buscam um arrefecimento ainda maior das condições já impostas.

Para compreender como estes homens e mulheres das mais diversas origens e com as mais diversas características experienciaram, resistiram e se adaptaram a estas mudanças utilizamos processos trabalhistas acionados durante a década de 1990, que se encontram no Arquivo Geral do Tribunal Regional Trabalho da 12^a Região sobre a guarda do Setor de Digitalização e Guarda de Documentos (SEDIG) localizado na cidade Florianópolis, que aguardam processo de eliminação. A metodologia de pesquisa empregada até o presente momento para a coleta das ações trabalhistas até então analisadas foi à verificação de Acórdão¹⁶ que tenham parte o Banco do Estado de Santa Catarina, a Caixa Econômica Federal ou empresas prestadoras de serviços terceirizados vinculadas a prestação de serviços bancários nesta

¹⁶ Compreendemos e temos consciência de que a coleta de fontes através deste método, nos leva a um recorte específico das fontes, eliminando do corpus documental os processos que pelas mais diversas razões não atingiram ou não objetivavam atingir o aceite e discussão de recurso ao segundo grau de jurisdição. E que esta mesma natureza, nos leva em sua imensa maioria a processos que atingiram o último e maior grau da esfera trabalhista, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), se configurando como discussões e argumentações complexas e de temas considerados fundamentais do Direito do Trabalho Brasileiro. Entretanto tal método não se deu tanto como uma escolha, mas sim, a partir da possibilidade que se apresentava mais viável no momento, visto a quantidade incalculável de fontes históricas processuais apenas referentes às cidades de Florianópolis, São José e Palhoça que possui o arquivo geral do TRT.

instituição¹⁷. Nosso recorte temporal se delimita no período após a ditadura civil-militar a partir de 1985 e ao longo da década de 1990, pois foi durante este período que os trabalhadores e trabalhadoras bancários viram seus direitos, condições de trabalho e garantias de emprego ameaçados pelo projeto reestruturantes neoliberais e privatistas que buscava acabar com a existência do sistema financeiro público no Brasil, sobretudo o estadual. Nosso recorte espacial se delimita devido a questões práticas de acesso às fontes, visto que os documentos da Justiça do Trabalho após seu trâmite jurídico, são remetidos novamente para suas Varas do Trabalho de origem, onde são armazenados e acondicionados sobre as condições locais, ainda sendo muito rara uma política efetiva de digitalização disseminada pelas mais diversas localidades do Estado possibilitando que estes processos fossem acessados remotamente, sendo apenas possível o acesso físico e presencial as fontes, assim sendo, como as Varas do Trabalho dos municípios de Florianópolis, São José e Palhoça se concentram sobre a administração do TRT 12, é possível o acesso das documentações provenientes dos três municípios que compõe a região da grande Florianópolis no Arquivo Geral desta instituição.

Com o objetivo de compreender os processos trabalhistas como um dos muitos campos de disputa de interesses, resistência e luta em busca de direitos nos quais se expressam as expectativas e as experiências vividas por trabalhadores e trabalhadoras bancárias frente a precarização de seus trabalhos e o descumprimento de seus direitos, nos fundamos na compreensão que possui o historiador Edward Palmer Thompson¹⁸ em sua teorização acerca do domínio da lei. Para o Thompson a lei é

¹⁷ No momento consideramos como serviços bancários aqueles tradicionalmente vinculados aos processos realizados pela instituição bancária propriamente dita e que foram eventualmente terceirizados ou desvinculados, como por exemplo, digitadores, compensadores, técnicos em sistema e informática, entre outros, deixando até o momento de fora os serviços realizados dentro do banco ou para o banco, como os serviços de limpeza e de manutenção, bem como o de transporte de valores, embora este ultimo possivelmente venha a ser incluído em análises posteriores.

¹⁸ THOMPSON. 1987.

mediadora das relações sociais de classe, comumente em proveito daqueles grupos político-econômicos que a instituíram e aos poderes que a operam, quando não são estes próprios da classe dominante que o fazem, assim sendo a lei em muitos casos é a validadora e mediadora da dominação. Segundo Thompson, para legitimar esta mediação como meio a justiça, o aparato judicial e legal possibilita o espaço de disputa, por mais que muitas vezes este se configure apenas como aparência da efetividade da justiça. Portanto, a Justiça do Trabalho pode ser compreendida como uma instituição com o objetivo de harmonizar as contradições e disputas entre o capital e o trabalho, impondo, no entanto, limites à exploração por parte dos empregadores. Por sua vez estas e estas trabalhadoras se utilizam da Justiça do Trabalho como mais um dos meios de representar suas demandas e perspectivas acerca de suas experiências vividas e suas concepções de direito, transformando-a em uma arena de batalha, onde uma cultura coletiva de classe se constitui e se apresenta na busca destes agentes sociais por seus direitos e conquistas históricas.

É ainda segundo os apontamentos realizados por Thompson que podemos compreender as experiências vivenciadas por estes trabalhadores e trabalhadoras com uma categoria de análise, considerando que a partir das experiências vividas e internalizadas por uma pessoa ao longo de sua trajetória de vida, condicionadas pelas características que possuem e pelos fatos que experienciaram, formam uma consciência acerca do que viveram. Esta também é uma experiência compartilhada, na medida em que ao compartilharem experiências comuns os sujeitos se identificam e se relacionam, formando também uma consciência social e de classe. A experiência vivida, segundo Thompson, não é um processo de total consciência, é internalizada ao longo de fatos sucessivos e recorrentes sobre os quais geralmente o sujeito não possui controle, portanto, não pode ser facilmente manipulada ou falseada, ela bate a porta e se apresenta no dia a dia:

A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. [...] Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressão sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados¹⁹.

Desta forma, as experiências vividas em seus processos de formação, negação, mediação e resistência em seus mais diversos espaços de prática, consolidam identidades, das mais variadas naturezas, de classe, de raça, de gênero, de lugar de origem, de geração, de normalidade e de capacidade. Assim, a experiência da precarização social e do trabalho e da flexibilização de direitos também são compreendidas como uma experiência vivida e compartilhada entre os sujeitos que por ela se afetam e constituem. Como nos afirma o sociólogo Giovanni Alves acerca da reestruturação produtiva:

O que conseguimos apreender é que a reestruturação capitalista no Brasil sob a era neoliberal constituiu, no decorrer da década passada, uma nova morfologia social de acumulação capitalista baseada na “lógica da redundância do trabalho vivo” (instaurada, seja por meio de cortes de pessoal, seja por meio da contratação precária). Nessa perspectiva, torna-se necessário apreender as novas “experiências da precarização do trabalho” – “experiência percebida” e “experiência vivida”, processos dialeticamente articulados, que se impõem aos sujeitos/agentes assalariados em processo de reestruturação²⁰.

É através do modo como reagiram, agiram, resistiram e lutaram contra a flexibilização de direitos e a precarização das condições e relações de trabalho no setor bancário público

¹⁹ THOMPSON. 1963, p. 203.

²⁰ ALVES. 2009, p. 196.

causadas pelas políticas neoliberais e de reestruturação produtiva visando adequar-se as demandas geradas pela globalização, utilizando a Justiça do Trabalho como um dos muitos meios de combate e resistência, que buscamos compreender quais impactos possuíram estes processos históricos na experiência de vida dos trabalhadores e trabalhadoras deste setor.

Trabalhadores e trabalhadoras bancárias frente à reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho

O mundo nas últimas cinco décadas tem passado por uma série de processos históricos, sociais e econômicos que tem transformado radicalmente a forma como as pessoas vivem, consomem e trabalham. Em um mundo onde o acesso à tecnologia e a comunicação a distância, embora ainda restrita de diversas formas, é a cada dia crescente. Os detentores de capitais e os administradores das empresas e fábricas frente a um mundo radicalmente modificado pelos avanços tecnológicos do século XX na área das telecomunicações e da transferência de informações, que possibilitam a coordenação em larga e escala do fornecimento de matéria prima, produção, distribuição e venda em todo mundo em tempo real, a transferência e movimentação imediata de capitais investidos ao redor do mundo possibilita aos investidores aproveitarem as melhores oportunidades de lucratividade com os menores custos.

Essas e uma diversidade de outros processos de transformação no mundo e na economia capitalista incentivam aos detentores do capital e as administrações empresariais a buscarem novas formas de pensar e agir na produção e na exploração do trabalho de forma a favorecê-los nestas novas dinâmicas. A palavra de ordem que estes grupos buscam consolidar é flexibilidade, de produção, de movimentação de capitais e investimentos, do trabalho e das políticas sociais e de suas regulações. Na política e na economia essa ideia se concentra no projeto do mundo

globalizado, nas dinâmicas de organização da produção e da exploração do trabalho se manifesta como a perspectiva da reestruturação produtiva.

Um primeiro momento deste processo de flexibilização são as próprias transformações político-econômicas e seus efeitos sobre os sistemas produtivos nas mais diversas partes do mundo no período pós-segunda guerra mundial. Onde conforme exemplifica o geógrafo inglês David Harvey²¹, as economias centrais sobre a liderança dos Estados Unidos da América aos poucos substituíram os modos e lógicas de produção Fordista, que desde a segunda década do século XX buscou racionalizar as técnicas de produção existentes e rearranjar a estrutura da divisão do trabalho dentro das fábricas para torná-las mais produtivas, pelo modelo de gestão e produção toyotista, uma das principais bases da reestruturação produtiva, que segundo o historiador inglês Eric Hobsbawm²² e o economista francês François Chesnais²³ buscou utilizar-se das transformações tecnológicas e nas telecomunicações que possibilitaram o gerenciamento muito mais eficiente de linhas de produção mais enxutas e dinâmicas do que anteriormente. Sobre a lógica do *Just in Time* as empresas buscam produzir conforme as demandas do mercado, diferentemente do fordismo com suas grandes fábricas e estoques de matéria-prima pronta para a produção, dentro da perspectiva toyotista cada dia mais difundida primeiro se vende e depois se produz, isso está associado à ideia de *lean production*, produção sem excessos, sobretudo de pessoal. Portanto, dentro da dinâmica toyotista que inspira a reestruturação das formas de produção capitalista, as empresas têm como objetivo e são incentivadas e pressionadas pelas dinâmicas das economias dominantes a tornar as linhas de produção ou prestação de serviços cada vez mais eficiente,

²¹ HARVEY, 2009, p. 121-134

²² HOBSBAWN, 1995, p. 339-421.

²³ CHESNAIS, 1996.

dinâmicas e com poucos custos, isso tem se colocado, sobretudo como precarização e intensificação da exploração do trabalho e a flexibilização suas de regulações, bem como a substituição progressiva do trabalho vivo pelo trabalho morto através da utilização das tecnologias da informática e mecânicas.

Em processo paralelo as transformações econômicas e produtivas afetam as perspectivas políticas e o período pós-segunda guerra mundial foi caracterizado pelo progressivo abandono da perspectiva Keynesiana, que se unindo ao fordismo/taylorismo formulou um modo de intervenção Estatal na economia que favorecia uma expansão internacional, formando um compromisso entre trabalhadores, sindicatos, empresas e o Estado, que buscavam assegurar a elevação dos padrões de qualidade de vida e consumo através de políticas que favoreçam o crescimento de produtividade, negociando em troca de ganhos salariais e políticas sociais e de seguridade²⁴. Essa perspectiva de governo foi aos poucos substituída nos EUA e na Europa, e posteriormente difundindo-se na América Latina e no mundo, pela perspectiva neoliberal que, conforme José Coblin²⁵, advoga uma fórmula oposta a esta, que favorece a retirada drástica da participação do Estado na economia, devendo-se restringir a algumas poucas áreas específicas e privatizando todos os outros ramos da produção e da economia, desta forma dando ao setor privado internacionalizado o controle sobre áreas estratégicas de economias nacionais. O neoliberalismo tem um rígido controle orçamentário como meta final do Estado, favorecendo a contenção de gastos ao máximo, sobretudo com as críticas ao Estado de bem-estar social e aos investimentos e regulações sociais, portanto antagonizando os movimentos organizados de trabalhadores e trabalhadoras e em prol de políticas sociais e de igualdade. Esta perspectiva ao se opor a participação e intervenção do Estado na

²⁴ BARUCO; CARCANHOLO, Jul-Dez 2011, p. 9-23.

²⁵ COMBLIN, 1999, 57-71.

economia, favorece a desregulamentação do mercado de trabalho que possibilita a insegurança e a precarização das relações de trabalho. O neoliberalismo poderia ser descrito como a privatização dos lucros e a coletivização das perdas, pois são raros os investimentos sociais e que favoreçam a igualdade sem que exista uma contra partida em lucro mesmo que os prejuízos tendam como regra a ser repassados diretamente as classes mais empobrecidas.

Uma das formas pelas quais o ideário neoliberal foi propagado pelo mundo foi através da exigência de implementação de políticas desta espécie para o recebimento de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), ofertados a países em geral na periferia do capitalismo e já em posição subordinada nas dinâmicas da economia internacional, utilizando esta situação de dependência de crédito para influenciar na liberalização e desregulamentação de seus mercados internos e externos, desvalorização da moeda, desnacionalização de capitais e indústrias, privatizações e o corte de gastos públicos e o desmanche de qualquer política de bem-estar social e igualdade. Políticas organizadas pelo FMI sobre a argumentação de que seriam formas de ajustes e reajustes necessários a disciplinarização das economias destes países²⁶.

Segundo o sociólogo Carlos Eduardo Martins²⁷, a difusão deste ideário na América Latina se manifestou sobretudo durante a década de 1990, período no qual os EUA entra em um novo ciclo expansivo e reformula os modos de inserção internacional dos países desta região através das políticas do Consenso de Washington. Essa política internacional busca dissolver os resquícios de qualquer estrutura protecionista destes países e impõe uma liberalização comercial e financeira que objetiva

²⁶ CASANOVA, 2000, p. 46-63.

²⁷ MARTINS, 2005, p. 139-156.

intensificar a atração de capitais internacionais através de altas taxas de juros e de uma pseudo valorização da moeda nacional.

A perspectiva neoliberal e da reestruturação produtiva se manifestam em nível de político-econômica internacional na forma do discurso favorável a globalização das economias e das sociedades. Segundo Chesnais²⁸ o ideário da globalização se consolida a partir da década de 1970, sobretudo após a crise do petróleo de 1973 que encerrou o ciclo histórico caracterizado por uma tendência político-econômica Keynesiana, porém sem abandonar suas origens imperialistas²⁹, apenas as maquiando sobre um novo discurso e utilizando-se de palavras como “libertação” e “integração” que não traduzem suas reais intenções. Para as corporações econômicas, este novo mundo global se constituía como sem fronteiras (*borderless*) e sem nacionalidade (*stateless*). Para eles a globalização é a expressão das forças do mercado liberadas dos entraves e barricadas levantadas durante o século XX, possibilitando que as empresas detenham absoluta liberdade de movimento em todos os meios da vida social com economias liberalizadas e desregulamentadas, guiando-se exclusivamente pela melhor valorização do capital privado³⁰. Vende-se esta ideia como benéfica e necessária, unificadora e pacificadora de todos os povos do mundo independente de quem sejam, em muitos casos manifestam este discurso de forma a caracteriza-lo como um fenômeno irremediável ao qual devem todos se adaptar, aqueles que não o fazem, ou ao menos não “de forma adequada”, se tornam responsáveis por sua própria exclusão, porém na palavras da socióloga Aldaiza Sposati³¹, a globalização vendida como ideal de integração e cooperação, comunmente gera desemprego, redução salarial, combate aos

²⁸ CHESNAIS, 1996.

²⁹ SPOSATI, 1997.

³⁰ CHESNAIS, 1996.

³¹ SPOSATI, 1997.

sindicatos, desestruturação de legislações trabalhistas e sociais, em geral um enfraquecimento das instituições sociais que dão suporte a soberania e autonomia dos Estados-nação e de sua população.

Corroboramos com a perspectiva e argumentação de Frederick Cooper³² de como a globalização deve ser percebida e pensada no estudo da história. Primeiramente, como frisado anteriormente, compreendemos o processo de globalização como tem sido colocado nas últimas décadas como eminentemente negativo, pois busca incluir os países da América Latina, da África e da Ásia a uma dinâmica global de forma subordinada aos EUA e a Europa, o que compreendemos como necessariamente negativo e contrário aos melhores interesses desses Estados-nações e das populações existentes dentro deles. Também compartilhamos da ideia apresentada pelo autor de que sendo a globalização, bem como a reestruturação produtiva, processos históricos em andamento e transformação no tempo presente, não podemos adotar a perspectiva comumente difundida por seus apoiadores e propagadores que define a globalização por seu objetivo final a ser alcançado, que busca compreender o mundo no presente como conectado diferente de um passado desconectado, isso seria observar este processo como eles o veem, de forma inexorável e inevitável, como se fosse um processo que propela a si mesmo e não é pensado e executado por agentes históricos no tempo. A presunção de que a globalização é uma etapa de maior conectividade do que qualquer momento no passado e que suas origens seriam diretamente traçadas a partir das grandes navegações europeias do século XVI, desconsidera a pluralidade dos processos históricos e de suas dinâmicas que são muito mais progressivas e regressivas no tempo do que uma constante, presume que processos históricos tão ou mais integradores do que as grandes navegações não possuiriam influência nestas dinâmicas e processo históricos, uma perspectiva eurocentrada ignora

³² COOPER, 2001.

processos históricos como a expansão mongol do século XIV que consolidou vínculos territoriais entre Europa, Ásia e Oriente médio, a difusão do islamismo pelas mais diversas regiões do mundo ou comércio de árabes e chineses no oceano indico ao longo da história. Não podemos presumir a globalização como um processo finalizado, homogêneo e onipresente ao estudá-la, isso seria limitar-se ao próprio discurso da globalização, ao contrário, a globalização e a reestruturação produtiva como os outros processos históricos são plurais e diversos, não se reproduzem e aplicam do mesmo modo e forma em todos os lugares, não se consolidam e se fazem presente em todas as regiões simultaneamente, são processos político-econômicos que adotam uma diversidade de estratégias e objetivos distintos conforme buscam se consolidar em diferentes regiões e reagem e se estruturam de formas diversas as dinâmicas próprias de cada local, são ideias propagadas por setores capitalistas que possuem interesses e objetivos em comum, mas que de nenhum modo são pensados e executados por uma estrutura centralizada e única.

Nosso objetivo é a partir da compreensão de que globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo são projetos político-econômicos que de fato existem e buscam a todo o momento se consolidar, compreender de que forma estes processos históricos afetaram de forma direta ou indireta das mais diversas formas e pelo mais diversos meios as relações de trabalho no Brasil da redemocratização e da década de 1990, e como os agentes históricos presentes nestes processos, sobretudo os trabalhadores e trabalhadoras, os experienciaram e sobre eles agiram.

Conforme afirma Harvey³³, um dos fundamentos centrais da lógica da reestruturação produtiva em um mundo globalizado e caracterizado pela acumulação flexível é a duração do tempo de giro, que é ponto chave da produtividade capitalista, que vêm

³³ HARVEY, 2009, p. 117-162.

sendo drasticamente reduzido através do uso de tecnologias inovadoras e novas técnicas produtivas, através da informática, da automação e da robótica, associadas às novas formas de organização e gestão, bem como as novas formas flexíveis de trabalho. A métrica deste novo sistema é movida pela velocidade, pela agilidade, pela capacidade de se adaptar rapidamente as mudanças de curto prazo. Essa ênfase na flexibilidade está transformando o próprio significado do trabalho, da carreira de trabalho, segundo a lógica do capitalismo contemporâneo afirmasse de forma eufêmica, que as pessoas estão mais livres para coordenar suas vidas, no entanto, a nova ordem impõe novos controles, em vez de unicamente abolir as regras de uma produção do passado mais burocráticas e rígidas³⁴. Assim, se torna cada vez mais comum uma alta rotatividade da mão de obra, sobretudo quando esta pode ser facilmente substituída em virtude do enorme exército de reserva de trabalhadores e trabalhadoras desempregados ou em busca que melhores oportunidades de sobrevivência. Para o sociólogo alemão Ulrich Beck³⁵, nesta modernidade avançada à produção social da riqueza é sistematicamente acompanhada pela produção social do risco. As transformações no âmbito do trabalho têm gerado um sentimento de insegurança e vulnerabilidade na classe trabalhadora.

É influenciado por esta nova perspectiva de uma economia intensamente globalizada e internacionalizada, sobre grandes efeitos das rápidas variações do mercado internacional, que o sistema financeiro brasileiro busca reestruturar-se em busca de maior competitividade a nível internacional. É através da implantação de novas tecnologias como os sistemas computadorizados, os caixas eletrônicos e uma diversidade de outras máquinas que possibilitam a realização de operações bancárias remotamente, pelo telefone ou pela internet, altamente

³⁴ SENNET, 2002, p. 10.

³⁵ BECK, 2010.

difundidas pelos bancos brasileiros em seus sistemas durante a década de 1990, que este buscam uma maior eficiência e redução de custos com postos de trabalho, substituídos progressivamente por estas tecnologias, que são de menor custo para os bancos, pois possibilita o autoatendimento dos clientes tornando suas estruturas mais livres para o desempenho de outras tarefas³⁶, ou que possibilita a externalização da prestação destes serviços por empresas terceirizadas. Um exemplo claro deste processo é a externalização de uma quantidade grande de serviços bancários que passaram a poder ser realizados pelos correspondentes bancários durante a década de 1990, como é o caso das casas lotéricas que desde então passaram a realizar algumas formas de pagamento e depósito. O intuito deste processo de reorganização na estrutura dos bancos foi visando à liberação da estrutura das agências bancárias das pequenas operações corriqueiras do dia a dia realizadas por pessoas comuns, para que se focassem na venda de produtos bancários, como pacotes de investimento, aplicação em ações, mudando seus interesses das pessoas comuns para aqueles das classes médias e altas, que possuem capital para investimento e especulação, que trazem um retorno financeiro em lucro muito maior para o banco³⁷.

As instituições financeiras públicas brasileiras sobre mira das políticas neoliberais que objetivam privatizá-las durante a década de 1990, sobre o argumento da sua ineficiência e prejuízo aos cofres públicos³⁸ por ainda não terem internalizado de forma ideal as novas práticas flexíveis, viram-se coagidos pelos governos estaduais e federal a reestruturar-se, realizando um severo

³⁶ JINKINGS, 1996, p. 46-61.

³⁷ JINKINGS, 2002, p. 78-93.

³⁸ Muitos dos bancos públicos estaduais possuíam grandes dívidas e dinâmicas de arrecadação e geração de recursos pouco eficientes, pois eram comumente utilizados por seus governadores como ferramenta para a tomada de empréstimos que nunca eram pagos novamente aos bancos que eram obrigados a contrair para si a dívida de suas administrações estaduais. LUZ; VIDEIRA. 2009, p. 6-7. SILVA, 2006, p. 85-91.

saneamento de sua estrutura guiando pelos princípios empresárias do *Just in time* e da *Lean production*, tendo por meta final enxugar sua estrutura e seus gastos, sobretudo aqueles provenientes do seu corpo de funcionários, buscando imprimir-lhes a maior efetividade e produtividade possível, independente de que para estes ganhos fossem necessárias grandes perdas e precarizações nas condições de trabalho.

O cenário político em Florianópolis durante os anos da década de 1990 é marcado pela mobilização dos servidores público e de movimentos sociais em defesa do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), instituição que esteve durante esta década sobre graves ameaças de privatização³⁹, sobre a perspectiva de que políticas causadoras da precarização das condições de trabalho, como a intensificação da jornada de trabalho e a negligencia acerca de condições de insalubridade, bem como a flexibilização de direitos adquiridos, como o fim da aplicação da jornada de trabalho padrão de seis horas ou até mesmo a busca pela desconstrução da estabilidade no emprego⁴⁰, eram argumentadas pelo banco e pelos governos como políticas necessárias para o bom desempenho da instituição, quando não para a possibilidade da manutenção de empregos. Acerca dos impactos destas políticas podemos observar no relato de uma trabalhadora bancária:

antes, porém, dada a amplitude da controvérsia instaurada neste feito, vale tecer breves comentários acerca das nefastas consequências que o processo de privatização acarretou no âmbito das relações de trabalho entre as instituições financeiras e seus empregados, como consequência de uma política neoliberal implementada pelo governo Federal.

Nesse contexto, aparenta-se visível a intensificação do trabalho e instabilidade do emprego no cotidiano bancário, porquanto programas de reorganização do trabalho destinam-se a converter

³⁹ SILVA, 2006, p. 82-119.

⁴⁰ ALMEIDA, 2003, p. 16-21.

os bancos que se mantêm estatais em empresas lucrativas, atraentes ao capital privado transnacional.

Dominados pela lógica privada de gestão e seguindo as tendências da reestruturação nos sistemas bancários de países capitalistas, esses bancos estatais intensificam inovações tecnológicas, sofisticando seus produtos e serviços para venda a uma clientela segmentada segundo critérios de renda ou patrimônio financeiro, deslocando o foco de suas atividades para os negócios⁴¹.

É a partir desta mentalidade que os representantes do setor financeiro privado e público argumentam a inexorabilidade e a irremediabilidade destas transformações nas praticas administrativas e de organização do trabalho, requerendo que seus empregados as compreendam e a elas se adéquem, não importando quais as consequências e impactos sobre seus direitos e sobre seu trabalho. Bancos públicos como a Caixa Econômica Federal reproduzem o discurso das instituições financeiras privadas transnacionais, segundo o qual estas medidas são necessárias e inevitáveis, argumentando-as como um remédio amargo para evitar as consequências ainda mais nefastas no caso da não adequação, como é possível perceber a baixo a partir de trecho retirado da defesa processual do banco frente a uma ação trabalhista posta na Justiça do Trabalho:

aliás, em tempos de grandes alterações no cenário econômico nacional, onde a palavra de ordem é globalização e realinhamento do foco para os resultados dos negócios, essa mudança organizacional deve estar amparada por todo o corpo funcional que em seu fim maior é quem determina o sucesso ou insucesso de qualquer modelo de gestão. Mister se faz a conscientização do corpo funcional, de maneira que os próprios empregados se envolvam e se responsabilizem, possibilitando desta forma a manutenção do emprego, objetivo maior⁴².

⁴¹ Ação Trabalhista nº 4710 - 2006, folha 68.

⁴² Reclamatória Trabalhista número 316 de 1999, folhas 44.

Vinculadas com as estratégias empregadas de redução de custos com mão de obra pela perspectiva da reestruturação produtiva de trabalho no sistema capitalista, estão os novos modelos muito mais flexíveis de contrato de trabalho⁴³, como: a diminuição do trabalho regular e sua substituição por modalidades de trabalho em tempo parcial, trabalho temporário, subcontratação e as formas cada vez mais recorrentes do trabalho informal, ilegal ou desprotegido. Mesmo dentro da lógica de trabalho regular é cada vez mais comum à presença de novas dinâmicas de trabalho, como a jornada variável, que busca dar a jornada de trabalho um elemento dinâmico com a qual a carga horária de trabalho possa ser reduzida nos períodos de pouca de demanda de serviços e intensificada nos períodos onde esta cresce, sem que exista a necessidade da redefinição dos contratos de trabalho a cada variação. O sistema financeiro não apenas absorve os novos modelos flexíveis, como os tornam essenciais para a sua operação, aumentando a duração e a velocidade do trabalho nos períodos do mês onde as transações e operações são mais intensas⁴⁴.

A terceirização é uma das modalidades de trabalho intensamente utilizadas pela reestruturação produtiva flexível, a externalização da realização de atividades e processos para outras empresas e seus empregados, por mais que por diversas vezes estes serviços sejam realizados na própria sede dos bancos. A terceirização é um modelo recorrentemente utilizado pelas empresas para a redução de custos, visto que maximiza a capacidade administrativa da empresa de se concentrar em seus

⁴³ Harvey frisa que estes novos arranjos de emprego flexível não criam por si mesmas fortes insatisfações trabalhistas, visto que em alguns casos a flexibilidade pode ser mutuamente benéfica. É na realidade estas associadas à flexibilização das garantias e dos direitos sociais e trabalhistas que causam insegurança e prejuízos aos trabalhadores e trabalhadoras, deixando-os desamparados perante o capital voraz por utilizar-se de qualquer brecha e oportunidade para maximizar seus lucros e minimizar suas despesas, transferindo-as para os trabalhadores e trabalhadoras através destas flexibilizações (HARVEY, 2009, p.144).

⁴⁴ HARVEY, 2009, p. 117-162.

focos de interesse, ao mesmo tempo em que afasta da sua responsabilidade qualquer custo e ônus com a relação de trabalho, já que o trabalhador terceirizado não possui vínculo com a empresa a qual presta serviços, podendo os trabalhadores terceirizados serem transferidos para outros postos de trabalho a qualquer momento, possuindo vínculos de trabalho muito mais frágeis do que qualquer funcionário diretamente contratado⁴⁵. A terceirização das atividades bancárias se deu de diversas formas no Brasil, tanto através da prestação de serviços por outras empresas, quanto pela contratação de funcionários autônomos como Pessoa Jurídica, ou pela utilização de estagiários como força de trabalho especializada e a custos praticamente nulos⁴⁶, todas estas outras modalidades de contratação que geram vínculos fracos com as empresas tem se tornado uma regra nas novas empresas reestruturadas como afirma Richard Sennet⁴⁷.

Ao aplicar a terceirização como parte de suas atividade os bancos públicos empregam dentro de suas estruturas trabalhadores e trabalhadoras em categorias de trabalho gerais ou indefinidas, fator comumente utilizado pelas empresas para distanciar-se da relação de trabalho que possui com estes funcionários que lhe prestam serviços, argumentando que suas categorias de trabalho não constam entre os quadro da empresa, e portanto que não possuiriam nenhum vínculo direto com esta por mais que trabalhem nas dependências da mesma. Não são nada raros os casos onde categorias e funções que eram anteriormente intrinsecamente vinculados ao serviço bancário passam a ser terceirizadas, mantendo-se as mesmas lógicas de trabalho anteriores só que agora precarizadas e flexibilizadas, com salários menores e sem o acesso a direitos garantidos para certas

⁴⁵ TELLES, 1996, p.99-100. MOURA, 2015, p. 302-307.

⁴⁶ DIAS, 2011, p.6

⁴⁷ SENNET, 2002, p. 53-73.

categorias bancárias⁴⁸. Não é raro trabalhadores diretos e terceirizados realizarem as mesmas funções dentro das instituições da empresa sobre a supervisão de coordenadores da mesma, mais possuindo uma visível disparidade de benefícios e direitos trabalhistas aos quais tem acesso⁴⁹.

Trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas em diversos momentos contestam esta lógica e se colocam de forma contrária a ela, como podemos observar na perspectiva de uma trabalhadora de terceirizada dentro da Caixa Econômica Federal:

É de se prever, no entanto, que ocorram resistências de parte daqueles que ainda querem persistir em atividades já consideradas anti-jurídicas e anti-sociais. Assim, é que se proliferam empresas “prestadoras de serviço”, que na verdade, são empresas locadoras de mão-de-obra, cujo objetivo é propiciar, às locatárias fugir **“às imposições de uma tutela especial de trabalho e obterem sem compromisso mão-de-obra a preço inferior”**⁵⁰.

É fundamentada no gritante descaso e precarização do trabalho terceirizado bancário quando comparado ao trabalho bancário direto, que se tornou pedido corriqueiro e comum entre as ações trabalhistas, podendo ser observado como pauta central e comum à luta em busca do direito a responsabilidade subsidiária da contratadora dos serviços pelos terceirizados, ou seja, que caso não podendo arcar a empresa terceirizada com os direitos e as verbas trabalhistas de seus empregados, torne-se responsável da tomadora de serviços fazê-lo, esta demanda é gerada visto que é fato comum e corriqueiro presente nos processos trabalhistas contra empresas terceirizadas, que a empresa prestadora de

⁴⁸ DIAS, 2011, p.17

⁴⁹ MOURA; PRAXEDES. 2015, p. 308.

⁵⁰ Ação Trabalhista nº 1906/1999, p.8. Neste trecho a autora e seu representante legal se fundamentam no trabalho intitulado *O Regime de Trabalho Temporário* da jurista Isis de Almeida. (ALMEIDA, Isis de. 1997, p.4)

serviços desapareça e abra falência após o final do período de validade de seus contratos com os entes públicos⁵¹. Outro pedido muito comum entre as ações trabalhistas abertas por terceirizados é a equiparação salarial, ou seja, que considere-se que tendo eles realizados os mesmo serviços sobre as mesmas condições dos trabalhadores diretos tenham acesso aos mesmo direitos a garantidos a estes, pedido que em via de regra é sempre rejeitado pela Justiça do Trabalho, não reconhecendo o direitos a trabalhadores terceirizados que trabalham ombro a ombro com trabalhadores efetivos, cumprindo as mesmas ordens a penas com chefes diferentes. É contra as injustiças causadas pela normalização da pratica da terceirização e opondo-se ao descaso do poder público e do judiciário em reparar os danos sofridos, que uma trabalhadora terceirizada em bancos afirma:

Chega de superprivilegiar o administrador que não cumpre com a lei. Chega de exploração. Chega de trabalhador exercendo funções iguais, com o mesmo zelo e dedicação, ocupando e desenvolvendo o cargo e explorando. O beneficio/recebimento da mão de obra foi recebido pelo órgão público, então nada mais justo do que a indenização correspondente⁵².

Outra forma através da qual buscaram os bancos públicos reduzir seus gastos com pessoal através da reestruturação do seu quadro de funcionários foi a adoção de programas de demissão incentivada (PDI) ou de demissão voluntária (PDV), onde

⁵¹ É comum observar que muitas das empresas terceirizadas prestadoras de serviços desaparecem ou alegam não possuir capital para pagar seus funcionários após o fim do contrato de licitação, sendo muito raro seus representantes sequer aparecerem nas audiências marcadas pela justiça para fornecer algum esclarecimento ou para apresentar-se a estas, geralmente não é possível nem encontrar alguém que as represente e receba a notificação judicial. Pode-se compreender esta pratica como mais uma forma de evadir-se de responsabilidades trabalhistas, desaparecendo e criando outra empresa em outro lugar com o capital, deixando o ônus da precarização e flexibilização para os próprios trabalhadores que as sofrerem, constituindo-se assim como dupla exploração.

⁵² Posicionamento de uma trabalhadora terceirizada contrário à tentativa de desobrigação quanto a direitos trabalhista por parte de instituição financeira federal pública. Ação Trabalhista nº 4244/1997, folha 293.

funcionários mais velhos e com maior experiência de casa era incentivados das mais diversas formas a abandonar sua garantia de estabilidade no emprego e os benefícios aos quais teria direito pela legislação trabalhista em troca de uma indenização financeira. Entretanto, estes programas nunca eram apresentados de forma clara possibilitando aos funcionários que compreendessem seus reais objetivos, era pratica comum das administrações dos bancos públicos como o BESC difundir pela empresa o boato e informações desencontradas de que a qualquer momento estaria para ser aberto novo Programa de Demissão Incentiva, difundindo a ideia de que muito provavelmente este seria o ultimo, ou que se houvessem outros nunca seriam tão vantajosos⁵³. Assim os trabalhadores bancários já desgastados por anos de praticas flexibilizadoras e precarizadoras da relação de trabalho, como a imposição da realização de no mínimo duas horas extras além da jornada convencional de seis horas diárias dos bancários, em muitos casos não remuneradas corretamente como horas extras, a intensificação do ritmo de trabalho e do grau de exigência, que comumente ocasionavam aos trabalhadores e trabalhadoras bancários doenças psicológicas ou físicas assim como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER), pesavam como fatores muito relevantes que levaram numerosas quantidade de trabalhadores e trabalhadoras dos bancos públicos em Florianópolis a abdicarem de seus direitos adquiridos de estabilidade e os benefícios vinculados a profissão que haviam exercido nos últimos anos, pois não conseguiam mais suportar a rotina de trabalho exaustiva e precarizada que levavam, para muitos trabalhadores e trabalhadoras bancárias o PDI se constituiu como esperança por dias melhores, pela busca do descanso merecido na aposentadoria após longos anos de trabalho, ou na busca por um novo emprego que lhes possibilitassem a realização pessoal e melhores condições

⁵³ BESSI; GRISCI. 2003, p. 1-15.

de trabalho as quais seus velhos empregos não mais conseguiam prover-lhes.

Os sistemas de bancos estaduais que em 1996 existiam com 134 mil trabalhadores em 3.899 agências poucos anos depois em 2001 reduziu-se para 40.367 trabalhadores e 1.507 agência. Os Programas de Demissão Incentivada ou Voluntária possuíram relevante influencia sobre a substituição gradual de funcionários concursados e com estabilidade garantida por trabalhadores e trabalhadoras terceirizados, sem direitos e com vínculos frágeis. Os bancários e bancárias viram-se gradualmente imersos em processos acachapantes que tinham como principal objetivo a todo custo desconstruir seus direitos e conquistas históricas, construídos através de décadas de luta e mobilização coletiva, nivelando por baixo cada vez mais as condições de trabalho e os direitos de todos e todas as trabalhadoras brasileiras. Viram seus trabalhos substituídos por maquinas e sistemas eletrônicos que os tornaram obsoletos e aos quais não buscaram adapta-los⁵⁴. Podemos observar tais fatos a partir do que trazem BESSI e GRISCI:

Dentro desse contexto e alimentados pelo sentimento de que a gerência não compartilhava de seu sofrimento, a adesão ao PADV por parte dos sujeitos visava, em especial, ao abandono de um ambiente considerado como gerador de pressão e de estresse, tomado como um ambiente onde imperava a falta de valorização dos funcionários por parte da gestão de pessoas. O sofrimento que o PADV acarretou aos sujeitos está ligado à tomada de consciência de serem substituíveis e à percepção de que seus talentos e potencialidades não eram considerados⁵⁵.

Muitos trabalhadores e trabalhadoras dos serviços bancário público, ao verem-se em uma situação onde seus trabalhos pareciam a cada dia mais ameaçados e mais precarizados,

⁵⁴ Idem, p. 1-15.

⁵⁵ Idem, p. 13.

observaram como a única saída e solução trocar seus direitos por uma pequena quantidade de dinheiro que fosse capaz de dar-lhes esperanças de uma nova vida. Agarrando-se a tudo que restava da vida que conheceram por anos e preferindo lançar-se a incerteza de novos projetos e novas experiências em um mercado de trabalho voraz e precário, mas em busca de algo melhor do que lhes esperava se continuassem onde estavam. Ainda nas palavras de BESSI e GRISI:

Os novos modos de trabalhar bancário (re)constróem uma categoria fragmentada, onde as relações são permeadas pela individualidade. Os sujeitos que aderiram ao PADV preferiram a condição de desemprego, ainda que temporária, por terem dificuldades de consumirem a subjetividade produzida pela empresa. O PADV é, desta forma, percebido pelos sujeitos como uma oportunidade de realização de seus sonhos, de (re)encontro com o sentido que o trabalho um dia lhes proporcionou. Sentido esse que foi afetado pelos novos modos de trabalhar e de gestão⁵⁶.

À medida que desistiam de suas antigas carreiras e aceitavam os acordos de demissão voluntárias bancários e bancárias eram substituídas por trabalhadores terceirizados, que em pouco tempo passaram a ser mais números que os anteriores. Estes novos trabalhadores viram-se realizando as mesmas funções desempenhadas por aqueles que substituíram, porém a partir de suas próprias experiências, permeadas por condições ainda mais precárias, onde o desamparo, a injustiça, os baixos salários e a certeza de serem descartáveis se faziam ainda mais presentes⁵⁷.

Podemos perceber de que modo esta experiência afetou de forma negativa os trabalhadores e trabalhadoras do setor bancário público a partir do relato de uma destas trabalhadoras:

⁵⁶ Idem, p. 14.

⁵⁷ SANCHEZ, 2006.

Induzida pela realidade voraz vivenciada no cotidiano do ambiente de trabalho, a autora, indubitavelmente, foi mais uma vítima do malfadado processo de privatização implementado pelo governo Federal⁵⁸.

De frente a um novo mundo globalizado, dominados pelas políticas neoliberais de desmanche do Estado tanto na sua estrutura como na sua garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores e cidadão brasileiro, defrontados pelas perspectivas de reestruturação produtiva do trabalho que consideraram dispensáveis seus direitos trabalhistas, sua segurança e saúde no emprego, frente à necessidade de modernidade e inserção dos bancos em uma lógica dominada pela internacionalização do capital que requer flexibilidade e agilidade nas transformações, trabalhadores e trabalhadoras sentiram das mais diversas formas a necessidade de se contraporem a estas lógicas, comparecendo a Justiça do Trabalho para reivindicar seus direitos mínimos ou a aplicação do considerado minimamente justo e igualitário, estas ações foram fundadas nas suas experiências de vida, nas suas expectativas, na esperança que possuíam, e portanto, são ponto fundamental para contar e compreender suas histórias.

Referencias

ALMEIDA, Guilherme Ribeiro de. “Reestruturação do setor bancário na década de noventa”. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Campinas, 2003)

ALVES, Giovanni. “Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial”. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009, p. 196.

BARUCO, Cristina da Cunha. CARCANHOLO, Marcelo Dias. “A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições”. Revista praia vermelha / Rio de Janeiro / v. 21 no 1 / p. 9-23 / Jul-Dez 2011.

⁵⁸ Ação Trabalhista nº 04710 – 2006, folha 70.

BECK, Ulrich. *A sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BESSI, Vânia Gisele; GRISCI, Carmen Ligia Lochins. “Daqui pra frente vai ter que ser diferente: Programa de Apoio à Demissão Voluntária em Tempos de Reestruturação Produtiva do Trabalho Bancário”. *In: Encontro nacional da associação nacional dos programas de pós-graduação e pesquisa em administração*, 27, 2003, Atibaia. *Anais*. Atibaia: ANPAD, 2003.

BIAVASCHI, Magda Barros; DROPPA, Alisson. “A luta pela preservação dos documentos judiciais: a trajetória do combate à destruição das fontes a partir de da Constituição de 1988”. *História Social*, n. 21, segundo semestre de 2011.

BIAVASCHI, Magda Barros; LUBRE, Anita. “Os memoriais e preservação de documentos da Justiça do Trabalho: Revisitando a tabela de temporalidade dos documentos e processos trabalhistas arquivados”. TST, Brasília *In: Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais da Justiça do Trabalho*, Aracajú, 2006.

CASANOVA, Pablo Gonçalves. “Globalidade, neoliberalismo e democracia”. *In* GENTILI, Pablo (org). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Vozes. Petrópolis-RJ, 2000.

CAXIETA, Maria Cristina Diniz; CUNHA, Maria Aparecida Carvalhais. “Gestão documental e regate da memória na Justiça do Trabalho: preservação documental é direito do cidadão e dever do Estado”. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 14, n. 20, 2013.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª Edição. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB; FONTES. *História Social do Trabalho, história pública*. Perseu, nº4, Ano 3, 2009.

CHESSAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foà. São Paulo: Xamã, 1996.

- COMBLIN, José. O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século. Petrópolis-RJ, Vozes, 1999.
- COOPER, Frederick. "What is the concept of globalization good for? an african historian's perspective". *African Affairs*, 100, p.189-213, 2001.
- DROPPA, Alisson; Oliveira, Walter. "Os processos da Justiça do Trabalho como fonte de pesquisa: a preservação da memória da luta dos trabalhadores". *Métis: história & cultura* - v,12, n. 23, p. 86-99, jan./jun.2013.
- DIAS, Ana Patricia. "O trabalho terceirizado: a estratégia do capital que fomenta cisão entre os trabalhadores". 2011, p. 1-21.
- DELGADO, Maria Berenice Godinho. "Terceirização e trabalho feminino". 1994, p.112-117. In MARTINS, Heloisa de Souza; RAMALHO, José Ricardo. Terceirização - Diversidade e negociação no mundo do trabalho. Hucitec, 1996.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. Editora Loyola. São Paulo, 2009.
- HOBBSAWN, Eric J. "As décadas de crise". In HOBBSAWN, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX; 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- JINKINGS, Nise. *O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo: Boitempo, 1996.
- _____. *Trabalho e resistência na "fonte misteriosa": os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- LUZ, Ivoir da; VIDEIRA, Sandra Lúcia. "A privatização dos bancos estaduais no Brasil". In: 12º Encuentro de geógrafos da America latina, 2009, Montevideo. *Anais do 12º Encuentro de geógrafos da America latina*. Montevideo, 2009. p. 1-14.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. "A Crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transparências". In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

MOURA, Francisco Ercílio; PRAXEDES, Antonio Torquillo. “A terceirização como fator de desigualdade formal entre trabalhadores e como mecanismo de fragilização da relação de trabalho”. v. 4, n. 41, 2015.

SANCHEZ, Ana Tercia. *Terceirização e terceirizados no setor bancário: relações de emprego, condições de trabalho e ação sindical*. (Dissertação de mestrado, São Paulo, 2006).

SILVA, José Carlos da. “A Reestruturação Produtiva no Setor Bancário em Santa Catarina”. *Revista de Ciências da Administração* – v.4, n.08, jul/dez 2002.

_____. *Reestruturação no Setor Bancário: trabalho e resistência no processo de privatização do Besc*. Florianópolis; (Tese doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006).

SILVA, Fernando Teixeira da. “Nem Crematório de Fontes Nem Museu de Curiosidades: por que Preservar os Documentos da Justiça do Trabalho”. *in* BIAVASCHI, Magda Barros; LUBRE, Anita; MIRANDA, Maria Guilherme [org]. *Memória e preservação de documentos: direitos do cidadão*. São Paulo: LTr, 2007, p. 39.

SCHMIDT, Benito Bisso; SPERANZA, Clarice Gontarski. “Processos trabalhistas: de papel velho a patrimônio histórico”. *In.*: PAULA, Zuleide Casagrande de (Org). *Polifonias do Patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012.

SPOSATI, Aldaiza. “Globalização: um novo velho processo”. *In* DOWBOR, Ladislau. IANNI, Otavio.

RESENDE, Paulo Edgar A (orgs). *Desafios da globalização*. Petropolis-RJ, Vozes, 1997.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio: Zahar, 1981.

_____. *Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TELLES, Vera. “Pobreza e cidadania: precarização e condições de vida”. *In* MARTINS, Heloisa de Souza; RAMALHO, José Ricardo. *Terceirização – Diversidade e negociação no mundo do trabalho*. Hucitec, 1996.

A centralidade do trabalho na vida de profissionais de saúde com ensino superior na cidade de Santa Cruz do Sul

Caroline Maria Nunes¹

Karine Vanessa Perez²

O presente artigo pretende refletir as formas de capturas do trabalho, que aprisiona e subjetiva o trabalhador de maneira com que não se reconheça para além da atividade laboral. Neste sentido, o artigo evidencia a relação de dependência dos trabalhadores com seu trabalho, afetando negativamente suas saúdes. O trabalho sempre ocupou um lugar central, desde a formação e o desenvolvimento do pensamento sociológico. Na medida em que a sociedade ocidental, transformada pela revolução industrial e pelo capitalismo foram se desenvolvendo, o trabalho passou a ser fonte de mercadoria e o recurso para a geração de valor para o processo de acumulação capitalista³. Assim sendo, torna-se indiscutível que o trabalho ocupa um lugar central na vida de quem o realiza. Dessa maneira, constatou-se que os

¹ Psicóloga. Mestranda do programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: carolinenunespsi@hotmail.com.

² Doutora e Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: karinevanessaperez@gmail.com.

³ CARDOSO, Luís Antônio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 23, n. 2, 2011.

participantes desta pesquisa se identificam através da atividade que executam e se subjetivam pelo trabalho, não conseguindo se reconhecerem para além disso. O trabalho demonstra consumir grande parte da vida destes trabalhadores subjetivando-os à partir do mesmo, sendo possível identificar a atividade laboral como uma das atividades mais importantes na vida de tais profissionais que a colocam acima de qualquer outra. Por ter essa centralidade, muitas vezes não percebem outras formas de se constituírem e de se reconhecerem, ocasionando o sofrimento quando deixam de trabalhar.

Desse modo, a pesquisa iniciou-se por meio da revisão bibliográfica e da aproximação com o campo de pesquisa. Possui como embasamento metodológico a Psicodinâmica do Trabalho⁴ *strictu sensu* a partir de uma adaptação, no qual, utilizou-se entrevistas individuais semi estruturadas através da metodologia da Bola de Neve para o levantamento de informações. Compuseram a pesquisa nove participantes da saúde com ensino superior completo, moradores do município de Santa Cruz do Sul - RS. A interpretação e análise do material foi fundamentada na Psicodinâmica do Trabalho, que tem se voltado para analisar a constituição do sofrimento mental a partir da percepção dos próprios trabalhadores. Este tipo de clínica do trabalho, estuda as vinculações entre este sofrimento e a organização do trabalho, examinando também as dinâmicas pelas quais se constroem sistemas coletivos de defesa e de compromisso ético nos locais de trabalho⁵.

Como resultados, as pesquisadoras perceberam que o trabalho por ocupar lugar central na vida dos profissionais de

⁴ DEJOURS, Christophe. A metodologia em psicopatologia do trabalho. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte I. Christophe Dejourns - *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 107-128.

⁵ SELIGMANN-SILVA, Edith. Introdução. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho: marcos de um percurso. In: DEJOURS, Christophe; ABDUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994. p.13-19.

saúde, tais profissionais, prosseguem com jornadas exaustivas no qual sentem-se desanimados para utilizarem o tempo livre com atividades de lazer nas quais gostariam de realizar, justamente por este tempo “livre” ser destinado para o trabalho extra que expande-se para além do espaço físico da organização de trabalho. Neste sentido, os profissionais de saúde por não obterem um tempo de descanso e relaxamento, desenvolvem diversos impactos negativos em suas saúdes, demonstrando certa fragilidade desta categoria, que impulsionada a direcionar os cuidados para o outro, acaba não encontrando tempo para cuidar de si.

A centralidade do trabalho em saúde

Pode-se entender que o trabalho, desde a antiguidade, representa grande importância na vida das pessoas que se reconhecem pelo mesmo. O trabalho pode ser considerado como uma atividade humana repleta de significados e sentidos que impactam na (re)construção de identidades/papéis e na (re)definição de normas de vida. Conforme o passar dos anos, o significado de trabalho tem sido associado a diferentes valores sociais - positivos e negativos - e a diferentes sistemas sociais. Na modernidade, com o surgimento do trabalho assalariado, o trabalho passa a assumir um lugar central na vida das pessoas⁶.

O trabalho constitui a atividade pela qual o homem transforma o mundo e se transforma. Na sociedade contemporânea, o trabalho é não apenas fonte de renda, mas também, fonte de reconhecimento e de honra. Conforme a autora, o trabalho marca a identidade dos indivíduos, que frequentemente são reconhecidos pela profissão que exercem⁷. O trabalho demonstra ser fonte de realizações, gratificações pessoais e

⁶ OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite de. SILVEIRA, Sonia Bittencourt. *O(s) sentido(s) do trabalho na contemporaneidade*. Linguística Aplicada das Profissões, v.16, n 1, 2012.

⁷ SILVEIRA, Andréa Maria. *Saúde do Trabalhador*. 2ª edição. Belo Horizonte, Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2013.

reconhecimento pela coletividade, como é percebível na fala da entrevistada.

O trabalho representa as minhas escolhas profissionais e que eu consigo me realizar enquanto pessoa. (E9)

A partir destes aspectos, percebeu-se que o trabalho ocupa um lugar central na fala dos participantes da pesquisa. Ao ser questionado aos entrevistados sobre o significado do trabalho em suas vidas, todos demonstraram que o trabalho, além de ser a fonte pela qual sobrevivem, é também a forma que se constituem e se reconhecem enquanto pessoas. Além disso, o fazer no mundo laboral demonstra ocupar a maior parte do tempo da vida destas pessoas, relatando que não conseguem perceber o trabalho e a vida pessoal como fatores dissociados, sendo que para os participantes, um afeta diretamente o outro. Pode-se perceber abaixo alguns comentários verbais ressaltados pelos participantes em relação a importância do trabalho, demonstrando a centralidade do mesmo:

Na verdade hoje, é o meu foco né, o número “1” é o trabalho vamos dizer assim. Se eu pudesse elencar, porque não sei, não sei dizer o porquê, mas é algo que eu gosto de fazer, gosto de trabalhar nessa área, sempre me dediquei bastante e eu acredito que seja por isso que eu consigo estar com três trabalhos muito bons hoje, então eu tenho uma dedicação muito grande ao trabalho. Acho que eu trago isso um pouco de casa, pai e mãe sempre trabalharam muito, eu sempre percebia que eles não paravam em casa para ficar com os filhos para poder se dedicar ao trabalho e eu acho que eu estou seguindo a mesma linha assim. (E3)

Essa é boa né (risos). Porque na verdade é a minha vida. O trabalho é a minha vida, eu me identifico pelo que eu faço. [...] Tu sabe que eu acho que eu já nasci com essa vontade? Porque desde que eu me lembro, eu sempre quis ser enfermeira. [...] a gente passa maior parte do tempo no trabalho. Então as nossas grandes relações, as nossas comunicações, enfim, tudo é o trabalho. (E4)

O trabalho é assim.... Não vou dizer que é tudo porque eu tenho um filho. Até tem momentos que eu tenho que me cuidar um pouquinho para não colocar o trabalho na frente, mas a coisa começou a sair mais do foco do trabalho foi depois que eu fui mãe, porque antes disso era mais a minha dedicação. (E6)

Para mim, eu não vou dizer que o trabalho é tudo porque eu tenho mais além do trabalho, mas grande parte da minha vida é o trabalho. (E8)

Para outros participantes, o trabalho também representa ser fonte de autonomia e independência, se constituindo como fonte de prazer para que os trabalhadores continuem investindo tamanha dedicação em sua profissão. A autonomia na organização de trabalho pode ser compreendida como a possibilidade de alteração da prescrição da sua tarefa de forma a adequá-la ao real do trabalho, possibilitando ao trabalhador a sua forma de desenvolver as atividades. É onde o trabalhador é capaz de criar e ao mesmo tempo transformar o seu sofrimento em algo prazeroso, para que assim, consiga continuar trabalhando⁸.

Conforme foi proferido pelos participantes da pesquisa, o trabalho demonstra ser fonte de realização pessoal, mas também de independência financeira. Ainda, outro fator percebido na fala de um dos participantes desta pesquisa, é o trabalho como fonte de remuneração e meio de sustento.

O trabalho desde muito cedo pra mim representou independência. Eu tinha isso na minha cabeça, desde quando eu estudava que eu queria e precisava trabalhar para ser independente. E é isso hoje para mim. Eu sou uma mulher independente financeiramente. Então ele significa isso para mim. (E5)

Ah, o pessoal que diz assim “Ah, quem faz o que gosta não trabalha nenhum dia” é hipocrisia. A gente trabalha porque a

⁸ MORAES, Rosângela Dutra de; VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal; CUNHA, Stephane Caroline de Paula da. *Prazer no trabalho: o lugar da autonomia. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v.12, n. 2, p. 217-228, maio-ago, 2012.

gente precisa trabalhar (risos). Se eu pudesse ficar em casa ficando somente com as minhas filhas, eu ficaria em casa. Mas eu não tenho essa condição. (E1)

Além disso, foi possível perceber que os profissionais de saúde, ao estenderem suas relações para além do trabalho, estabelecendo vínculos com colegas e demais pessoas que fazem parte da organização, fazem com que o trabalho se torne papel central em suas vidas, como se tudo fizesse parte dele. Estes vínculos favorecem a obtenção de prazer no trabalho, por meio do apoio coletivo que desenvolvem.

As nossas relações são de trabalho, mas se estendem para as nossas casas, para a família. A gente vai tomar chimarrão na casa dos nossos colegas, então é diferente. (E4)

Eu acho que essa persistência no local pode ter essa vinculação as vezes até exagerada, quase familiar com as pessoas, mas ela nos traz outros benefícios e outras facilidades no trabalho e isso faz com que eu me dedique mais e talvez acabe as vezes até deixando de lado um pouquinho, o lado pessoal. Mas acho que isso eu já tenho conseguido com alguns ajustes, ponderar, porque não é muito fácil não. (E6)

Dessa maneira, foi perceptível que os participantes desta pesquisa se identificam através da atividade que executam e se subjetivam pelo trabalho, não conseguindo se reconhecerem para além disso. O trabalho demonstra consumir grande parte da vida destes trabalhadores, subjetivando-os à partir do mesmo. À partir destas falas, ainda é possível identificar o trabalho como uma das atividades mais importantes na vida de tais profissionais, que o colocam acima de qualquer outro fator. Por ter essa centralidade, muitas vezes não percebem outras formas de se constituírem e se reconhecerem de outro modo, ocasionando o sofrimento quando deixam de trabalhar. Assim sendo, a organização do trabalho atua precisamente na vida dos trabalhadores da saúde, provocando

condições e relações que são capazes de proporcionar tanto prazer quanto sofrimento.

Organização, Condições e Relações de Trabalho

Pode-se entender que a organização do trabalho, exerce sobre o homem total controle de seu aparelho psíquico. Por organização de trabalho, entende-se que esta pode ser definida como a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (à medida que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder e as questões e responsabilidade⁹. Em certas condições de trabalho, o sofrimento emerge no momento em que a organização ignora a história individual do trabalhador, bem como os seus desejos. As condições de trabalho prejudicam a saúde do corpo do trabalhador, enquanto a organização do trabalho atua no nível do funcionamento psíquico¹⁰.

Por condições de trabalho é preciso entender, antes de tudo, o ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude, etc), o ambiente químico (produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaças, etc), o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), as condições de higiene, de segurança e as características antropométricas do posto de trabalho. Conforme referido abaixo por um dos participantes, as condições do trabalho em saúde nem sempre são condições favoráveis, carecendo de uma infraestrutura adequada que proporcione conforto ao profissional.

O ambiente melhorou muito na medida em que tivemos uma nova estrutura física. A gente tinha um local muito insalubre, até não era pequeno mas ele tinha pouca ventilação, muito pouco

⁹ DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

¹⁰ DEJOURS, Christophe. *A carga psíquica do trabalho*. In: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. (Orgs). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994. p. 21-32.

luminosidade. Agora a gente está neste ambiente que é bem melhor. (E6).

Já por relações de trabalho, seriam todos os laços humanos criados pela organização do trabalho: relações com a hierarquia, com as chefias, com a supervisão, com os outros trabalhadores – e que são às vezes desagradáveis, até mesmo insuportáveis. Entretanto, ao mesmo tempo que as relações de trabalho podem ser desagradáveis, também podem beneficiar os trabalhadores, a partir de um apoio mútuo entre si. As relações de trabalho também envolvem o apoio social dos colegas, chefes e subordinados, que são consideradas como variável importante na saúde mental do trabalhador¹¹. Nesse sentido, é importante que o trabalhador tenha em seu local de trabalho um suporte através da existência de uma rede de relações para as estratégias de manutenção e recuperação da saúde mental.

Mas o ambiente, ele está muito relacionado a equipe. As pessoas que frequentam. Não digo que frequentam, mas as pessoas que trabalham. Porque os pacientes vão e vem, e a função deles é buscar uma prestação de serviços, então dependendo de como estão os funcionários e os colegas, isso fica melhor ou pior. (E6)

O trabalho influencia na saúde e no adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras, em primeiro lugar, pelas condições dos ambientes onde ele é realizado. Na realidade brasileira, é muito frequente encontrarmos agressões à saúde provocadas pelo ruído, pelo contato com substâncias químicas e com agentes biológicos, como bactérias e vírus. A saúde pode ser agredida, também, devido a problemas na relação entre trabalhadores e trabalhadoras com

¹¹ FERNANDES, Josicelia Dumêt et al. *Saúde mental e trabalho: significados e limites de modelos teóricos*. Revista latino-americana de enfermagem, v. 14, n. 5, p. 803-811, 2006.

seus instrumentos de trabalho e pelas más condições ergonômicas e ambientais, de forma geral¹².

É possível perceber na fala dos trabalhadores que os mesmos possuem condições de trabalho nem tanto favoráveis, atuando em lugares que não possuem uma infraestrutura que atenda às necessidades das atividades laborais. Além disso, sobre as relações de trabalho, os entrevistados afirmaram que essas relações são, por vezes, conflituosas, o que pode gerar discussões e situações desagradáveis entre colegas.

Aqui na instituição tu sempre tem gênios incompatíveis, sempre tem situações diferentes, os problemas das pessoas que eu trato aqui são diferentes das pessoas que eu trato no consultório. [...] Tu pensa “Ah mas a fulana poderia dar um pouquinho mais, se doar um pouquinho mais, poderia ser diferente”, mas não acontece. [...] Mas a questão de magoar-se ou não no ambiente de trabalho, às vezes acontece. Existem comentários, coisas que tu vê. Eu já levava isso bem mais na “ponta da faca”, hoje eu estou mais tranquilo. Porque tu começa a fazer um trabalho consigo mesmo e tu acaba melhorando. (E1)

Outro fator mencionado por uma das participantes da pesquisa que causa incomodo entre os trabalhadores é a rotatividade organizacional, causando sofrimento entre os mesmos já que acabam sofrendo as consequências diretas deste processo. A rotatividade neste sentido, implica o desestímulo entre os colegas além da sobrecarga dos que permanecem trabalhando. O fato de ter constantemente colegas novos os obriga a lidar com momentos de adaptação e aprendizagem destes períodos em que o rendimento é menor e as relações precisam ser construídas, o que gera um desgaste nas equipes.

¹² MERLO, Álvaro Roberto Crespo; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa. *Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora: cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS/org*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

A gente tem uma variação muito grande da troca de profissionais, e eu tenho visto como uma coisa importante a permanência das mesmas pessoas atendendo as mesmas pessoas. E a medida que muda o funcionário, como está acontecendo agora, a gente está com uma enfermeira nova há uma semana, mobiliza todo mundo. Nosso dentista agora já faz um tempo que está aí, a técnica de higiene bucal também não faz muito tempo, então essas trocas de funcionários. O pessoal da higienização trocou de novo, então isso dá uma mexida assim. As vezes tu pode tornar o clima melhor ou pior. (E6)

Também é perceptível os impasses que a organização de trabalho produz, uma vez que, não dispõe de recursos que ofertam melhores condições de trabalho. Neste sentido, nesta fala pode-se identificar a relação do prazer e do sofrimento no trabalho, nos quais, não podem ser considerados como fatores dissociados, pois estão entrelaçados. Além disso, identifica-se as diversas maneiras que o trabalhador acaba utilizando para se ajustar as limitações da organização, contando com o apoio mútuo entre os colegas.

Percebe-se que os profissionais também trazem sobre o estabelecimento de relações que são prazerosas e os motivam a permanecer no local de trabalho. Estas relações demonstram servir como um recurso criativo dos trabalhadores para que consigam conjuntamente lidar com os aspectos que causam sofrimento.

É um ambiente que é bastante hostil [...] A gente está com bastante precariedade. Precariedade para a estrutura física, para as ferramentas de trabalho, de equipamento para o trabalho. A gente tem tido parcelamento de salários, tem tido uma diminuição de investimentos para os projetos que a gente quer fazer, então acaba que isso impacta no ambiente de trabalho de forma geral. A gente teve momentos de bastante desmotivação, e até de hostilidade entre colegas, porque acaba que, quando a gestão não vai bem em geral, sempre tem um efeito nas relações entre os trabalhadores. É muito interessante pensar assim. Produz um efeito de desunião, aonde deveria ter união. Ao invés da gente se unir, as vezes a gente fica numa posição de divergir muito uns dos outros [...]. Então tem essa parte hostil e de

precariedade do trabalho. [...] A gente faz do limão uma limonada. Então tem um lado que é mais precário e tem um lado que é mais alegre do trabalho, do ambiente de trabalho. Fazem confraternizações, a gente se ajuda uns aos outros na hora da promoção de eventos, que a gente faz as vezes com poucos recursos, mas a gente se ajuda uns aos outros. Tem esse lado legal do processo de equipe mais compartilhado. (E7)

Ainda em relação à organização de trabalho, é possível identificar os contras e prós que o trabalho oferta e que conseqüentemente será fonte de sofrimento e prazer ao trabalhador. O sofrimento do trabalhador irá surgir nas relações e condições de trabalho. A organização exige que suas atividades sejam realizadas, porém para isso acontecer é necessário que se ofereça condições de trabalho suficientes para que se consiga realizar as tarefas. No momento em que isso não acontece, passa a cobrar de forma hostil o resultado a ser atingido pelo trabalhador, e por isso, este passa a desenvolver uma relação de sofrimento consigo mesmo e com a organização de maneira silenciosa, não conseguindo expor para a instituição estes fatores¹³.

Se eu te disser que o meu ambiente de trabalho é “100% e maravilhoso” é uma mentira, óbvio que não é. Eu não acredito que não exista nenhum ambiente de trabalho na face da terra que seja 100% bom. (E9)

Além disso, o sofrimento também irá surgir na falta de reconhecimento dos membros que fazem parte da organização em que trabalham, como também do público em geral no qual prestam assistência, podendo se tornar fonte de sofrimento para os trabalhadores. Este fator pode ser percebido na fala de alguns entrevistados, que me mencionam a falta de valorização do trabalho como um fator que acaba desencadeando desestímulo e sofrimento psíquico.

¹³ MARTINS, José Clerton de Oliveira; PINHEIRO, Adriana de Alencar Gomes. *Sofrimento psíquico nas relações de trabalho*. PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora, v. 7, nº 1, p. 79-85, Jan./Jun. 2006.

Mas a questão do ambiente de trabalho, sempre tem alguém que larga uma piadinha para o outro, sempre tem alguém para dizer: “Ah, isso é hora de chegar?”. Sempre tem coisas assim e isso magoa, chateia. Quando tu estiver trabalhando, tu vai querer que as pessoas vejam aquilo que tu faz de bom [...]. (E1)

Eu acho que a gente trabalha muitas horas e é pouco valorizado, em todos os sentidos na verdade, do salário né que eu acho que poderia ser melhor, mas também a valorização frente aos nossos gestores, aos nossos chefes, aos nossos coordenadores né. Por exemplo, outras profissões são mais valorizadas, do que a Enfermagem por exemplo. Então isso é uma coisa que me incomoda. O que eu menos gosto é das pessoas as vezes não valorizarem o nosso trabalho. Seja pagando melhor, ou valorizando mesmo, no sentido de dar importância. (E5)

Neste sentido, percebe-se que o ambiente e as relações de trabalho causam também sofrimento nos trabalhadores da saúde entrevistados, na medida em que o ambiente, muitas vezes, carece de uma infraestrutura adequada e as relações estão atreladas à divergências e situações desagradáveis criadas pelo trabalho. Mesmo assim, apesar da precariedade destas condições e dos conflitos presentes entre os trabalhadores em muitos momentos, observou-se que a grande maioria dos entrevistados conseguem perceber os aspectos positivos do trabalho que realizam, atribuindo grande importância ao trabalho no qual executam e que está relativamente ligado ao prazer. Desse modo, percebe-se novamente que ao atribuírem tanta atenção ao trabalho, acabam realizando atividades extras nas quais fazem parte de suas funções e acabam não sendo vistas como tempo de trabalho pelos trabalhadores da saúde.

Trabalho extra jornada

Percebe-se uma intensa preocupação das organizações pelo fato de que cada vez mais é frequente o uso da Internet, ou melhor, das redes sociais no trabalho. O uso indevido da Internet pode

causar demissão por justa causa do trabalhador, além de comumente, as empresas alegarem que a diminuição do rendimento do trabalhador decai significativamente com o uso da Internet. Entretanto, quase não se é discutido sobre o uso das redes sociais destinado para o trabalho, em momentos para além da jornada de trabalho.

Se o século XIX foi marcado por jornadas extensas, condições laborais aviltantes, pouca regulamentação das relações de trabalho entre outros fatores, o século XX pode ser definido pelo intenso processo de industrialização e, com ele, um acelerado avanço tecnológico, associado à adoção de modelos de gestão dos processos produtivos cada vez mais exigentes em termos da capacidade física e psíquica dos indivíduos¹⁴.

Desse modo, com o avanço da tecnologia, as redes sociais foram se tornando cada vez mais populares e acessíveis, fazendo com que o seu acesso faça parte do cotidiano de várias pessoas. Contudo, com as inovações tecnológicas, é possível ter acesso a internet através de telefones celulares, smartphones, notebooks, *tablets*, dentre outras tecnologias que não precisam necessariamente um local físico e específico para sua utilização, podendo ser acessado a qualquer momento¹⁵.

É perceptível na fala dos profissionais da saúde entrevistados que a atividade de trabalho expande-se para além do espaço físico e a jornada exigida pelas instituições. Os trabalhadores relataram que utilizam-se de diversos recursos, tais como aparelhos eletrônicos, para responder mensagens via *WhatsApp* ou e-mail, entre outros meios, como forma de estarem conectados com o trabalho 24 horas. Os entrevistados mencionam não conseguirem se desligar totalmente do trabalho, respondendo tais mensagens em horas importunas e em que não estão trabalhando fisicamente

¹⁴ BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. *Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental*. Psicologia & Sociedade, v. 19, n. 1, 2007.

¹⁵ CARVALHO, Vanessa Oliveira; MURBACK, Fábio Guilherme Ronzelli. *Estudo da utilização das redes sociais nas empresas brasileiras*. Gestão & Conhecimento: Revista do Curso de Administração. 2014.

na organização, mas continuam vinculados e desempenhando algumas atividades.

Eu não consigo me desligar. Porque a gente tem um e-mail, grupo de WhatsApp, tem o e-mail da empresa no celular, então toda hora que entra alguma coisa, ou vezes passa uma ou duas horas eu vou ali e olho. Ontem eram 9 e pouco da noite e entrou um e-mail e eu fui ver o que era e pensei “Ah, tá, amanhã eu não posso esquecer disso”. Então tu não desliga. Tu desliga, mas não desliga. Então, poxa, eu saio às 16 horas da tarde, eu poderia aproveitar o resto do dia, me desligar sabe? Mas ultimamente eu não estou conseguindo fazer isso. Porque a gente vem assim de um acúmulo de várias demandas. (E2)

Eu casei em maio, também tive que colocar atestado, não foi atestado na verdade, foi uma licença e eu sai por 9 dias de licença. Aí a gente foi viajar de Lua de Mel e lá que eu percebi a minha dependência do trabalho. Porque como a minha esposa dorme bastante, ela dormia de manhã e eu acordava as 8:00 horas da manhã e ia para o celular responder alguns e-mails (risos). (E3)

Devido a este fator, o trabalhador passa a ter acesso a tudo que está acontecendo sobre o seu trabalho mesmo não estando presente na organização. Os entrevistados relataram sofrer com essa dependência e reconhecem que mesmo tentando não visualizar as mensagens recebidas, não conseguem, pois é como se precisasse dar uma resposta imediata ao outro, por se tratar de questões relativas à saúde das pessoas (usuários e pacientes). Além disso, foi apresentado o medo de desapontar a organização e por isso os trabalhadores correspondem tais demandas, sentindo-se na responsabilidade por determinadas situações. Neste sentido, torna-se presente o sentimento de culpa dos trabalhadores por não estarem dando conta do trabalho quando cobrados, demonstrando uma cobrança da organização, mesmo que sutil, de estarem à disposição em qualquer momento.

A gente tem o WhatsApp sempre para conversar (risos). Se alguma coisa urgente precisa, avisam ali. Então de certa forma a gente tem conexão com o trabalho 24 horas. E a gente tem dedicação exclusiva, então a gente ganha para isso. É um trabalho “full time”. Eu olho para ver se é alguma coisa que precisa ser respondida naquele momento, se precisa, eu respondo naquele momento. Ligações de profissionais dos municípios fora do horário de trabalho, mas isso tem muito a ver com a militância também, do trabalhador da saúde que é militante. [...] Porque motivo para não desligar a gente tem, a gente trabalha com saúde, chega uma demanda que a gente não pode resolver, uma pessoa pode ser que morra por causa disso, como é que tu não irá pensar? É inevitável. (E7)

Hoje com o WhatsApp, as pessoas se comunicam por ali e não tem hora. Às vezes eu vou para casa falando por áudio, com o carro ligado, com o som ligado, conversando com as pessoas ainda do trabalho, chego em casa, desligo o carro e continuo com o celular ainda combinando coisas. Às vezes eu penso, vou chegar em casa, largar o celular, se vier um monte de WhatsApp não vou olhar mas eu não consigo. Porque a gente acaba tendo uma fantasia de que as pessoas precisam uma resposta tua naquele momento e como hoje eu estou muito envolvida com muitas coisas, não que precisam de mim mas as pessoas esperam uma resposta. [...] Daí a pessoa te pergunta uma coisa e tu não vais responder? (E8)

Ainda, um fator presente é a percepção do profissionais em não perceberem o trabalho como tempo de trabalho, conforme é proferido por uma das participantes entrevistadas, ao relatar que continua no local de trabalho mesmo após o expediente, não reconhecendo-o como tempo de trabalho. Neste sentido, percebe-se novamente que a representação do trabalho na vida destas pessoas, ocupa um lugar central, já que acabam trazendo até mesmo a própria família para o local de trabalho.

Às vezes, eu saio do trabalho, eu pego o meu filho e eu ainda venho ao meu trabalho um pouco. Então quer dizer que não é uma coisa de trabalhar. (E4)

Neste sentido, percebe-se a necessidade dos trabalhadores da saúde de corresponderem às demandas das organizações nas quais trabalham, ultrapassando os espaços físicos. Além disso, identifica-se que os trabalhadores são impedidos de administrar o tempo livre que possuem para realizar atividades nas quais gostariam, visto que, precisam se mostrar disponíveis à organização quando forem solicitados.

Devido tamanha dedicação e comprometimento com o trabalho, acaba sobrando pouco tempo para os profissionais de saúde cuidarem de si e realizarem atividades além do trabalho. Se levarmos em conta o custo financeiro das atividades fora do trabalho (esporte, cultura, formação profissional) e do tempo absorvido pelas atividades, poucos são os trabalhadores e as trabalhadoras que podem organizar o lazer de acordo com seus desejos e suas necessidades fisiológicas¹⁶. Desse modo, é possível localizar na fala dos trabalhadores o desejo por realizar atividades que podem servir como um recurso terapêutico, porém estes verbalizam não encontrarem tempo devido à grande demanda de trabalho. Observou-se também que os profissionais de saúde possuem certa dificuldade em organizar o seu tempo livre, não conseguindo utilizá-los da forma como gostariam, já suas atividades laborais tomam muito tempo na vida destes.

Eu estou tentando começar academia faz bastante tempo e não estou conseguindo encaixar nos horários. Eu tentei marcar um quiropraxista para as costas e ainda não consegui agendar um horário. (E5)

Eu acho que eu trabalho muito. Gostaria de não precisar trabalhar tanto. Eu gostaria de chegar em casa mais cedo. Não queria ter tanto trabalho (risos). Poder tomar meu chimarrão,

¹⁶ DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Cortez - Oboré, 1992.

poder escutar uma música, poder ler um livro, poder ler uma revista. (E1)

Hoje eu vejo que a minha qualidade de vida em termos de lazer, de diversão, está bem lado, eu tenho deixado bem de lado. (E2)

Na verdade o lazer acaba sempre sobrando para sábado e domingo que é uma correria só. [...] Poh, tu sente falta né, todos os amigos vão no final da tarde jogar um futebol e tu não pode jogar, todos os amigos vão fazer uma academia, ou alguma atividade de lazer, porque eu gosto bastante de esporte, e eu não consigo fazer, porque tem as demandas e tudo mais. (E3)

Eu gostaria de voltar a fazer atividade física. Eu faço Yoga, mas não estou conseguindo fazer. (E8)

Desse modo, percebe-se na fala dos trabalhadores não conseguirem utilizar o seu tempo livre, direcionando-o para a realização de tarefas nas quais gostariam, tais como atividades físicas e de lazer. Por trabalharem demasiadamente e pelo trabalho ocupar um lugar central em suas vidas, os trabalhadores sentem-se exaustos e desanimados para utilizarem o seu tempo para estas atividades, mas que gostariam de poderem administrar esse tempo livre de modo diferente, encontrando outras possibilidades que lhe trouxessem prazer além do trabalho. Neste sentido, os profissionais da saúde por não obterem um tempo de relaxamento, desenvolvem diversos impactos negativos em suas saúdes, no qual, o corpo corresponde a estes impactos ocasionados na formação de sintomas psicossomáticos e outros tipos de adoecimentos ocupacionais. Tais sintomas que evidenciam um adoecimento, manifestam o silêncio do sofrimento psíquico do coletivo de trabalhadores da saúde, não encontrando uma via para descarga do mesmo.

O corpo será utilizado como esta via, somatizando determinado sofrimento vivenciado pelos profissionais. Em determinadas situações, as causas de tais sintomas e doenças

apareceram de forma alienada pelos trabalhadores, tornando-se difícil a associação com o trabalho. Devido à isso, a escuta clínica foi essencial para o entendimento destes sintomas e doenças ocasionadas, fazendo com que os trabalhadores pudessem refletir à partir disso. Já em outras situações, os sintomas psicossomáticos logo foram verbalizados pelos trabalhadores, comprovando-se à existência do mesmo e sua relação com o sofrimento psíquico. O aparecimento de sintomas psicossomáticos é originado de períodos mais turbulentos e de intensa demanda de trabalho, por isso tais sintomas podem ser associados ao trabalho, já que surgem em função da sobrecarga e dificuldades neste âmbito da vida.

Considerações finais

Durante muito tempo, o nexos causal entre prazer e sofrimento no trabalho não existiam, não sendo atribuído atenção à este assunto. Na contemporaneidade, são cada vez mais presentes estudos que apontam para essa relação, tais como a metodologia da Psicodinâmica do Trabalho utilizada nesta pesquisa, demonstrando o quanto o trabalho pode vir a ser considerado como um fator importante no desencadeamento do sofrimento psíquico e quais são as estratégias defensivas que os trabalhadores utilizam para conseguir permanecer trabalhando.

Desse modo, observou-se pelas pesquisadores a falta de espaços para a elaboração do sofrimento vivido pelos trabalhadores da saúde, observando-se que as entrevistas realizadas com os trabalhadores, serviram como um espaço de desabafo e reflexão, fazendo com que os entrevistados pudessem encontrar através deste momento, uma maneira de sentirem-se apoiados. Através da escuta clínica, os trabalhadores puderam expressar livremente sobre as insatisfações geradas pelo trabalho, bem como, as variadas estratégias que utilizam para conseguirem permanecer trabalhando, reconhecendo o quanto o trabalho expande-se para além do espaço físico da organização.

Torna-se importante pensar na implementação de políticas públicas de saúde do trabalhador da saúde para que se possa ofertar espaços que promovam o diálogo destes profissionais, utilizando-se da PdT que viabiliza não somente a criação de grupos que sejam terapêuticos, mas sim, grupos que possam possibilitar transformações no ambiente de trabalho. Estes grupos serviriam para que os profissionais de saúde pudessem ter um tempo direcionado em suas rotinas, para refletir sobre suas práticas de trabalho, bem como, este seria um espaço para prestar assistência e suporte à estes trabalhadores.

Certamente a investigação deste estudo, oportunizou às pesquisadoras conhecerem com maior profundidade a temática, bem como também oportunizou aos trabalhadores da saúde entrevistados, refletirem sobre os processos de saúde e doença e sua relação com o trabalho. Acreditamos, ainda, que esta pesquisa contribuiu para o apontamento de fatores que produzem sofrimento vindo à posteriormente desenvolver um adoecimento, sendo uma área que merece maiores investigações. Além disso, pelo fato da pesquisa utilizar como metodologia a PdT, também identificou-se os fatores que produzem prazer no trabalho e as estratégias defensivas criadas pelos profissionais da saúde, sendo estes fatores que lhe motivam de certa maneira a encontrarem satisfação através da sua profissão, como mencionam em determinados momentos das entrevistas, o desejo e a missão de cuidar do outro, sentindo-se importantes pela profissão na qual executam, que é capaz de transformar a vida das pessoas nas quais estes trabalhadores prestam atendimento de saúde.

Assim sendo, este trabalho implicou em refletir sobre o amparo aos trabalhadores que devem ser ofertados, em especial, aos profissionais da saúde, pensando-se na importância de (re)estabelecer nas organizações de trabalho programas de saúde do trabalhador da saúde, para que se possa promover estratégias que proporcionem o apoio tanto psicológico quanto social destes profissionais. A relevância deste trabalho está em pensar-se sobre a

produção de sofrimento-prazer no trabalho, sendo que os profissionais de saúde estão entre uma das categorias nas quais mais encontram-se fragilizadas emocionalmente. Tais profissionais, como foi percebível nesta pesquisa, se constituem como corpos “blindados”, que impedem de certa maneira, a expressão deste sofrimento.

Referências

- BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. *Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental*. Psicologia & Sociedade, v. 19, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3093/309326396014.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.
- CARDOSO, Luís Antônio. *A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 23, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n2/v23n2a11>>. Acesso em: 23 out. 2017.
- CARVALHO, Vanessa Oliveira; MURBACK, Fábio Guilherme Ronzelli. *Estudo da utilização das redes sociais nas empresas brasileiras*. Gestão & Conhecimento: Revista do Curso de Administração. 2014. Disponível em: <https://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/v2014/Artigo41_2014.pdf> Acesso em: 23 out. 2017.
- DEJOURS, Christophe. *A carga psíquica do trabalho*. In: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. (Orgs). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994. p. 21-32.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.
- DEJOURS, Christophe. *A metodologia em psicopatologia do trabalho*. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte I. *Christophe Dejours - Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 107-128.

- FERNANDES, Josicelia Dumêt et al. *Saúde mental e trabalho: significados e limites de modelos teóricos*. Revista latino-americana de enfermagem, v. 14, n. 5, p. 803-811, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n5/pt_v14n5a24.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2017.
- MARTINS, José Clerton de Oliveira; PINHEIRO, Adriana de Alencar Gomes. *Sofrimento psíquico nas relações de trabalho*. PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora, v. 7, nº 1, p. 79-85, Jan./Jun. 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v7n1/v7n1a10.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- MERLO, Álvaro Roberto Crespo; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa. *Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora: cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS/org*. Porto Alegre: Evangraf, 2014. Disponível em: <<http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/uploads/1419336247Cartilha.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.
- MORAES, Rosângela Dutra de; VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal; CUNHA, Stephane Caroline de Paula da. *Prazer no trabalho: o lugar da autonomia*. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, v.12, n. 2, p. 217-228, maio-ago, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n2/v12n2a07.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.
- OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite de. SILVEIRA, Sonia Bittencourt. *O(s) sentido(s) do trabalho na contemporaneidade*. Linguística Aplicada das Profissões, v.16, n 1, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2012/10/artigo-Sonia-e-Carmovers%c3%a3o-finalformatado.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.
- SELIGMANN-SILVA, Edith. Introdução. *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho: marcos de um percurso*. In: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994. p.13-19.
- SILVEIRA, Andréa Maria. *Saúde do Trabalhador*. 2ª edição. Belo Horizonte, Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2013.

Sobre o V Seminário Internacional Mundos do Trabalho

O V Seminário Internacional Mundos do Trabalho foi realizado entre 25 e 28 de setembro de 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em conjunto com a IX Jornada Nacional de História do Trabalho e a IX Jornada Regional do GT Mundos do Trabalho. O evento foi promovido pelo GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH) em conjunto com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e o Programa de Pós-graduação em História da UFRGS e teve como tema principal “Trabalho, democracia e direitos”. A programação abrangeu conferências, mesas-redondas e 41 sessões de comunicações científicas reunindo 180 pesquisadores de todas as regiões do Brasil, bem como do Exterior.

V Seminário Internacional Mundos do
IX Jornada Nacional de História do
IX Jornada Regionais do GT Mundos do

TRABALHO

25 a 28 de setembro de 2018

Porto Alegre
Brasil

Trabalho,
democracia
e direitos

Promoção:



Financiamento:

